

BOLETIM

DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

DO BOLETIM N.os 16/17 COMEMORATIVO DA SEMANA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS

Realidades e Aspirações ..... — Por Franc. das Dores Gonçalves
A Naturalidade de Fernão de Magalhães ..... — Pelo Dr. J. M. Queiroz Veloso
Os homens dos Bosques e a Civilização Primitiva ..... — Por Maria Archer
Sonho do Império ..... — Pelo Dr. Mario Beirão
O Espirito da Colonização Portuguesa ..... — Por Gastão de Sousa Dias
A Proposito da Arte Negra ..... — Por Diogo de Macedo
Os Fundadores do Seminário de Santa Fé e Goa ..... — Pelo Padre António Brásio
O Primeiro Congresso Militar Colonial Português ..... — Pelo Major Adriano Rodrigues
O Espirito da Latinidade na obra da Colonização Portuguesa . — Pelo Dr. Caetano Gonçalves
Mar Português ..... } Por Fernando Pessôa
Epitafio de Bartolomeu Dias ..... }
A Baía dos Tigres e a sua Colonização Piscatória ..... — Pelo Dr. Carlos B. Carneiro
O Imperialismo Anglo-Italiano e o conflito Italo-Abexim ..... — Por Raimundo de Matos
A Cultura Histórica Brasileira ..... — Pelo Dr. Americo C. Almeida
Colonização por Soldados e Condenados Europeus ..... — Pelo C.el Genipro C. E. Almeida
Aos Portugueses de Aquém e de Além ..... — Por Augusto Casimiro
Uma Escultora ..... — Por Maria A. de M. Rodrigues
A Democracia Francesa ..... — Por Aquilino Ribeiro
Uma Exposição da Expansão Portuguesa ..... — Por João Mimoso Moreira
A 19 Anos de Distância-Nevala ..... — Pelo Tenente Mário Costa
Nótula sobre o Adiant. dos Es. da Arqueol. na Africa do Sul . — Pelo G.al José J. T. Botelho
As Causas das Navegações ..... — Por Carlos Coímbra
Um Livro Notável que honra o nome de Portugal ..... — Pelo Dr. Ricardo Pattee
Os Boers do Seles ..... — Pelo Dr. António F. G. Sousa
A Provincia de Timôr ..... — Pelo C. Arti. Raimundo Meira
O Brasil e a Raça ..... — Pelo Dr. Baptista Pereira
D. João II ..... — Por Rocha Martins
Missões Franciscanas de Moçambique e da Guiné ..... — Pelo Padre Manuel A. Correia
Vizinhança Cartagineza ..... — Pelo Dr. Austregesilo Athayde
Algumas Considerações-Angola ..... — Por Rodrigo de Abreu
Guerra, Colónias e Colonização ..... — Pelo Dr. Arnaldo C. V. Peres
O Culto dos Indigenas no Sul de Angola ..... — Pelo Ten. C.el Salustiano Correia
Semana do Ultramar Português ..... }
Panorama ..... } Redação
Noticiário ..... }
Varias Notas ..... }

NOTA — Aos nossos colaboradores:

Se a distribuição dos originais, por norma que de há muito seguimos, sempre foi feita de harmonia com as conveniências tipográficas do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, com mais fortes razões, dadas as exigências dêste número especial, compôsto e paginado a correr, para que ficasse pronto e apto a ser distribuido durante a "Semana do Ultramar Português", a tais conveniencias tivemos rigorosamente de nos cingir.

Não vemos nisto o menor motivo para melindres, tanto assim que nos dispensaríamos de escrever êste esclarecimento, se não fôsse o propósito de nos prevalecermos da oportunidade para reiterar, de público, os nossos mais sinceros agradecimentos a quantos houveram por bem concorrer com a sua valiosa colaboração para o enriquecimento da nossa publicação, afirmando-lhes, simultâneamente, que em tôdas as páginas do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* lateja, por igual, o mesmo espírito fremente de Lusitanidade, e, como tal, tôdas elas são dignas, indistintamente, de leitura e de meditação.

Compra 130
21 ABR 2009
Rev. J F A

BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO — Praça Tiradentes 60, 2.º and. — BRASIL
"As idéas não se vendem, dão-se" — *Teófilo Braga* Distribuïção gratuita

N.os 16/17 Quarta Série

COMISSÃO DIRECTIVA
António de Sousa Amorim (Redactor) — Alamiro Andrade e Francisco das Dôres Gonçalves

Janeiro a Junho 1936

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

REALIDADES E ASPIRAÇÕES

No momento em que a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO completa seis anos de existência, não deverá causar reparos que façamos alto por instantes e procuremos, em rápida sinopse, dar um balanço do que se fez até hoje e das fôrças com que contamos para ir mais além, concluíndo o que já se começou e principiando, na medida do possível e do realizável, muito daquilo a que os objectivos da colectividade, em plano superior de florescimento, nos obrigam perante todos aquêles que, ao sufragarem uma vez mais o nosso nome, assim nos reelegeram e nos ratificaram, de modo tão eloqüente como espontâneo — e, portanto, o mais expressivo — a sua honrosa confiança e dignificante solidariedade.

Dispostos firmemente a levar por diante a tarefa que nos impusemos, para corresponder à simpatia e confiança dos que nos rénovaram os seus votos, não pouparemos esforços, da mesma forma como a êles nos não esquivamos até hoje, para que se vão concretizando um a um os objectivos que são a pedra angular, a viga-mestra da obra que a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO está a levantar dia a dia, pedra a pedra, com persistência e tenacidade metódicas, sem se desviar hoje, como não se desviou ontem nem se transviará amanhã, por nenhum preço e sob nenhum pretexto, do caminho que em tempo se traçou. Nada nos arrastará para os atoleiros das retaliações, para os brejos das contendas estéreis, porque tudo sacrificaremos — perfídias, mal-entendidos, desgostos e agravos — em holocausto ao vivíssimo desejo de servir ao ideário pan-lusitano que é a tábua pela qual se guiam e pautam seus actos quantos entram nesta casa — *a Pátria acima e além de tudo e de todos!*

* * *

Conferências, palestras radiofónicas, entrevistas, notas, informações, além

da publicação gratuíta dêste BOLETIM que já vai no seu número dezassete e da distribuição de jornais e ofertas de livros às mais altas autoridades da Nação Brasileira e a numerosos e dos mais brilhantes intelectuais desta grande e nobre Pátria, de tudo isso se tem feito e lançado mão e se há-de lançar cada vez mais em pról do Ultramar Português para que o possam conhecer, apreciar e defender, não apenas os portugueses, como também os brasileiros, que vêm demonstrando um interêsse pela influência portuguesa na África que supéra a expectativa mais lisonjeira para o nosso brio e que tanto os ilustra como honra. E ninguém de boa-fé poderá negar ou mistificar com exibições falazes ou serviços tardios que êsse interêsse não é o fruto dos esfórços, das diligências, da actividade constante, sem pausas nem fadigas da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, — esta colectividade que nada pede, ou o que pede é que, pelo amor de Deus, a deixem em paz e sossêgo, para trabalhar, progredir e ser útil.

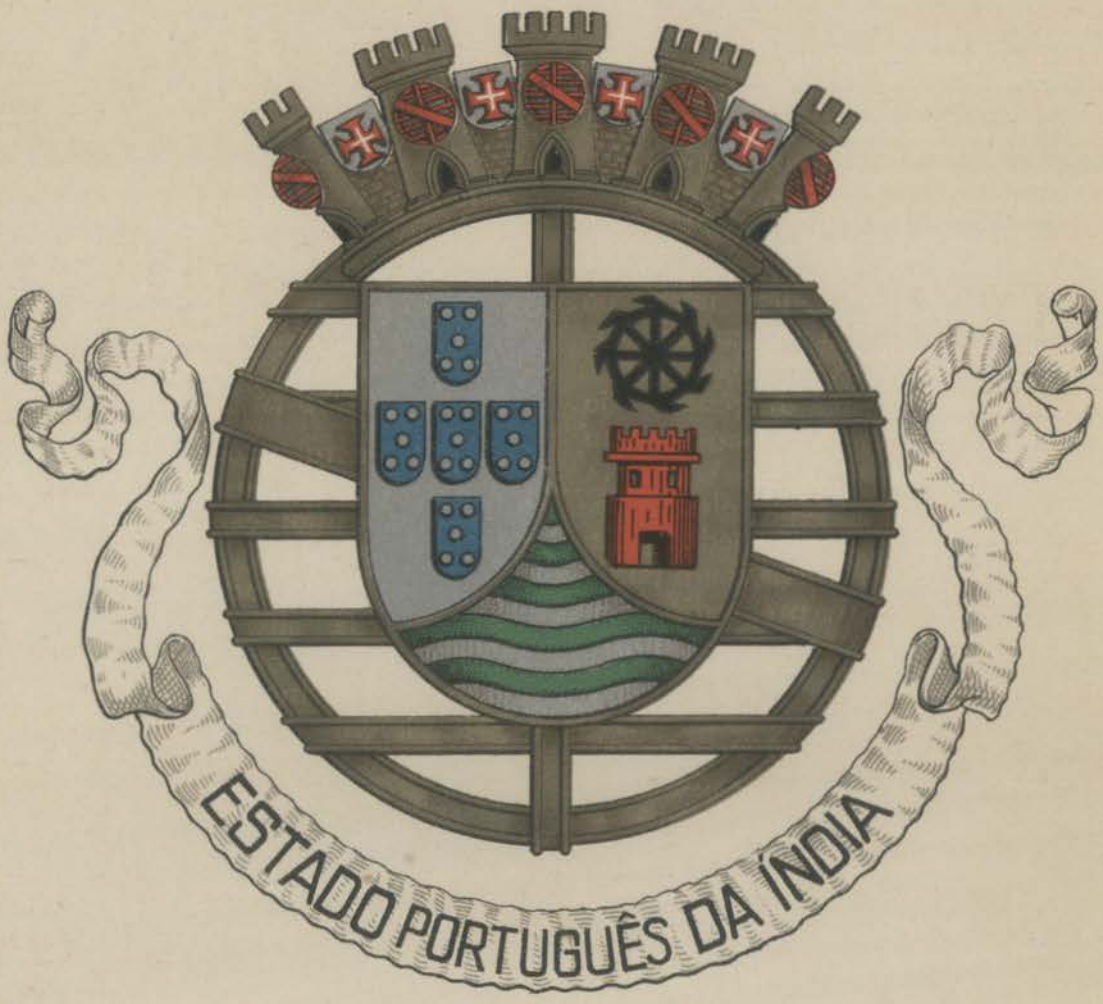
* * *

Este BOLETIM vai aparecer por ocasião do sexto aniversário da nossa instituição, e com êle pretendemos celebrar a primeira "Semana do Ultramar Português" que se realiza no Rio de Janeiro e no Brasil, de iniciativa da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Evidentemente que não é aquilo que todos ambicionávamos, nem mesmo o que projectáramos. Factos supervenientes, que não poderíamos prever, privaram-nos de elementos que, por nos faltarem à última hora, se tornaram insubstituíveis. Mas, ainda assim, êste aniversário da nossa colectividade há-de ser lembrado como a realização de maior envergadura que jamais se fez no Brasil, até ao ano da graça de 1936, no duplo sentido de propaganda do Ultramar Português e bem assim como o testemunho da nossa admiração e apreço pelos brilhantes trabalhos dos brasileiros ilustres da estirpe e do porte mental de Oliveira Viana, Roquette Pinto, Gilberto Freyre, Afonso Taunay, Pedro Calmon, Artur Ramos, Evaristo de Morais, Baptista Pereira, Almeida Prado e tantos outros, no sentido de encontrarem novos rumos para o Brasil de amanhã, apoiados no estudo sereno e reflectivo do Brasil de ontem e de hoje, — trabalhos êsses a que não podemos ser estranhos, já pela nossa cooperação actual na formação brasileira, já, sobretudo e especialmente, porque nos é comum grande margem dêsse glorioso passado.

De facto, não haveria justificativa aceitável ou plausível para que, nesta hora de inquiètação, em que tantos brasileiros insígnes, levados pelo estudo aturado e profundo da história, da sociologia, da antropologia e muitas outras ciências se debruçam atentamente sôbre o continente africano para compreenderem e fixarem com exactidão a influência dos *apports* negros na estrutura e formação do Brasil, os portugueses, que fôram os primeiros europeus a penetrar nêsse continente, a investir com os seus mistérios, se apresentassem com as mãos vasias, alheios a tais pesquizas, como se nada tivessem ou pudessem dar.

O BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO há-de ser ou não será, em suma, aquilo que pretendemos, o veículo dessa cooperação decisiva e necessária das duas culturas, o elemento que as aproximará e colocará em presença, para que se completem, interpenetrando-se.

FRANCISCO DAS DÔRES GONÇALVES

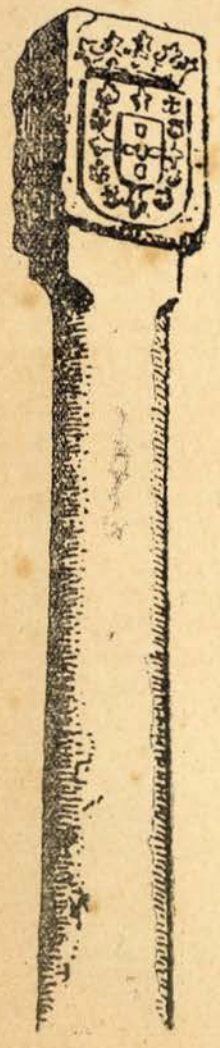

ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA

A NATURALIDADE DE FERNÃO DE MAGALHÃES

CERTEZAS E CONJECTURAS

PELO DR. J. M. DE QUEIROZ VELOSO
DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBÔA
ANTIGO DIRECTOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROFESSOR DA FACULDADE DE LETRAS DE LISBÔA

(ESPECIAL)



São quatro os maiores navegadores que a história celebra: Cristovão Colombo, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães e Jaime Cook. Êste foi um tenaz investigador de pormenores, sulcando em todos os sentidos o Oceano Pacífico; devem-se aos outros os grandes descobrimentos, que revelaram a face do Globo. Gama e Magalhães são portugueses. Nas nossas caravelas aprendeu Colombo a navegação do Atlântico; e na ilha da Madeira, onde casou com Felipa Moniz, filha de Bartolomeu Perestrêlo, capitão da ilha de Pôrto Santo, teve notícia da existência de terras para o Poente. Aqui nasceu e tomou corpo o seu quimérico sonho de atingir a India pelo Ocidente: o descobrimento das Antilhas foi uma conseqüência, indirecta sim, mas incontestável, de informações dos mareantes ilhéus.

A viagem de Fernão de Magalhães, a mais arrojada e grandiosa que nunca se empreendeu, não representa apenas a primeira travessia do Pacífico: veio demonstrar pràticamente a redondeza da Terra, e que a América era um continente distinto, separado da Ásia por um imenso mar. A sua empresa trouxe novidades, como a da invernada da costa oriental da Patagónia, depois tão adoptada nas explorações polares; e destruíu a antiga concepção de que a terra firme ocupava maior espaço de que os mares.

Fernão de Magalhães é uma das nossas glórias. Realizou a sua viagem ao serviço da Espanha; podemos, porém — mais ainda do que a Itália em relação a Colombo — gritar bem alto a sua nacionalidade. Na cuidadosa preparação do seu empreendimento; na dura energia com que venceu todos os obstáculos; na habilidade com que soube insinuar-se no ânimo de alguns régulos do arquipélago de S. Lázaro (depois chamado das Filipinas); até na temerária e orgulhosa ousadia com que pretendeu castigar os belicosos habitantes da ilha de Matam: Magalhães mostrou sempre as qüalidades e os defeitos dos descobridores e conquistadores portugueses.

¿Mas em que terra nasceu o famoso navegador? Ferdinand Denis, cuja memória é crèdora da nossa gratidão, no seu *Portugal*, publicado em 1846, diz que Fernão de Magalhães *appartenait à une famille noble; on a cependant bien peu de renseignements positifs sur sa naissance. Un jeune écrivain brésilien d'une haute espérance, M. A. Varnhagen, afirme qu'il était né a Porto* (1)

(1) Pag. 203. Warnhagen considera, realmente, Magalhães natural do Pôrto; mas não fundamenta a sua opinião. Limita-se a afirmá-lo como na *História Geral do Brasil* (t. I, pág. 31): "o resoluto nauta portuense".

Portugal, não possuindo colónias não póde possuir um Império colonial. Tem sim "PROVINCIAS" disseminadas por quatro partes do Mundo e tôdas que temos visitado nêste Cruzeiro e, mais particularmente Angola, se revelam como pedaços de um único País onde vibra a alma e pulsa um coração bem portugueses.

Colónias, territórios usurpados, podem ser vendidos sem crime de alta traição. Assim os Estados Unidos compraram a Luïsiania à França e, em nossos dias, a Alaska à Russia.

Rincões de um mesmo país, porém, só à custa do sangue de seus filhos podem ser alienados.

Conservemos a designação de Províncias Ultramarinas aos pedaços de Portugal que em quatro partes do Mundo, vários oceanos banham.

D. José Luís de Saldanha
(Rio Maior)

Na conquista do Brasil há mais satisfações de alma que de corpo. E se muito deve à velha nação portuguesa, não deve menos à raça nova dos mamelucos, que levavam nas suas Bandeiras as qualidades heróicas dos Lusos somadas ao heroísmo dos Indios. De aí a possibilidade do portento, que é ser o Brasil filho de Portugal.

F. Contreiras Rodrigues

Pois, volvidos catorze anos, em 1860, o mesmo Ferdinand Denis, no tômo XXXII da *Nouvelle Biographie Générale*, escreveu o seguinte, que foi o ponto de partida de tôdas as afirmações relativas à naturalidade transmontana de Magalhães: *On suppose généralement qu'il naquit à Porto; mais des documents inédits, qu'on nous a fait parvenir du Portugal, lui donnent pour lieu de naissance Villa de Sabroza, dans la Comarca de Villareal, province de Tras-os-Montes.* (1)

Os documentos inéditos, a que Ferdinand Denis se refere, consistiam num testamento feito por Fernão de Magalhães, antes da sua partida para a India. Assim o conta o ilustre lusófilo: *Cette indication repose, dit-on, sur un document notarié en date du 29 décembre 1504. En ce temps de sa première jeunesse, Magellan demeurait à Lisbonne, et il y avait fait un testament qui existe encore. N'ayant pas d'enfants, il y institua pour sa légataire universelle Dona Theresa de Magalhães, sa soeur, épouse de João da Sylva Telles, gentilhomme du palais, avec obligation de faire prendre le nom de Magalhaens à leurs héritiers en leur transmettant ses armes.* Colaborador da *Nouvelle Biographie Générale*, Ferdinand Denis aproveitou as informações, recebidas de Portugal, no artigo que consagrou ao grande navegador. Não lhes deu, porém, inteiro crédito, pois às palavras, anteriormente transcritas, acrescentou as seguintes: *Mais, il faut bien le dire, d'autres documents provenant d'une source non moins respectable sont en contradiction avec ceux-ci.* Adiante veremos a qüalidade e importância dêstes documentos.

O historiador chileno, Diogo de Barros Arana, que em 1859 e 1860 esteve em Espanha, procurando elementos para uma história geral do Chile, cujo território fôra descoberto pelo célebre navegante, conseguiu ver em Paris, *graças à benevolência de Mr. Ferdinand Denis* — transcrevo na íntegra os dizeres de Arana — "um testamento feito pelo próprio Magalhães no bairro de Belem, em data de 19 de dezembro de 1504, três meses antes de embarcar para a India, no qual declara ser natural da vila de Sabrosa comarca de Vila Real, província de Trás-os-Montes"; e como êsse documento lhe *pareceu decisivo*, no seu livro *Vida y Viaje de don Fernando de Magallanes*, publicado em 1864, apresentou o navegador como natural da *pequena aldeia de Saborosa, província de Trás-os-Montes, no reino de Portugal* (2).

Arana leu apressadamente a cópia do testamento, que lhe mostrou Ferdinand Denis, pois em todo êsse longo documento não há a mínima referência ou alusão à naturalidade do testador. A precipitação do escritor chileno revela-se ainda na incerteza com que escreve o nome da suposta terra natal do glorioso descobridor: *Vila de Sabrosa*, na primeira das notas finais, que ilustram a obra; e *aldeia de Saborosa*, no texto.

Em 1881, apareceu uma versão portuguesa do livro de Barros Arana, intitulada *Vida e viagens de Fernão de Magalhães*. O tradutor, Fernando de Magalhães Vilas-Boas, acrescentou-lhe um *Apêndice*, com as principais cláusulas de dois documentos existentes no arquivo da família Aragão, de Vila Flor: o testamento de Magalhães, em tempo enviado a Ferdinand Denis; e outro testamento dum seu sobrinho-neto, Francisco da Silva Teles. Êstes documentos foram aproveitados por Guillemard, no volume da colecção *The Word's great explorers and explorations*, impresso em 1890, *The life of Ferdinand Magellan and the first circumnavigation of the Globe*, que lhe atribue a mesma naturalidade.

Com raras excepções, os mais recentes biógrafos de Fernão de Magalhães, aceitando a autenticidade do testamento de 1504, assim como a interpretação que lhe deu Arana, registam o seu nascimento em Sabrosa. (3) Nêste convencimento e na superstição do factor étnico, que então estava em moda, escreveu Oliveira Martins estas palavras: "Era transmontano, da província onde os homens, afirma-

(1) Art. *Magellan*.
(2) Cap. I e Ilustração I.

(3) Alguns, copiando servilmente o texto de Barros Arana, chamam-lhe *Saborosa*. Por exemplo: o historiador alemão Rodolfo Cronau, na sua obra, *America. História de su descubrimiento desde los tiempos primitivos hasta los más modernos*, publicada em 1891 e traduzida para o espanhol, no ano seguinte; *La Grande Encyclopédie*, t. XXII; etc.

tivos e duros, não têm a meiguice celta do minhoto, nem também a violência quási semita do alentejano". (1) Pois é fácil de provar que essa naturalidade não tem fundamento sério.

* * *

Antes de Vilas-Boas ter divulgado, no seu *Apêndice* à tradução da *Vida e Viagens de Fernão de Magalhães*, vários excertos dos testamentos do heróico devassador do Pacífico e de seu segundo sobrinho, Francisco da Silva Teles, já Pinho Leal a êles se referira no 8.º volume do *Portugal Antigo e Moderno*. Mas só em 1921, para comemorar o quarto centenário da morte de Magalhães, os dois citados testamentos foram publicados, na íntegra, pelo sr. Francisco Manuel Alves, reitor de Baçal, juntamente com outros documentos, pertencentes à família Aragão, todos cosidos e "reünidos em volume, que tem por título nas capas — *Documentos relativos ao Grande navegador Fernão de Magalhães, descobridor do estreito do seu nome, e outros títulos e notícias sôbre sua família em Sabrosa*". (2)

O chamado testamento de Fernão de Magalhães é uma certidão mandada passar, "por ordem judicial, em 1796, a requerimento de Antônio Luiz Alvarez Pereira Coelho da Silva Castelo Branco de Magalhães, descendente do Navegador". (3)

> Certefico e faço certo eu João de Oliveira, Escrivão da Camera e Almotaçaria e propriedade em esta villa de Monte Longo de Fafe,... em como em meu poder e cartorio se acha hum livro antigo, sem titulo no principio, por estar as folhas no mesmo principio rotas, de cujo livro, a folhas oitenta e nove, se acha o theor do Testamento seguinte:
>
> Rezisto do Testamento de Fernando de Magalhães, Fidalgo da Caza de Sua Magestade, selebrado em mil e quinhentos e quatro.
>
> Porquanto os Homens são certos de morte... eu Fernando de Magalhains, Fidalgo da Caza de sua Magestade... porque não são certo de quando serei requerido de pagar a divida da morte... faço e ordeno meu testamento de Alma e de corpo e bens, assim moveis como de Raiz, que pello prezente tenho e ouver ao diante, segundo a declaração ao diante escripta.
>
> Primeiramente incomendo a Alma a meu Senhor Deos que a criou de nada... e mando que se eu morrer fora desta terra ou em esta armada, para onde agora vou para a India servir a meu Senhor Rei o muito alto e muito poderozo Senhor Dom Manoel que Deos nos guarde, que as minhas exequias se fação como fariam a hum simples Navegante, dando ao capelão do navio a minha roupa e Armas para que diga tres Missas de Requiem rezadas pella minha Alma; e a Luiz Pinto e a Francisco de Souza que requeirão tudo o que meu Testamento pertencer, que a ambos deixo por meus testamenteiros com todos os poderes de direito, que lhe durarão hum anno e mais se necessario for; e nomeio por meus unicos herdeiros a minha Irmãa Dona Thereza de Magalhães e seu Marido João da Silva Telles, senhor da Caza da Pereira de Sabroza, e a seu filho e meu sobrinho Luiz Telles da Silva e seus sucessores e herdeiros, com obrigação que o dito meu cunhado hade juntar ao Brazão das suas Armas o de Magalhaens que he de meus Avós, por ser muito destinto e dos milhores dos mais antigos do Reino, estabelecendo como estabeleço nos Varoens primogenitos, ou Femias à falta delles, descendentes da dita minha Irmãa Dona Thereza de Magalhaens e seu marido meu cunhado e seu Filho Luiz Telles da Silva, no meu Altar de Senhor Jezus da Igreja do Santo Salvador de Sabroza, hum legado de doze Missas todos os anos, para o que a Vinculo a minha quinta de Souta, que está no mesmo termo de Sabroza, e será perpetuamente padroado leigo, que se conservará sempre para memoria de nossa Familia... e tudo o que deixo ordenado quero seja verdadeiro, e firme para todo o sempre, no cazo que eu fine sem sucessão legitima, que tendo quero que seja a sucessora de todos os meus bens, com a mesma obrigação do dito Padroado Leigo, que fica estabelecido, e não de outra guiza, por ser justo que a Varonia tenha augmentação e não fique privada da pouquidade dos bens que tenho, dos quaes não posso milhor nem de outra maneira ordenar.
>
> E peço ás Justiças de sua Magestade fação cumprir e guardar este meu Testamento e o tenhão por firme e valiozo... Feito em Belem, aos dezasete dias do mez de dezembro de mil e quinhentos e quatro anos, nas cazas da morada do dito Fernando de Magalhaens... e eu Domingos

(1) *Portugal nos mares*. t. I (1889), VI, *Fernão de Magalhães*. E' um estudo provocado pelo aparecimento do livro de Arana, traduzido por Vilas-Boas.

(2) *O Instituto*, vol. 68.º, págs. 65-80.

(3) Na transcrição dos documentos, publicados pelo sr. Francisco Manuel Alves, introduzi a pontuação para facilitar a sua leitura.

O ouro de Moçambique... Andamos séculos à roda dêle sem o encontrarmos, a não ser em pequenas quantidades, até que outros o descobriram e exploraram. Sousa Coutinho escrevendo de Angola em 1769, falava na vizinhança dos tesouros dos Rios de Sena, que se podiam ir buscar por terra, em viagem de costa a costa, sem risco de maior navegação. Era já o "mapa cor de rosa", que pouco mais de um século depois haviamos de desenhar... Não é do nosso tempo também o ouro de Manica e Sofala? Mais um sonho que se desfez.

*

Talvez tivesse sido melhor assim. Angola e Moçambique cheios de ouro, abertos à cobiça de aventureiros de todo o mundo, não sei se valeriam para nós o que hoje valem, e se teriam o significado que hoje têm na Nação: —campo magnífico da nossa expansão sóbria e ordeira, continuação da nossa vida modesta de agricultores, das nossas aspirações de farta mediania, das nossas aldeias risonhas e pequenas vilas acolhedoras, das nossas famílias, sacrários de tôdas as almas portuguesas.

Muito contentes estamos com as riquezas agrícolas das nossas colónias, com as industrias que nelas podemos criar para fortalecer a Nação Única, para vivermos sôbre nós quando preciso fôr.

Que outros tirem da terra às mãos cheias o ouro; o que temos chega-nos. E quando alguma riqueza mineralógica se descubra, haja o cuidado de cercar a sua exploração daquela ordem administrativa que afaste aventureiros, alucinações de riquezas inesgotáveis, e todos os inconvenientes das grandes explorações mineiras. Foi o que se fez com as minas de diamantes.

G.al Nórton de Matos

Não se esqueça porém que se queremos utilizar os portugueses de fóra de Portugal na obra de criação portuguesa, importa que a nossa atenção por êles e a nossa solidariedade com êles se traduzam em reais utilidades políticas, sociais e morais por que, até agora, êles não puderam dar.

Não é ocasião de explanar, aqui, um problema para o qual, com autoridade mental superior e indiscutível legitimidade Ricardo Severo e Carlos Malheiros Dias, há pouco ainda, apontaram implìcitamente soluções, ao salientarem a ausência de deveres do Estado e da Nação para com a população portuguesa que no Brasil labuta e que é — não o esqueçamos — de uns 700.000 individuos, não contando os que a necessidade ou a conveniência afastaram da nossa solidariedade ou integraram no interêsse político brasileiro.

Mas êste dia presta-se, como nenhum outro, a lembrar a quem governa que continúa em aberto uma dívida política e moral do Estado e da Nação para com os nossos emigrantes em geral e especialmente para com os portugueses do Brasil.

Não me parece — e nisso tenho insistido — que tendo deixado saír ao Deus dará para fóra da terra portuguesa centenas de milhar de homens, Estado e Nação possam desinteressar-se dêles, do seu destino e da sua situação, como se se tratasse de matéria de somenos.

Dr. Nuno Simões

Martins, Tabaliam geral por Nosso Senhor Rei em todos Reinos e Dominios... com a minha mão propria escrevi e asignei de meu signal. (1)

O testamento de Francisco da Silva Teles consta de outra certidão, tirada do mesmo livro e passada pelo mesmo escrivão da Câmara de Fafe:

> Outro sim certefico e attesto que no mesmo livro, a folhas cento e trinta e tres verso, está outro Testamento, cujo theor é o seguinte:
>
> Rezisto do Testamento de Francisco da Silva Telles, Fidalgo da Caza de Sua Magestade, Senhor da Caza da Pereira de Sabrosa, filho de Luiz Telles da Silva, senhor da mesma caza, e de D. Roza de Castro e Vasconcellos, e viuvo de Dona Maria Moreira Pereira... e nomeio por meus unicos e universais herdeiros meu Filho Antonio da Silva de Magalhaens de Faria e o meu Neto, filho do sobredito meu Filho, Gonçalo Alvares Moreira da Silva, para que nelles e em todos os seus descendentes se conserve a caza da Pereira de Sabroza, de que agora sou senhor, e a quinta de Souta, com os mais bens que possuo, assim moveis como imoveis, de prata e ouro, que herdei de meus maiores, para que possão sustentar a Nobreza e Distinção que herdamos daquelles que nos gerarão; mando e ordeno a todos os meus descendentes e herdeiros que na minha caza da Pereira de Sabroza não ponhão outra pedra de Armas nem acrecentem outro Brazão, porque quero que em todo o tempo se conservem picadas e razas, do mesmo modo que as mandou por o nosso Senhor Rei, pello delito de Fernando de Magalhaens se passar a Castella em desserviço deste Reino, a descobrir novas terras, onde morreu em dezagrado do Nosso Rei; e como elle era Irmão de minha Avó Dona Thereza de Magalhaens, se mandarão picar as Armas, por cujo motivo de vergonha me passei a viver em Maranhão, aonde agora me acho no tempo dotorgamento deste meu Testamento, e faço esta declaração para que aos meus vindouros fique por exemplo, não só os castigos do Senhor Rei, mas os do Ceo, que fes que meu thio, dito Fernando de Magalhaens, Irmam de minha Avó, morresse tão dezastradamente... e cuidem todos os meus descendentes e herdeiros em servir só aos seus Principes, se querem a minha Benção, que lhe nagaria, se soubesse que havião de ter tam baixos sentimentos e tão ruinosos para as familias, como me tem sido a mim e a meu Pay, que deixamos a nossa caza, por vergonha e medo que se levantasse os vezinhos contra nós, pois com Justiça não podião sofrer quem hia contra Portugal, que he sua Patria, e hia servir Castilhanos, nossos inimigos Naturaes... feito em Maranhão, aos tres dias do mes de Abril de mil e quinhentos e oitenta anos, nas casas do Otorgante Francisco da Silva Telles... E eu Damiam Carneiro, Tabeliam publico nestes Reinos e seus senhorios, etc.

A autenticidade dêstes documentos não resiste à critica. ¿Como podiam os dois testamentos, um feito em Belem, subúrbios de Lisboa, no ano de 1504, e outro celebrado no Maranhão, Brasil, em 1580, encontrar-se registados no mesmo livro, cujas primeiras folhas, providencialmente rôtas, não deixavam determinar a sua antiguidade, nem o fim a que se destinava? Ainda que se não tratasse dos testamentos originais, mas de simples transcrições notariais — o que, aliás, as certidões não indicam — ¿como se justificava a existência dêsse livro no cartório dum escrivão da Câmara de Fafe? E — já o notou D. José Manuel de Noronha — apesar de mediarem setenta e seis anos entre os dois testamentos, as duas transcrições estão separadas apenas por quarenta e quatro folhas do mesmo livro! (2)

Mas há razões mais positivas. No primeiro testamento o rei D. Manuel é três vezes tratado por *Sua Majestade*, em lugar de *Sua Alteza*. Ora o tratamento de *Majestade* só começou a ser dado a D. Sebastião, e não oficialmente, depois da sua entrevista com Felipe II, em Guadalupe, nos fins de Dezembro de 1576. Portanto, o testamento não podia ser lavrado na data que lhe é assinalada. Além disso, o nome do *tabelião geral*, Domingos Martins, que *de sua mão própria o escreveu e assinou*, é de fantasia. O sr. Dr. António Baião, cujas investigações tão poderosamente têm concorrido para esclarecer a biografia de Fernão de Magalhães, averiguou que tal nome "não consta dos índices de registos de D. Manuel I, constando dêles aliás seis outros tabeliães do reino" (3)

(1) Segundo Ferdinand Denis, a cópia, que lhe enviaram, tinha a data de 29 de Dezembro de 1504. Barros Arana, a quem foi mostrada em Paris, altera-a para *19*. O sr. Francisco Manuel Alves afirma, porém, que no documento encontrou *dezasete*.

(2) *Algumas observações sôbre a naturalidade e a família de Fernão de Magalhães* (O *Instituto*, vol. 68.º, pags. 113-141).

(3) *Fernão de Magalhães. O problema da sua naturalidade rectificado e esclarecido*. pág. 6.

As próprias cláusulas do testamento, elaborado ou mandado elaborar, com fins gananciosos, por quem se dizia descendente de Fernão de Magalhães, mostram que o interessado não só ignorava que o imortal navegador tinha irmãos, mas desconhecia também a existência dum testamento, por êle feito em Sevilha, a 24 de Agôsto de 1519, quási um mês antes da partida da esquadra, fundeada em Sanlúcar de Barrameda.

No testamento de 1504, Fernão de Magalhães nomeia, por únicos herdeiros, sua irmã D. Teresa e seu marido, João da Silva Teles, e o filho dêsse matrimónio, Luiz Teles da Silva; e constitue no altar do Senhor Jesus da igreja do Santo Salvador, de Sabrosa, um legado de doze missas anuais, ao qual vinculava a sua quinta de Souta, devendo êste padroado leigo conservar-se nos varões primogénitos, ou fêmeas à falta dêles, descendentes da referida irmã. Esta cláusula significa evidentemente que, a essa data, Magalhães não tinha irmãos. Pinho Leal, que supunha autêntico o testamento, também assim o pensa: "se elle chama para lhe succeder no vínculo uma irmã, é de crer que não tinha irmãos, porque, se os tivesse, não legaria o morgado a fêmea, contra o uso geral daquelles tempos" (1) E o próprio testamento exprèssamente declara que o legado só se manteria, no caso do testador morrer *sem sucessão legítima... por ser justo que a Varonia tenha augmentação e não fique privada da pouquidade dos bens que tenho.*

Fernão de Magalhães representava a varonia, que viria a extinguir-se, se falecesse sem filhos; e, para essa hipótese, deixava o vínculo de Souta a sua irmã Teresa e a seu sobrinho Luiz da Silva Teles. Ora é positivo que, em 1504, viviam dois irmãos de Magalhães, Duarte e Diogo, que eram, portanto, como disse D. José Manuel de Noronha, "mais dois fiadores da continuação da varonia". (2)

O documento relativo a seu irmão Duarte — Duarte de Sousa, porque adoptara o apelido da mãe, do qual se orgulhava também o futuro descobridor das Filipinas, pois usava as armas de Magalhães e de Sousa, como se encontra exarado no testamento de Sevilha (*las armas de Magallaes segund y de la manera q las yo traygo q son de Magallaes e Sosa*) (3) — é uma procuração, passada em Lisboa a 4 de Julho de 1515, em que Fernão de Magalhães encarrega o irmão Duarte de Sousa, fidalgo, como êle, da casa do rei D. Manuel, de receber de Lopo Pereira, almoxarife de Ponte do Lima, duzentos cruzados, que em seu poder estavam embargados, por mandado régio, a requerimento do mesmo Magalhães.

A história dêsses duzentos cruzados fornece-nos elementos curiosos para a sua biografia; e os documentos publicados por Sousa Viterbo (4) e o sr. Dr. António Baião (5) esclarecem-na completamente. Em Cochim, a 2 de Outubro de 1510, e perante o tabelião da feitoria, que lavrou a escritura, emprestou Fernão de Magalhães a Pedro Annes Abraldez duzentos cruzados, que lhe devia restituír em Portugal com os respectivos juros, à razão de dez por cento ao ano. Trouxe Pedro Annes para Lisboa vinte quintais de pimenta e outros géneros; não pagou, porém, a dívida no prazo combinado. Magalhães requereu então ao juíz competente lhe fôsse arrestada a fazenda que tivesse na Casa da India; mas lá havia apenas sete quintais de pimenta, cativos ainda dos direitos riais, o que reduzia o seu valor a pouco mais de sessenta cruzados. Durante estas diligências faleceu Pedro Annes Abraldez, deixando o pai, João Abraldez, por herdeiro universal. Fernão de Magalhães mandou-o citar; e como o rei devia ao mesmo Abraldez duzentos cruzados a cobrar no almoxarifado de Ponte do Lima, pediu a D. Manuel os mandasse embargar, até que êle voltasse

(1) *Portugal antigo e moderno*, vol. 8.º, pág. 277.

(2) *Ob. cit.*, pag. 123.

(3) *Coleccion general de documentos relativos a las islas Filipinas*, t. II. Êste testamento foi também publicado por D. José Manuel de Noronha, *loc. cit.*, Doc. n.º4.

(4) *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, Parte I, *Marinharia*, CXLV. — *Magalhães (Fernão de)*.

(5) *Fernão de Magalhães. Dados ineditos para a sua biographia.* (*Archivo Historico Português*, vol. III).

A vida humana, quanto mais perfeita, mais complexa.

O homem rudimentar limita-se a viver como animal. O homem, um pouco superior, já acrescenta à sua vida animal a de família, que é de natureza espiritual, embora mais restricta que a de Pátria.

O homem superior, além da sua vida individual e familial, vive também como patriota. E o homem sublime, o santo, por exemplo, vive ainda a vida da Humanidade e mesmo a do Universo.

Teixeira de Pascoaes

"Um povo faz-se com homens e com livros".

Monteiro Lobato

"Fuja do homem que diz: *não leio porque não tenho tempo.* E' um pobre de espírito. Os povos que mais trabalham e que mais produzem são os que mais livros consomem".

"Não acredite na cultura dos homens que não possuem bibliotecas, ainda que pequenas. Cultura só se adquire com livros".



O português é a língua das regiões peninsulares, ricas em água natural; das terras que recebem os rios peninsulares já formados e abundantes. O castelhano é a língua da Espanha seca, em que não existe maneira de conseguir a água. O catalão é a língua da água escassa, na qual, todavia, com esfôrço e com inteligência, pode-se tirar muito proveito da que existe. Em Valência, por exemplo, as pontes passam por sôbre um leito seco, porque a água secou.

Não se desdenhe, julgando uma mera fantasia esta relação entre a água e a língua: Porque o português é o mais melodioso e rico dos idiomas peninsulares, aquêle que na Edade Média servira de veículo aos poetas; para os próprios poetas castelhanos.

Salvador de Madariaga

Sempre recordo com saüdade as tardes e os meios-dias de sol passados em Lisbôa, entre as palmeiras de São Pedro de Alcântara.

A's vezes, passeando pelo São Pedro, imaginava eu ver, num banco mais só, Antero de Quental, magro, louro e triste; mas era sempre algum inglês meio-tísico a gozar um pouco de sol e a ler o seu Wordsworth ou o seu romance de aventuras.

Jardins mais lindos que os portugueses — os de Lisboa, de Cintra, de Benfica, de Coímbra — não vi em parte alguma; jardim como o de São Pedro de Alcântara duvido que exista fóra de Lisbôa.

Dr. Gilberto Freyre

de Azamor e pudesse requerer sua justiça. Assim o deferiu o rei em 4 de Setembro de 1514; e em 5 de Junho de 1516 foi publicada a sentença do Dr. João Cotrim, desembargador da Casa da Suplicação e corregedor dos feitos cíveis na côrte, condenando João Abraldez a pagar os duzentos cruzados a que o filho se obrigara. Foi esta importância que Duarte de Sousa, como procurador *avomdoso* do irmão, recebeu do almoxarifado de Ponte do Lima, em 24 de Novembro seguinte.

Êstes documentos não nos revelam apenas a existência de um irmão de Fernão de Magalhães, inteiramente desconhecido; mostram-nos ainda que o intrépido navegante, o glorioso herói de tantos combates, emprestava dinheiro a juros aos mercadores. Assim o diz a sentença do Dr. Cotrim: "E que bem asj elle autor he ome que trauta cõ seu dinheiro nesta cjdade tomãdo parceria cõ mercadores dando lhes dinheiro a licjto ganho e elles trautã cõ elle e lhe acodem cõmumente cõ a meatade do ganho a elle autor e que lhe dam dez por çento cadano e que tanto se acustuma ganhar".

Ao outro irmão, Diogo de Sousa, refere-se o testamento de 1519. Quando saíu de Portugal, dirigiu-se Magalhães para Sevilha, resolvido a apresentar as suas propostas à Casa da Contratação, importante organismo fundado pelos reis católicos, que além de outras atribuições, relativas às colónias, podia conceder licenças para armar navios e marcar-lhes até o respectivo rumo. Chegou à capital andaluza em 20 de Outubro de 1517; e, volvido algum tempo, casou com D. Beatriz Barbosa, filha do português Diogo Barbosa, que à protecção de D. Álvaro de Bragança, irmão do duque D. Fernando, decapitado em Évora, devia a sua vantajosa situação, pois era comendador de Santiago e lugar-tenente do alcaide do alcáçar sevilhano.

O testamento, feito a 24 de Agôsto de 1519, justifica-se absolutamente. Fernão de Magalhães deixava, em Sevilha, um filho de seis meses, Rodrigo de Magalhães, e a esposa grávida; precisava, portanto, de dispôr dos seus bens, para o caso de falecer durante a arriscadíssima viagem, que por ignotos mares ia empreender.

E' um documento valiosíssimo, pelas informações que ministra. Não menciona quaisquer bens em Portugal. Se os herdou, vendera-os, venda natural e lógica, desde que resolvera abandonar o país natal. Em data desconhecida, mas com certeza anterior ao ano em que Magalhães e Faleiro partiram para Espanha, publicara D. Manuel uma carta de lei, proibindo os pilotos, mestres e marinheiros portugueses de aceitar serviços em países estrangeiros, sob pena de perderem *todos os seus bens moves e de rraiz* e serem *degradados por quatro anos para a ilha de santa ellena.* (1)

O testamento mostra-nos, porém, que, provindos dessa venda ou das suas transacções com os mercadores, Magalhães possuía cabedais suficientes, não só para deixar vários legados — entre outros, trinta mil maravedis ao seu pajem Cristovão Rebelo e dez mil a um escravo que trouxera de Malaca, a quem dava alforria — como para adquirir fazendas, que embarcara na esquadra, até o valor de mil ducados, conforme lhe permitia a convenção celebrada com Carlos I em Valladolid, a 22 de Março de 1518. E tudo isto se fazia, sem tocar no dote da mulher, seiscentos mil maravedis, que deviam ser pagos em primeiro lugar, assim como as respectivas arras, que o testamento, aliás, não especifica; mas refere-se a *toda la otra fazienda q yo tengo en esta dicha cibdad de Seuilla.*

E' certo que o futuro imperador lhe mandara abonar, a partir daquela data, cinqüenta mil maravedis anuais, como capitão da armada; e em Aranda do Douro, de caminho para Saragoça, onde ia ser jurado pelas Côrtes de Aragão, ordenando diversas providências destinadas a abreviar os aprestos da expedição, Carlos I aumentara-lhe o sôldo com oito mil maravedis mensais, afóra trinta mil, por uma só vez, a título de ajuda de custo. A circunstância de fazer parte do séquito rial, durante alguns meses, não lhe permitiria, porém, grandes economias. De Portugal é que êle traria todo o dinheiro, que lhe fôra possível apurar.

(1) *Cartas de Affonso de Albuquerque. Documentos elucidativos*, t. III, pág. 194.

Há, no testamento, certos legados, que especialmente nos interessam, por nêles figurar o único, feito a uma terra portuguesa. A décima parte dos lucros da expedição devia repartir-se por quatro mosteiros: um têrço para o de Santa Maria da Vitória, em Triana, na cidade de Sevilha, destinado à construção da sua capela; os dois têrços restantes seriam divididos, igüalmente, pelos mosteiros de Santa Maria de Monserrate, em Barcelona, de S. Francisco em Aranda do Douro, para ajuda do claustro, e de *santo domyngo de las dueñas e la cibdad del puerto de portugal para las cosas q mas neçesarias fueren al dicho monesterio.*

O govêrno das terras e ilhas descobertas, com o título de *Adelantado*, assim como a *veyntena* de todos os seus rendimentos e outras mercês contidas na capitulação ajustada com *sus altezas* — Magalhães dá sempre êste tratamento, ao estilo dos monarcas portugueses, a Carlos I, e a sua mãe a raínha Joana a Louca — deixa-os o célebre navegador, constituídos em morgado (*mayoradgo*), a seu filho Rodrigo de Magalhães; e, na falta dêste, ao filho ou filha, que nascesse de sua mulher. Se falecessem sem descendência, passaria o morgado para seu irmão Diogo de Sousa, *q agora byve con el serenysymo señor Rey de portugal;* e no caso de também não ter filhos, herdá-lo-ia então sua irmã Isabel de Magalhães. A ambos era imposta a condição de usar o seu apelido e as suas armas, *sin las mesclar con otras algunas*, devendo residir e casar em Castela. Ficavam ainda obrigados a entregar, anualmente, à sua viúva, enquanto viva, a quarta parte do rendimento total do morgado. Conforme decretara Carlos I, tôdas as mercês, concedidas a Magalhães, passavam integralmente para os seus herdeiros: esta foi a origem das ambiciosas tentativas, a que a sua herança deu ensejo.

Está demonstrada a falsidade do testamento de Fernão de Magalhães, datado de Belem, em 1504. Pois o de Francisco da Silva Teles, feito no Maranhão, em 1580, é tão falso como aquêle. Nomeando por únicos e universais herdeiros seu filho António da Silva de Magalhães de Faria e seu neto, *filho do sobredito filho*, Gonçalo Álvares Moreira da Silva, o testador ordena a todos os seus descendentes que na sua casa de Pereira, em Sabrosa, *não ponha outra pedra de Armas nem acrecentem outro Brazão, porque quero que em todo o tempo se conservem picadas e razas, do mesmo modo que as mandou por o nosso Senhor Rei, pello delito de Fernando de Magalhaens se passar a Castella em desserviço deste Reino a descobrir novas terras.* A casa de Pereira — o próprio testamento de 1504 o afirma — não pertencia a Fernão de Magalhães, mas ao cunhado, João da Silva Teles; e as armas, que ostentava, eram as do seu proprietário. Não havia, portanto, motivo algum para que D. Manuel as mandasse picar. O simples facto de ser João da Silva Teles casado com uma irmã não podia justificar uma penalidade, que nem para exemplo servia. ¿Como admitir que o rei punisse um cunhado, e continuasse aceitando os serviços dum irmão, que tão cordiais relações mantinha com Magalhães, que até êste o escolhia para herdeiro?

Não merecem inteiro crédito os *Nobiliários*. São, porém, numerosos os irmãos, que todos atribuem ao navegador — por sinal, nenhum menciona uma irmã com o nome de Teresa — e não consta que algum sofresse a mínima perseguição. ¿Como explicar, então, a má vontade, o ódio dos moradores de Sabrosa, que o testamento de Francisco da Silva Teles põe igualmente em relêvo, ódio que os obrigou, a êle e ao pai, sobrinhos de Fernão de Magalhães, a fugir para o Brasil, com mêdo dum levantamento dos vizinhos, quando, em todo o país, outros parentes, muito mais conjuntos, viviam em plena paz e tranqüilidade? Pura invenção, como a das armas *picadas e razas*, destinada a estimular as simpatias da Espanha, em favor dum pretenso representante do marinheiro insígne, a quem ela devia, além da imorredoura glória do feito, tôdas as suas possessões no Pacífico. Com êsse intuito, procurou o interessado reforçar a afirmação do testamento com uma prova testemunhal. O que esta prova vale, mostra-o o singular documento publicado pelo sr. Francisco Manuel Alves:

Há pouco tempo, discutia-se, num congresso sul-americano a língua em que cada delegado devia falar. Quando um dêles, aliás, alto e nobre espírito, declarou que falaria no seu dialecto, já com fumaças de emancipação, o delegado da Venezuela, lugar onde talvez o castelhano se conservou mais puro, pediu a palavra: — *"Eu me contentarei de falar na língua de um cavalheiro que se chamou Cervantes."* Bela lição para os que se julgam diminuïdos por falarem a língua de outro cavalheiro, que se chamou Luís Vaz de Camões.

Dr. Baptista Pereira

"Como as correntes immigratórias que afluïram ao Brasil, ramo brilhante da civilização portuguesa dos seus tempos de fulgor histórico, na fase da conquista e do povoamento provinham da Ibéria, são os aglomerados humanos de lá, de origem celtíbera, romana, germânica, mourisca e, em menor escala, cristã-nova, ligadas a os ameríndios e aos africanos que nos interessam em primeira mão. A cultura brasileira é, pois, um transplante da europeia executada pelos portugueses dos tempos heróicos e que aos poucos vai gerando o que chamaríamos civilização brasileira, dadas as interferências de côr local. Cultura é a manifestação espiritual do progresso e capacidade de um povo e a civilização as conseqüências daquela no terreno material e da aplicação."

Tent. H. Oscar Wiederspahn

Tudo indica que os Holandeses tinham por fim fundar uma colónia de tipo mercantil, como têm sido as da Oceânia e América e como foram as portuguesas das Indias Orientais e a do Brasil até Martim-Afonso, as quais desempenham até hoje o papel de celeiros da Metrópole, com a colonização branca reduzida ao mínimo e o trabalho indígena elevado ao máximo, para que se não inflame na consciência e no coração de seus habitantes, aí nascidos, a idéa e o sentimento de pátria. Pela sua orientação contrária, aos Portugueses, que deram ao Brasil uma população a que não faltava o sangue de suas melhores estirpes, assim como a prosperidade dos países que produzem para si, a hipótese de uma futura nação independente não deveria ser estranha ao pensamento dos estadistas de Lisbôa. Houve épocas, como essa que precedeu a invasão e como a das últimas décadas do segundo século, sem contar mesmo o período seguinte — do florescimento pelo ouro e pelas gemas — que mais pareceram o engrandecimento de um grande povo do que a fartura de uma colónia. Não é totalmente justa a frase de Oliveira Martins, segundo a qual o Brasil não passava de *uma fazenda ultramarina*. Essa designação é mais aplicável às colónias de exploração que às colónias de produção. Em resumo, nem econòmicamente nem socialmente, deu para os Brasileiros resultados apreciáveis a ocupação holandesa; e retardou de meio século o impulso dos habitantes do Nordeste para o interior.

F. Contreiras Rodrigues

Entre os documentos do codice que vamos seguindo — *Documentos relativos ao Grande Navegador Fernão de Magalhães*, etc. — figura também um requerimento de Antonio Luiz Alvares Pereira Coelho da Silva Castello Branco de Magalhães, senhor da casa de Pereira de Sabroza, feito em 1798 para que seis escrivães e quatro testemunhas visitassem e confirmassem em forma autêntica que "as armas da sua casa se achão picadas desde o anno de mil quinhentos e dezoito, pela criminosa fugida do irmão de sua oitava Avó D. Thereza de Magalhães, Fernando de Magalhães, Almirante Capitão General, Adiantado mayor do Estreito de Magalhães e de todo o Mar do Sul, Fidalgo da Caza Real de S. Magestade e Cavalleiro da Ordem de S. Thiago; e como as Armas se conservão picadas desde o dito tempo, por ordem expreça do Senhor Rey D. Manuel, por passar ao serviço do Senhor Imperador Carllos Quinto e sua May a Raynha D. Joanna, a quem servio na expedição da descoberta do Estreito do mesmo nome".

As testemunhas e escrivães confirmaram em seu exame os factos constantes do requerimento. (1)

A requerimento do morgado de Pereira, em 1798, seis escrivães e quatro testemunhas visitaram, pois, a sua casa; e certificaram que, duzentos e oitenta anos atrás, o rei D. Manuel mandara picar as respectivas armas! A seriedade desta prova corresponde inteiramente à autenticidade dos testamentos.

Forjados apenas para mostrar que António Luiz Alvares Pereira Coelho da Silva Castelo Branco de Magalhães — em geral, usava só de António Luiz Pereira ou António Luiz Alvares Pereira da Silva — descendia de Fernão de Magalhães, por linha colateral, era indispensável ligar a sua família ao grande navegador.

Com êste fim se redigiu o testamento, datado do Maranhão a 3 de Abril de 1580, em que Francisco da Silva Teles nomeia herdeiros e faz solenes recomendações a seu filho António da Silva de Magalhães de Faria e a seu neto Gonçalo Álvares Moreira da Silva. Mas D. José Manuel de Noronha, estudando a Arvore genealógica dos descendentes de Magalhães, organizada pelo sr. Francisco Manuel Alves, em face das certidões existentes no Arquivo da família Aragão, notou que António da Silva de Magalhães de Faria casara com D. Francisca Pereira da Silva em 5 de de Março de 1600. ¿Como podia o filho Gonçalo Alvares Moreira da Silva, que nasceu dêsse matrimónio, figurar já no testamento do avô, feito vinte anos antes do consórcio dos pais?

Não foi por negligência ou leviandade, que se deu, porém, ao testamento do Maranhão a data de 3 de Abril de 1580. Para facilitar o bom despacho das instâncias espanholas, que tinham de intervir na pretensão de António Luiz Álvarez Pereira da Silva, era conveniente avultar as vèxações sofridas pelos seus antepassados; e com êsse objectivo se elaborou o testamento de Francisco da Silva Teles, lamentosa recordação, não só dos *castigos do Senhor Rei*, como das perseguições dos seus conterrâneos, por haver Fernão de Magalhães saído de Portugal, para *servir Castilhanos, nossos inimigos naturais;* mas o testamento não podia levar uma data posterior a meados de 1580, sob pena de produzir efeitos contrários aos que o pretendente desejava.

São cinco os documentos publicados, no citado volume do *Instituto*, pelo sr. Francisco Manuel Alves. Falta, porém, um, a que se refere o tradutor português da obra de Barros Arana, no *Apêndice* que lhe acrescentou. Escreve Fernando de Magalhães Vilas-Boas:

Entre os documentos que examinámos, está a minuta (em castelhano) de um requerimento feito em 1795 ao rei de Hespanha, por António Luiz Alvarez Pereira Coelho da Silva Castello Branco, em que pedia, na qualidade de oitavo neto e sucessor de D. Thereza, irmã de Fernão de Magalhães, lhe fossem conferidas as honras que êste tinha de *Adelantado mayor y Almirante*, e se lhe désse uma indemnisação pelo que deixára de receber o descobridor pela *contrata* que celebrara com Carlos V, em Valladolid, aos 22 de março de 1518.

Vem junta a certidão da *contrata*, aliás *capitulacion y asiento*, extraída do archivo geral de Indias em Sevilha, subscripta pelo commissário régio encarregado de reconhecer o mesmo archivo, D. Martin Fernandez de Navarrete... Num memorial appenso à referida minuta, se diz que este requerimento fôra, por ordem régia de 16 de maio de 1795, remetido ao real e supremo conselho de Indias. (2)

(1) *Loc. cit.*, Doc. n.º 3.

(2) *Ob. cit.*, pág. 180.

Segundo Pinho Leal, que teve larga notícia dêsses documentos, António Luiz Alvares Pereira da Silva, senhor da casa de Pereira, em Sabrosa, consorciou-se duas vezes: a primeira "com a herdeira única da casa e vinculos dos Cunhas Amaraes, de Provesende e Villa Real", da qual teve duas filhas, que faleceram de tenra idade; a segunda, com D. Petronilha López de Aboin, filha de D. Eugenio José López de Aboin y Cuña e sobrinha do celebrado D. Manuel Godoy, favorito da raínha Maria Luiza e valido do rei Carlos IV. (1)

Residindo em Madrid, lembrou-se António Luiz Alvares Pereira de aproveitar a excepcional situação do tio da segunda esposa — que já o fizera cavaleiro de Santiago — para se apresentar como legítimo representante do descobridor das Filipinas, na qualidade de nono sobrinho e herdeiro do seu vínculo; e requereu ao monarca espanhol, não só a restauração das honras concedidas a Fernão de Magalhães, mas uma avultada compensação, pelos interêsses que lhe eram atribuídos na *capitulacion* assente com Carlos I, e que a morte o impedira de receber. O requerimento é de 1795, mas já em 1793 o nosso conterrâneo começara a tratar do assunto, pois tem a data de 22 de Maio dêsse ano a certidão, passada pelo Archivo Geral das Indias em Sevilha, tanto da referida *capitulacion*, como da carta régia que a confirmou e aprovou. (2) Não esqueçamos que Godoy ascendera a primeiro ministro meses antes, em 15 de Novembro de 1792.

Remetido o requerimento ao Conselho Real das Indias, era preciso instruí-lo com provas convincentes; e surgiram então os falsos testamentos de Belem e do Maranhão, cujas certidões são de 1796. O castigo infligido por D. Manuel aos seus antepassados, mandando picar e rasar as armas da casa de Pereira, devia ser um factor importante para o bom despacho da pretensão; e inventou-se o exame de 1798, para reforçar os dizeres do segundo testamento.

Mas, nêsse ano, deixou Godoy o cargo de primeiro ministro, e o *señor de los Derechos de Fernando de Magalhães, Descubridor que fué del Mar del Sul* — como António Luiz Álvares Pereira da Silva se intitulava — viu as suas ambições por terra. D. Manuel Godoy voltou ao poder em 1801; mas uma queda fatal, quando passeava a cavalo, pôs um trágico fim às pretensões do sobrinho.

Dos documentos, que reüniu, nasceu a lenda de ser Fernão de Magalhães natural de Sabrosa. Algum dos seus descendentes, não duvidando da autenticidade dos testamentos, forneceu ou mandou fornecer a Ferdinand Denis uma cópia do testamento de Belem. (3) Barros Arana, interpretando-a superficialmente, tirou conclusões, que o próprio documento não continha; e o nascimento de Magalhães, naquela povoação transmontana, foi aceito, sem mais reflexão, pela maioria dos seus biógrafos. Pois é uma naturalidade, que deve ser absolutamente rejeitada.

* * *

Um manuscrito da Biblioteca Pública do Pôrto, intitulado *Nobiliario da Caza do Cazal do Paço, offerecido a Gaspar de Barbosa Malheiro por seo tio fr. João da Madre de Deos*, afirma que Lopo Rodrigues de Magalhães, filho de Fernando de Magalhães, da nobre família dos Magalhães da Terra da Nóbrega, "foi para a vila de Figueiró dos Vinhos para ser tutor dos filhos dos senhores de Figueiró e Pedrogão Grande, os quais eram sobrinhos de Izabel de Sousa, mulher de seu tio João de Magalhães, senhor da Barca". (4) Ali exerceu o cargo de *escrivão das cizas;* e do seu casamento com Margarida Nunes

(1) *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 8.º, pág. 278; e Francisco Manuel Alves, *loc. cit.*, pág. 78.

(2) Doc. n.º 4, publicado pelo sr. Francisco Manuel Alves (*O Instituto, loc. cit.*).

(3) Conta Luiz Figuier na sua obra, *Vies des Savants Illustres de la Renaissance (Magellan)*, que Ferdinand Denis escrevera para Portugal, pedindo informações acêrca da naturalidade do grande navegador. Deram-lhas *M. Joaquim Pinto de Magalhães, et M. le comte Azevedo* (deve ser o visconde, depois conde de Azevedo), mas diferentes, um indicando Sabrosa e o outro Figueiró.

(4) Doc. n.º 6, publicado por D. José Manuel de Noronha (*O Instituto, loc. cit*). E' a cópia dum capítulo do *Nobiliário*, na parte relativa à ascendência de Fernão de Magalhães.



Ninguém pede que se vá só ao onomástico medieval, de origem latina ou germânica, buscar nomes para os filhos; isso sería caír noutra maré de pretenciosismo insuportável, porque as "Flavianas", os "Tibérios", os "Tructezinhos", os "Sisenandos", e "Nandulfos" cheiram a bafio e não se enquadram bem na época da telefonia e dos "raids" aéreos. As "Aldonzas", "Urracas" e "Mumadonas" despertam inevitàvelmente um sorriso, por muito tradicionalistas que sejamos. Mas há lindos nomes enraïzados na tradição, que figuram nos Nobiliários, crónicas e anais, muito usados entre nós nos primeiros séculos da nossa vida histórica, e hoje quási raros, como "Constança", "Iria", "Mécia", "Senhorinha", "Mafalda", "Ausenda", "Violante", "Raimundo", "Egas", "Diniz", "Sancho", "Ramiro", "Leonel", "Aires", "Lopo", "Martim", "Estêvão", "Leonardo", "Briolanja", "Guiomar", "Antão", "Aleixo", nomes com pergaminhos de velha nacionalização, hoje postos em debandada pela revoada saltitante das Suzettes e Marizettes...

Teresa Leitão de Barros



Entre as iniciativas patrióticas dos portugueses residentes no Brasil avulta a fundação da Sociedade Luso Africana do Rio de Janeiro, que já conta cinco anos de existência, e por meio de conferências e de um excelente *Boletim* com treze fascículos publicados até esta data, procura fazer propaganda directa do nosso império colonial — esfôrço utilíssimo em país jovem, naturalmente levado a considerar a nação-mãi como mais pobre ou pequena do que é, e mais acabadinha e até caquética do que realmente está. Nunca nos esqueçamos daquêle jornalista brasileiro que há anos percorreu as nossas províncias continentais e se admirou muito de ver campos cultivados e bois a lavrar. Imaginava êle que passávamos aqui ano e dia a cantar o fado, a gemer a saüdade, e talvez a comer violetas ou outra flor ainda mais melancólica, no meio de castelos arruïnados e sepulcros cobertos de teias de aranha. Maravilhado, escreveu então algumas páginas líricas, onde nos prestava homenagem por ainda vivermos, confessando de caminho que as idéas falsas que antes tinha da nossa terra e da nossa gente eram não só suas, mas de tôda a sua gèração...

Sendo natural que isto se pegue, a acção da Sociedade Luso-Africana far-se-á sentir benèficamente entre os próprios portugueses que há longos anos residem no Brasil sem terem vindo a Portugal, e como está também no seu programa ministrar aos grandes diários brasileiros informações freqüentes, exactas e minuciosas acêrca da actividade colonial do nosso país, é óbvia a importância desta obra benemérita, e elementar a gratidão que devemos aos seus iniciadores.

Dr. Agostinho de Campos

teve dez filhos, sendo Fernão de Magalhães o primogénito. Era, por tanto, de supor que o celebre navegante houvesse nascido em Figueiró; e esta hipótese foi também recolhida por Ferdinand Denis, no seu citado artigo da *Nouvelle Geographie Générale*. Mas o *Nobiliário* está errado. O pai e o avô de Fernão de Magalhães, como insofismàvelmente mostram os documentos arquivados em Sevilha, chamavam-se Rui de Magalhães e Pedro Afonso de Magalhães; e a mãe usava o apelido de Sousa e não de Nunes. Se o navegador não é filho do escrivão das cisas de Figueiró, deve esta naturalidade ser também posta de parte. (1)

Barros Arana, ao referir-se às dúvidas e incertezas, que envolvem os primeiros anos de Magalhães, escreve o seguinte: "Os historiadores ora lhe dão por pátria a cidade do Pôrto (Argensola, *Historia de las Molucas*, liv. I, pag. 6, e nos seus *Anales de Aragon*, liv. I, cap. 13, pag. 133), ora a capital do reino de Portugal, Lisboa (San Roman, *Historia General de la India oriental*, liv. II, cap. 25, pag. 341" (2) A categórica afirmativa do historiador chileno só em parte é verdadeira. Fr. António de San Roman diz, realmente, na página citada: *Fernando de Magallanes Portugues, y natural de Lisboa, gran soldado y particular marinero* — suposição inteiramente fantasista, que não merece um momento de atenção. Em nenhuma das obras de Bartolomeu Leonardo de Argensola, tanto nas páginas apontadas, como em quaisquer outras, se encontra, porém, a mínima referência à naturalidade do celebrado navegador. Não podia, por conseqüência, aquêle historiador espanhol dar-lhe por pátria a cidade do Pôrto — leviana asserção de Barros Arana, que revela a inconsistência das suas indicações bibliográficas. (3)

Mas se Bartolomeu de Argensola não disse que Magalhães nascera no Pôrto, outros o disseram, como José Pereira de Sampaio (Bruno), no primeiro tômo da sua obra *Portuenses Ilustres*, publicado em 1907, quando era corrente a naturalidade de Sabrosa. (4) Também para D. José Manuel de Noronha, se não existe *nenhuma prova incontestável, há uma forte probabilidade a favor da cidade do Pôrto*.(5) E ainda recentemente, em duas conferências realizadas na Sociedade de Geografia de Lisboa (1 de Julho de 1933 e 4 de Julho de 1934), o sr. visconde de Lagoa, João Mascarenhas Júdice, defendeu essa naturalidade.

Assenta esta hipótese em dois documentos, inteiramente verdadeiros; de nenhum dêles se infere, porém, uma ilação precisa. O legado ao mosteiro de S. Domingos das Donas, na cidade do Pôrto — a que já nos referimos — mostra evidentemente que Fernão de Magalhães tinha em particular estimação o convento ou a cidade; mas não é prova da naturalidade portuense. Idênticos legados fez o navegador a um mosteiro de Aranda do Douro e a outro de Barcelona. Em Aranda estivera Magalhães alguns dias, quando Carlos I se dirigia de Valladolid para Saragoça; e devia ter boas recordações dessa terra, pelas mercês que o rei aí lhe concedera. Por Barcelona nunca passara; desta cidade era, porém, datada a *cédula*, em que Carlos I confiava a Fernão de Magalhães o comando único da expedição.

---

(1) Ainda no tômo XXXII da *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana* (Art.º *Magallanes*) é apontada esta vila estremenha como uma das prováveis terras natais de Magalhães. As outras são Pôrto e Sabrosa.

(2) *Vida e Viagens de Fernão de Magalhães*, trad. de Magalhães Villas-Boas, Ilustração I.

(3) Transcrevo textualmente o que diz Bartolomeu Leonardo de Argensola, nos dois livros citados por Arana. Na *Historia de la conquista de las Islas Malucas:* Criose Magallanes en servicio de la Reyna doña Leonor despues sirviò al Rey don Manuel. Passó a la India con aquel Alfonso de Alburquerque, etc.". Na *Primera Parte de los Anales de Aragon, que prosigue los del secretario Jeronimo Zurita desde el ano 1516:* "Avia servido Magallanes, en su primera edad, à la Reyna Dona Leonor, y despues siendo Capitan, à su Rey Don Manuel en la toma de Azamor, etc."

(4) Págs. 93-99.

(5) *O Instituto, loc. cit.*

O outro documento é mais importante. Quando Magalhães apresentou as suas propostas na Casa da Contratação de Sevilha, oferecendo-se para chegar às ilhas de Maluco — que afirmava estarem dentro do hemisfério reservado aos castelhanos, no tratado de Tordesillas — por um caminho diferente daquêle que seguiam os navios portugueses, os administradores da Casa não aceitaram os seus oferecimentos. Em compensação, João de Aranda, que ali desempenhava o cargo de feitor, entusiasmou-se pela empresa; e tendo recebido de Portugal as melhores informações acêrca de Fernão de Magalhães, resolveu auxiliá-lo com tôda a sua influência.

O navegador português confiou-lhe então o seu plano; e para ainda mais o interessar, ofereceu-lhe um quinhão nos lucros da viagem. Já fôra reünir-se a Magalhães o cosmógrafo Rui Faleiro, seu sócio na expedição. Conseguiu Aranda que o rei os recebesse; e em Valladolid, onde estava a côrte, foi lavrada uma escritura, a 23 de Fevereiro de 1518, em que Magalhães e Faleiro se comprometiam a dar a João de Aranda a oitava parte do proveito e interêsse que, por qualquer forma, tirassem do descobrimento de terras e ilhas, dentro da demarcação pertencente a Carlos I. Esta escritura provocou até um processo contra o feitor da Casa da Contratação, instaurado pelo fiscal do Conselho Rial das Indias; mas Aranda foi absolvido.

Nêsse documento, publicado por Martim Fernández de Navarrete, no tômo IV da sua *Coleccion de viajes i descubrimientos que hicieron por mar los españoles*, lê-se o seguinte:

> Sepan quantos esta publica escriptura de obligacion vieren como nos Ruy faler vecino de Cubilla ques en el reyno de portugal, e fernando de Magallanes vecino de la cibdad del puerto en el dicho reyno otorgamos e conocemmos por esta carta e dezimos por quanto entre nosotros esta concertado de la una pte e vos juan de Aranda fator del rey nro senor e vecino de la cibdad de burgos en la casa de la contratacion de las yndias de sevilla de la otra q todo el provecho e interesse q ovieramos del descubrimento de las tierras e yslas,.. vos ayays la otava parte, etc.

Vecino, vizinho, tanto em Portugal, como na Espanha, significava e significa habitante, residente com outros na mesma cidade, vila, aldeia ou lugar. Portanto, *vecino de la cibdad del puerto* significaria morador na cidade do Pôrto. Mas nem todos aceitam esta interpretação, fundando-se no facto de estar Magalhães, há quatro meses, ausente da pátria, sem tenção de voltar, o que não faria sentido com a declaração de habitante do Pôrto. Assim pensava D. José Manuel de Noronha, parecendo-lhe — como a Constantino Bayle, cuja opinião cita — que, no caso especial de Fernão de Magalhães, "aquêle *vecino* indica muito provàvelmente a naturalidade do herói"; e acrescenta: "esta interpretação é ainda abonada pela circunstância de, no mesmo documento, João de Aranda estar designado como *vecino de la cibdad de burgos*, quando é certo que a sua residência era em Sevilha, onde o retinha o seu cargo de feitor da Casa da Contratação das Indias". (1)

A declaração de João de Aranda, perante o tabelião de Valladolid, não contraria a significação de *vecino;* equivale a dizer: com *vecindad* em Burgos, mas exercendo agora o cargo de feitor na Casa da Contratação das Indias. (2) Quanto a Rui Faleiro, também a palavra *vecino* é usada na acepção própria, pois o cosmógrafo português residia na Covilhã e de lá partira para Sevilha. ¿Porque havemos, relativamente a Magalhães, de forçar o significado corren-

(1) *O Instituto*, loc. cit.

(2) Na antiga legislação espanhola, numerosas disposições estabeleciam os requisitos necessários para a adquirição do direito de *vecindad*. A João de Aranda aplicava-se esta modalidade de *vecino: Que tiene casa y hogar en un pueblo y contribuye á las cargas ó repartimientos, aunque actualmente no viva en el.*

Antonio de Herrera, na *Historia General de los hechos de los castellanos en las Islas, y Tierra firme del Mar Oceano*, faz sempre distinção entre *natural* e *vecino*. Por exemplo, ao tratar dos capitães, mestres e contramestres dos cinco navios da armada de Magalhães, refere-se dêste modo a João Sebastião de Elcano, que teve a fortuna de concluír a viagem de circumnavegação, como comandante da *Victoria: maestre (da Concepcion) Juã Sebastiã del Cano, vezino de Seuilla, natural de Guetaria en la provincia de Guipuzcoa, cuyo nõbre jamas perecera* (Dec. II, liv. IV, cap. IX).

Dos colonizadores portugueses, na nudez do seu contacto com a realidade, herdámos a noção humana e verdadeira de que a raça não é, por si só, factor de superioridade ou inferioridade. A' sombra dessa concepção, o Brasil foi construído. Para nós, a côr não será, enquanto não perdermos as características fundamentais de nossa formação, estigma aviltante.

Se não bastassem todos os motivos, tão altos, tão nobres, tão desinteressados, que uniram em França, numa atitude fraterna contra a guerra à Abissínia, marxistas e católicos, Claudel e Gide, Malraux e Charles du Bos, nós teriamos ainda o motivo de Mauriac: a dívida de gratidão à África, pelos homens que de lá vieram trabalhar, sofrer e dar à fisionomia do Brasil alguns dos seus traços mais marcantes.

Que a Itália se expanda pelo prestígio do seu génio nacional, pela beleza de suas criações artísticas, pela pujança do seu comércio, pela perfeição dos seus produtos industriais. Expanda-se moral e econòmicamente. Conquiste mercados e corações, países e territórios, quantos sejam necessários às necessidades do seu natural crescimento. Mas nunca pela fôrça das armas assassinas, na arrogância das expedições militares.

A essa arremetida guerreira, todos os homens de bôa vontade devem recusar o seu apoio, com aquela frieza que é, para Alain, a grande fôrça do espírito.

Octavio Tarquinio de Sousa

E' evidente que, a Sociedade de Estudos de Angola vai encontrar o mesmo ambiente de indiferença e até de propopositál ignorância em que têm vivido, por banda das estações oficiais e dos organismos especializados e meios interessados da Metrópole e do Ultramar, a Sociedade de Estudos de Moçambique e a Sociedade Luso-Africana, o esfôrço que vai fazer-se resultará incompleto e ineficaz, acabando por frustrar-se e inutilizar-se, com prejuízo da colónia e do país, cada vez mais precisados de estimularem e fortalecerem tudo o que contribua para criar e exaltar a consciência da nossa tarefa civilizadora e do nosso destino de povo criador de nações e concorra para dar realidade a essa tarefa pelo que respeita ao aproveitamento e progresso do nosso Ultramar.

Por tudo isso me sinto na obrigação de assinalar os trabalhos para a fundação da Sociedade de Estudos de Angola e de exortar os que têm dever de lhes dar estímulo e apoio, a que lhos dêem e comecem a pagar à Sociedade de Estudos de Moçambique e à Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro a reparadora dívida que com elas contraíram, pela benemérita acção por elas realizada. Que pelo menos a Sociedade de Geografia não deixe de chamar à cooperação consigo e de aproveitar, canalizar e valorizar os generosos esforços que as élites de Angola, de Moçambique e da colónia portuguesa no Rio de Janeiro estão realizando em pról da divulgação e da cultura colonial portuguesa.

Dr. Nuno Simões

te de *vecino*, que aparece nessa escritura, quando temos, em outro documento, uma prova flagrante de que êle o empregava no sentido estrito de morador? Compare-se com o seu testamento:

> Sepan quantos esta carta de testamento vieren como yo el comendador fernãdo de Magallaes capitan general de sus altezas del armada del espeçeria marido q soy de dona beatris barbosa vesino q soy desta muy noble e muy leal çibdad de sevylla en la collaçion (paróquia) de santa maria, etc.

A desavença de Fernão de Magalhães com o rei D. Manuel devia dar-se em fins de 1515 ou princípios de 1516. Não podia, evidentemente, continuar na côrte; e retirar-se-ia então para o Pôrto, onde lhe seria fácil estudar e amadurecer os seus projectos, freqüentando assìduamente pilotos e cosmógrafos, como fazia em Lisboa. Ora Magalhães só chegou a Sevilha a 20 de Outubro de 1517. No Pôrto residiria muitos meses, mais de ano e meio. A sua declaração de *vecino de la cibdad del puerto* indicaria, portanto, a terra em que habitava, ao saír para Espanha.

O sr. visconde de Lagoa considera, porém, essa declaração como uma prova irrefragável da naturalidade portuense de Magalhães, porque uma lei de D. Duarte, inserta nas *Ordenações Afonsinas*, determinava que "vizinho se entenda de cada hua cidade, villa ou logar aquelle que delle for natural"; e que a mesma disposição se repetiu nas *Ordenações Manuelinas e Filipinas*. (1)

A lei de D. Duarte (Liv. II, Tit. XXX) nada tinha que ver com a significação da palavra *vizinho*. O seu objectivo era terminar com os abusos de muitos, que "enganosamente se trasmudão dos lugares honde erão moradores, e vizinhos", para outros, "que per virtude dos Foraaes, e Privilegios a elles dados pelos Reyx, que ante Nós forom, som escusados os vizinhos de pagar Portagees, e Dizimas, e outros Direitos Reaes". E se em vez das linhas truncadas, citadas pelo sr. visconde de Lagoa, considerarmos o texto completo da lei, verifica-se que a condição essencial para ser *vizinho* de qualquer povoação não era dada pela naturalidade, mas pela residência:

> Conformando-nos ao Direito das Leix Imperiaaes, e aa usança da Nossa Terra, Hordenamos, e poemos por Ley geeral em todos Nossos Regnos, e Senhorio, que vizinho se entenda de cada huã Cidade, Villa, ou lugar aquelle, que delle for natural, ou em elle tiver alguuã dignidade, ou officio nosso, ou da Raynha minha muita amada, e prezada Mulher, ou d'outro alguu Senhor da Terra, ou do Concelho dessa Villa, ou lugar, e seja tal, per que razoadamente possa viver, e de feito viva; e more, ou seja livre em a dita Villa, ou lugar de servidooe, em que antes era posto, por sceer principalmente servo; ou seja perfilhado em ella per alguu hy morador, e o perfilhamento confirmado per Nos; ca em cada huu destes casos he per Direito avudo por vizinho; e será ainda avudo por vizinho da Villa, ou lugar, onde tever seu domicilio, ou a mayor parte de todos seus bees com teençom, e vontade de aly morar.

E a lei de D. Duarte termina por estas palavras, que mantem a acepção vulgar, tradicional, de *vizinho:*

> Pero nossa teençom nom he, que per esta Ley em alguuã parte sejam tiradas as usanças antiguas de todalas Cidades, e Villas, e lugares dos nossos Regnos, e Senhorio, per que os moradores delles hi som avudos por vizinhos, pera soportar os encarregos dos Concelhos, e servidooes, honde som moradores, etc.

As *Ordenações Manuelinas* (Liv. II, Tit. XXI), tratando do modo como "se faz alguu vezinho pera poder gouuir do priuilegio dado aos vezinhos", ainda são mais claras e terminantes:

> Vezinho se entende de cada hua çidade vila ou luguar; aquele q dela: ou de seu termo for natural: ou em ela teuer algua dignidade: ou ofiçio nosso ou da rainha: ou dalguã senhor da terra: ou do cõçelho dessa vila; ou luguar: e seja dito offiçio tal: per q razoadamente possa viuver: e de feito viua: e more no dito luguar: ou seu termo: ou se em a dita vila: ou luguar algue for feito liure da servidam: em q ante era posto: ou seja perfilhado em ela: per alguã hi morador: e o perfilhamento cõfirmado per nos: ca em cada huu destes casos: he por dereito auido por vezinho. E seja aida auido por vezinho (qlqr natural ou nõ natural de nossos reynos) da vila ou luguar em que casar cõ molher da terra: em quãto hi morar: ou onde teuer mayor parte de seus bes: com tençã e vontade de ali morar.

(1) *A Voz*, de 8 de Julho de 1933.

Portanto, as *Ordenações*, nos seus preceitos sôbre vizinhos, em vez de impedir, contribúem para que à declaração de Fernão de Magalhães se dê a interpretação de morador na cidade do Pôrto. E desta significação restrita abundam os exemplos, em documentos oficiais. Citarei apenas um, que é decisivo. No *Liuro da Portage da cidade de Lixboa dado per ElRei dõ Fernando*, sob o título *Dos que ueem morar aa cidade de Lixboa*, lê-se o seguinte:

> Se alguuas pessoas do Reyno ou de fora delle ueheren morar aa cidade de Lixboa e termho e morare na dicta cidade e termho huu anno e huu dia dhi en diante he chamado vezinho e pagara soldo come vezinho. (1)

Portanto, qualquer pessoa, até de país estranjeiro, que completasse um ano e um dia de residência na cidade ou no seu têrmo, era considerado *vizinho* de Lisboa, começando logo a contribuír com o *sôldo de vizinhança*, a que eram obrigados todos os moradores, em vista de estarem isentos, pelo respectivo foral, de pagar *portagem, nem custumagem*. E depois, para continuar a ser vizinho, bastava morar na cidade três meses, em cada ano (2)

O sr. visconde de Lagoa é ainda de parecer que Magalhães, no contrato com João de Aranda, não iria "declarar-se morador no Pôrto, depois de, não só ter abandonado Portugal malquistado com o Rei, mas por instrumento público ter perdido a nacionalidade do país que lhe fôra berço". (3)

O facto de se haver malquistado com D. Manuel não era motivo que impedisse Fernão de Magalhães de citar o nome da terra em que residia, quando partiu para Castela. Quanto à sua desnacionalização, por instrumento público, se a estas palavras se dá a significação de instrumento jurídico, de declaração proferida em público, diante de tabelião e registada na respectiva nota — como espalharam alguns historiadores — julgo-a uma propositada invenção.

João de Barros, na *Decada III* da *Asia*, impressa em 1563, depois de relatar como Fernão de Magalhães se indignara com o *despacho de seus requerimentos*, escreve o seguinte:

> Finalmete, auindos ambos (Magalhães e Faleiro) neste propósito de dárem algu desgosto a el Rey, deram consigo em Seuilha, leuando alguus pilotos tambe doentes desta sua infermidade: e lá achárã outros amorádos deste regno, com q fizeram corpo de sua abonaçã, por naquella cidade cõcorrer muyta gete deste mister do mar, por causa das armadas q se aly faziam pera ás Antilhas. (4)

Não aparece, portanto, a mínima referência à desnacionalização de Magalhães. Nas *Lendas da India*, concluídas antes de 1561 — pois nêsse ano as estava já retocando — conta Gaspar Correia como o genial navegador se despediu do serviço de D. Manuel:

> Fernão de Magalhães d'ysto aggrauado, porque o muyto pedio a ElRey e elle o nom quis fazer, lhe pedio licença pera hir viuer com quem lhe fizesse mercê, em que alcançasse mais dita que com elle. ElRey lhe disse que fizesse o que quigesse; polo que lhe quis beijar a mão, que lhe ElRey nom quis dar. (5)

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Forais Antigos*, Maço 2, n.º 2.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *idem, idem*.

(3) *A Voz*, n.º cit.

(4) Livro V, Cap. VIII.

(5) Tômo II, pág. 626

Num interessante trabalho do sr. Armando de Matos, *A lenda do rei Ramiro e as armas de Viseu e Gaia*, encontramos estas curiosas informações. Em Setembro de 1255 deu Afonso III foral àvila de Gaia, que ficava assim alevada à categoria de município; e novo foral lhe concedeu D. Deniz, no mês de Agôsto de 1288. Mas D. João I, em 1384, incorporou a povoação, como aldeia, na cidade do Pôrto. Os habitantes de Vila Nova de Gaia não levaram a bem essa decisão; e como se vê duma *Sentença d'el-rei Dom Manoel contra o lugar de Vila Nova, sobre terem la sêlo*, dada em Lisboa, a 1 de Fevereiro de 1501, passados *cento anos pouco mais ou menos,...* os *moradores do dito lugar de Vila Nova ordenarão secretamente entre si de terem um sêlo pendente como de feito o assim fizerão com que asselaram previlégios de visinhança que davão algumas pessoas que assim querião tomar por visinhos*. Estes privilégios de vizinhança eram, incontestàvelmente, cartas de residência.



"Para a fixação da raça portuguesa em Angola temos de estabelecer um tipo superior de civilização e ir procurar modelos e exemplos não ao deplorável modo de viver da maioria dos operários portugueses e sobretudo dos nossos trabalhadores rurais, mas às civilizações mais perfeitas da Inglaterra, da Africa do Sul e principalmente da Austrália, do Canadá e dos Estados Unidos da América", — escrevia eu quando respondi a críticas que me fizeram pelas casas que mandei construír para as famílias de poveiros que emigraram para Pôrto Alexandre. Essas casas, a que chamaram *sumptuosas*, eram modestas, pequenas e de um só piso, ainda que construídas com materiais de carácter permanente e com as linhas da risonha arquitectura portuguesa. Eram sobretudo higiénicas e com uma aparência de limpeza que dificilmente perderão. A respeito delas escrevia uma pobre mulher de pescador a uma amiga que deixára na metrópole: "*Logo que chegamos deram-nos uma casa a cada família, nova, que tem três quartos grandes, 1 sala, quarto de banho e uma cozinha; é tôda murada à volta, com jardim; mobília de 2 camas, 6 cadeiras, 1 guarda louça, 1 mesa, tudo novo.* E acrescenta: "*Aqui é uma terra santa; não há pobres. Até que enfim cheguei ao lugar que queria; tenho em casa tudo por junto; não falta nada para comer; tenho comido peixe que ai só os ricos podiam comer*".

G.al Nórton de Matos



Coube a Portugal o papel de salvador da raça branca. Para contrastar a invasão e a influência barbárico-asiática dois caminhos lhe restavam: ou marchar, por terra, ao seu encontro e combatê-la em campo raso, ou criar meios indirectos de combatê-la. Portugal teve de escolher o segundo. Procurou, no Atlântico, a arma que lhe faltava. A organização científica dos descobrimentos marítimos foi a forja em que o velho Portugal caldeou a espada da vitória.

A guerra é uma questão de rapidez de movimentos e de riqueza, elementos que faltavam aos bárbaros, na maioria nómadas. A navegação e o comércio marítimo iam dar êsses dois factores aos portugueses. As suas bandeiras atlânticas, descobrindo novos caminhos, novos empórios, novos mercados de permuta, iriam pôr-lhe nas mãos a chave da guerra e do predomínio. A escola marítima de Sagres foi o núcleo dêsse movimento, que até hoje está dominando. Se a raça caucásica quisesse erigir um monumento ao seu arquetipo, teria de ir buscá-lo em D. Henrique, o infante navegador, que, dando à Europa o domínio dos mares, lhe deu também o domínio da terra.

Dr. Baptista Pereira

Também nenhuma alusão aqui se encontra a qualquer acto público de desnacionalização.

Foi Damião de Goes quem primeiro o disse na Parte IV da *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanvel*, publicada em 1567:

> ... e conhecendo em elRey que desgostaua delle por este respeito (não lhe haver acrescentado a moradia, como pedira), e por algus reportes que lhe delle fezeram, do tempo que ho steuera seruindo em Azamor, se desnaturou do Regno tomando disso stromentos publicos, e se foi a Castella seruir elRei dom Carlos, a que deu a enteder que has Ilhas de Maluquo, e banda stuam nos limites das demarquações feitas entre elrei dom Fernando, e ha Rainha dona Izabel Reis de Castella, e elRey dom Ioam de Portugal, segundo do nome. (1)

Instrumentos públicos de desnaturalização eram, evidentemente, o contrato que Fernão de Magalhães e Rui Faleiro celebraram com Carlos I, aceitando títulos e mercês, e comprometendo-se a dirigir uma expedição de descobrimento, ao serviço da Espanha, assim como as instruções que lhes deu êsse monarca, regulando a organização e fins da empresa. Goes conhecia os dois documentos; e é possível, portanto, que a frase *stromentos publicos* a êles se referisse. No entanto, o trecho citado parece aludir a instrumentos anteriores à partida de Magalhães para Sevilha.

Conheço frisantes exemplos de desnaturalização por carta régia; mas, nêstes casos, era o rei quem a decretava, sempre com carácter de violenta penalidade. Também sei de fidalgos, que se expatriaram, uns por espírito de aventura, outros agravados e queixosos dos monarcas. Não conheço, porém, exemplo de nenhum, que, acompanhado de testemunhas, procurasse um notário, para lhe declarar solènemente e ficar exarado no respectivo livro, que não mais queria ser português, nem vassalo do rei de Portugal, por ofensas que dêle recebera. Em primeiro lugar, a declaração carecia de efeito legal: emquanto não saísse do reino, continuaria o declarante sujeito a tôdas as leis portuguesas. Em segundo lugar, que tabelião, que testemunhas, se prestariam a êsse acto, que tornado público — pois só com êsse fim se realizava — podia trazer-lhes graves conseqüências?

Se a última audiência, concedida a Fernão de Magalhães por D. Manuel, se passou como Gaspar Correia a relata, estava o ofendido fidalgo implìcitamente autorizado a ausentar-se para Castela e oferecer os seus serviços a Carlos I. Se o facto não é verdadeiro — e nada nos induz a considerá-lo assim — Magalhães partiria do mesmo modo para Sevilha, como era seu decidido propósito, mas não praticaria, antes de abandonar o país, um gesto de inútil jactância, que podendo levantar-lhe aqui sérias dificuldades, também caìria mal no ânimo do próprio soberano espanhol, tão cioso do prestígio da realeza.

Em acto público de desnaturalização, contrário ao mais elementar amor pátrio, seria padrão de desgôsto, senão de vergonha, para todos os seus parentes; e nas numerosas referências que lhe fazem diversos membros da família Magalhães — numa inquirição testemunhal, realizada em Portugal, no ano de 1567, a requerimento dum pretendente à sua herança — não há a menor alusão desprimorosa ao descobridor do Estreito Atlântico-Pacífico. Se êle tivesse solènemente renunciado à nacionalidade portuguesa, também não empregariam Álvaro da Costa, embaixador de D. Manuel junto de Carlos I, nem Sebastião Álvares, seu feitor em Sevilha, reiteradas diligências para o convencer a abandonar a empresa, contratada com o futuro imperador; e não reüniria em Sintra o Conselho Rial, sob a presidência do monarca, para resolver se Fernão de Magalhães devia ser convidado a regressar ao reino, com promessa de mercês.

Quem deu às palavras de Damião de Goes a interpretação de instrumento público, lavrado em Portugal, foi o historiador António de Herrera. Na sua já citada *Historia General de los hechos de los castellanos en las Islas, y Tierra firme de el Mar Oceano*, que apareceu em 1601, lê-se o seguinte:

> ... i no pudiendo (Magallanes) llevar en paciencia, que no se le hiciese la Merced que pedia, determinò de desnaturaliçarse: y tomandolo por fee de Escrivano, se vino à Castilla, estando la Corte en Valladolid. (2)

(1) Cap. XXXVII.

(2) *Decada* II, liv. II, cap. XIX.

Bartolomeu Leonardo de Argensola, nos *Anales de Aragon*, impressos em 1630, não quis ficar aquém de Herrera, e deu largas à imaginação:

> Magallanes, y Faleyro se escusavan lo mas honestamete que podiam (do epíteto de traidores, que lhes dava o embaixador português, Alvaro da Costa), y se resguardavan refiriendo como avian recibido injusticia, y oprobio en la reputacion, y en la hazienda. Que la defensa, privilegio es de Naturaleza, y que ansi podian vsar dél, sin cometer alevosia. Que por huir (ambos) de cometerla, se desnaturalizaron ante Juez, y Escribano, como legalmente lo podian hazer. Começaron, pues, à negociar en Madrid con Don Juan Rodriguez de Fonseca, el qual procedia como Presidete del Consejo de Indias. (1)

Magalhães e Faleiro nunca estiveram em Madrid, nem aí se efectuaram quaisquer negociações. As invenções de Argensola vão a ponto de afirmar que Magalhães, na preparação do seu plano, dava crédito *à lo que le dezian vna Esclava natural de Samatra, que hablava diversas lenguas de la India, y à vn Esclavo Maluco diestro en los Mares, y en los Reynos de aquel Oriente.* (2)

Apesar destas incongruências, a desnaturalização de Magalhães encontrou eco nos historiadores subseqüentes. E' certo que Fr. Luiz de Sousa, nos *Annaes de ElRey Dom João Terceiro*, diz singelamente:

> A razão em que fundou desnaturar-se de Portugal, e o sucesso de sua viagem he tudo tão sabido, que nos forra longa digressão. (3)

Para o grande escritor seiscentista, a frase *desnaturar-se de Portugal* tem, evidentemente, a significação de abandonar o País para servir rei estrangeiro, numa expedição nociva aos intêresses nacionais. A maioria seguiu, porém, Herrera e Argensola, sobressaíndo a todos Manuel de Faria e Sousa, que, na *Europa Portuguesa*, asseverou que Fernão de Magalhães se desnaturalizara *solemnemente del Reyno;* (4) e *de su Patria, na Asia Portuguesa.* (5) A explicação deu-a êle, no comentário aos dois últimos versos da Estância CXL do Canto X dos *Lusíadas*,

> O Magalhães, no feito com verdade
> Português, porém não na lealdade;

e merece ser conhecida, pois nela se inspiraram tôdas as fantasias e amplificações futuras:

> *Lo que hizo con atension a la honra, fue desnaturalizarse del Reyno con actos publicos, para hazerse capaz de buscar outro sin nota: asegurandose que podia ir a qual le pareciesse, quien, como el, no le tenia, en virtud de aquella accion publica.* (6)

Houve, porém, historiadores que, aceitando a desnaturalização de Magalhães, a colocaram em Espanha, por julgarem impossível a sua realização em Portugal. Citarei, apenas, Diogo Barbosa Machado, que na *Biblioteca Lusitana* deixou estas categóricas palavras:

> Não diferio ElRey com injuria da soberania a tão justificada suplica, de cuja repulsa se penetrou tão altamente o Magalhaens, que auzentando-se da Patria como indigna de hum filho tão benemerito, passou a Castella, onde para que em nenhum tempo fosse acuzada a sua fidelidade de menos pura para a Coroa de Portugal se desnaturalizou com publicas, e solemnes demonstrações, e buscando a Magestade Cesarea de Carlos V, lhe prometteo descobrir hum novo caminho para as Ilhas Molucas. (7)

No século XIX, voltou Barros Arana a adoptar a versão de Faria e Sousa:

> Antes de deixar a pátria, Magalhães quis desnaturalizar-se d'ella, como cumpria a um fidalgo do seculo XVI. E assim o fez, por actos publicos, em toda a solemnidade, para poder offerecer os seus serviços livremente a quem melhor quizesse. (8)

(1) Livro. I, cap. XIII.
(2) *Ibidem.*
(3) Parte I, liv. I, cap. X.
(4) Tômo II, pag. 543.
(5) Tômo I, Parte III, cap. V.
(6) *Lusiadas de Luís de Camoens, comentadas por Manuel de Faria i Sousa,* tômo IV, pag. 570-571.
(7) Tômo II, pag. 32.
(8) *Ob. cit.* (trad. de Magalhães Villas-Boas). pag. 23.

Mas o que se percebe é que, se êsse elevado sentimento não podia existir ainda no Brasil e para o Brasil, era trazido às suas plagas de envolta com a ambição dos herois portugueses. Patriotismo que consistia em defender uma riqueza antes que uma pátria, contudo já era o perfume de uma flôr que daria frutos no Brasil mesmo. E que significa a defesa encarniçada do comércio do pau-brasil, aprisionando e punindo duramente os corsários estrangeiros, senão o patriotismo acendrado de que nos legaram exemplos Cristóvam-Jacques em 1526 e Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa em 1531, e com que vieram fundar uma nova Pátria?

F. Contreiras Rodrigues

Se nos orgulhamos da ascendência latina, muito mais devemos fazer da de Portugal, que no-la trouxe directamente. Orgulho da sua virilidade, orgulho do seu espírito de sacrifício, orgulho da sua generosidade, orgulho da sua cultura, orgulho da sua língua.

Dr. Baptista Pereira

Acha o idioma português áspero e tôsco, quem o não sabe manejar; pobre, quem o não conhece; deficiente quem o mede pela sua limitação.

Dr. Baptista Pereira

O Brasil tem hoje em São Paulo o seu centro mais policiado. Polícia, é claro, no sentido em que a palavra aparece nas Ordenações. O outro sentido nem nos interessa aqui nem é o mais honroso da velha e ilustre palavra.

A Baía e Olinda, para não falar em S. Vicente, anteciparam-se à cidade de S. Paulo como centros policiados. Mas foi aqui que a civilização adquiriu no Brasil os seus traços urbanos mais nítidos, as suas qualidades urbanas mais sólidas. Aqui onde se revelou melhor a capacidade brasileira para exprimir-se em estilos urbanos de vida.

O colonizador português — cuja figura cada dia admiro mais — deu a tôdas as cidades que levantou na América uma série de traços comuns: o sobrado "feio e forte", com varanda para a rua — que é a nota brasileira de Bananal como de Rio Formoso, do velho S. Paulo como de Recife antigo; a rua estreita — dentro de certas condições, tão sábia nêste clima; a telha oriental; o jardim emendando com a horta. E sem querer forçar o pitoresco: o tamanco e o palito de dente.

Pelo interior da colónia foi se generalizando o costume anti-higiénico de andar descalço. Ou antes, os dois extrêmos: ou botas de montar a cavalo com rodeitas de prata ou pés no chão. Ao mesmo tempo foi se propagando outro máu costume: o de pinicar os dentes com ponta de faca e até de punhal.

O tamanco e o palito de dente, tão burgueses e tão pouco cavalheirescos, menos românticos, porém muito mais higiénicos que a faca de ponta e o pé no chão, são dois aspectos

A desnaturalização de Magalhães, apesar da falta de documentos comprovativos, foi aceita sem discussão; e a imaginativa dos biógrafos ainda lhe acrescentou, às vezes, pormenores, igualmente carecidos de fundamento histórico. Basta o exemplo de Luiz Figuier, nventando cartas de naturalização em Espanha:

> *Magellan... résolut de s'expatrier. Il renonçat à son droit de nationalité, et demanda à l'Espagne des lettres de naturalisation, qui lui conféraient les droits de sujet castillan, soumis à Charles Quint... Il y fut rejoint par le savant géographe et astronome Ruy Faleiro, qui venait, comme lui, de renoncer à sa nationalité pour se faire Espagnol.* (1)

A lenda da desnaturalização de Fernão de Magalhães, por instrumento público, cuja evolução, flutuações, desvios, acabamos de verificar, deve ser complètamente abandonada; e perde assim, mais um argumento favorável a hipótese do seu nascimento na cidade do Pôrto.

* * *

Estudemos agora a hipótese minhota, sugerida e defendida pelo sr. Dr. António Baião. Conhecido o trágico fim do célebre navegante, a 27 de Abril de 1521, na ilha de Matam, a viúva, representada pelo pai, o comendador Diogo Barbosa — o segundo filho morrera à nascença e o primeiro só dois anos sobrevivera à partida do herói — assim como o irmão, Diogo de Sousa de Magalhães, que nas condições do testamento já acrescentara o último apelido, procuraram habilitar-se à herança, que era realmente sedutora em honras e proventos. Basta dizer que a venda das especiarias, trazidas pela *Victoria* — o único dos cinco navios que conseguiu voltar ao pôrto donde saíra — cobriu todas as despesas da expedição.

A decisão dos tribunais não lhes foi, a princípio, favorável; mas a sentença de revista, dada a 17 de Abril de 1525, reconheceu-lhes o direito à herança:

> *Mandamos quel asyento que su magestad mando tomar con hernando de Magallanes e con el bachiller Ruy falero en valladolid a veynte e dos de março de mil e quinientos e diez e ocho anos se guarde e cunpla con el heredero o herederos de hernando de Magallanes como se guardara e cunpliera con el dicho hernando de Magallanes si fuera bibo concurriendo en el dicho heredero o herederos las calidades en el dicho asyento e capitulaciones contenidas.* (2)

Êstes herdeiros, que a própria justiça espanhola considerava legítimos, faleceram a breve trecho. O mesmo sucedera à irmã, Isabel de Magalhães. Muitos anos depois apareceram, a disputar a herança, outros parentes mais afastados. A primeira tentativa é de Beatriz do Prado Magalhães, moradora em Lisboa, que se dizia sua *universal herdeira*, mas cujos laços de consangüinidade com o heróico desvirginador do Mar Pacífico não transparecem do processo: talvez sobrinha. Chamava-se João de Montalvão e era natural de Entre Douro-e-Minho o procurador que enviou a Sevilha. O seu requerimento foi apresentado em 19 de Maio de 1563; mas o processo não teve seguimento.

A segunda tentativa ministra-nos informações decisivas acêrca da família de Fernão de Magalhães. Em 1567, Lourenço de Magalhães, vizinho da cidade de Jerez de la Frontera, requereu a Felipe II, pelo Conselho Rial das Indias, que na sua qualidade de *el pariente varon mas proximo de Hernando de Magallanes ya difunto, que fué el que descubrió el Estrecho de Magallanes, y como tal... su heredero ligitimo en todos sus bienes, derechos y acciones*, lhe fôsse guardado *el assiento*, que o rei Carlos I tomara com o referido Magalhães. Alegava ainda que era da linhagem do navegador, como o testamento exigia; que uma sentença, passada em julgado, mandava cumprir, nos seus herdeiros, o que se cumpriria com êle próprio, se fôsse vivo; e, finalmente, lembrava que a expedição rendera *mas de quatrocientos mill ducados*.

(1) *Vies des Savants Illustres de la Renaissance* (*Magellan*).

(2) Esta sentença — desdobrei as abreviaturas para facilidade da leitura — consta dum processo, intentado em 1567, por Lourenço de Magalhães, como herdeiro do navegador. Existe no Arquivo Geral das Indias, em Sevilha. Navarrete já se referira a êle, na sua *Coleccion de los Viajes;* e José Toribio de Medina, o notável historiador chileno, recentemente falecido, divulgou-o em parte. Publicou-o, na íntegra, o sr. Dr. António Baião, como *Apêndice* ao seu trabalho, *Fernão de Magalhães. O problema da sua naturalidade rectificado e esclarecido.*

Para documentar estas alegações, juntou Lourenço de Magalhães, além da sentença de revista e da petição de Beatriz do Prado de Magalhães, a que já nos referimos, várias inquirições efectuadas em Espanha e Portugal, provando o seu parentesco com Fernão de Magalhães.

As inquirições realizadas, durante o mês de Fevereiro de 1567, em Jerez de la Frontera e Puerto de Santa Maria, mostravam que Lourenço de Magalhães, português, natural de Braga, vivia há mais de doze anos em Castela, tendo-o encontrado várias testemunhas em Murcia, Toledo, Saragoça e Madrid. Fôra pajem do bispo de Cartagena, D. Estêvão de Almeida, e estivera ao serviço de Rui Gomes da Silva, príncipe de Êboli. Entre cinco a seis anos, que residia em Jerez de la Frontera; e há quatro, casara com Antona Benitez de Osorio, natural da mesma cidade. Usava não só o apelido, mas as armas de Magalhães.

O interessado veio depois a Portugal, para requerer inquirições em Ponte da Barca, Ponte do Lima e Braga. Fizeram-se no correr do mês de Abril. Na Ponte da Barca depuseram: Manuel de Magalhães de Meneses, senhor da Terra da Nóbrega, com mais de setenta anos de idade; João Coelho, escudeiro fidalgo, de oitenta anos; e João Garcia Belo, cavaleiro fidalgo, de noventa. Em Ponte do Lima foram ouvidos: os escudeiros fidalgos Heitor de Magalhães, Fernão de Magalhães, Francisco de Magalhães e António de Magalhães; e D. Eusébia Pereira, viúva de Fernão Brandão. Em Braga prestaram declarações as testemunhas João Moro, vigário de S. Martinho de Dume, Pedro de Sousa, fidalgo da Casa Rial, D. Isabel Matosa, Mécia Alvares, Catarina Antónia, Aires Dias e Isabel Peres.

Os depoimentos, precisos e conformes, provavam à evidência: 1.º Que Lourenço de Magalhães era filho de Paio Rodrigues de Magalhães — que embarcara em diferentes armadas e fôra capitão na Guiné — e neto de Rui Pais de Magalhães; 2.º Que Fernão de Magalhães, o navegador, era filho de Rui de Magalhães; 3.º Que Rui Pais de Magalhães e Rui de Magalhães, apesar de terem igual nome de baptismo, eram filhos do mesmo pai, Pedro Afonso de Magalhães; 4.º Que Paio Rodrigues de Magalhães e Fernão de Magalhães eram, portanto, primos coirmãos; 5.º Que Lourenço de Magalhães, filho dum primo germano de Fernão de Magalhães — a quem, se fôsse vivo, trataria por tio, segundo o uso do tempo — era o seu parente varão mais próximo.

As inquirições demonstravam ainda que o glorioso iniciador da primeira viagem de circumnavegação pertencia à estirpe dos Magalhães, senhores da Terra da Nóbrega, fidalgos de cota de armas e solar. O mais velho dos depoentes, João Garcia Belo, da Ponte da Barca, conhecera-o perfeitamente, assim como ao pai. Idêntica declaração fez D. Isabel Matosa, prima da mãe de Lourenço de Magalhães. O mesmo ouvira António de Magalhães muitas vezes dizer a seu avô, Fernão de Magalhães, residente na quinta de Mato Bom, freguesia de Estorãos, no têrmo de Ponte do Lima. O senhor da Terra da Nóbrega, Manuel de Magalhães de Meneses, também afirmava que o pai, João de Magalhães, freqüentemente se referia a Rui de Magalhães e a seu filho Fernão.

A única conclusão a tirar dêstes depoimentos é que as pessoas de idade bastante avançada — assim como as já falecidas, no dizer dos seus descendentes — que se recordavam de Fernão de Magalhães, só podiam tê-lo conhecido muito moço, na sua infância e ao entrar na adolescência, pois nos fins do século XV já êle se encontrava em Lisboa. Se, nessa tenra idade, vivia com seu pai na Ponte da Barca ou em Ponte do Lima, em qualquer dêstes dois concelhos da Ribeira Lima deveria, portanto, ter nascido o herói, que planeou e dirigiu a mais extraordinária viagem, que a história regista.

Outro depoimento, de alto intêresse, é o de Fernão de Magalhães, da vila de Ponte do Lima, contando que o pai — portador do mesmo nome, aliás muito freqüente nos membros desta família — a miúde lhe dizia "que conhecera Fernão de Magalhães, o descobridor do Estreito de Magalhães, *e que era morador na cidade do Pôrto*". E' evidente

expressivos da irradiação de valores urbanos pelo Brasil rural. Irradiação que se fez da Baía, do Rio, de Olinda, de S. Paulo, do Recife, das cidades mineiras.

O tamanco e o palito de dente foram também — e são ainda — dois elementos de unidade nacional. Onde se ouve um rumor de tamancos pela calçada ou se vê uma pessôa de palito na boca sabe-se — sente-se, pelo menos — que vai aparecer uma cidade brasileira completa: com sobrado, igreja, botica, promotor, moleque, mulata, feijão, dôce com queijo, café e outros elementos de unidade brasileira.

Dr. Gilberto Freyre

Viver como patriota não é fácil principalmente num meio em que as almas, incolôres, duvidosas da sua existência, *materializadas*, não atingem a vida da Pátria, rastejando cá em baixo, em tôrno de mesquinhos interêsses individuais e partidários. Mas para Portugal continuar a ser, precisamos de elevar até êle a nossa vida, conhecê-lo na sua lembrança e na sua esperança, na sua alma, enfim.

Não podemos amar o que ignoramos.

Teixeira de Pascoaes

Para os que conseguem arrancar a idéa do plasma da vida a língua é quási indiferente. O grego de Demósthenes não é mais subtíl, harmonioso e perfeito do que o português de Rui Barbosa.

Nas mãos dos que lhe não descobriram o génio, o equilíbrio, os recursos, a fôrça, a energia, a vivacidade, a plástica, o calor e a fulguração, esta língua maravilhosa fica rialmente tolhiça e canhestra. Para os que a sentem no seu esplendor e conhecem na sua infinita opulência, ela reproduz todos os mistérios da eurítmia grega e do *numero* latino, que consistiam em integrar o pensamento na eternidade do rítmo.

Dr. Baptista Pereira

Se ao criar-se a nacionalidade, as gentes portuguesas que iam conquistando terras aos árabes, começam a pôr de parte os nomes germanicos e, levadas pela pureza da sua fé, dão franca preferência aos nomes de santos e mártires, afirmando assim a sua consciência de estarem assistindo ao glorioso natal duma grande pátria sempre guiada pela graça de Deus, porque não havemos nós, nesta hora de revivescência da tradição e de crença tão fundamentada na fôrça do nosso nacionalismo, afastar dos nossos lábios os nomes próprios que, ao serem pronunciados, não soam em português!?

Teresa Leitão de Barros

que Fernão de Magalhães ali podia ter estado algum tempo, para se aperfeiçoar nos estudos. Aquelas palavras não devem, porém, referir-se ao adolescente, mas ao Magalhães que preparava a sua grande empresa, e escolhera o Pôrto para residência, após a desavença com o monarca, demorando-se nessa cidade mais de ano e meio, antes de saír do reino.

A tentativa de Lourenço de Magalhães não lhe trouxe o menor proveito. Serviu apenas para gastar o pouco que possuía, nas viagens e despesas do processo. Para Madrid seguiu êle, logo que terminou a inquirição em Braga, pois nos primeiros dias de Maio já requerera a versão, em língua castelhana, por um tradutor ajuramentado, de todos os documentos que levara de Portugal. Subiram os autos ao Conselho Rial das Indias; mas o tempo ia correndo, sem qualquer solução. Em Novembro, Lourenço de Magalhães requereu a Felipe II que o fiscal régio junto do Conselho désse parecer dentro de prazo certo. Pediu ainda, alegando não ter bens móveis, nem de raíz, que lhe fôssem oficiosamente nomeados advogado e procurador, e tanto o secretário como o relator do processo, não cobrassem, emolumentos. A sua pobreza era tamanha, que até lhe davam de jantar, por esmola, em um mosteiro da côrte.

O parecer do fiscal, datado de 2 de Dezembro de 1567, foi decididamente, senão acintosamente contrário. A petição não era procedente, nem pelo tempo, nem pela forma como apresentada. Lourenço de Magalhães não provava ser parente próximo de Fernão de Magalhães; mas, ainda que o fôsse, não tinha direito algum a pedir que com êle se cumprisse uma convenção, de carácter absolutamente pessoal. Além disso, se Fernão de Magalhães voltasse a Espanha, teria de prestar contas do dinheiro que custaram os cinco navios da expedição, com a respectiva artelharia, munições, mantimentos e sôldos; e com certeza seria obrigado a pagar uma elevada indemnização. Portanto, o que Magalhães não pôde satisfazer, por haver morrido durante a viagem, deverá exigir-se àquêle ou àquêles, que fôrem reconhecidos como seus herdeiros, acrescido dos juros da mora. Por fim, requeria lhe dessem quatro anos, para que das Indias chegassem os documentos comprovativos das suas asserções.

Muitas das alegações do fiscal eram falsas. Ainda que a *Victoria* não trouxesse um importante carregamento de especiarias, quanto valia o arquipélago das Filipinas, descoberto por Magalhães? E os trezentos e cinqüenta mil ducados de oiro, que D. João III pagou a Carlos V, pela posse das ilhas de Maluco? (1)

Em 8 de Julho de 1568, um dos Senhores do Conselho despachou: *que siga su Justicia lorenzo de Magallanes*. Mas a penúria do nosso compatriota não lhe consentia prosseguir no pleito; decerto desistiu, pois o processo nunca teve seguimento. Fornece-nos, porém, indicações tão preciosas sôbre a família e a infância de Fernão de Magalhães, que podemos chegar a esta conclusão: a naturalidade minhota do glorioso navegador é, incontestàvelmente, a hipótese que reüne mais positivas e reais condições de veracidade.

Queiroz Velloso

---

(1) A urgente necessidade de dinheiro, por causa das guerras em que andou sempre envolvido, era um constante pesadelo para o imperador. Por isso, propôs a D. João III ceder-lhe os seus pretensos direitos sobre o arquipélago das especiarias; e segundo o contrato assinado em Saragoça, a 22 de Abril de 1529, foi arbitrada a cedência em 350.000 ducados. Pois as Molucas ficavam dentro do hemisfério português; como nêle cabiam também as Filipinas, parte da Nova Guiné e quási metade da Austrália, só depois descoberta.

A indevida posse das Filipinas — esta questão chegou a levantar dúvidas em Portugal, nos anos de 1566 e 1567 — é que decerto impediu a Espanha de protestar contra a penetração do Brasil, cuja costa pertencia igualmente ao hemisfério oriental, conforme a demarcação traçada em Tordesillas.



FERNÃO DE MAGALHÃES

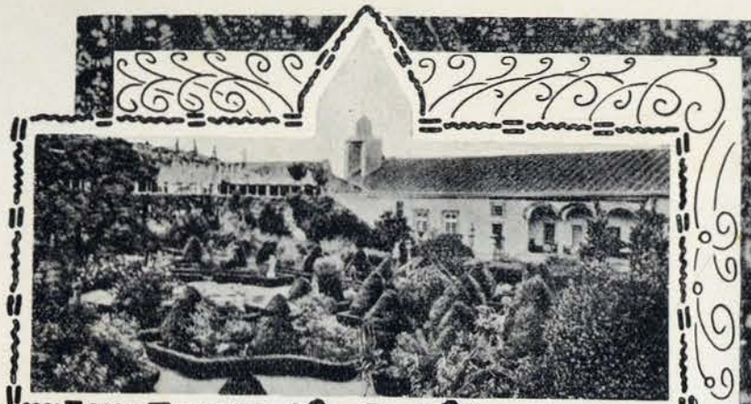
Foram navios castelhanos que singraram em demanda de tão suspirada passagem do Atlântico para o Pacífico. Mas era um português que ia por capitão daquela frota, e eram ainda idéas portuguesas, brios portugueses, alentos portugueses, bizarria portuguesa, os que endireitavam o rumo na solidão dos mares; os que lutavam contra as insurgidas tripulações, os que pelejavam contra a ferocidade dos gentios, e que conquistaram para uma coroa estranha as Filipinas.

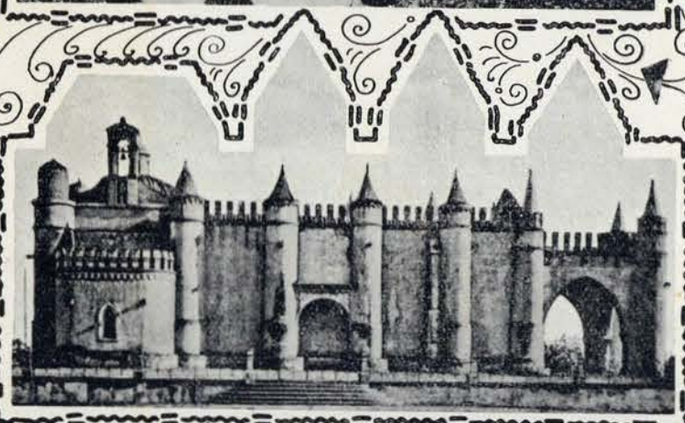
. . . . . .

Os triunfos são sempre do que volta das conquistas. Mas as estátuas podem pertencer aos que ficaram nos campos de batalha. Nas empresas árduas, e quási sobrehumanas, o ir a elas é esfôrço, o voltar é fortuna.

J. M. Latino Coelho

PORTUGAL







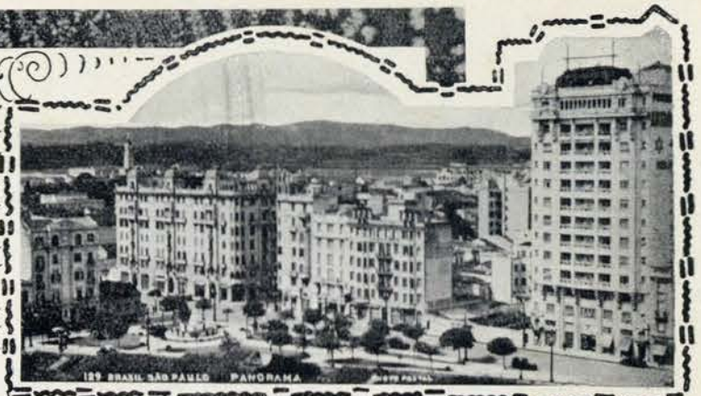




Castelo Branco — Jardim do Liceu
Évora — Ermida de S. Braz
Póvoa de Varzim — Praia
Guimarães — Sociedade Martins Sarmento
Viana do Castelo — Instituto Histórico do Minho

R. O. D. MOULIN

BRASIL







São Paulo — Panorâma
Pôrto Alegre — Praça Barão do Rio Branco
Fortaleza — Edificio Abelheira
Rio de Janeiro — Copacabana
Petropolis — Independência





S. TOMÉ

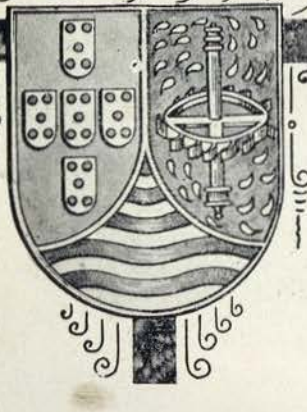


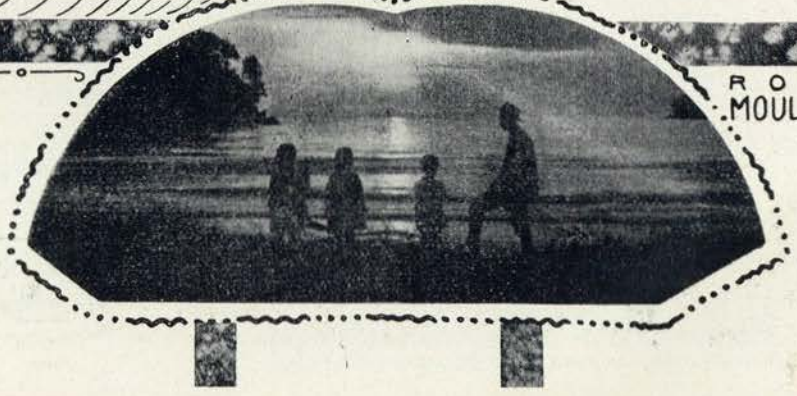






Caminho de Ferro
Roça S. Miguel
Uma enfermaria
Vista da cidade
Pôr do Sol





R O D
MOULIN

Os homens dos bosques e a civilização primitiva

(ESPECIAL)

POR MARIA ARCHER
ESCRITORA E JORNALISTA

Em Angola coexistem duas raças indígenas. Os negros e os boximanes.

Os boximanes são os homens primitivos, vindos da pre-história e petrificados nela. Capelo e Ivens chamaram-lhes "cadáveres surgindo do túmulo, tremendo de miséria e frio!" Monsenhor dr. Alves da Cunha chama-lhes "miseráveis e repelentes". Tipos os mais primitivos da humanidade actual, não sentem desejos de saír pela acção do mesquinho viver que levam, de por qualquer forma assimilar ou progredir. Como os animais, consomem a vida na incessante procura da alimentação.

Julga-se que sejam descendentes dos primeiros habitantes da África. "Homens dos bosques" chamaram-lhes os holandeses, quando ocuparam a África do Sul. E de facto vivem nos matos, que os alimentam.

— Não praticam a agricultura. Comem raízes, frutos silvestres, plantas espontâneas, e qualquer espécie de caça. Não cozinham os alimentos.

— Não têm casa. Vagueiam de caverna em caverna, da fenda da terra ao tronco escavado pela podridão, em tríbus pouco numerosas.

— Não conhecem o ferro, nem o bronze. Constróem o arco, e as setas fazem-nas de pedra ou madeira. E' tôda a sua industria.

— Não possuem nada. Não transportam nada.

— Abandonam os mortos sem entêrro. Abandonam os velhos e doentes.

— Não trabalham, não comerciam, não pagam impostos.

— Não têm animais domésticos.

— Têm cantos, danças religiosas, reconhecem a existência de Deus, e cumprem vários preceitos de moral.

Os negros, selvagens e bárbaros como são, caminham pela evolução civilizadora, com qüalidades que só se avaliam justamente, postas em confrônto com a primitiva miséria dos boximanes.

— Constróem cabanas sólidas e fixas.

— Agricultam, e possuem rebanhos de gado.

— Cozinham os alimentos, e tempéram-nos.

— Trabalham o ferro, o bronze, o barro, a madeira, as fibras vegetais, as peles, o marfim, etc.

— Güardam e transportam haveres e alimentos.

— Comerciam, permutam e vendem.

— Trabalham, e pagam impostos.

— Enterram os mortos, tratam dos velhos e doentes.

— Têm cultos religiosos, moral consciente, instituïções políticas, justiça.

— Possuem armas de ferro, utensílios domésticos, armazens de víveres, objectos de adôrno.

— Fabricam objectos de culto.

— Conservam tradições de história e folclore.

— Inventam historictas, contos, casos humorísticos.

— São inteligentes, observadores, sociáveis e assimiláveis.

— Reconhecem Deus, têm culto pelos mortos, têm liturgia religiosa pelos demónios, danças, cantos, música, jogos, vida espiritual, contratos, feiticeiros, médicos, etc.

A evidente evolução dos negros, o seu anseio de progresso, as faculdades de assimilação que mostram, colocam esta raça na escala daquelas que marcham num rítmo ascencional. Os boximanes são homens para os quais passou, por todo o sempre, a época de viver na terra, e que vão gradualmente extinguindo-se, incapazes de extraírem do miserável sangue que possuem as energias, e as reacções, que levam os homens a vencerem a Natureza e os outros homens.

Os negros, que largamente habitam a África Eqüatorial e Austral, são raça invasora, vinda das grandes terras asiáticas. Atravessaram o Suez e o estreito de Bab-el-Mandeb, possìvelmente então ístmo fechando o Mar Vermelho, e pelo natural caminho do vale do Nilo, e pela Etiópia, derramaram-se pelas mais férteis terras africanas, esmagando a raça aborígene que encontraram, enxotando-a da periferia para as terras mais sáfaras do centro. Com várias nomenclaturas, os resíduos étnicos dos primitivos povoadores africanos, são pertença da mesma raça boximane.

Eu não tenho a mais ligeira pretensão a cientista — por respeito pela ciência e por mim — e apenas um intuito de curiosidade perdôa que eu, com apaixonado interêsse, siga os estudos da etnologia; e um intuito de vulgarização permite que eu escreva sôbre as pesquizas que sondam as profundidades do passado humano.

* * *

Encontrei em trabalhos referentes aos indígenas da Austrália, considerados como os mais primitivos exemplares da humanidade, indicações preciosas que creio aplicáveis aos primeiros ocupadores do chão africano. Êste "Boletim", que tem o gesto airoso de se espalhar no mundo da língua portuguesa, falada em tantas terras que güardam segredos antigos de populações bárbaras, convidando-me a participar na obra memorável do pan-lu itanismo, aliciou-me para levar a outrem a curiosidade que em mim despertou o confrônto entre boximanes e australianos, e a ligação das sobrevivências de cultos e usos entre povos modernos e primitivos. Tôda a História nos mostra exemplos de curiosidades belas e fecundas. Se eu conseguir despertar interêsse mais útil que o meu, terei de algum modo realizado trabalho proveitoso.

Evidentemente que não me pertêncem os estudos directos sôbre êstes deslumbrantes horizontes do passado. No livro "Totens et Tabu" Freud justifica, com a sua atitude, aquela que eu me permito tomar:

"La necessité ou l'on se trouve de condenser les materiaux, fait qu'on est également obligé de renoncer a donner une bibliographie, plus ou moins detaillée. Aussi me bornerai-je á rappeler les ouvrages connus de H. Spencer, Frazer, A. Lang, E. B. Tylor, W. Wundt. La personalité de l'aucteur s'affirme dans le choix des materiaux, et dans les opinions qu'ils lui suggerent."

A ciência profunda e complicada de interpretar as instituïções e vida psíquica dos povos primitivos, não dita ainda conclusões dogmáticas. Há infinitas dificuldades em realizar estudos perfeitos, completos e definitivos. Os sábios, no recato dos seus gabinetes, elaboram as teorias, argumentam nas discussões, baseados em informes de missionários e viajantes, sem que jamais seus olhos tenham visto um selvagem sequer. Os povos primitivos concentram-se em desconfianças e temores, só falam de si próprios, só se revelam, com quem estejam familiares. Manifestam relutância pudica em descrever a dinâmica das suas organizações sociais e religiosas, e inexplicàvelmente, informam falso. E' mesmo possível que não compreendam o alcânce das preguntas, ou que não atinjam em conjunto a complexidade das leis que os dominam. As nossas preguntas vão imbuïdas de conceitos amadurecidos no fogo ardente da nossa mentalidade culta, e o raciocínio do primitivo tem apenas a lógica infantil, chocando-se com a nossa numa incompreensão provinda das mentalidades divergentes. Já ouvi um negro dizer que os brancos preguntam — como falas de doidos!

M. Topinard conta, sôbre êste curioso aspecto das investigações etnográficas, o caso típico do interrogatório duma tríbu de boximanes, por um viajante inglês, assistido de intérprete. Preguntados sôbre a diferença que existe entre o bem e o mal, os atemorizados selvagens não souberam responder prontamente, — nem filosòficamente. O viajante concluiu que estava tratando com brutos, desprovidos de raciocínio, moral, etc. Se apanhassem por cêrco e violência, qualquer rural branco das nossas terras lusas, e introduzindo-o no meio dos raptores, lhe fizessem preguntas sôbre moral e religião, é bastante provável que êle respondesse de forma a desclassificar o intelecto da raça branca.

Vê-se por estas considerações, como são hesitantes ainda todos os passos que a ciência dá, nêste esplendoroso caminho do "estudo do homem pelo homem".

* * *

Julgamos conhecer a evolução da gente pre-histórica, vinda da Ásia, possível Pátria comum das raças humanas, derramando-se até aos confins da Europa, em migrações ainda hoje de causa inexplicável. Através de derrotas que consumiam gerações, arrastando a mulher como animal de reprodução, carga e consumo, o Ariano foi deixando vestígios da sua passagem na terra, pelos utensílios, artes, usos, religiões, mitos, que se conservam. Conseguindo estudar, através dos resíduos que persistem, o passado dos povos ainda hoje selvagens, poder-se-á avançar nas conclusões que permitem estabelecer a origem comum das raças humanas, das bárbaras às requintadas, e o que foi êsse milenário passado de barbaria.

O homem idêntico ao da pre-história é, nalguns pontos do globo, nosso contemporâneo, e estudando as suas actuais instituïções e vida psíquica, encontrar-se-á talvez a forma do que foi, no passado ancestral, a vida e a evolução das civilizadas gentes de hoje. O estudo de povos retardados, como os boximanes de Angola, oferece êste empolgante aspecto de interêsse, vivo documentário de remotas eras.

Os povos que ainda hoje estão primitivos, são descendentes dos antigos primitivos, e portanto tão velhos povos como nós. E' natural que os seus costumes se tenham deformado com o tempo infinito que por êles passou, e se não conservassem numa forma perfeita e extática, viva e anquilosada imagem dum passado velho de milhares de anos. A investigação aprofunda o que êsses costumes apresentam de petrificação do passado longínqüo, e o que lhes acrescenta ou deforma a acção do tempo, que tantas vezes imprime retrocessos à forma inicial.

As mais antigas tradições egípcias falam da África e dos seus negros. E' portanto esta migração negra contemporânea das outras conhecidas migrações humanas, e provàvelmente originada na mesma perturbação das condições da vida na terra asiática. Os povos boximanes, que os negros invasores rechassaram, têm sido considerados como aborígenes da África. Todavia, apresentam caracteres de tão grande identidade com os australianos e negritos, semelhanças de usos religiosos e sociais tão evidentes, que me parece admissível filiá-los na grande família oriunda da Ásia, migratórios de precedentes inundações humanas.

Haverá nos esquimós idênticas instituïções, e semelhanças étnicas? Essa raça retardada será irmã das mesquinhas raças de que estou tratando?

Traduzo de Tylor:

"Os habitantes da Austrália são considerados como raça à parte, sem nenhuma afinidade física ou lingüística com os seus vizinhos — os melanésios, polinésios, malaios, etc."

— Os boximanes também não têm qualquer afinidade com os povos da raça negra que os circundam. Fìsicamente assemelham-se aos negritos da Ásia e Oceânia na configuração da pequena estatura, em média 1m,40, na côr da pele dum tom de cobre sujo, nos olhos oblíqüos, no facies de aparência triangular, nas medidas craneanas, nos cabelos, etc. As linguagens dos negros são idiomas aglutinantes, como o japonês, e expressantes das variações gramaticais por prefixação. Os boximanes, opòstamente, falam dialectos jogando com sufixos, de formação gutural, e intermeados de estalidos, chamados "cliques".

Continúa Tylor:

"Êstes povos não constróem cabanas, não cultivam a terra, não possuem animais domésticos, nem mesmo o cão, ignoram tôdas as artes, até a olaria. Comem exclusivamente a carne que caçam seja de que animal fôr, frutos e raízes silvestres. Não têm chefes, os homens do clan decidindo os negócios comuns. Não é certo renderem culto a deuses superiores".

— Assim vivem os boximanes, v i d a errante, habitando cada dia nova fenda de rocha, ou buraco na terra. Como os animais inferiores o dia inteiro decorre na busca incessante da alimentação. Não cozinham. Ignoram arte ou industria. Abandonam os mortos sôbre o chão em que tombam. Os velhos, os doentes que não podem seguir as deslocações do bando, abandonam-os, afastando-se dêles em marchas apressadas. Não rendem culto aos deuses, embora lhes reconheçam a existência. Não têm chefes, guiando-se pelas ordens dos homens válidos de cada agrupamento.

Julgo que se torna evidente o parênteses social entre os restos dos primitivos africanos, e os povos da Austrália. Diferem dos negros aparentemente, como os brancos diferem dos homens da raça amarela.

Sôbre as instituïções religiosas e sociais dos boximanes há uma importante diferença entre o que eu suponho existir e o que afirma categòricamente o ilustradíssimo missionário monsenhor dr. Alves da Cunha, dizendo rigorosamente que os boximanes não são totemistas, do que ouso divergir, como passo a expôr:

Freud diz textualmente:

"A la place de toutes les instituitions religieuses et sociales qui leur manquent, on trouve chez les australiens le systeme du totemisme."

Sendo êste sistema, e o seu cortejo de tabús, o mais antigo código não escrito da humanidade, e sendo reconhecido que êle existe nos australianos, povos tidos como os mais primitivos do mundo, pensei na possibilidade de encontrar nos boximanes vestígios d u m idêntico sistema. E sendo possível que os boximanes existissem numa tão intensa fase de selvageria, animalidade quási, em que não dominassem leis morais, seriam êles os mais singulares povos do mundo, os mais lídimos representantes do longínqüo passado humano, perdido nas brumas da pre-história e dos cataclismos terrestres!

Porém, encontro nos próprios dados que monsenhor dr. Alves da Cunha fornece sôbre os boximanes, num trabalho etnográfico de maravilhosa claridade de exposição, infelizmente desviado da publicidade, os elementos em que me baseio para comparar com dados que autores modernos apresentam sôbre os australianos. O meu raciocínio conclue pela inclusão dos primitivos habitantes da África no grande sistema totémico, que parece ter sido estágio comum de tôdas as raças de homens.

* * *

Monsenhor dr. Alves da Cunha mostra os boximanes como exógamos, e possuídos de horror ao incesto.

A repulsa pelo incesto existe no mais alto grau entre os australianos. A exogamia é praticada rigorosamente entre êles. No livro "Totem et Tabu" pag. 11 e 12 diz Freud sôbre êstes últimos:

"Nous savons qu'ils s'imposent l'interdition la plus rigoureuse des rapports sexuels incestueux. Il semble même que toute leur organisation social soit subordonnée á cette intention, ou soit en rapport avec sa realisation."

"C'est la loi de l'exogamie, inseparable du systeme totemique."

Os trabalhos de autores estrangeiros a que me refiro, são posteriores ao estudo de monsenhor dr. Alves da Cunha.

Os boximanes cumprem preceitos de elevada ordem moral — Não matar, não roubar, não caluniar, não mentir, não cometer adultério — que se explicam pelas proïbições tabús, usuais no totemismo.

Os negritos da Ásia e Oceânia, que antropològicamente se assemelham aos boximanes, são monógamos, como êstes, e vivem igüalmente na mais primitiva selvageria.

Os boximanes não se designam por numenclaturas totémicas, como os australianos, tribais ou individuais, mas têm "afeição especial por um insecto chamado ngo afeição exagerada até quási aos princípios dum culto naturalista." Ficam assim inclusos no código de 12 artigos que S. Reinach, em "Cultes, Mythes et Religions", construíu como catecismo totémico, introduzindo nêle "todos os signais e fenómenos de sobrevivência sôbre os quais se pode afirmar a existência, num dado momento, do sistema totémico", com êste artigo primeiro: "Certains animaux ne doivent être ni mangés, ni tués; les hommes elevent des individus de ces especes animales, et les entourent de soins".

Não será o caso dos boximanes e do ngo?

Um totem, escreve Frazer, no livro "Totemism and Exogamy", é um objecto material ao qual o selvagem manifesta respeito supersticioso. O totem protege o homem, e o homem manifesta o seu respeito pelo totem de diferentes maneiras, não o matando se é animal, não o colhendo se é planta, etc.

Não será o caso do ngo dos boximanes?

Não é possível esquècer que os actuais povos selvagens são povos com tão longo passado como nós, deformador das instituïções dos antigos tempos. E' esta a razão porque, nos povos que ainda seguem o sistema totémico, êle se encontra nos mais variados estados de decomposição, de fragmentação, de transição, consideràvelmente afastados da forma primitiva. Os boximanes sofreram, a mais da acção do tempo, a acção dissolvente da dispersão da raça, quási destruída pela invasão negra, deambulando vencida em pequenos núcleos populacionais, sem ligação alguma entre êles. Não são nacionalidades persistindo no conservantismo dos seus usos, são pequenos grupos humanos expostos aos azares da fragmentação, nos homens e nas crenças, e contagiados pelo exemplo das multidões negras que os cercam,

divergindo dêles como seres provenientes dum outro astro.

E' mesmo dificil decidir qual a modalidade totémica que se pode actualmente considerar imagem viva do passado humano, e quais as deformações.

Foi Mc Lennan quem, em 1869, reconheceu a importância do totemismo para remontar a história do homem até à humanidade inicial. Instituïções totémicas, mais ou menos fragmentadas, foram encontradas na Oceânia, Ásia, América, África. Mesmo nos povos arianos e semitas se notam sobrevivências, que permitem supor-se que o totemismo foi fase necessária e universal da evolução humana.

Um dos mais importantes preceitos totémicos é a exogamia, a obrigação de casar fóra do clan.

Diz Freud:

"Les prohibitions tabus les plus auciennes et les plus importantes sont representées par les deux lois fondamentales du totemisme — on ne doit pas tuer l'animal totem et on doit eviter les rapports sexuels avec des individus du sexe opposé appartenant au même totem".

Não estão estudados os boximanes, nem os negritos, com a minúcia que foi empregada para os australianos. Não são conhecidas naquêles formas de clan totémico, ou nomenclaturas totémicas. Mas as duas leis fundamentais do totemismo — respeito por um determinado animal e exogamia — são cumpridas pelos boximanes.

Julgo, portanto, que posso dizer — os boximanes são totemistas.

(Continua)

Maria Archer

COMANDANTE CORREIA DA SILVA

Em Lisbôa, e nos derradeiros dias do penúltimo mês de 1935, faleceu o capitão de mar e guerra Sr. Henrique Monteiro Correia da Silva (Conde de Paço de Arcos), escritor, colonialista e oficial da Armada distintíssimo e cheio de condecorações, nobre e honradamente ganhas através de uma carreira das mais fulgurantes e de uma prodigiosa e larga fôlha de serviços à Nação.

Ministro, deputado, governador de vários distritos em Angola, onde cooperou com grande valor e eficiência na obra gigantesca, no esfôrço hercúleo da gestão Nórton de Matos; governador de Macau, terra da sua naturalidade, pois lá nascêra em 8 de Dezembro de 1878, e cujos destinos, após a conflagração mundial e durante três anos, de 1919 a 1922, dirigíra com notável acêrto administrativo e fino tacto diplomático, a ponto de conseguir um acôrdo com o govêrno chinês para a concessão do novo pôrto e de obter, na conferência da Paz em Paris, a solução de uma velha pendência sôbre limítes de águas territoriais entre essa nossa longínqüa colónia e a China; e ainda governador dos territórios de Manica e Sofala (Companhia de Moçambique), cargo êsse para o qual fôra nomeado em 1926 e que em 1927 abandonára, — com um desprendimento e uma altivez que bastariam para consagrar o seu patriotismo, se êle de há muito não o estivesse de facto e por tantos serviços relevantes, — em conseqüência do debatido e rumoroso caso do pôrto da Beira. Tudo isto o Sr. Comandante Correia da Silva — que por ter aderido em 1907 às idéas e aos princípios rèpublicanos nunca usou o título nobiliárquico de sua família — foi por forma exemplar e com aquela dignidade e aquêle escrúpulo de bem servir que a exacta compreensão do dever e a formação diamantina do seu carácter de eleição lhe impunham, sem cuidar de sacrifícios nem medir dificuldades. Sim, tudo isso êle fôra, mas, ainda muito mais e acima de tudo quanto enunciamos, aquilo que êle sempre foi tôda a vida, permanentemente, porque lhe estava na *massa do sangue*, por um atavismo dominador, foi marinheiro, marinheiro até à medula, lobo do mar dos pés à cabeça, cuja alma, longe do oceano, se sente desgarrada e sem bússola, sofre a nostalgia dos horizontes dilatados, — alma cujos anseios a todo o instante se sintonizam com o arfar das máquinas, o rugido do vento, o bramir das águas encapeladas e o balanço do navio, seja êle uma poderosa belonave, um colossal "Hood", um simples barco de recreio ou uma quási inofensiva *casca de noz*, qual a *Ibo*, que sempre há-de ser lembrada, não por proezas guerreiras, embora désse muito mais do que era dado exigir das suas fôrças, no policiamento das águas dos Açores e de Cabo Verde contra as arremetidas vandálicas dos submarinos, mas porque foi a seu bordo, e durante êsse longo e trabalhoso cruzeiro, de vigília constante, noite e dia, meses e meses, que o ilustre extinto escreveu êsse livro emocionante, sentido e por todos os títulos admirável: dos mais belos de que no género se orgulha a língua portuguesa — *Memórias da Guerra no Mar*.

O Sr. Comandante Henrique Correia da Silva, que era um sincero amigo da Sociedade Luso-Arica-na do Rio de Janeiro e que por várias vezes se dignára honrar esta revista com a sua valiosa colaboração, deixou em todos os seus numerosos amigos e admiradores a mais viva saüdade e a mais perene recordação.

SONHO DE IMPÉRIO

(POEMA INÉDITO PELO **DR. MÁRIO BEIRÃO**)

Ah, quantas vezes, revolvendo o Tempo,
Os olhos ennevoados de distância,
As vossas graças, Tágides, evoco;
E o nome de Camões, enchendo os écos,
Ressoa aos meus ouvidos, como o acorde
Dum hino pelos anjos levantado
E por tôdas as liras desferido !

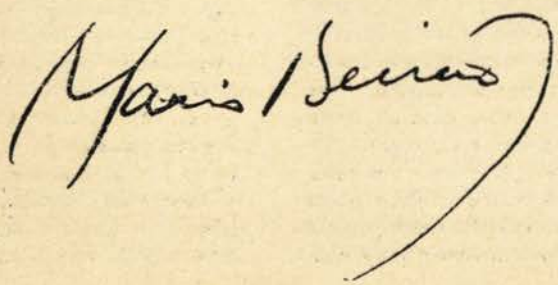
Oh curso de ondas céleres, oh Tejo,
Leva a minha alma, leva-a para Além,
Onde ela possa reflorir, sonhar !

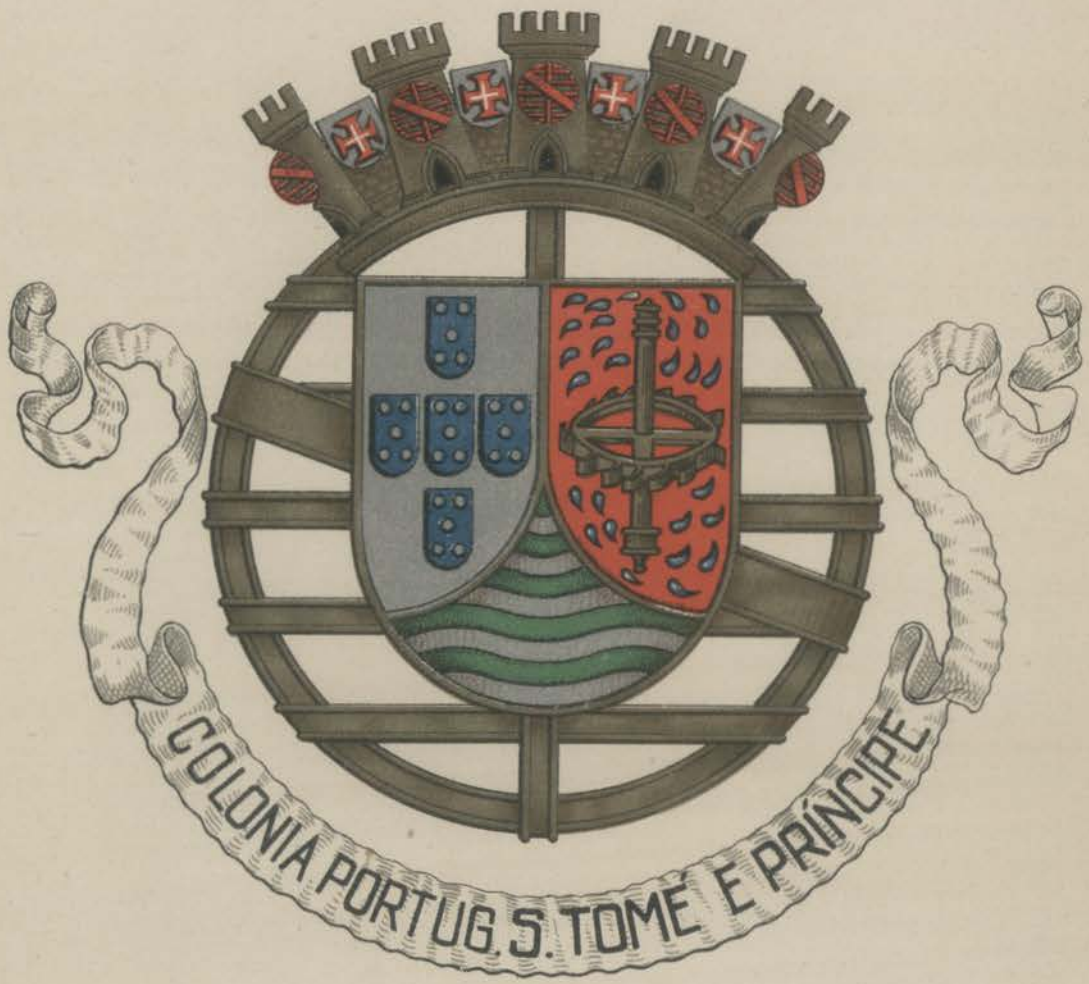
Já lampeja o horizonte... e, a um vento esperto,
Oiço vozes que, súplices, desejam
Minha lial e firme companhia:
Vozes, apêlos, dêsses que ficaram,
Em países inóspitos, lembrando
Da Pátria os finos píncaros saüdosos,
Dêsses que, ao dúbio alvor das madrugadas,
Trocaram o remanso dos seus vales
Pela incerteza escura do Longínqüo,
E dias e noites, em confusas rotas,
Erraram no mistério dos oceanos,
Aos fúnebres compassos do destino !

Rio de águas marítimas, oh Tejo,
Cristal onde faíscam os diamantes
Das ígneas minas, siderais, da Altura,
Leva a minha alma, leva-a, sem tardança,
No teu colo de espumas, para Além:
E eu seja a par das sombras taciturnas
Dos ínclitos Senhores das batalhas,
Heróis, cujas histórias, epopeias,
Entoadas pelas tubas clamorosas,
Reboam nas abóbadas do Céu !

Oh Tejo das manhãs da Antiguidade,
Das Sereias de vozes rescendentes,
Encantando, embalando as naus perdidas;
Rio das remembranças que, de noite,
Acordas os sepulcros dos Jerónimos,
Vem exortar, de novo, os Portugueses
A fazerem-se ao Largo, segredar-lhes
A palavra suprema da Verdade:
E' lá, nas terras de Além-Mar, no afôgo
Da trágica secura dos desertos,
Que Deus espera o seu mais árduo esfôrço
Para lhes dar, depois, a redenção !

Oh nobres descendentes dos que fôram,
Pelos confins do Mundo, "dilatando
A Fé e o Império" e, em cujas altas frontes,
Anjos vinham depôr, serenamente,
Corôas de magníficas estrelas;
E' lá, nêsse recôndito mistério
Das virgens selvas, nêsse indefinido,
Abismado cismar das solidões,
Que, certo, haveis de regressar, um dia,
A' vossa heróica e simples natureza,
A' luz que, em vós, brilhou, — às vossas almas !
E' lá, que, desbravando espessas brenhas,
Colhendo o pão da santa Eucaristia,
Heis-de ascender a Deus, servindo-O e amando-O;
E as paragens adustas e terríveis
Hão-de florir em tais deslumbramentos,
Em tantas maravilhas, que direis
Que atravessais jardins de ideal ventura !
Oh rio de Camões, — em cujo seio
Uma Sereia canta, eternamente,
Os feitos e as memórias dos Lusíadas:
Como, outrora, na praia do Restelo
Esperamos a onda que nos leve !




COLONIA PORTUG. S. TOMÉ E PRÍNCIPE

O ESPÍRITO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

INSTITUTO INDÍGENA

(COMUNICAÇÃO FEITA AO CENTRO DE ESTUDOS DE COLONIZAÇÃO COMPARADA DA UNIVERSIDADE DE ARGEL)

POR GASTÃO SOUSA DIAS
ESCRITOR, PROFESSOR E OFICIAL DO EXÉRCITO

La conquête matérielle n'a pas suffi à notre désir. C'est surtout la conquête morale que nous cherchons — la conquête de l'homme par la bonté, le progrès bienfaiteur et la beauté du droit.

La mise en valeur des colonies françaises.
ALBERT SARRAUT, PAG. 123

O intento principal do Estado português ao iniciar a colonização dos territórios africanos acha-se nìtidamente definido no mais antigo dos *regimentos*, passado ao capitão e governador de Angola, Francisco Correia da Silva, em 22 de Setembro de 1611, na seguinte passagem, que transcrevemos:

"E, porque o meu principal intento e dos senhores Reis meus predecessores *é e foi sempre, nas conquistas que mandamos fazer, plantar e aumentar a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e que as gentes delas venham em conhecimento do seu santo nome*, que, tanto que chegardes ao dito Reino de Angola, vos informareis mui particularmente de tudo o que nesta matéria se tem feito, que sobas foram baptizados, que igrejas se fizeram e estão feitas em suas terras, que ordem se teve e tem com êles para serem instruídos na doutrina cristã e preceitos de nossa santa fé e se conservarem e irem em aumento nela e se permanecerem nela." (1)

Êste foi o intento primeiro, o que prevaleceu acima de quaisquer outros. Mas no mesmo documento se pode encontrar definida ainda a atitude e os processos preconizados para alcançar o desejado objectivo:

"Com El-Rei de Angola trabalhareis todo o possível *por ter paz e amizade* e ver se o podeis trazer à minha obediência, tratando em primeiro lugar que conceda prègar-se nossa santa fé em seu Reino, e o mesmo fareis por trazer à minha obediência todos os sobas *por meios brandos, suaves e sem rigor;* e, dando êles licença à prègação, os não obrigareis a me serem tributários, *senão quando êles por si se ofereçam a o ser*, por eu os mandar defender e amparar (como vassalos a que a isso sou obrigado), por ter entendido que por êste caminho não ficará nenhum que o não venha a ser e, que, negando-se-lhe êste favor e ajuda com a razão de se lhe não poder dar por não serem vassalos, só por isso o serão, e aos que o forem se lhe poderá dar sem escrupulo; e, acontecendo pedirem ajuda os de uma e outra parte, oferecendo-se por isso a serem meus vassalos, os recebereis a uns e outros e *vos metereis de por meio a concertá-los*, pondo da nossa parte tudo o que fôr possível e necessário para que fiquem em paz, amigos e vassalos meus, e êste há-de ser o preço por que se lhe há-de dar o favor e não o interêsse que êles por isso ofereçam e se lhe aceita, ajudando-os sem ficarem vassalos."

Primeiramente a propagação da fé cristã entre o gentio; depois a manutenção da paz, prestando auxílio àquêles que se constituíam vassalos e amigos.

Desta forma os portugueses conseguiam chamar a si os povos africanos, a ponto de, logo no início da conquista, o primeiro governador de Angola, Paulo Dias de Novais poder contar com considerável ajuda da parte dos próprios negros, que combateram a seu lado: "A conversão destas pessoas poderosas na terra dá muito grande ânimo aos portugueses e os assegura muito, porque dêles recebem os avisos necessários e *são acompanhados nas guerras e ajudados* com mui grande fidelidade, sem o que não era

(1) *Angola*, apontamentos sôbre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela — A. Felner, pag. 442.

possível conservar-se esta conquista e aumentar-se o conquistado". (1)

Pelos tempos fóra, o mesmo espírito persistiu. Através das cartas régias, dos regimentos e dos relatórios, palpa-se para com o indígena a mesma larga tolerância, que conduz ao milagre actual de manter a segurança e a ordem dum território como o de Angola, 14 vezes maior que Portugal, confiadas a uma duzia de *companhias indígenas*, recrutadas na própria região! Não será exagêro afirmar que, nos tempos revoltos que vão correndo, nenhuma outra nação colonizadora se poderá gabar de, pela sua humanitária política, ter conseguido resultados tão compensadores.

Mas êste espírito intensificou-se modernamente.

Lembrar a nobilíssima figura de estadista que foi Sá da Bandeira, é nêste momento um dever imperioso, visto que tôda a moderna acção colonial portuguesa se firma e assenta nos alicerces morais por êle construídos. A sua larga obra no sentido da abolição da escravatura inicia-se apaixonadamente quando, abertas as côrtes de 1836, como ministro da Marinha e Ultramar, êle proclama que "sem a abolição dêste abominável comércio, inútil seria legislar, porque uma parte daquêles para quem são destinadas as leis, ou seriam arrebatados para além do mar, ou êles mesmos continuariam a ocupar-se do tráfico e nas guerras intestinas." (2) A sua voz ergueu-se nobremente nêsse dia para, perante os representantes da Nação, afirmar que: "A política, a moral e o interêsse nacional nos devem determinar a abolir êste tráfico; embora se excitem os clamores dos espèculadores e de autoridades corrompidas: *é nêste caso que a espada da justiça deve ser empunhada com mão de ferro.*"

Desde então o glorioso autor do *Decreto de 10 de Dezembro de 1836*, que aboliu o tráfico da escravatura em todos os domínios portugueses, empenha todo o seu vigor e inteligência nessa luta humanitária, que, mercê das vicissitudes e das flutuações políticas, só pôde ser encerrada em 25 de Fevereiro de 1869, pela libertação total dos escravos ainda existentes em território português.

Daí por diante a obra de ascenção social do indígena não pára um momento. Os chefes verdadeiros são aquêles que, às preocupações de administração juntam desígnios de filantropia e se empenham na melhoria das condições materiais e morais do indígena, procurando levá-la a um nível mais alto, pela assistência, pela instrução e ainda pela catequese.

Á abolição da escravatura seguem-se os primeiros passos dados no sentido da transformação da administração das colónias de militar em civil, pela passagem dos *presidios* a *concelhos*. Para essa transformação são em 1913 gizadas lùcidamente as linhas orientadoras.

No *Regulamento das Circunscrições Administrativas da Província de Angola*, aprovado por portaria de 17 de Abril de 1913 (Nórton de Matos), ficaram de facto estabelecidas as normas a seguir nas relações entre as autoridades e o indígena. São da portaria que o aprovou as palavras que seguem e que, pelo seu interêsse capital, transcrevemos textualmente:

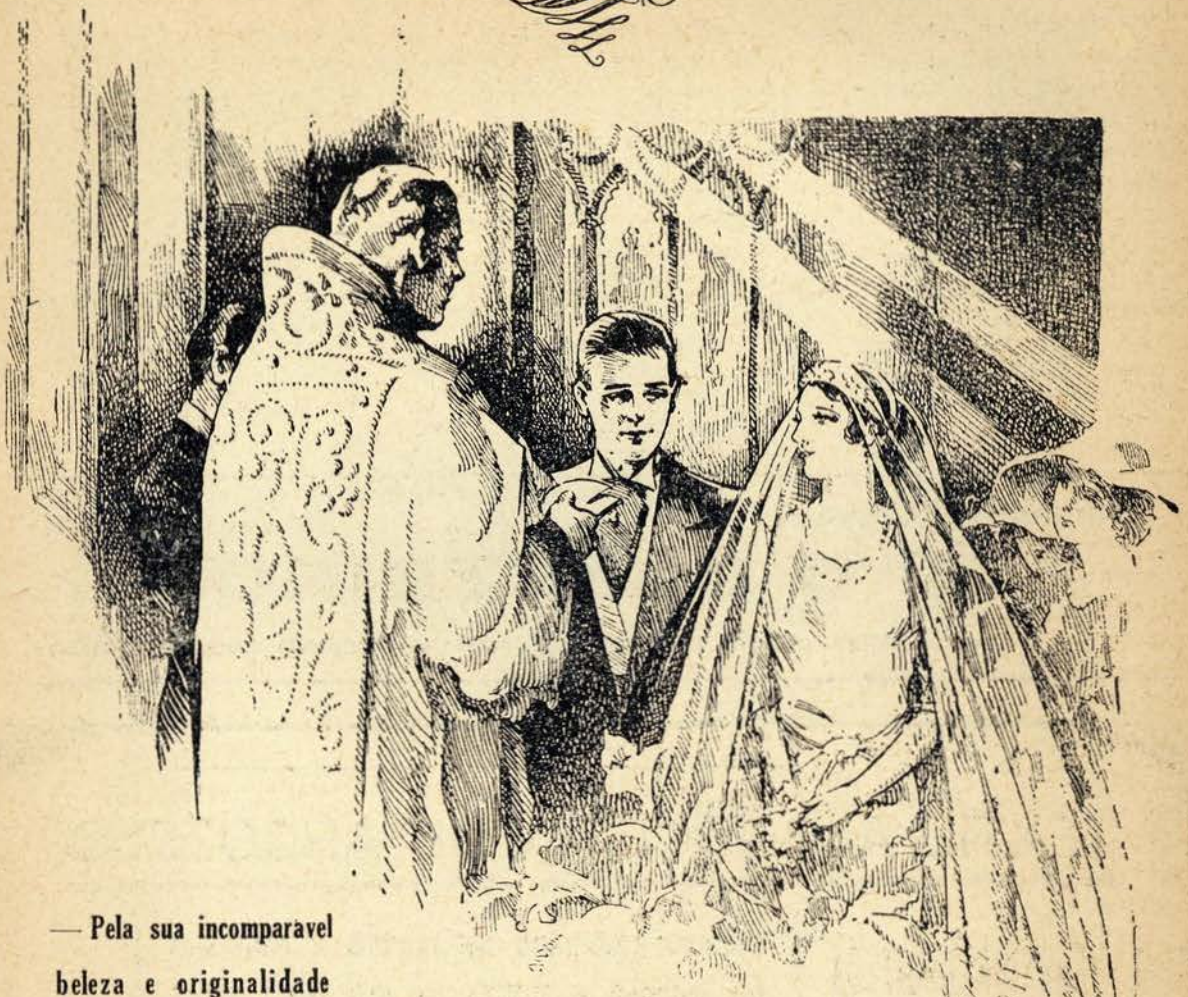
"Não desejo terminar esta parte da minha circular sem mais uma vez declarar que o desenvolvimento económico de Angola reside sobretudo no progresso material e moral dos indígenas da Província. Civilizar, educar e instruír êsses indígenas, aproveitar e desenvolver as suas qualidades de agricultores, proporcionar-lhes assistência médica, evitar desordens, abusos, violências e extorsões, que de tão notável maneira se reflectem no aumento da população, tratá-los com eqüidade e justiça, não os vèxar e não permitir que ninguém os vexe, é o dever de todos aquêles a quem o Estado conferiu o pesado encargo de administrar povos.

"Fazer do indígena de África um agricultor, um artífice independente e livre, possuíndo uma gleba de terra, uma pequena oficina, com instrução profissional e instrumentos que lhe permitam viver com relativo confôrto e produzir mais do que precisa para a sua alimentação e sustento, inundando assim o mercado de géneros e artefactos de tôda a espécie, criar pequenos proprietários ou pequenos industriais, são os fins a que principalmente devem visar a administração e o govêrno de uma Colónia como Angola. E' preciso que todos se convençam disto e que haja a coragem não só de o dizer mas também de o pôr em prática, remando firmemente contra tôdas as idéas preconcebidas, contra todos os sistemas ou hábitos do passado".

(CONTINUA)

Gastão Sousa Dias

(1) *Relações de Angola*, Gastão Sousa Dias, pag. 131.
(2) *Relatório do Ministério do Ultramar*, Sá Bandeira, 1836.



— Pela sua incomparavel
beleza e originalidade

— por serem **GARANTIDOS** e SEMPRE pelos menores preços
devem ser preferidos os nossos

Mobiliarios, Tapeçarias e Decorações

ASA MARCA — **UNES** REGISTRADA

A CASA QUE SERVE CADA VEZ MELHOR E POR PREÇOS AO ALCANCE DE TODOS

65 - RUA DA CARIOCA - 67 - RIO DE JANEIRO

J O R N A I S

Estamos recebendo e agradecemos os seguintes:

De PORTUGAL
O Espozende
Correio de Portugal
Imperio Português
O Comercio do Porto
O Cardeal Saraiva
Mensajeiro do Ribatejo
O Povo de Aveiro
A Plebe
A Idéa Livre
Missões de Angola e Congo
Humanidade
Portugal

De MOÇAMBIQUE
Moçambique
A União
O Notícias
O Emancípador
O Brado Afrícano
O Norte
O Comercio da Beira
O Oriente
O Evangélico

De ANGOLA
A Província de Angola
O Comercio
A Tribuna
Ultima Hora
O Lobíto
Voz do Planalto
Notícias da Huíla
Jornal de Benguela
O Intransigente
O Sul de Angola
Angola
O Estudante

Da INDÍA
O Oríente Português
Heraldo

Do RIO DE JANEIRO
Portugal Republicano

Todo mundo compra

N' O CAMIZEIRO

que vende sempre por menos mesmo com prejuizo !

TEXTIL ALGODOEIRA DE ARCOZELO

D. FERREIRA LIMITADA

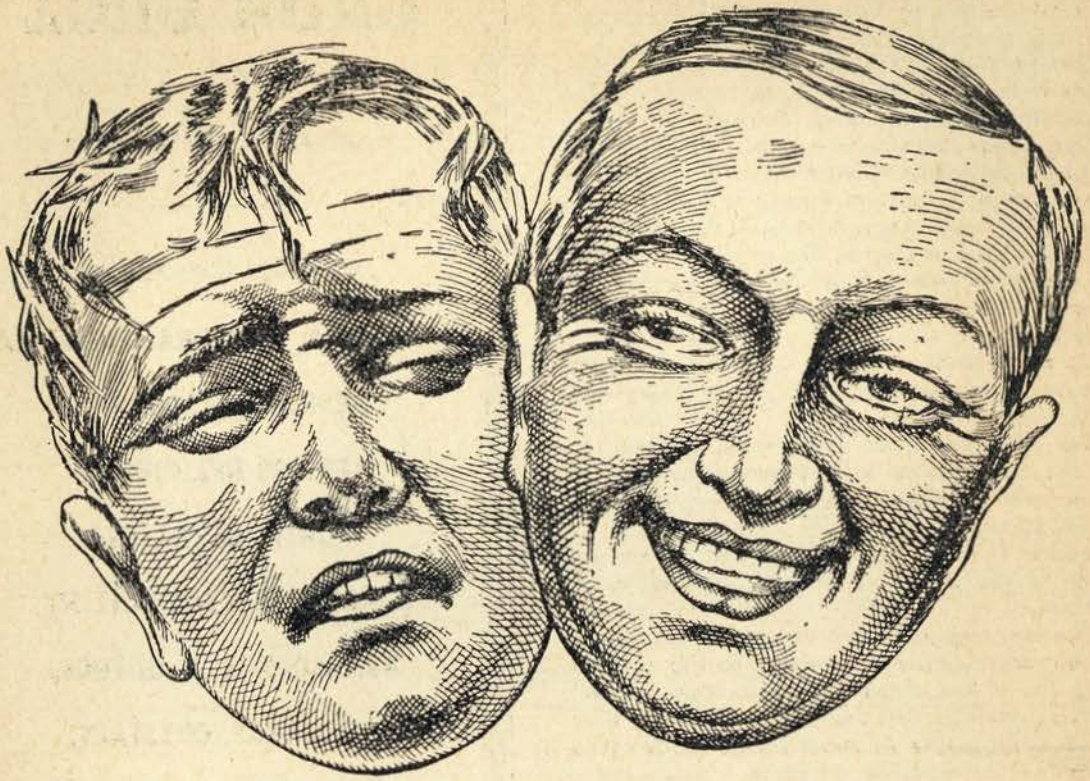
GRANJA
VILA NOVA DE GAIA
PORTUGAL

ESCRITÓRIO
R. ELISIO DE MELO, 41-1.º
PÔRTO

FABRICO ESMERADO DE TECIDOS E FANTASIAS DE ALGODÃO E MIXTOS DE ALGODÃO E SÊDAS

TELEFONES:
ESCRITÓRIO — 2435
FABRICA-ARCOZELO — 4

SECÇÃO DE SÊDAS — Fantasias e tecidos de sêda de alta novidade. Crépes da China, Georgetes, Setins, Sultanas, Estampados e todos os artigos e fantasias de sêda artificial. — — — —



MATA A **DÔR**
SEM MATAR
O SOFREDOR

Pyralgina

GRANADO

GRANADO & Cª RIO DE JANEIRO

Cartilha Colonial

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Janeiro anuncia-nos, com o livro cartilha colonial, as primicias das edições "pan-lusitanas", a que se abalança, num gesto de verdadeiro patriotismo.

Começou bem a simpatica colectividade, cuja operosidade de grande eficiência vai marcando um lugar de alto relevo, nessa amalgama de patrimonios colectivos, em que se emaranha a colónia.

O livro de Augusto Casimiro é uma encantadora biblia da terra moça de Africa, orgulho de nossos maiores e que envaidece os portugueses idolatras da sua origem.

O lírico poeta, seu autor, diz, ao abrir a sua Cartilha, que a escreveu para os pequenos escolares de Portugal.

Bem haja.

São precisamente as crianças da nossa terra, quem mais lucrarão com os ensinamentos que se rezam nesse pequeno — grande livro.

Elas, as crianças, nos seus bancos escolares, no início das suas melhores leituras aproveitarão bem as lições de são patriotismo, que constituem o melhor sabôr da Cartilha Colonial!?

Augusto Casimiro, porém presta um enorme serviço aos adultos, também; e que eles pouco sabem da sua Africa.

E como o magnífico autor de tanta beleza escrita, conta as maravilhas que se escondem no seio da terra fecunda que é êsse magnificente património colonial!

Beleza descritiva; tela animada de colorido e vida; ansia de amôr; rosário de narrativas fortes; que tudo nos prende e nos sugestiona e encanta, a ponto de nos sentirmos capazes de dar a ultima góta de sangue, se a cubiça sair do seu covil e nos quizer afrontar com a sua ira, assaltando-nos essa colossal facha dum Portugal novo, "terra tão rica e tamanha, tão nossa que ao desembarcarmos, sentimos o desejo de ajoelhar beijando-a" — no dizer de Augusto Casimiro.

Cartilha Colonial é, assim, um proveitoso trabalho, que todos os portugueses, especialmente os que teem filhos, devem adquirir — senão como homenagem ao seu autor que bem a merece — como um respeito á própria inteligência de todos nós que nos orgulhamos do nosso nascêr.

In-Portugal Republicano — Rio de Janeiro

LIVRARIA
FERNANDO MACHADO & C.ª L.DA
TELEFONE 5718
RUA DAS CARMELITAS, 15—PÔRTO

COMPRAM TÔDA A QUALIDADE DE LIVROS, QUER AVULSOS OU LIVRARIAS COMPLETAS. ENCARREGAM-SE DE ENCADERNAÇÕES EM TRABALHOS SIMPLES E DE LUXO. ÚLTIMAS EDIÇÕES: RUY VALDEZ, CARTAS DE BRASÃO MODERNAS — 25$000. NARCIZO D'AZEVEDO, PEDRO FEUD TIREN — 12$500. MENDES CORREIA, CARIOCAS E PAULISTAS — 12$000; ORIGENS DA CIDADE DO PÔRTO — 10$000. JOSÉ DE SOUSA MACHADO, SUPLEMENTO AOS BRASÕES INÉDITOS — 10$000. CARTAS DE CAMILO A EDUARDO DA COSTA SANTOS, COM UM PREFÁCIO DE JÚLIO BRANDÃO — 10$000

CASA CRUZ
(A MAIOR PAPELARIA DA CIDADE)
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

GRANDES SECÇÕES DE:

PAPELARIA, PINTURA ARTITISCA,
DESENHO ESCOLAR,
ARTIGOS RELIGIOSOS,
PORTA RETRATOS,
QUADROS, ESTYLO LUIZ XV,
RENASCENÇA E OUTROS,
MOLDURAS, CRYSTAES,
ESPELHOS E VIDROS,
LADRILHOS E TELHAS DE VIDRO,
FERRAGENS PARA VITRINES,
OLEO, MASSA E FERRAGENS
PARA VIDRACEIRO,
SERRAS CIRCULARES,
SERROTES 1/2 ESQUADRIA

J. Teixeira de Carvalho & C.IA
26, R. RAMALHO ORTIGÃO, 28
ANTIGA TRAVESSA S. FRANCISCO DE PAULA
RIO DE JANEIRO

A PROPÓSITO DA ARTE NEGRA

POR **DIOGO DE MACEDO**
ESCULTOR

(ESPECIAL)

A Arte africana, durante certo período da minha vida artística, trouxe-me preocupado pelo seu mistério e pela sua beleza exótica. As artes bárbaras, instintivas e sem o pecado de alheias influências, são as que mais me comovem pelo génio da fantasia e profunda expressividade, que revelam sem artifícios da forma ou de culturas estéticas. Têm o sabor deleitoso dos frutos selvagens, o encanto da novidade imprevista e a fé mais sincera das sensações de quem as inventou. A sua beleza pura, de plástica decorativa e caricatural, ainda que deficiente de síntese, onde o artista, para maior expressividade da sua idéa, não pôs reparos em combinar talhes e matérias sem parentesco algum, e em fabricar coloridos ilógicos — segundo nós, os de sentir contrário — para lhe emprestar mais forte emotividade religiosa, é incontestàvelmente a que mais cabe nos sentidos ocultos de cada homem, que lhe ficaram no sangue como refôrço para a vitória das suas crenças ou ciências. E embora seja esta beleza bárbara a que mais fere o nacionalismo civilizado, que julga ter na inteligência maiores virtudes de verdade e sonho, do que nos sentidos — aquêles admiráveis sentidos que quando éramos pequeninos nos iludiam com o deslumbramento que o mundo nos oferecia —, o certo é que, não descurando uns em favor da outra, não podemos negar o valor intrínseco da arte que tudo atinge e ilumina com verdades diferentes. E' que a arte tem as suas razões particulares que a razão comum desconhece.

Ai daquêles que esqueceram a felicidade dêsses tempos de radiantes espantos, ou que nasceram matemáticos sòmente!... e ai daquêles, também, que só poetas, mergulham à fôrça nas materialidades da ambição!...

—"Le pire des malheurs est, pour les âmes faibles et tendres, d'avoir une fois conu le plus grand des bonheurs",— disse Romain Rolland uma vez. O infortúnio dos felizes é bem mais grave que o dos entrèvadinhos de espírito. A cisma de quem vibra na vida com entusiamos, queima-o fatalmente na renúncia dos desenganos. Abençoados sejam os cèguinhos de nascença aos quais não amortece a fantasia, que de irreal é tão bela como a dos povos primitivos! É certo que ignoram a côr duma rosa, a forma duma nuvem e o sorriso duma mulher... Mas isso por vezes — muitas vezes mesmo — é um privilégio da sorte, ainda que desta o melhor seja a misteriosa dor que igüala em nobreza, uma lágrima a uma tempestade!...

Num álbum que a Agência Geral das Colónias editou, deixei marcado o meu enternecimento pela arte dos nossos negros, numas impressões tão incultas e deficientes como as esculturas que mas sugeriram. E' que a arte gentílica conserva virgem o seu mistério, o mesmo da floresta ou o das suas concepções astrais, até aos mais sábios críticos que têm tentado desvendá-la. Quando muito pode ser estudada, por enquanto, como motivo etnográfico ou idolátrico, e em parte como primícias duma estética simbolista. Na qüalidade de escultor europeu fui censurado pelos sinceros encómios que alinhavei em redor daquêles manipanços e feitiços. Mas não sabia quem me acusava, que de dia para dia a minha paixão por essa arte se avolumava mais, pois que, amando eu a minha Arte — não a que produzo, é bem de ver! — sôbre todas as coisas, arte que foi criada e desenvolvida para a glorificação dos deuses e dos animais, fatalmente que a estimo tanto pelos seus segredos de origem, como pelas perfeições da sua forma, pelo espiritualismo da sua expressão ou pelos predicados da sua estética, seja ela de que século fôr, de tôdas as religiões e de tôdas as raças.

Mas a arte indígena portuguesa, por um justificado motivo de educação histórica, e mesmo por orgulho de quem a sabe protegida pelos primeiros navegadores e inteligentes colonizadores, merece-me par-

ticular carinho para a extremar entre as demais. Estudiosos estrangeiros têm afirmado sem rebuços, que parte dessa arte africana foi subsidiada e estimulada pelos descobridores lusitanos. Que por mais não fôsse, esta versão bastava para que os meus cuidados fôssem além das minhas fôrças.

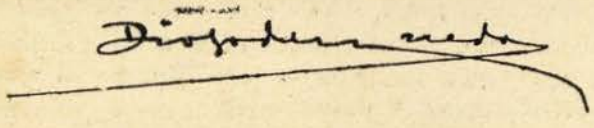
A Arte khmére ou a dos aztecas, a negra ou a helénica, são para mim, igüalmente dignas de admiração, desde que me causem o abalo da emoção que reclamo da alma humana através da sua obra, capaz de me transportar à loucura da exaltação ou ao enternecimento da sentimentalidade. Todo o artista é um romântico, mais ou menos disfarçado. Antes do cérebro tem o coração, que traduzido para a modernamente chamada *sensibilidade estética*, lhe dita a alegria ou a angústia do seu amor à natureza ou ao seu improviso em arte, dum modo adverso do que acontece aos restantes homens. Por poesia intuïtiva e pura, quedamos uns incoërentes de razão, cheios de idolatrias incuráveis, tanto adorando um deus egípcio, uma catedral gótica e uma imagem de Donatello, como uma máscara do Benim, um dragão chinês, um sepulcro medieval ou um nú de Rodin. A arte pré-colombina, na América, ou a pré-lusitana, na África não têm para nós significação inferior às criações realistas dos romanos, místicas dos católicos ou absolutistas da nossa era. A arte é uma fatalidade eterna, com a variedade individual e ilimitada dos escolhidos pelo Destino para a glória dos sonhos, das obras e até dos êrros da humanidade. E o génio de todos êles é igual...

Cecília Meireles, a poetisa brasileira que nos embrouxou a todos, numa conferência que fez em Lisbôa sôbre os desvairos folclóricos do negro do Brasil, disse que "os indivíduos pertencem, por nascença, a uma e outra das legiões em que se dividem os santos, que as comandam." São êstes santos, espíritos duma simbologia materializada em formas, que os artistas veneram sem mesquinhas preferências, pertençam êles a que credo pertencerem. Cada idolatria tem o seu céu, e cada céu tem os seus deuses e os seus demónios, com emblemas e graças variadas consoante os poderes que os adoradores lhes atribuem. A fé dessas crenças foi quem guiou o pulso e a imaginação dos escultores para definirem as suas fantásticas concepções em alegorias de glória, e para as aclarar conforme os ideais da colectividade. A sugestão é um enigma que só os poetas adivinham e os artistas traduzem. De aï serem uns e outros os reveladores ao homem do que o homem sente, e por isso mesmo, geralmente, serem paradòxalmente incompreendidos. E' que o homem por defesa instintiva dos seus mêdos e dos seus amores, escorraça sempre quem lhos interpreta com clareza, ou lhos arranca da alma para lhes dar perpètuïdade. De século a século a destruïção do passado é uma obsessão inconsciente daquêles que no presente se julgam melhores, sobretudo quando se apercebem de não passarem de repetições ou de fracas imitações do já criado, com as imagens deturpadas pela visão nascente.

E' esta obsessão que leva os civilizados a não aceitarem como igüais os primitivos. E é exactamente, por reacção contra esta soberba dos tempos, que os artistas buscam nas bárbaras tradições da arte, a sinceridade plástica com que excitam a própria.

A arte negra, conforme a tríbu e o lugar onde se professa, e segundo a religião que a inspira, tem tal variedade de expressões e tão diversas características técnicas, que impossível se torna classificá-la cientìficamente. De folgazã a terrorista, de curandeira a utilitária, de bélica a idolátrica, a sua escala é ilimitada, assim como a sua magia e o seu mistério. E' uma autêntica criação de génio que o nosso génio ainda não desvendou. Mas isto não impede que a consideremos com igual espanto que a qualquer outra, com aquêle espanto magnífico de que tantas saüdades temos, e que nos excitava em face de qualquer espectáculo da vida, quando éramos crianças.

Lisbôa, Fevereiro—1936.



MARCA REGISTRADA

AYMORÉ



O BISCOITO DE QUALIDADE

B.35-32

"Há lugares-comuns que ferem os povos e que, todavia, se repetem sem outra causa além da preguiça do espírito crítico.

"Sôbre o Brasil, por exemplo, repetimos nós, portugueses, tópicos absolutamente chocantes para a sensibilidade brasileira e é com êles que diplomatas de profissão e diplomatas da literatura querem estreitar as relações luso-brasileiras".

DR. FIDELINO DE FIGUEIREDO

VINHO DE MEZA "ALCOBAÇA"
VINHO VERDE "RIO LIMA"
AZEITE "ALCOBAÇA"

SÃO PRODUCTOS DE LEI

UNICOS IMPORTADORES:

PEREIRA LIMA & C.ª

R. 1.º DE MARÇO, 22 — RIO DE JANEIRO

AGENCIA PORTUGAL

FERREIRA & PINTO L.TDA

CARTAS DE CHAMADA — PASSAGENS E PASSAPORTES
A MAIS VASTA REDE DE AGENTES EM TODO O MUNDO
TELEFONE 22-6963 —:— TELEGR.: AGETUBAL
8, RUA DA CONSTITUIÇÃO, 8
RIO DE JANEIRO

MATERIAES PARA CONSTRUCÇÃO

A. LOPES PEREIRA

ESCRIPTORIO: TEL. 22-9602
PRAÇA TIRADENTES, 31-1.º RIO DE JANEIRO

MADEIRAS E MATERIAES

J. SOARES DA COSTA & C.IA

PROPRIETARIOS

ESCRIPTORIO E ARMAZEM AO

BECCO DOS FERREIROS

31, 33 e 35

TELEPHONE 42-0627 — : — RIO DE JANEIRO

DIAS GARCIA & COMPANHIA LTDA.

GRANDES IMPORTADORES

DE

Ferragens em geral, Oleos, Tintas, Vernizes, Arame farpado e liso, Folha de Flandres, Soda Caustica, Barrilha, Producios Chimicos Industriaes, Aço, Vigas e Ferro em todos os perfis, Chapas pretas e galvanisadas, lisas e corrugadas, Arreios, Munições de caça, etc. Tubos para gaz, agua e vapor. Depositarios do «Sarnol Triple». Artigos em geral para a lavoura. Material para Estradas de Ferro e Marinha. Concessionarios do legitimo Coalho «Estrella». Distribuidores de cimento nacional e do estrangeiro «Urca». Machinas e artigos para a industria de lacticinios, installações frigorificas. Secção «Siebe Gorman» de apparelhos de protecção para todos os perigos: na terra, no mar e no ar. (Extinctores e Mangueiras, Artigos de Escaphandria, Mascaras contra gazes, etc.)

AGENTES DA DYNAMITE E ESPOLETAS "NOBEL"

DEPOSITO E SECÇÃO DE FERRO

Caes do Porto
AVENIDA BARÃO DE TEFFÉ, 26/40
Tels. 24 5.30 e 24-6181

23-Rua Visconde de Inhaúma-25

RIO DE JANEIRO

AZEITE TRICANA

Á VENDA EM TODAS AS BOAS CASAS

OS MARMORES PORTUGUESES E AS JAZIDAS DE PERO PINHEIRO EM SINTRA

Existem em Portugal diversa jasidas de marmores, sendo as principais as que se encontram situadas em Pêro Pinheiro, no importante concelho de Sintra, pertencentes á Companhia Sousa Baptista que, mercê da intensa e bem orientada propaganda, obteve, nos ultimos anos, não só no país mas tambem nos mais importantes mercados consumidores do estrangeiro, a melhor e a mais extraordinaria aceitação.

As oficinas desta Empresa, admiravelmente instaladas na referida localidade, alem duma aparelhagem completa, pois estão providas dos mais modernos e aperfeiçoados maquinismos, são dirigidas por técnicos especialisados e empregam algumas centenas de operarios.

Na visita que fizemos ás referidas jazidas, seguimos com curiosidade as diversas fazes porque o marmore passa desde o arranque dos enormes blocos, com toneladas de pêso, até á entrada na oficina, manipulação e sua embalagem cuidadosa.

Prendeu-nos, porém, a atenção, a forma como é feita a serragem dos pesados blocos, rapidamente transformados em elegantes e lusidias chapas, a maior parte das quais destinadas ao revestimento e ornamentação dos gigantescos edifícios que hoje se erguem por todo o mundo culto.

Uma grande, senão a maior parte da produção das oficinas de Pêro Pinheiro, é destinada aos mercados estrangeiros que lhe dão a preferencia pela excelencia da qualidade dos marmores.

Os escritórios da importante Empreza, situados no largo do Municipio, em Lisboa, são uma afirmativa do que deixamos escrito, pois não só o revestimento exterior, mas toda a decoração interna do magestoso edifício, feita com os marmores matisados das jazidas de Pêro Pinheiro, são um encanto, tornando-se uma exposição permanente do excelente produto nacional.

Dirige a Empreza o Sr. Antonio Soares de Sousa Baptista, nome sobejamente conhecido e acatado em todos os meios comerciais e industriais de Portugal e do estrangeiro e um grande e incansavel orientador da importante industria dos marmores do nosso país.

J. A. COSTA & C.

ENGENHARIA,
ARQUITETURA
E CONSTRUÇÕES

RUA FREI CANECA N.º 245
FONES: 22-4263 e 22-8749
RIO DE JANEIRO



OS FUNDADORES do Seminário de Santa Fé de Goa

PELO P.E ANTÔNIO BRASIO, C. S. SP.

(ESPECIAL)



A leitura inteligente dos velhos Cronistas Portugueses, homens caldeados em são amor de Deus e da Pátria, é para nós, homens abeberados em literatura descerebrada e fútil, escola de elevados nacionalismos, e arrancadas heróicas de soldados da Cruz.

Conta Diogo do Couto que um rei de Cochim dissera um dia mui avisadamente, que aquêles tempos eram os bons em que os Portugueses levavam à India três coisas: verdade, espadas largas e portugueses de oiro fino; porque esta era a moeda, comenta o escritor, com que naquêles tempos se fazia a carga das naus.

A essa idade de oiro se referia com lastimosa saüdade o Cronista; é que escrevia já na decadência franca do poderio luso no mundo oriental, na época de que S. Francisco Xavier podia dizer com graça e verdade: nenhum verbo declinaram os gramáticos por modos, tempos e pessoas tão diferentes, como se descobriu e fez na India de *Rapio Rápis*.

Plètórico de portugueses de oiro fino, enviou-os o Portugal dos velhos tempos à conquista amorosa dos corações de nações desherdadas; muitos foram e são ainda desdenhosamente olvidados; muitos sistemàticamente esquecidos; outros bem pouco lembrados. Assaz lembrados não o têm sido os beneméritos e veneráveis fundadores do Seminário das Missões de Santa Fé, da cidade de Goa — os Padres Miguel Vaz e Diogo de Borba.

O Padre Miguel Vaz, que Diogo do Couto em contradição com Maffeo, Lucena e Francisco de Sousa, chama Religioso, foi sacerdote Secular, Vigário Geral da India. "principal coluna" da Igreja Oriental e o Precursor de S. Francisco Xavier no tocante ao baptismo dos Paravás. De facto, em 1532 partia na armada do doutor Pero Vaz do Amaral, capitão de Cochim, e em trinta lugares diferentes baptizou em alguns dias, com outros sacerdotes, obra de vinte mil almas. Homem virtuoso e apostólico, que na vinha do Senhor trabalhou com muito zêlo e fervor enquanto esteve na India, lhe chamam de comum acôrdo as penas mais autorizadas que dêle se ocuparam.

O Padre Sousa, depois de Lucena que segue, di-lo vindo de Cochim a Lisbôa em Janeiro de 1545 por conselho de Mestre Francisco. Xavier recomendou-o ao Rei com êste elogio, ao mesmo tempo substância da embaixada:

"Deixa tantas saüdades aos cristãos destas partes, que é conveniência mandá-lo logo para os consolar e defender. E ainda por amor de si mesmo o deve V. Alteza fazer assim, porque descarregando a consciência em um ministro de tanto zêlo e industria, satisfaz ao grande encargo que tem, de procurar a glória de Deus nestas províncias, e pode dormir seguro entregando êste cuidado nas mãos de tão experimentado e fiel sacerdote, certo de que êle, com aquela virtude provada por tantos anos que aqui lhe mereceu a Veneração de todos, não há-de perder ocasião de defender e aumentar a Religião Católica. Uma e muitas vezes peço e rogo a V. Alteza, que se deseja o serviço de Deus e da Igreja, se quere gratificar aos bons e fiéis vassalos da India, se quere favorecer aos cristãos novamente convertidos, e remunerar-me algum serviço que lhe tenha feito, faça logo voltar para a India o Vigário Geral, Miguel Vaz.

"As coisas que me movem a fazer esta súplica são a glória de Deus e aumento de nossa santa fé, e o descargo da consciência de V. Alteza, Deus me seja testemunha como falo verdade; porque sei a grande falta que êste homem faz nestas partes. Para satisfazer à mi-

nha obrigação e descarregar minha consciência, digo e protesto a V. Alteza, que é precisamente necessário mandar logo a Miguel Vaz, se deseja que se promova e dilate a nossa santa fé nestas regiões, e que não tornem aos ritos gentílicos os novos cristãos, ofendidos e amedrontados com as injúrias que lhes fazem particularmente os Ministros de V. Alteza: porque só êle tem constância e valor para resistir aos perseguidores dos cristãos."

Miguel Vaz dava também relação ao soberano dos novos mártires da India, pedia gente de socorro para a milícia e guerra espiritual, ao mesmo tempo que o remédio para muitos outros abusos de grande prejuízo à conversão dos gentios e escândalo da nova Cristandade.

Em virtude da pressurosa informação do Apóstolo das Indias, foi o Padre Miguel Vaz tão favorecido e tão bem despachado de El-Rei, que já em Março de 1546 partia de Lisbôa, e ferrava em Goa em Outubro do mesmo ano.

D. João III não se contentou com enviar à India Jesuítas Portugueses, diz Lucena. Escreveu imediatamente ao Padre Fabro, que pouco antes partira para Castela com a Princesa Dona Maria, e que daí havia de ir ao Concílio de Trento, recomendando-lhe que se por aquelas partes, de que era Visitador Regular, achasse muita gente da Companhia, partisse liberalmente para a India.

Ao regressar de Portugal levava Miguel Vaz, além do mesmo cargo de Vigário Geral, Breves do Papa, para, como Inquisidor Apostólico, devassar em segrêdo de certos cristãos novos muito ricos, que viviam em Goa escandalosamente, fazendo as cerimónias judaicas, de de que a India se começava a inçar.

Levava igüalmente uma carta para D. João de Castro, que em Setembro de 1545 tomara o govêrno da India a Martim Afonso de Sousa, em que o Monarca lhe mandava que não sofresse na Ilha de Goa, pagodes públicos nem secretos; que se não permitissem festas gentílicas nem prègadores Brâmanes e que dos Brâmanes fôssem desterrados de Goa, Baçaim e Diu os que Miguel Vaz julgasse por perseguidores da dilatação da Fé; que se dessem os ofícios públicos aos cristãos e não aos gentios; que fôsse um cristão e não um gentio o intérprete das cartas que se escreviam aos governadores da India. Encomendava ainda se defendesse aos portugueses, diz Lucena, sob as penas que lhe parecesse, que por nenhum caso vendessem escravos gentios a mouros, porque estando em nosso poder fàcilmente se faziam cristãos, e no dos mouros logo tornavam à sua seita. Que se fizessem e levantassem igrejas em diversas partes. E três mil pardaos que se dispendiam nas mesquitas dos mouros de Baçaim, se lhes não dessem mais; mas se aplicassem às obras da conversão da fé; que se não fizessem imagens sagradas por pintores gentios. Que se ensinasse a santa doutrina pelas aldeias da Ilha de Goa, e se obrigassem os gentios a se achar presentes. A carta rial foi datada de Almeirim a 8 de Março de 1546.

Ao chegar a Goa começou Miguel Vaz de executar os mandatos riais e apostólicos que lhe diziam respeito. Afirma Diogo do Couto que prendeu logo alguns maus cristãos, enviando-os para o Reino. Mandou derrubar os pagodes da Ilha de Goa, fez desaparecer as públicas idolatrias, festas e superstições gentílicas; desterrou com autoridade rial os Brâmanes que mais impediam a dilatação da Fé; alcançou se desse aos cristãos novamente feitos os cargos e ofícios que dantes serviam os gentios, com grande prejuízo da conversão das almas, não aceitando de El-Rei outras mercês, diz Lucena, que o bem, e favor da Cristandade, em cujo serviço morreu em Chaúl tão gloriosamente como viveu, na entrada de 1547.

Concordam todos os historiadores em que o Padre Miguel Vaz morreu empeçonhado, e que a sua morte foi fruto duma vingança. Lucena diz que segundo se afirmava "acabou de peçonha que escondidamente lhe deram *os Brâmanes*, por ódio da nossa Santa Fé". Diogo do Couto, pelo contrário, relaciona o assassinato do prestigioso sacerdote com o envio que fez para a Pátria dos cristãos escandalosos que em Goa encontrou ao voltar de Portugal em 1546, "porque *os mais* tiveram maneira com que o matar com peçonha". Finalmente, o Padre Francisco de Sousa dí-lo simplesmente empeçonhado *pelos gentios*.

Entre os que muito mereceram na India coloca também Diogo do Couto em lugar de honra o Padre Mestre Diogo de Borba, por ser natural daquela mesma vila assim chamado, homem de muita virtude e *grande Religioso* (no que o Cronista se equivoca, pois a verdade é que foi simples sacerdote secular, pelo menos até quási à morte, como se verá).

Depois de historiar a obra de Miguel Vaz nos têrmos extraordinàriamente elogiosos que vimos, o sempre sensato Padre Lucena acrescenta em louvor dêste denodado apóstolo e

educador, êstes lacónicos mas eloqüentes testemunhos: em nenhumas destas coisas foi segundo Mestre Diogo de Borba, notável prègador daquêle tempo. Era, de facto tão edificativo na vida e de tão insígne talento na prédica, que D. João III o mandou à India com bom salário, em 1538, na campanhia de D. João de Albuquerque, para alí fazer o mesmo apostólico ofício junto dos Portugueses.

Varão de muita virtude que professou na escola de Mestre de Ávila, homem de letras e autoridade, foi tão amigo de S. Francisco Xavier (o que vale, uma consagração) que só nêle encontrava o grande Apóstolo com quem desabafar à sua vontade; foi dedicadíssimo à Companhia de Jesus, vivendo religiosamente de portas a dentro com os filhos de Santo Inácio, depois da fundação do seu Seminário.

Assim dentro de Goa na reforma dos avariados costumes dos Portugueses, como fóra nas aldeias gentílicas, fez e padeceu muito pela glória de Deus, bem das almas e grandeza da Pátria. A êle deve a Companhia de Jesus a primeira Casa que possuiu no Oriente, como por igual a êle devem os Jesuítas o Colégio de S. Paulo, "um dos primeiros de tôda a Companhia", no testemunho de Lucena, corroborado por Francisco de Sousa.

Entre as cartas traduzidas por Turselino, diz o Padre Sousa que anda uma comum aos Padres Diogo de Borba e Paulo Camerte, na qual Xavier fala com ambos como se ambos fôssem seus súbditos. E em outra particular ao Padre Camerte, diz-lhe estas extraordinárias palavras: "obedecei em tudo pontualmente ao Padre Diogo de Borba, cuja vontade se conforma com a divina: e totalmente estarei à sua obediência. Se assim o fizerdes, não sòmente me agradareis a mim, mas também a Deus".

Não é de todo inadmissível sustentar a idéa de que o Padre Borba se tenha agregado à Companhia de Jesus, ou nela tenha mesmo professado, tão extraordinárias se nos afiguram as palavras supra-citadas na bôca dum Superior como S. Francisco Xavier; tanto mais que Lucena e o Padre Sousa, embora não emitam esta opinião, acrescentam que depois da fundação do Seminário, para com mais liberdade se votar à salvação das almas, e se aperfeiçoar a si próprio levando vida mais evangélica, renunciou ao salário que tinha de prègador rial, *e vivendo pobre e apostòlicamente até à morte*, descançou, finalmente, em paz, e foi sepultado na capela-mór do Colégio Velho de S. Paulo, da cidade de Goa, de cuja fundação, êle foi *sem dúvida*, o primeiro autor. Mas... se tudo o faz supôr, nada se pode provar.

Mais inadmissível é a opinião de Diogo do Couto, que referindo-se à morte de Miguel Vaz, escreve que Mestre Diogo de Borba seu grande amigo, a sentiu tanto, que *logo se meteu em Frade de S. Francisco, onde em poucos dias faleceu*, e afirma-se que de nôjo. (*Déc. VI*, L; VII cap. V)

O Padre Francisco de Sousa, sem emitir a primeira opinião, discorda com graves razões do parecer isolado do Cronista.

A carta supra-citada de S. Francisco Xavier, é de Maio de 1546, o que prova que Mestre Borba ainda estava no Seminário àquela data. Por outro lado, vimos já que Miguel Vaz se finou em princípios de 1547. Pesando êstes factos e próprias palavras do Cronista se conclui, que Diogo de Borba não podia ter sido professo franciscano mais dum ano incompleto, a admitir o facto extraordinário de professar sem prévio noviciado! De facto, Mestre Borba faleceu no decorrer do 1548.

"Faz-me, porém, grande dificuldade, escreve o Padre Sousa, largarem os Religiosos Franciscanos o Venerável depósito de seus ossos, e não advertirem em circunstância tão relevante os Escritores das nossas noticias, obrigados a maior exactidão nestas matérias" (*Oriente*, I, p. 41).

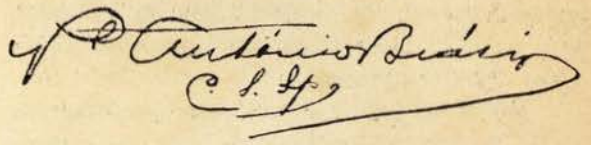
Á falta de provas concludentes, não parece aceitável o testemunho de Diogo do Couto, que referindo-se a Miguel Vaz e Borba, escreve: "Os que mereceram (nas empresas da India) foram o Padre Mestre Diogo de Borba, Clérigo e Letrado, e Miguel Vaz, Vigário Geral, *ambos grandes Religiosos.*"

Êles foram quási tôda a vida, e talvez até à morte, dois grandes Missionários do Clero Secular Português que nêles se gloría de ter dois dignos modêlos de Apóstolos. Miguel Vaz, cabeça de Chefe, de organizador, coração de apóstolo e "incansável perseguidor dos idólatras", metodologia perfeitamente aceitável nas missões do tempo, — guerra espiritual de conquista; Borba, educador e prègador de mérito, homem sobrenatural, o apóstolo dos Paravás no tempo de D. Estêvão da Gama.

Hoje, talvez mais do que então, é imenso o campo para as actividades generosas. Parafraseando as palavras lastimosas do bom rei de Cochim, agora talvez mais para meditar, será bom o nosso tempo, — quere dizer: será grande, será respeitada a hegemonia moral da Pátria,

se à India, como aliàs a tôdas as partes do Império uno e indivisível, mandarmos a mãos rôtas *verdade, espadas largas e Portugueses de oiro fino.* De pouco valem espadas largas, senão são nobres e limpas as mãos que as brandem; portugueses de oiro fino, semeadores de luz do Céu e de princípios de cristã civilização, de princípios de verdade, são os salvadores qualificados da Nação, tal como se encontra patriòticamente definida na Constituïção vigente da Rèpública Portuguesa. Que o queiram!

Tudo pela Nação, nada contra a Nação.



BIBLIOGRAFIA

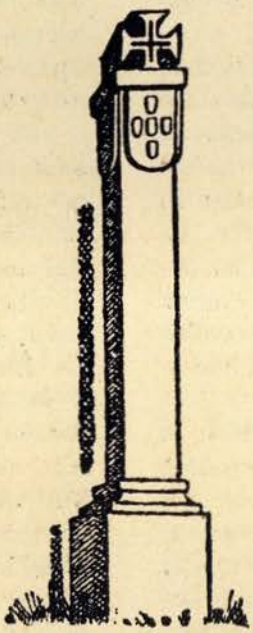
Ioannis Petri Maffeji S. J. — *Opera Omnia.* Bergomi, 1747, tom. I (*Historiarum Indicarum libri XVI*).

P. João de Lucena, S. I. — *História da Vida do Padre S. Francisco Xavier.* Lisboa, 1788, tom. I.º, l. IV, cap. V; l. II, cap. V e XXII.

Diogo do Couto..... — *Ásia*: déc. V, l. VII, cap. I; déc. VI, l. VII, cap. V.

P. Francisco de Sousa, S. I. — *Oriente Conquistado*: Lisboa, 1710, tom. I.º passim.

Mons. Gustavo do Couto — In-*O Missionário Católico*, Cucujães, Abril de 1932



O PRIMEIRO CONGRESSO MILITAR COLONIAL PORTUGUÊS

PELO MAJOR ADRIANO RODRIGUES
VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE DO PÔRTO

(ESPECIAL)

A 1.ª Exposição Colonial portuguesa, inaugurada em 15 de Junho do ano passado na invicta e laboriosa Cidade do Pôrto, e encerrada há um ano, teve um sucesso enorme, constituíndo o mais dinâmico factor de propaganda colonial que podia imaginar-se para o povo português que por ela desfilou embevecido. De todos os cantos de Portugal acudiram excursões populares. Instalada no Palácio de Cristal, então convertido em Palácio das Colónias, no interior dos seus jardins cheios de frondosos arvoredos, sobranceiros ao majestoso Douro, oferecia ao visitante, além do inédito panorâma cheio de beleza que lhe é próprio, um mostruário esplêndido, que, embora pequeno em extensão, de tudo encerrava um pouco. As actividades económicas, administrativas, educativas, científicas e religiosas, tôdas ali apresentaram demonstrações claras e exuberantes do interêsse que à Metrópole merecem os seus domínios ultramarinos.

A mentalidade colonial portuguesa, criada em cinco séculos de colonização, sempre viva num verdadeiro escol de eleição, e mantida pelo heroísmo de inúmeras gerações, amplia-se assim a tôda a Nação, generaliza-se, numa larga vibração humana que leva a todos os espíritos a idéa grandiosa do Império e o supremo objectivo nacional da sua plena unidade e do seu comum progresso.

Á margem da Exposição, projectaram-se vários Congressos tendo em vista o estudo e apreciação de soluções para os vários problemas postos em eqüação no momento actual.

Dentro desta ordem de idéas se conceberam e realizaram congressos sôbre ensino colonial, colonização, agricultura colonial, intercâmbio comercial com as colónias, antropologia colonial, medicina tropical, e o militar colonial, principal objecto dêste artigo.

Êstes congressos revelaram bem nìtidamente ao Mundo que Portugal se dedica afincadamente à valorização das suas províncias ultramarinas, dentro de um critério moderno, integrando nêsse trabalho tôdas as suas maiores capacidades intelectuais, sem olvidar nenhum dos seus aspectos mais salientes para uma acção conjunta e simultânea.

Dêstes Congressos, o militar colonial teve lugar de 23 a 27 de Julho. Foi êle o 1.º no género em Portugal e possìvelmente mesmo em todo o Mundo.

Presidiram às suas sessões inaugural e de encerramento respectivamente os ministros da guerra e da marinha, tendo feito conferências importantes em cada uma respectivamente os generais João de Almeida e Nórton de Matos, antigo ministro da guerra de 1914-1918, dois coloniais com uma larga fôlha de serviços brilhantes, mas militando em campos políticos opostos.

Falou o primeiro sôbre — *a "colaboração dos nativos na defesa do Império"* e o general Nórton de Matos sôbre — *"a acção civilizadora do Exército português na defesa do Ultramar"*.

Quer sob o ponto de vista histórico, quer ainda sob o aspecto da sua finalidade, ambas as conferências constituíram dois trabalhos verdadeiramente notáveis trespassados pelo mais puro hálito patriótico.

Tomaram parte nêste Congresso cêrca de 400 oficiais do Exército e da Armada, vindos de tôdas as güarnições do País, contando-se entre êles as figuras de maior relêvo da acção colonial.

Numerosos Congressistas haviam tomado parte em operações militares, quer antes, quer durante a Grande Guerra, ostentando ao peito as mais fúlgidas condecorações por actos heróicos em que a nossa História militar colonial é fértil.

Entre êles apareceram heróis que, tendo combatido em Macontene, foram companheiros do imortal Mousinho de Albuquerque.

Todos êsses heróis compareceram à chamada para colaborar num congresso em que se debatiam problemas militares de grande alcânce para as futuras operações e campanhas coloniais.

Apresentaram-se para discussão 40 teses sôbre História militar, organização do Exército, armas e serviços, preparação de expedições para o ultramar, colaboração da marinha de guerra, produtos coloniais úteis à guerra, recrutamento dos indígenas, estudos de defesa dos territórios coloniais, monumentos e fortalezas de interêsse histórico.

A discussão decorreu sempre serena num ambiente de confraternização e camaradagem que surpreendeu muita gente, pois havia nas assembléas pessoas de todos os matizes políticos, algumas delas adversários irredutíveis do actual regimen político e o congresso fôra iniciativa de cunho oficial lançada pelo Comandante da 1.ª Região Militar.

O Exército deu assim uma límpida lição de civismo a tôda a Nação e indicou mais uma vez novos rumos e orientações para a vida pública, demonstrando que, a-pesar-do facciosismo de alguns, é possível obter a cooperação de todos os valores para uma obra comum que paire alto e acima dos interêsses mesquinhos e egoístas.

Não iremos aqui dar uma notícia detalhada, e já um tanto extemporânea que seria extensíssima, das teses apresentadas e suas conclusões, limitando-nos a apresentar algumas conclusões mais ponderosas.

O Congresso entendeu que deve haver um só Exército para tôda a Nação, compreendendo as fôrças metropolitanas e coloniais, subordinadas tôdas a um comando único, tendendo para o Ministério único, da Defesa Nacional. Nêste Exército único se devem integrar as fôrças indígenas, que poderão ser utilizadas em todos e quaisquer campos de batalha.

Proceder-se-á a estudos metódicos de defesa relativos aos vários teatros de operações ultramarinas devendo merecer especial cuidado as linhas de penetração e invasão das nossas duas maiores Colónias, Angola e Moçambique, bem como a organização de algumas bases navais, entre as quais em primeiro lugar a de Cabo Verde.

O Congresso deu uma importância grande à Aviação militar preconizando a criação imediata de núcleos em Angola e Moçambique e o seu estudo nas restantes Colónias, bem como a realização anual de viagens aéreas em esquadrilhas e grupo às várias regiões do Império, quer por aviões de terra, quer por hidro-aviões.

Devem estabelecer-se aéro-portos internacionais e estabelecer nêles uma polícia aérea sanitária semelhante à dos portos marítimos, tendo em vista evitar a difusão tão fácil, pela aviação, de doenças epidémicas.

A organização dos serviços de Saúde e Administração militar mereceu as mais carinhosas atenções do Congresso que preconizou a introdução de vários aperfeiçoamentos na sua técnica, atenta a sua importância basilar em campanha (mais particularmente nas Colónias) e os êrros praticados em anteriores operações.

Além de estudos referentes ao emprêgo de cada arma, bem como à conservação de todos os monumentos que em qualquer parte do Mundo atestem o esfôrço colonizador de Portugal e perpètúem as suas heróicas tradições, o Congresso estudou ainda as precárias circunstâncias em que se debatem os antigos combatentes coloniais, lembrando ao Govêrno a necessidade de melhorá-las.

Durante o Congresso realizaram-se algumas festas que marcaram pelo brilhantismo extrêmo que as caraterizou, nas quais tomaram parte os congressistas, suas famílias e individualidades do maior destaque na cidade do Pôrto.

O I Congresso Militar Colonial Português organizado por uma comissão de oficiais, presidida pelo coronel de artilharia Nunes da Ponte, prestigioso e heróico antigo combatente na Guiné e Moçambique, definiu o início de uma nova fase na vida nacional, que há-de ter forte repercussão em todos os outros sectores da Inteligência e da Acção portuguêsa.

Portugal — Pôrto, 1936.

major Adriano Rodrigues



DOUTOR NUNO SIMÕES

O estadista preclaro, o português por todos os títulos eminente, o jornalista insígne a quem a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO respeitosamente saúda como o grande, o verdadeiro animador da *Semana do Ultramar Português*.



1



2



3



4



5

ARTE INDIGENA



6



7



8



10



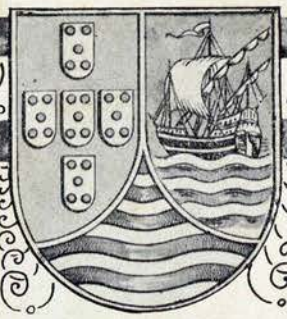
9



11

1 — Idolo de Marfim (Margens de Untungila)
2 — Grupo de Manipanços, elemento votivo (Luanda)
3 — Punho de bastão
4 — Cavaleiro
5 — Idolos do Bié — Caixa de rapé — Idolo Vatchivokoé
6 — Idolo
7 — Banco de um soba (Malange)
8 — Assobio (Calumbo)
9 — Cachimbo (Cubango)
10 — Máscara de bailarino da Lunda (Saurimo)
11 — Banco do Soba Dapepe (perfil)





CABO VERDE







Brava — Câmara Municipal
Fogo — Depósito de água
Brava — Dois grupos de raparigas

R O D
MOULIN



O espírito da latinidade na obra da colonização portuguesa

PELO DOUTOR CAETANO GONÇALVES

JUIZ DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ANTIGO GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA

ESPECIAL)

De longa data, em política, contrastando com o facto histórico de provir do Oriente, no sentido léste-oéste, o cíclo da civilização universal, a Europa se habituou a colocar nêsse Oriente o fóco das suas desavenças e porisso mesmo, poderíamos dizer, os perigos ou os inconvenientes dessa civilização.

Com a facilidade com q' a boa ou má fé da imprensa periódica (q' um compatriota nosso, em hora de evidente mau humor, classificou de "calamidade") usa prescrutar os fins secretos das grandes jornadas históricas, cuidou-se, recentemente, de atribuír à Itália *irredenta* a idéa reservada de esmagar a Etiópia, provocando destarte, por um natural, instintivo movimento de solidariedade... antropológica, chamemos-lhe assim, o levantamento de tôdas as raças *de cor* contra a chamada raça branca. Não posso afirmar q' fôsse precisamente nêstes têrmos pôsto aquêle problema político, tão fácil e prontamente confundido com o problema étnico e, até, com o religioso, pois se entrou a dizer q' o repto da Itália iria provocar o levantamento em massa de todo o *islamismo* (aliás também professado por brancos), e não só a insurreição dos negros (sabido, aliás, q' nem todos os povos africanos o são), mas a dos próprios *bronzeados* — sem embargo de em tôdas as praias européas se conservarem calmas as *elegantes* pintadas daquela côr, q' é a da moda: o q' entretanto obrigou, no longínqüo Industão, um mistificador que, com o nome de Gandhi e o processo da *não-violência*, ali promove a maior das agitações políticas da história, a desmentir a atoarda de êle estar preparando um corpo de enfermeiros para acudir aos etíopes devastados pelos legionários do novo império romano.

Ora importa, primeiro q' tudo, considerar q' a nova investida italiana, reprodução actualizada do velho prélio entre Roma e Cartago, nem é uma guerra de religião, nem uma guerra de raças; é, tão sòmente, a irreprimível expansão dum povo q' não cabe dentro das suas fronteiras e, como todos os seus predecessores ou rivais, procura

a êsse movimento instintivo, fisiológico, o disfarce duma acção benemérita, qual é a de levar a nações subalternas o cunho superior da sua moral e da sua civilização. Êsse tem sido aliás, desde os confins da história, o argumento ou o fundamento, mais ou menos exacto de tôdas as migrações de povos.

Na fase teológica da humanidade o combate feria-se, na verdade, pela superiodade da *crença*, por um Deus melhor q' o dos adversários, havidos como infieis e pagãos. A ciência, iluminando os cérebros sem ainda confortar inteiramente o estômago, inverteu os têrmos da pendência: a guerra abandonou, simultâneamente, o pretexto das raças e o das religiões. Na moderna Alemanha os *teutões* repelem o israelita, branco como êles, e combatem a Igreja, por sistemática hostilidade a tôdas as confissões religiosas!

Visando a dominar em África, a Itália não é movida pela ambição de converter a Etiópia à fé cristã, q' de há muito ali tem numerosos prosélitos. Êsse assunto, estranho aos fins do Estado, é da competência privativa da obra missionária, directamente subordinada à Santa Sé, sendo hoje, geralmente, distintos e desligados entre si o problema político e o religioso. No caso presente não se trataria, pois, de novos cruzados; bastando à Igreja católica a influência moral que, indubitàvelmente, exerce no universo, onde entretanto, dos mil e oitocentos milhões de almas professando as mais diversas religiões (em pouco excedendo a êsse número a população do globo, sòmente lhe pertencem uns escassos trezentos milhões, cabendo, apenas, outros tantos às igrejas *protestantes* e à *ortodoxia grega*, q' alberga em seu grémio a maior parte do Oriente europeu. E não esqueça, a êste propósito, o seguinte pormenor, de rigorosa verdade histórica: a maior parte das guerras religiosas q' assolaram o mundo durante e após a Idade Média feriram-se na Europa, precisamente, entre os povos da cristandade; ao passo que, de entre as religiões não cristãs, o *budismo*, sem ter tido que verter uma gôta de sangue, avassala ainda uma boa quarta parte da humanidade, e êsse *islamismo*, q' no seu período áureo se caracterizou por uma forte combatividade (a que não escapou a península hispânica), mal reüne nêste momento, em todos os continentes, uns 183 milhões de fieis! A êste número podem caber, é certo, avaliados num têrço da sua população total, os três milhões de muçulmanos da Abissínia. Acredita alguém que por êsses três milhões se iriam mover os restantes 180?!

Mas, ainda que se quisésse, em pleno século da radiofonía e da navegação aérea, ressuscitar o velho e obsoleto conceito da divisão prismática da humanidade, não deixa de ser, pelo menos, oportuno verificar q' semelhante divisão é, ainda e sempre, objecto do maior desacôrdo, entre os etnologistas, na distribuição dos diversos povos pelos três grandes grupos ou secções; havendo inquestionàvelmente, como ficou dito, povos africanos q' pertencem à *raça branca*, tais os líbios do Egipto, os berbéres da Argélia e da Tunísia e os árabes da Síria; como têm o *facies* e a estrutura do negro os *bosquimanos*, q' todavia a ciência coloca entre as espécies compreendidas no vasto grupo ou grémio da raça *amarela*.

Certo é, porém, que, cada vez mais e não obstante o néo-puritanismo da Alemanha dos nossos dias, a fatalidade histórica das migrações humanas, com o conseqüente factor dos inevitáveis cruzamentos, confirma a observação de Gustave Le Bon contrapondo a tese das raças *históricas* à das raças *naturais*, nos domínios da antropologia, q' é, como ninguém ignora, uma ciência experimental e não uma ciência exacta. Foi dêste modo que, ao reünir-se últimamente em Londres (?) um congresso internacional de eugenía, o sábio presidente Masaryk, da Chéco-Eslováquia, lembrou q' seria útil, embora lhe parecesse difícil, esclarecer o tão debatido problema, suscitado pela nova Alemanha, das raças *puras;* sendo, ainda hoje, um dos grandes postulados da etnologia q' a velha raça ariana, partindo do Caucaso em duas grandes e fortes correntes migratórias para o Oriente e o Ocidente, fundou, de uma e outra banda, as nações ou povos q' desde então se agrupam sob a genérica designação de raça *indo-germânica* ou *indo-européa*. Tanto basta a convencer de q' póde muito bem num *bronzeado* estar um *ariano*, apenas tisnado pelo sol ardente dos trópicos; como póde nas

azuladas veias dum europeu dolicocéfalo ou braquicéfalo girar o sangue, próximo ou remoto, dum negro, dum drávida ou dum malaio.

Ao perigo, tantas vezes apontado na controvérsia a êste respeito, de ameaçar, a mestiçagem, a pureza das raças superiores, também a ciência responde que, consistindo aquela superioridade, sobretudo, no valor e a extensão, diremos mesmo a capacidade, do esfôrço realizado, ou seja o grau de adiantamento alcançado especialmente mercê das condições favoráveis do meio cósmico e social, a experiência terá demonstrado q' na fusão de raças de desigüal cultura ou desigüal capacidade prevalecem as qüalidades do tipo superior, fazendo-se dêste modo o *depuramento* das raças colocadas no nível inferior, em vez do abastardamento das superiores: o que equivale a dizer que ainda na zoologia, de q' a antropologia é um capítulo ou desdobramento, o cruzamento das espécies mais fàcilmente conduzirá à melhoria ou aperfeiçoamento, realizando assim mais vezes o progresso do q' o regresso nas transformações da própria substância humana.

* * *

Seja porém como fôr, uma coisa devemos ter como assente e é: que, desde a Roma imperial de Júlio César e Vespasiano, as colónias, acompanhando, mais uma vez, os espontâneos movimentos migratórios da humanidade, foram outros tantos destacamentos da metrópole, q' a povos diversos levaram, com o quadro das instituições próprias, o sistema *imperial* e o fôro da ciudadania, que tão grande parte tiveram na formação das nacionalidades actuais da península hispânica. Assim, podemos dizer q' de nenhum modo a expressão "colónias" significa (como entre nós ainda ùltimamente, na discussão do recente *Acto Colonial*, se pretendeu) uma subtracção aos direitos e privilégios outorgados aos territórios portugueses de além-mar, para os quais se reclamou, de preferência, a anterior designação de *províncias* de Portugal.

Referindo como se fez a organização da Espanha romana, escreveu o sr. Oliveira Martins na sua *História da Civilização Ibérica* "*Colónias* chamava-se às cidades povoadas, ou de romanos, ou de indígenas no pleno gozo dos direitos de cidadão romano. Eram como outras Romas, membros destacados da metrópole, a cuja existência estavam vinculadas".

Foi com êste espírito que Afonso de Albuquerque partiu, no alvorecer do século XVI, à conquista do Oriente e ali lançou os fundamentos do império que, como se sabe, abrangeu todo o território marginal do Oceano Indico, estabelecendo em Gôa a séde da acção militar e política que foi levada a Moçambique nos têrmos em q' a descreve Oliveira Martins neste trêcho dum relatório oficial publicado em 1889:

"Substituíndo-se aos sultões *mouros*, o domínio português aproveitou, para se consolidar, aquela espécie de feudalismo comum a todos os territórios nas condições em q' se encontrava a África Oriental. Ao lado do *fumo* ou do *inhacuaúa*, dinasta indígena q' reinara até aí sob a suzeranía do sultão, pôs um português, como os holandeses põem residentes ao lado dos sultões em Java. Mas êste *residente* português não era simplesmente um funcionário: era um homem revestido de um poder e autoridade, que, gradualmente, havia de absorver e obliterar o poder e a autoridade dos dinastas indígenas. Êste traço é q' é original nosso, e mais uma vez demonstra o tino, a perspicácia e o alcânce de vistas pràticamente lúcido dos nossos antigos colonizadores, q' tinham sempre em mira avassalar os territórios, confundindo connôsco as populações indígenas. Instituições do mesmo género vemos aparecerem na India logo desde a conquista de Gôa por Afonso de Albuquerque, o qual, no propósito de estabelecer os portugueses, ligando-os às indígenas, concedeu gratuítamente aos *casados* os prazos constituidos com as terras confiscadas às aldeias que, desde remotíssimos tempos, viviam no regime de comunismo rural generalizado em tôda a India".

No longo espaço de mais de dois séculos, o govêrno da India só pôde manter contacto com o território de Moçambique, q' lhe estava sujeito (como esteve o de Macau e Timor até 1844), através de algumas expedições militares enviadas de Gôa em so-

côrro das fortalezas ou capitanías ameaçadas pelo gentio audaz e impenitente. Só em 1752, governando a India o terceiro marquês de Távora (anos depois envolvido, e sumàriamente executado, em Lisboa, na repressão duma conspiração contra o trono), Moçambique foi dotado dum govêrno autónomo, que, mesmo a partir de então, teve de se defrontar com rebeliões indígenas, em uma das quais perdeu a vida o heróico governador do presídio de Lourenço-Marques, Dionísio Ribeiro (1833), trucidado pelos "vátuas" — q' só ao expirar do século findo receberiam, das mãos vigorosas de Mousinho, a lição memorável q' definitivamente encerrou o cíclo das devastações periódicas daquêle gentio até então insubmisso. Nêsse intervalo, todavia, a outro governador de Lourenço-Marques, o valente e brioso Sá e Simas, coubera a glória de repelir no biénio de 1868-70, com um punhado de bravos às suas ordens, ainda uma investida dos "vátuas" e a ousada tentativa inglesa de arvorar no território fronteiriço da baía o pavilhão britânico, q' o heróico militar fez imediatamente arriar e substituír pela nossa gloriosa bandeira, como afirmação duma soberania q' pouco depois nos seria reconhecida pela sentença arbitral de Mac-Mahon.

Mas é necessário acentuar que, se nos séculos precedentes ao actual, a dominação portuguesa nos territórios de além-mar se caracterizou sobretudo por uma constante vigília de armas em luta com súbitas e imprevistas irrupções da rebeldia local, jámais o poder civil ali descurou, mesmo através dessa preocupação e no período preparatório da civilização actual, a obra de cultura e progresso que, da metrópole e dos govêrnos locais, recebeu maior impulso, precisamente, quando em Portugal se inaugurava, sob a acção previdente e tenaz do futuro marquês de Pombal, a chamada "política de fomento e renovação económica", que, àquém e além mar, ocupou a actividade portuguesa em todo o século XIX, com inegáveis êxitos e consoladoras vantágens.

Apesar, ou talvez porisso mesmo, que a península indiática se encontrava a maior distância de Lisboa, foi por ali q' começou, estimulada pelos recursos naturais do solo e pelo valor das populações locais, a acção colonizadora de Portugal.

A quarenta anos, apenas, do descobrimento do Brasil, acompanhava à India o governador Martim Afonso de Sousa, em missão especial da Companhia de Jesus, fundada meses antes, o mais desvelado e fervoroso apóstolo do Cristianismo, q' pelo Extrêmo Oriente iniciou a fecunda obra evangélica, completada na América do Sul pelos companheiros dos nossos, por tantos títulos, ilustres e beneméritos padres Anchieta e António Vieira. Refiro-me ao padre, originàriamente espanhol e já hoje figurando no agiológio cristão, Francisco Xavier, de cuja perdurável e gloriosa acção missionária se ocupou recentemente, in-*O Instituto*, de Coimbra, o escritor português Matos Cid.

Com os primeiros trabalhos de colonização do Brasil, entre os quais avulta a fundação do Rio de Janeiro em 1567 por Mem de Sá, coincidiu a conquista de Angola por Paulo Dias, ali regressado após haver estabelecido com os *régulos* de Angola e Congo, fiel à tradição heróica de seu avô, o navegador Bartolomeu Dias, os primeiros contactos, q' em 1574 lhe valeram a definitiva investidura no cargo de "fundador e governador" do território a breve trecho, porém e infelizmente, convertido em próvido celeiro humano da vasta e prometedora colónia fronteira, da qual poderíamos, sem ofensa da verdade, dizer q' então enriqueceu à custa do empobrecimento da sua congénere e rival do Atlântico.

Quási em seguida produzia-se o desástre de Alcácer-Quibir; e a usurpação filipina permitiu aos holandeses disputar a Portugal a posse de territórios onde mais duma vez as armas portuguesas tiveram de erguer-se em defesa das anteriores conquistas; cabendo a sucessivos vice-reis, na India (como os condes de Linhares, de Aveiras e de Óbidos), entre os anos de 1630 e 1652, o encargo de repelir os invasores; ao mesmo tempo q' do Brasil, e por ordem do rei D. João IV, partia em socôrro de Angola, com uma frota de sete naus e 900 homens de güarnição, o general Salvador Cor-

reia, q' ali aportou em Agôsto de 1648, mantendo-se durante três anos consecutivos à testa da colónia q' libertou dos inimigos externos e repôs na paz anterior.

Por essa mesma época desembarcava no Cabo da Bôa Esperança a güarnição duma frota holandesa comandada pelo médico naval Van Riebek, formando o núcleo da colónia européa q' no final do século imediato seria desapossada, e de vez, por uma expedição inglesa — enquanto os holandeses prosseguiam no seu cruzeiro acabando por se fixar no arquipélago da Sonda.

Em Gôa, entretanto, ralava-se de desgôsto o vice-rei D. António de Melo e Castro (1662-64) ao ter de entregar a ilha de Bombaím, em execução do tratado de 23 de Junho de 1661, ao inglês Humphrey Cook, comissionado do rei Carlos da Inglaterra.

A dominação castelhana, agravada pelo prolongado bloqueio holandês, por freqüentes incursões dos povos circunvizinhos e por uma quási permanente situação de conflito entre a autoridade civil e o clero regular, contribuíu, não pouco para a decadência política e económica q' os observadores estrangeiros notaram ao império colonial português nêste atormentado período da nossa história. A mesma observação, porém, de se encontrar *decadente*, naquêle período, por causas seguramente estranhas ao potencial da nação portuguesa, o seu império ultramarino, importa o reconhecimento de haver êsse império alcançado anteriormente uma situação de relêvo, perdida, com efeito, nêsse rápido e inglório eclipse.

Mas as circunstâncias que, derivadas da *guerra dos trinta anos*, incompletamente terminada na paz de Westphália, não foram propícias à acção do discreto e avisado homem de Estado q' foi o nosso conde de Castelo-Melhor, permitiriam dentro em pouco os maiores êxitos às ousadas e férteis iniciativas dos seus imediatos sucessores, D. Luís da Cunha e Sebastião de Carvalho, o último dos quais foi ajudado por uma pleiade de diplomatas e homens de acção q' se notabilizaram no século XVIII e ilustraram o nome da própria família, das mais distintas da aristocracia lusitana. Refiro-me aos irmãos Sousas Coutinhos, D. Vicente, D. Francisco Inocêncio, D. Domingos (mais tarde conde do Funchal) e D. Rodrigo, q' todos foram representantes diplomáticos de Portugal nas côrtes européas, antes de o último ser também o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros q' acompanhou ao Brasil a côrte portuguesa quando esta para ali transferiu a séde do Govêrno perante a 2.ª invasão francesa.

Daquêles quatro irmãos, todos da nobre casa de Linhares (a que pertencêra também D. Miguel de Noronha, q' no século anterior governara a India, pelo espaço de seis anos, com notáveis tacto e decisão), foi D. Francisco Inocêncio embaixador de Portugal em Espanha no regresso de Angola, onde se conservou oito anos e para onde em 1764 o despachou governador e capitão-general o primeiro ministro Sebastião de Carvalho, q' com igual patente nomeou para o govêrno da India, três anos depois, a D. João de Melo, cujo espírito simultâneamente escrupuloso e reformador foi seguido na administração a cargo dos seus mais próximos sucessores, entre os quais se distinguiram, por uma acção persistente e eficaz na reconstrução moral e ecónomica do país, os capitães-generais José Pedro da Câmara, Frederico de Sousa, Francisco da Veiga Cabral e o conde do Rio Pardo, D. Diogo.

Vinte anos antes, o vice-rei conde da Ega tivera o encargo de executar na India o diploma q' na metrópole ordenara a expulsão dos Jesuítas (1759); e se essa medida, aliás confirmada em Roma pela abolição da Companhia (1773) a instâncias renovadas duma forte coalisão européa, teve em certos aspectos da vida pública repercussões funestas, ela resultou principalmente das abusivas incursões do clero nos assuntos reservados ao poder temporal, mas sobretudo proveio da germinação de novos e fecundos ideais que, no ambiente criado pelas invenções científicas do século precedente, inspiraram a obra dos estadistas europeus, mesmo independentemente da influência q' nessa obra pudesse ter a filosofia dos *enciclopedistas*.

Antecipando-se cerca de trinta anos à Revolução francesa, o marquês de Pombal aboliu em Portugal, dois anos depois da expulsão dos Jesuítas, os privilégios do nas-

cimento e a catividade do trabalho humano, proclamando, nos seus *alvarás* de Abril e Setembro de 1761, livres e iguais todos os homens e ùnicamente diferentes uns dos outros pelo quilate das suas "virtudes, letras, acções recomendáveis e cabedais lìcitamente adquiridos". Importa muito insistir nêste ponto, para q' não subsista o equívoco de se atribuír à influência inglesa nas convenções luso-britânicas de 1813 e 1817, o decreto português q' com a rubrica do grande Sá da Bandeira declarou, em Dezembro de 1836, finda a condição servil em Portugal. Êsse decreto mais não foi do q' o restabelecimento, sob a monarquia constitucional, da providência pombalina, suspensa à entrada do século XIX, pela reacção política q' sob o reinado de D. Maria I se seguiu à deposição do ministro de D. José.

Mas essa providência surtira já os seus efeitos, não só na ordem moral como no campo económico, pela imediata execução q' em Angola lhe deu o governador Sousa Coutinho, cujo govêrno ali reflectiu, sem dúvida, o pensamento político, nacionalista e realizador, do grande marquês, seu amigo. Nos oito anos q' êsse govêrno durou, Sousa Coutinho, batendo o gentio insubmisso, a léste e a sul do Cuanza, assegurou a defesa terrestre e marítima por fortificações güarnecidas de tropas mixtas; estendeu a todo o território o regime dos presídios e *capitanias;* criou escolas para formação de técnicos indígenas; regulamentou a arrecadação das receitas; organizou a assistência hospitalar; montou em Luanda um estaleiro e uma fábrica de armas, e no Luínha (em local q' por homenágem ao anterior título nobiliárquico do marquês baptizou de *Oeiras*) pôs a funcionar uma fundição; estimulou a exploração do petróleo no Dande e a do enxofre em Benguela; protegeu as culturas indígenas e procurou impedir a saída de braços, contrariando pelos meios ao seu alcânce o comércio de escravos, q' todos os anos arrebatava milhares de sêres válidos para a vorágem dos "engenhos" da América e S. Tomé!

Esta foi, na verdade, a decisiva política ultramarina de Pombal, que, como seria de prevêr, encontrou, de momento, a encarniçada resistência de todos os interêsses feridos, mesmo os entre si mais opostos, como os do capitalismo interessado na desumana exploração do trabalho compelido, em cuja defesa aliás não deixou de intervir, ao menos por muitos dos seus membros, a Comp.ª de Jesus — sem embargo da asserção contrária tantas vezes feita em diplomas anteriores e posteriores ao decreto q' os baniu da terra portuguesa.

Na sua excelente monografía sôbre *O Arquivo Histórico* do nosso *Ministério dos Negócios Estrangeiros* escreveu, em 1926, o sr. Luís Teixeira de Sampaio: "O grande Marquês era tão abundante na documentação como prolixo na linguagem. Se não ficaram notas ou despachos por êle escritos com poucas palavras, também não havia questões por êle tratadas com poucos papeis". De facto, além de ser precedido dum relatório extenso o mencionado *alvará* de 2 de Abril de 1761, a sua expedição para Gôa assinalou-se por uma série de recomendações, não menos extensas, às autoridades locais, merecendo especial menção as *Instruções* de Fevereiro de 1774, ao governador José Pedro da Câmara, e a carta, com a mesma data daquêle alvará, expedida ao Vice-rei conde da Ega, que, tendo procedido ao sequestro dos bens dos Jesuítas, em Gôa, foi por tal motivo preso ao chegar a Lisboa e encerrado na Tôrre do Outão, onde faleceu.

Em qualquer dêsses diplomas, entretanto, a acusação aos Jesuítas, de semearem a discórdia, agitando as diferenças de casta, entre europeus e reinóis e os naturais do país, é formal. Não parece, contudo, q' fôsse essa a política feita no Oriente pelo apóstolo S. Francisco Xavier; e a história da civilização ibero-americana regista o prestígio de que entre os *tamôios* do Brasil gozou o padre Anchieta, precisamente, por os defender contra as violências e as extorsões do opressor: sendo igualmente certo que, em mais duma região depois invadida e conquistada pelo europeu, os missionários jesuítas precederam e facilitaram a obra de ocupação portuguesa.

Contra a revolução tentada por Pombal reagiram, como disse, tôdas as fôrças ligadas ao passado; e assim foi q' não só a abolição da escravatura foi declarada sem

efeito por um diploma de Março de 1800, como a Comp.ª de Jesus, restabelecida quatorze anos depois, retomou a sua actividade em Portugal até ser novamente interdita, pelo regime liberal, em 1834.

A muitas consciências, ainda as mais rectas e justas, terá não poucas vezes parecido q' a evolução social, ou o rítmo da vida dos povos, depende fundamentalmente da acção ou da vontade de entidades singulares ou colectivas. Um exame atento da história, porém, persuade-nos de que, longe de a condicionarem, os homens são por ela investidos na missão de simples instrumentos da evolução, q' também se faz no sentido regressivo, uma vez q' a história, em rigorosa verdade, mais não é do q' uma série infinita de acções e reacções. Assim é que, o Conselho Ultramarino, criado em Lisboa logo após a restauração do reino em 1640 e extinto em 1833, foi pouco depois repôsto junto da secretaria de Estado do Ultramar, instituída na primeira metade do século XVIII e reorganizada no regime constitucional um ano antes da primeira carta orgânica das províncias ultramarinas, expedida em 1836. A êste último diploma ligou o seu nome o mesmo estadista q' naquela época tirmou o já citado decreto declarando abolida a escravidão em Portugal e anos depois subscreveria ainda novos diplomas, como a Lei de 5 de Julho de 1856 e o Decr. de 25 de Fev. de 1869, confirmando essa medida para entrar definitivamente e pràticamente em vigor em 1878.

O ano de 1869 foi, à parte a organização judicial da nossa África ocidental na década anterior, o ano das grandes reformas coloniais do período constitucional e marcou, dêsse modo, o início duma era de empreendimentos q' tornaram verdadeiramente notável a actidade colonial portuguesa a partir dêsse momento. Quatro anos antes fundara-se em Lisboa o Banco Nacional Ultramarino e uma empresa de navegação a vapor, q' precedeu a actual *Companhia Nacional*. Ao ter de executar-se os diplomas q' nêsse dito ano remodelaram em novas bases a administração colonial, central e local, afortunado foi o momento em q' essa execução pôde ser confiada, nas três grandes províncias q' então tiveram a categoria de govêrno geral, a governadores tais como o visconde de S. Januário em Gôa, Caetano de Albuquerque em Cabo Verde e Coelho do Amaral em Angola. Porque ainda conheci os primeiros dois, conservo pela sua memória a maior veneração; e do último posso dizer que, nas duas vezes em que governou Angola, desenvolveu em prol da colónia actividade invulgar, q' principalmente incidiu nos cuidados dispensados à instrucção pública, à cultura do algodão, à exploração mineira, à navegação do Cuanza, à colonização militar da Huíla e de Pôrto Alexandre, e à utilização da mão de obra penal nos moldes decretados pelo diploma que, também em 1869, criou as colónias penais.

O problema do ensino fôra aliás já abordado, para todo o Ultramar, vinte anos antes, nos decretos-leis q' em 1845 criaram as escolas primárias e até previram o ensino prático da medicina, q' ùlteriormente se aperfeiçoou nos métodos preconizados pelas reformas de 1869, 1874 e 1896: diplomas aquêles, cuja execução em Cabo Verde, Angola e Gôa coube a três dos mais notáveis governadores q' tais colónias tiveram — João de Fontes Pereira (pai do conhecido estadista), Pedro Alexandrino e o doutor José Ferreira Pestana, q' já fôra ministro e em Coimbra regera cadeira na Faculdade de Matemática.

No regime da Carta Orgânica de 1869 funcionaram, com sucesso, mòrmente em Cabo Verde e na India, as *Juntas Gerais* de província; e foi na vigência dessa lei que, por iniciativa do então ministro da Marinha e Ultramar, Andrade Corvo, se organizaram, ao abrigo das dotações votadas pelo Parlamento em 1876, as duas expedições que, embora com objectivos diversos, quási simultâneamente largaram do Tejo no ano seguinte, composta a primeira pelas "brigadas de engenharia", do comando dos engenheiros Gorjão e Joaquim Machado, com destino a Angola e Moçambique, e a segunda, de pura investigação científica, em boa hora entregue aos proficientes e audazes exploradores Serpa Pinto, Brito Capêlo e Roberto Ivens.

Falecêra pouco antes (Janeiro de 1876) o maior vulto da história luso-colonial: Sá da Bandeira; e de Cabo Verde, onde fizera um govêrno modelar, transitára entre-

tanto para Angola o gov. Caetano de Albuquerque, q' ali recebeu as duas expedições e, depois de se haver também ali distinguido por largas iniciativas em matéria de fomento e por excepcionais qualidades de tino político e energia moral, partiu a assumir o govêrno geral da India portuguesa, onde o conheci e onde, nos quatro anos q' serviu, a sua acção administrativa não foi menos fecunda, nem menos brilhante, antes e depois de ali se encontrar, em missão especial do Govêrno para a execução do acôrdo comercial luso-britânico de 1878, o sábio professor e académico António Augusto de Aguiar, falecido quando, poucos anos depois, presidia à Sociedade de Geografia de Lisboa.

Com pequeno intervalo lançaram-se então, um após outro, os caminhos de ferro de Mormugão (1881), de Lourenço-Marques (1883) e de Ambaca (1885). Ao mesmo tempo, Ferreira do Amaral em Angola activava a ocupação de tôda a margem esquerda do Zaire e a colonização, livre e penal, da Humpata, Lubango e Chibia no planalto da Huíla, e de Caconda, no distrito de Benguela; inaugurava o Hospital *Maria Pia* e o Depósito Penal em Luanda; promovia a concessão das minas do Lombige no Golungo-Alto; e deixava ao seu sucessor, Guilherme Capêlo, q' escrupulosamente o cumpriu, o encargo de instalar, em execução do recente tratado do Zaire, o novo distrito do Congo; firmar as comunicações telegráficas entre a colónia e a metrópole; garantir à capital da província o abastecimento das águas captadas no manancial do Bengo e reprimir a sublevação inesperada do gentio do Bié, severamente castigado por uma *coluna* militar em q' se notabilizaram por actos de inexcedível bravura dois dos oficiais de maior prestígio na história colonial portuguesa: Artur de Paiva e Paiva Couceiro.

Por semelhante afan, q' nas margens do rio Chire, na África oriental, ocasionou um encontro desagradável (para não dizer um conflito) entre a comitiva do infatigável africanista português Serpa Pinto e um trôço de gente armada da *British South Africa*, sindicato inglês de recente formação, Portugal expôs-se à injustiça do *ultimatum* de 1890, q' pelo subseqüente tratado de Junho de 1891 cortou a possibilidade de ligação terrestre entre as duas colónias de Angola e Moçambique.

No território q' por êsse tratado nos foi poupado, todavia, a actividade portuguesa não afrouxou e, pelo contrário, redobrou de energias, não só na defesa, mas na exploração de todos os recursos q' tal território oferecia à indisputável capacidade colonizadora de Portugal, provada em séculos de metódica penetração no ultramar. Tentou-se então a experiência das companhias majestáticas, das quais só não prosperou a do Nyassa. Sob a sugestão das doutrinas económicas insistentemente defendidas por Oliveira Martins, entraram a vigorar em 1892 as novas pautas aduaneiras, nìtidamente proteccionistas. Inaugurou-se, para libertar da tutela da metrópole a administração local, o sistema dos comissários régios, que, pelos exemplos de António Enes e Mousinho, a breve trecho seguidos dos de Neves Ferreira na India e Guilherme Capêlo em Angola, foi renovado, após a assinatura do tratado de Versailles, para Angola e Moçambique, onde não foi de nenhum modo perdida a acção dos altos-comissários Nórton de Matos e Vicente Ferreira na primeira daquelas colónias e Brito Camacho e Azevedo Coutinho na segunda.

A ocupação militar, assegurada dos dois lados da nossa África, durante a grande guerra, pela perícia têcnica de Alves Roçadas e Massano de Amorim, completou-se em Angola pela acção brilhante do gen. Pereira de Eça, q' em ambas as colónias prestou, desde a mocidade, relevantes serviços à Nação. E, na paz definitiva q' esta mesma Nação usufrúi desde então, o exame das estatísticas revela que, na vigência de mais dum sistema administrativo, entre os anos de 1914 e 1933, e sem embargo da crise económica provinda ou apenas coincidente com a última guerra mundial, cresceu em proporções notáveis a rêde ferro-viária da África portuguesa, onde nêste momento servem o tráfego internacional quatro caminhos de ferro de penetração, e outras tantas linhas subsidiárias, numa extensão de 4.000 km., repartidos entre a administração directa do Estado e a de empresas concessionárias, com um movimento de passageiros

e mercadorias assegurando um rendimento global não inferior a 250 mil contos. Com êste volume no tocante à viação acelerada concorre o da viação ordinária em extensão superior a 40.000 km., numa área de 2.000:000 km.2 q' tal é a das duas grandes colónias africanas, cujos portos comerciais acusam um movimento anual muito próximo de 3.000.000 toneladas, com acentuado e progressivo saldo na balança comercial.

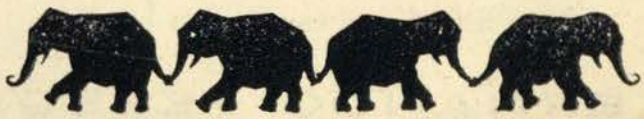
Paralelamente, sucessivas reformas do ensino público (de entre as quais merece referência especial a empreendida em Cabo Verde, no regime das leis orgânicas de 1914, pelo gov. Fontoura da Costa) dotaram já de liceus ou similares estabelecimentos de instrução secundária, não só as duas maiores colónias, mas também as de Cabo Verde, Macau e India (além da Escola médico-cirúrgica q' esta última possúi há mais dum século), pôsto seja em quási tôdas — como observou um governador — limitada à prôle dos funcionários ou colonos europeus a freqüência escolar. A dolorosa experiência da Europa actual, porém, deve bastar a convencer-nos de q' ao futuro das nossas populações coloniais interessa porventura mais o regime de ensino técnico ou profissional actualmente praticado nos territórios portugueses da Guiné, S. Tomé e Príncipe e Timor.

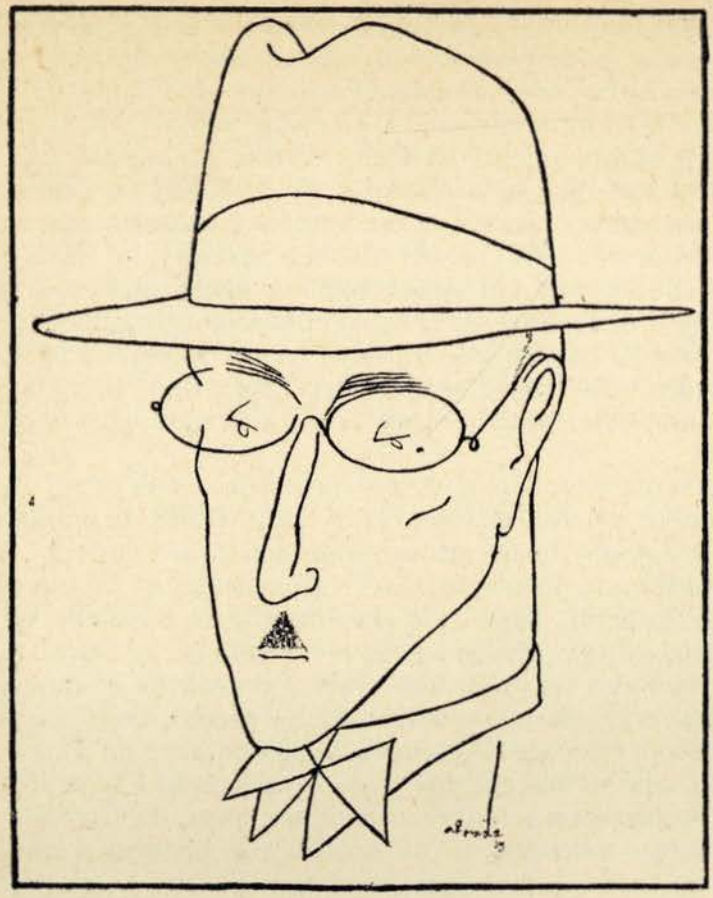
Convirá certamente divulgar o ensino primário, mais como veículo de conhecimentos ou instrumento de transmissão, do q' como título de habilitação aos graus da hierarquia social. A disputa dêsses graus, sendo causa de emulação, é tambem, porisso mesmo, fonte de conflitos e dissabores para a juventude, q' tantas vezes resvala assim da ambição para o despeito. Mais vale porisso educar a mocidade, desde a infância, no espírito de cooperação e sacrifício pelo bem comum, q' envolve a espontânea renúncia a tôdas as vaidades ou prebendas. Êste é o espírito q' moveu os *templários* de Cristo nas primeiras cruzadas ao mundo infiel e pagão, cujo acolhimento hostíl determinou as inevitáveis reacções dos emissários da palavra de Deus. Foi assim q' essa palavra se insinuou nas hordas ganhas para a civilização latina. E a quem se louvar em casos isolados de pirataria (compreensíveis na época da barbárie q' as ditou) para afirmar q' a dominação portuguesa ostenta na sua história a afrontosa mancha da cobiça material e da escravatura, responderemos q' nem há mistér de apontar idênticas faltas aos émulos e competidores de então, por não ser lícito extraír uma *regra* de factos meramente singulares, ocorridos quando era ainda vaga, incerta e embrionária a noção do Direito, q' dentro daquela civilização se formou para banir do comércio humano a instintiva noção da Fôrça.

Só a violação do direito consensual póde justificar, como indispensável punição, o emprêgo da fôrça contra o transgressor. E em confirmação dos sentimentos de justiça, paz e altruísmo, q' constantemente inspiraram a obra da colonização portuguesa, no vasto continente q' há 50 anos a convenção de Berlim franqueou ao comércio internacional, merece ser mais uma vez recordada a frase que, pela mesma época, um grande português, o general Machado, escreveu, no relatório oficial dos seus trabalhos em Moçambique: "O aproveitamento das riquezas não deve ser feito à custa da guerra e do morticínio, mas pela concorrência do trabalho de todos e para promover as comodidades do maior número".

Lisbôa — Outubro de 1935.

Caetano Gonçalves





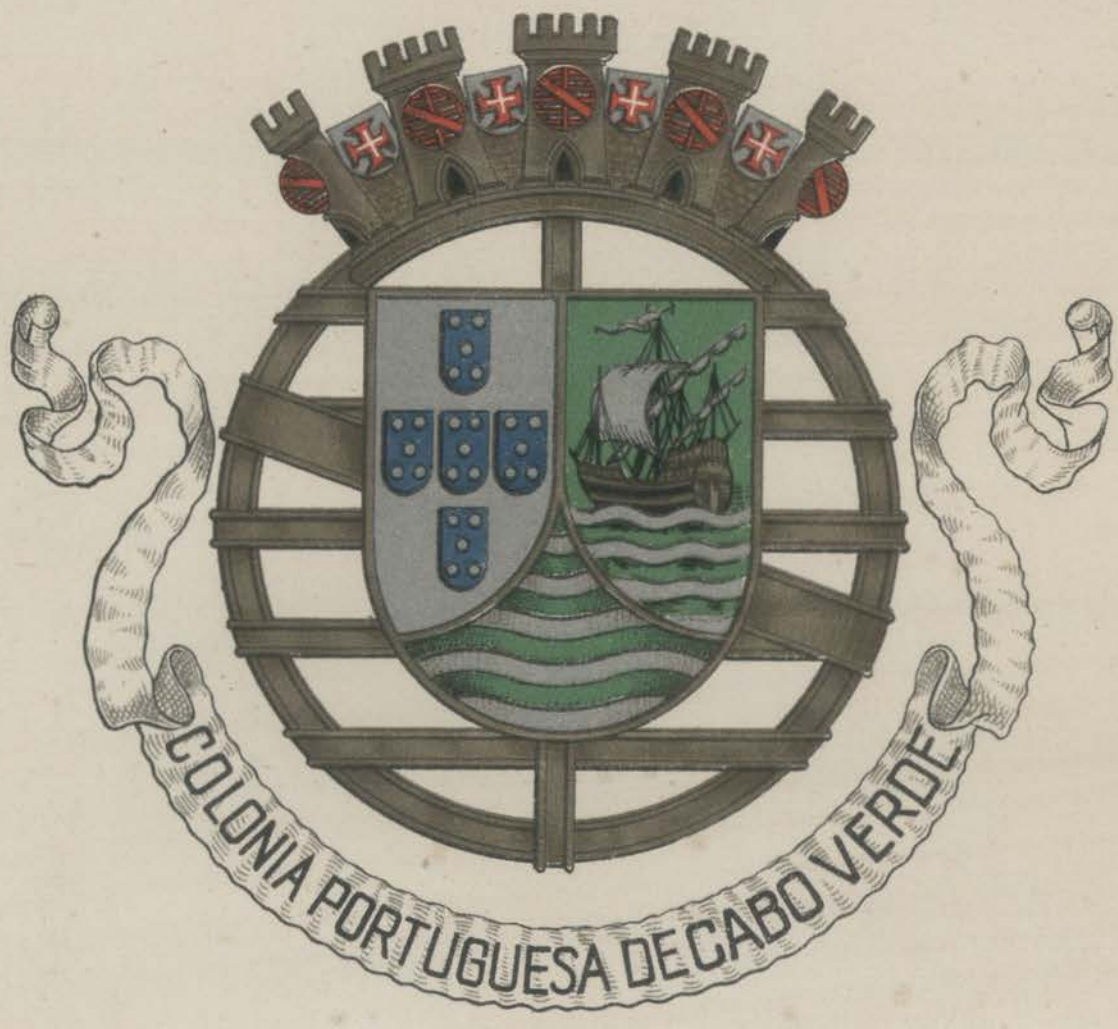
FERNANDO PESSOA

MAR PORTUGUÊS

O' mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão resaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fôsses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nêle é que espelhou o céu.

FERNANDO PESSOA


COLONIA PORTUGUESA DE CABO VERDE

A BAÍA DOS TIGRES E A SUA COLONIZAÇÃO PISCATÓRIA

PELO DR. CARLOS B. CARNEIRO
MÉDICO-VETERINÁRIO

(ESPECIAL)

Quási no extrêmo sul do litoral de Angola abre-se, enorme e profunda, uma baïa a que um *listrado* regular e geométrico que se desenha ao longo de uma imponente muralha de dunas que se eleva no lado continental, dizem uns, dar o nome de Baïa dos Tigres e que, segundo outros, tal designação tem origem num ruído ennervante como uivo de féra molestada que o redemoïnhar da areia provoca no cóne superior das dunas.

E' desoladora a païsagem. E' areal, de uma côr terrosa e mortificante, tudo o que nos cerca.

A meio da restinga, língua de areia saliente à superfície azul das águas atlânticas, ergue-se um pequeno aglomerado de edifícios, sem simetria e sem estética, onde se alberga uma sacrificada colónia de pescadores.

São pequenas casas feitas com bordão e areia calcinada, rebocadas a cal e de tectos em bordão unido, e coberto por uma ligeira camada de cimento ou vedado a feltro.

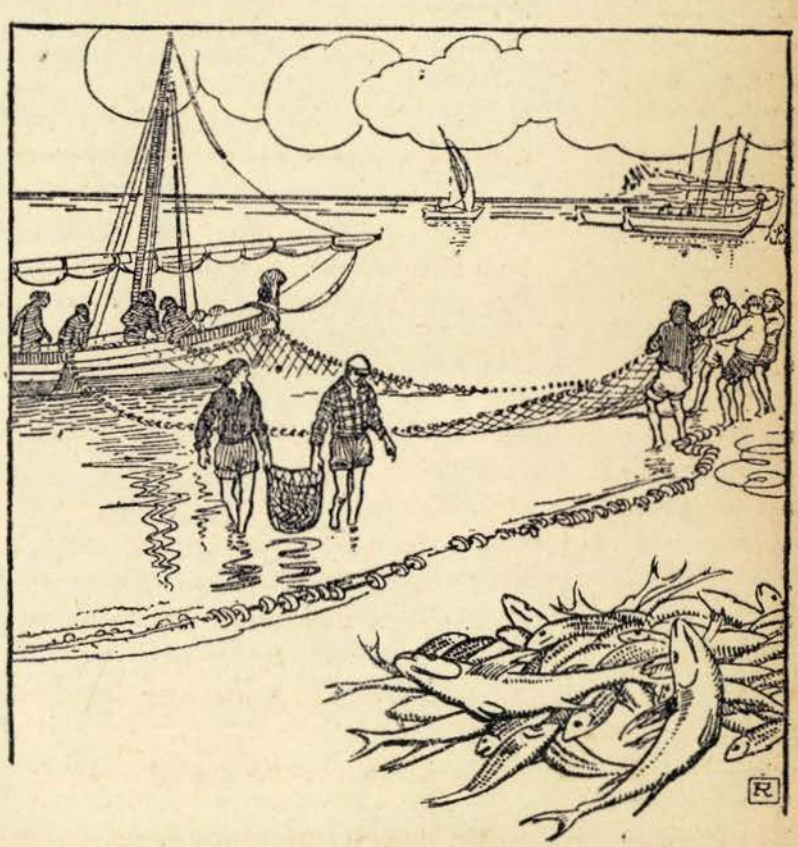
Perto do mar, as suas rudimentaríssimas instalações de pesca. Não ha locais pavimentados, para escalar peixe, nem tanques feitos em cimento para o salgar. Nem é possível havê-los.

A areia, num movimento constante que o vento provoca, sotérra em minutos um edifício, ou descobre despojos de edifícios outrora soterrados.

Entre o homem e a areia há uma luta constante, sem tréguas. Para dela se defender, resgüarda a sua cabana com sébes mortas, ante-dunas contra as quais a areia vem bater imobilizando-se.

Mas se o sudoeste é rijo, se a garrôa é violenta, a duna forma-se enorme, tremenda, e faz desaparecer dentro de si o que o homem, com tanto sacrifício e com tão árduo trabalho, edificou.

O mar, que também tem os seus caprichos, ora cede terreno, alargando a estreita facha de areia onde poisa, tristonha, aquela pobre povoação de pescadores, ora avança,



em fúria, pela terra dentro e chama a si as míseras instalações de pesca daquela gente mártir.

E como estas têm de estar próximo do mar, junto da água, o pescador vive subjugado pela preocupação constante de as remover, quer o mar cêda terreno quer o ocupe.

O lado continental é dominado por grandes dunas caprichosamente feitas pelo vento do sudoeste que sopra sempre, descolando massas colossais de areia que tomam disposições geométricas regulares e majestosas.

A vida parece ter desaparecido daquêle pedaço assustador do Kalaári.

Desenham-se, a medo, os leitos dos rios sempre secos, porque não há água que sacie a sêde destas areias calcinadas. A vegetação desapareceu totalmente debaixo de arenosas muralhas intransponíveis nem se atreve a aparecer nos recantos mais sossegados e menos batidos pelo vento porque a areia, sempre em movimento, não permite tais desejos de vida.

Só está de pé, pescando sempre, sempre trabalhando, o homem que foi fadado para mostrar aos fracos, aos pusilânimes da espécie, até onde chega uma vontade firme, do que é capaz um temperamento rijo de lutador que desafia, altivo, a intempérie e que não receia o mar, quando embravecido.

E' ouvir-lhe a sua história; não há no curso da sua vida uma recordação feliz, uma saüdade pungente por um amor distante, uma infância desassossegada, tranqüila, cujos incidentes sempre cheios de ingenuïdade e de maravilha, a nossa memória retem com avareza.

Há só tristezas, desalentos, perigos. Foi a sua casinha que desapareceu outrora, vítima da fúria dos elementos; recorda, cheio de amargura, essa pequena cabana que foi o seu berço; a luta titânica para se salvar da derrocada, para não ser absorvido, como a casa querida, por aquela arcia assassina.

Depois, já moço, nas lides do mar, vem o naufrágio. A garrôa imprevista apanhou-o sôbre as ondas, dentro de um pequeno barco que desmantelou, que desfez, e êle, já homem do mar, lutou com as vagas alterosas que o despejam, exausto, quasi morto, na praia salvadora.

E' o escorbuto que, de quando em vez, o atira, febricitante, para cima dum catre, dilacerando-lhe as gengivas anémicas, abalando-lhe os dentes, roídos pelo tártaro, convulsionando-lhe os intestinos.

E a água, com que matar a sêde que o domina, falta-lhe, como bàrbaramente lhe falta o citro que lhe caustique as gengivas doridas e os vegetais que normalizem a sua função gástrica e intestinal.

E' uma vida cheia de heroísmos, prenhe de sacrifícios a do colono pescador a quem o destino lançou, sem piedade, para as areias mordentes da Baïa dos Tigres.

* * *

Há quási meio século reüniam-se representantes de todos os países coloniais para se estabelecer o "modus faciendi" que haveria de fixar os limites de algumas colónias do Continente Africano.

Nos arquivos ministeriais e nas Chancelarias da Europa falhavam os documentos que afirmassem onde terminava, ao sul, o território de Angola.

Até então nunca interessou a ninguém a ocupação e a posse da zona desértica que se estende, arenosa, sêca, improdutiva, desde o litoral ao lago Etocha, no Ovampo e que constitúe o deserto kalaariano.

Havia, no entanto, informações seguras que numa língua de areia que formava, a cem milhas a sul de Mossâmedes, a grande Baïa dos Tigres, existia um aglomerado de gente branca que, através de todos os perigos e de tôdas as inclemências, ali vivia da pesca.

A nacionalidade dêsse povo garantiria a posse de território ao país a que pertencesse.

Eram portugueses, vindos de algarvias terras, aquêles que, heróis e mártires, se agarraram estòicamente às areias calcinadas da Baïa dos Tigres e ao mar que a contorna e que tão rico é em peixe.

Mais tarde, fixava-se como limite sul do território de Angola, o rio Cunéne que desagúa no Atlântico a quarenta milhas a sul daquela baïa.

Mossâmedes — 1935.

MOINHO DA LUZ

RIO DE JANEIRO

FABRICA
AS
MELHORES FARINHAS



LUZ



TRES COROAS



BRILHANTE

CARTILHA COLONIAL

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro acaba de prestar um dos maiores serviços á propaganda do Império Colonial Português, com a publicação da "Cartilha Colonial", uma obra grandiosa e simples, com essa simplicidade que torna sublimes as paginas traçadas no intuito de levar ao coração do povo o bafejo de um apostolado que edifica e conforta.

O ilustre capitão Augusto Casimiro, escritor e poeta de grande sensibilidade, foi sempre um idealista, sacrificando-se pela causa que é mais grata ao seu espirito elevado. Da geração dos que se agruparam um dia na "Renascença Portuguesa", companheiro e amigo do saudoso orador e filósofo Leonardo Coimbra, soldado na Flandres, Augusto Casimiro tem-se dedicado com amor aos assuntos coloniais, certamente por ver nas colónias portuguesas o horizonte maior para o futuro da raça lusiada. Escrevendo a "Cartilha Colonial", conseguiu fazer compreender aos portugueses toda a beleza e grandiosidade do nosso fecundo solo africano, e fê-lo de modo inegualável, com tal carinho pelos que hão de ler as suas páginas, que rápidamente nos identificámos com êle e sentimos pulsar o nosso coração no mesmo sonho patriótico.

Para uma coisa ser amada é necessario ser compreendida. Depois de ler a "Cartilha Colonial" ninguém pode deixar de amar as nossas riquissimas possessões africanas, pois ela nos ensina a ver ali um património cuja defesa precisamos de ensinar aos nossos filhos.

IN-DIARIO PORTUGUÊS do Rio de Janeiro.

CASA BUGARIN

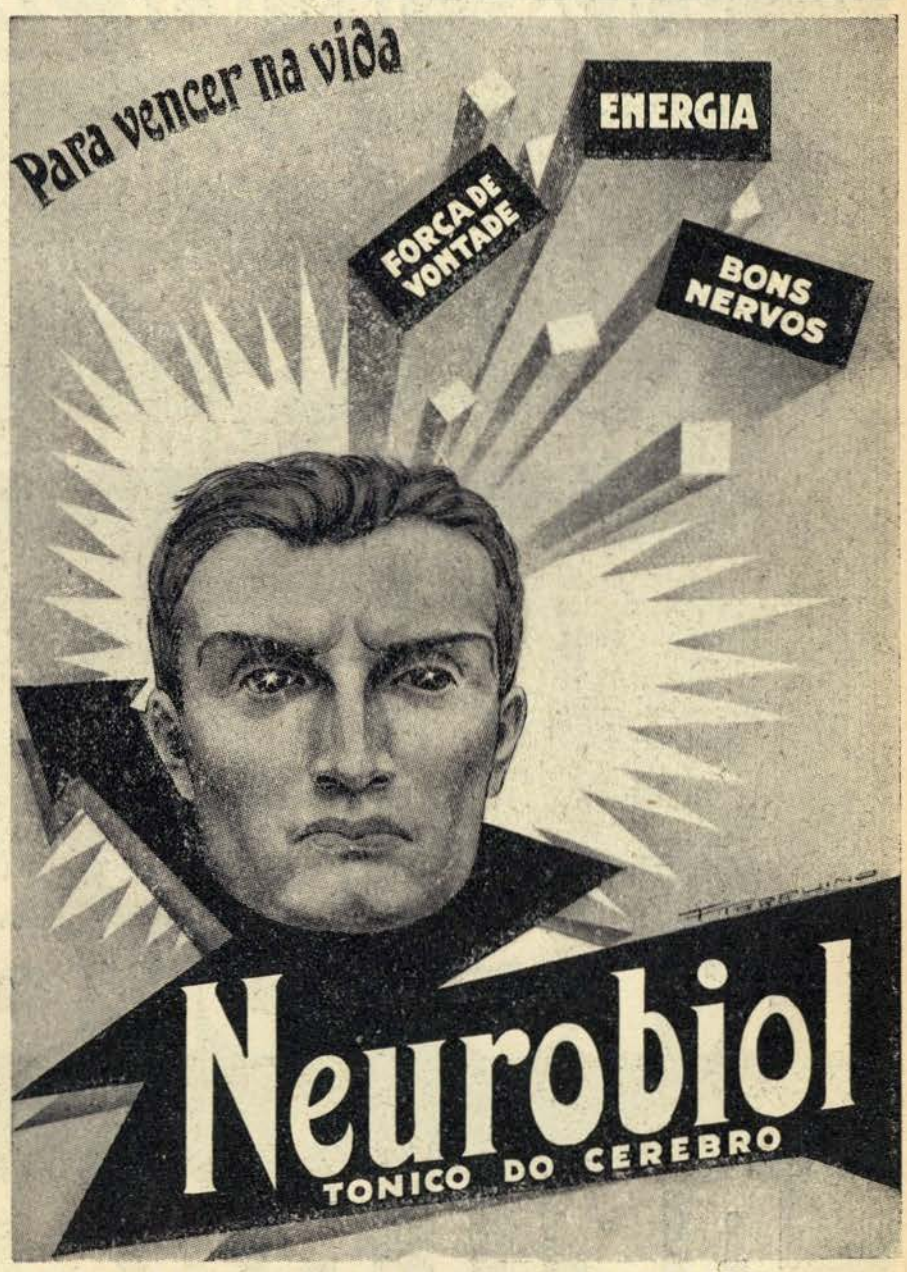
BATATAS, CEREAIS, CEBOLAS E ALHOS

F. Rodrigues de Oliveira

Rua III, 9 a 15 - MERCADO MUNICIPAL

TELEF. 42-0321 — TELEGR. BUGARIN

RIO DE JANEIRO



NEUROBIOL SALVA O INDIVIDUO DA FRAQUEZA CEREBRAL, DA DYSPEPSIA NERVOSA E DA NEURASTHENIA.
O USO DO NEUROBIOL DA' BOM HUMOR E ALEGRIA, GRANDES FACTORES DE SUCCESSO NA VIDA

A' VENDA EM TODO O BRASIL

BANCO PORTUGUÊS DO BRASIL

FUNDADO EM 1918

CAPITAL ..... Rs. 20.000:000$000

MATRIZ: RIO DE JANEIRO
FILIAIS EM S. PAULO E SANTOS

Faz todas as operações bancarias
contas correntes á ordem e a prazo

24, RUA DA CANDELARIA, 24

ADMINISTRAÇÃO DE TITULOS E PROPRIEDADES
(ESQUINA DA RUA DA ALFANDEGA)
RIO DE JANEIRO

COMPANHIA PAULISTA DE PAPEIS E ARTES GRAPHICAS

São Paulo — Rio de Janeiro

Papeis em Geral, Nacionais e Extrangeiros.
Importação de tôdos os artigos necessários ao uso de escritórios, etc.
Fábrica de Cartas de Jogar — Os melhores Baralhos nacionais,
rivalizando com os extrangeiros em aspecto, acabamento e durabilidade.
Grandes Oficinas de Pautação, Encadernação, Litografia, etc. etc.
Tôdos os artigos concernentes ao ramo.

Co-participante e única distribuidora das afamadas
Penas da Fabrica "BRASIL",
a primeira do género fundada no País!

UNIÃO COMMERCIAL DOS VAREGISTAS

COMPANHIA DE SEGUROS TERRESTRES, MARITIMOS E DE ACCIDENTES PESSOAES

Fundada ha 48 annos

Séde: RUA PRIMEIRO DE MARÇO N.º 39
EDIFICIO PROPRIO

Caixa do Correio 1.038

Telephonios: Escrip.: 23-2362—Direct.: 23-2512
Accidentes pessoaes: 23-2512

CAPITAL REALIZADO E RESERVAS	7.000:000$000
Receita annual superior a	3.700:000$000
Sinistros pagos desde a fundação	30.500:000$000

Segura todos os effeitos terrestres contra os riscos de fogo, raio e suas consequencias; e maritimos, de mercadorias embarcadas, cascos de vapores, etc.

Acaba de inaugurar a Carteira de Seguros contra ACCIDENTES PESSOAES. E' o seguro indispensavel a todo o homem intelligente. Suas vantagens são innumeras. Cobre a Companhia um grande numero de riscos, pois, além da indemnização, em caso de morte, paga tambem indemnizações varias devido a ferimentos por accidentes, bem assim honorarios medicos, etc. O premio é cobrado conforme a occupação do segurado. Para as profissões menos arriscadas UM SEGURO de 50:000$000 custa inclusive sello e impostos:

Rs. 85$000 por um anno
Rs. 7$083 por um mez
Rs. $232 por dia
Rs. $009 por hora

DIRECTORIA: OCTAVIO FERREIRA NOVAL, PRESIDENTE
HAMILTON LOUREIRO NOVAES, THESOUREIRO
OCTACILIO DE CASTRO NOVAL, SECRETARIO

FABRICAS DE ROLHAS
ISOLAMENTOS E CAPSULAS DE ESTANHO

Especialidade em rolhas
para Farmacias — Perfumarias
Laboratorios
e Fabricas de Bebidas

CORTICITE PORTUGUESA
O unico isolamento para Terraços, Frigorificos e Geladeiras

CAPSULAS DE ESTANHO — Em todos os typos e cores

SILVA PEDROZA & CIA.
Rua da Misericordia, 80 — Telefone 42-1512
RIO DE JANEIRO

SERRARIA GONZALEZ

ESPECIALIDADE EM PINHO DO PARANÁ

CAIXAS DESARMADAS

Fernandes Gonzalez & C.º

Rua Francisco Eugenio, 81

Tel. 28-5469 + + End. Tel. FERGONLEZ

RIO DE JANEIRO

TINTAS PARA IMPRESSÃO

DA AFAMADA FÁBRICA

MICHAEL HUBER

de MUNICH (Alemanha)

Depositários

CAPPUCCINI & C.

R. ALFANDEGA, 172 — RIO DE JANEIRO

Esta revista é sempre impressa com as tintas de

MICHAEL HUBER

O Imperialismo anglo-italiano e o conflito ítalo-abexim

POR RAIMUNDO DE MATOS
ENCEADO EM LETRAS

ESPECIAL

QUEM tenha seguido atentamente a evolução da política internacional, perante a agressão brutal e cínica da Etiópia pela Itália, terá sem dúvida notado por parte da Inglaterra uma atitude hesitante, por vezes com aspectos quási maquiavélicos, ora dizendo-se fiel cumpridora dos seus compromissos para com a S. D. N., ora tentando de conluio com o govêrno francês presidido por Laval estender amigàvelmente a mão ao país por ela própria considerado como agressor.

Esta atitude tem sido explicada de diversas maneiras: uns veem nela a expressão da vontade britânica em assegurar a paz mundial por intermédio da associação genebrina fortalecida na sua autoridade com o apoio das grandes potências européas e uma multidão de pequenos estados que giram na órbita da influência daquelas; outros, e êstes creio que dotados de melhor visão, consideram a atitude do govêrno britânico como conseqüência, em primeiro lugar, da orientação política interna, obedecendo desta forma à opinião pública do seu país, em segundo lugar, como determinada pelas exigências imperialistas de continuar exercendo o predomínio político e económico sôbre quási tôdas as nações do mundo.

Os primeiros consideram a Inglaterra como a mantenedora escrupulosa do Convenant; os segundos encaram-na como a defensora egoísta dos seus interêsses próprios.



MUSSOLINI, VISTO POR GUEVARA

* * *

Antes de analisarmos as relações políticas e económicas existentes actualmente entre os estados, que constituem a "British Commonwealth of Nations", análise essa que faremos num artigo a seguir a êste e que reputamos imprescindível para a compreensão da atitude britânica no actual conflito, vejamos ràpidamente os factores que levaram a Itália a lançar-se numa luta desejada e provocada ùnicamente pelo fascismo, faminto não só de fôrça e territórios onde a sua brutalidade e violências imperem, mas também sedento de sangue e de rapinas que compensem um pouco o que se tem esgotado (e quanto inutilmente!) no próprio solo italiano.

Esta luta pode acarretar-lhe não só perdas irreparáveis de sangue e de dinheiro, vertidos talvez inglòriamente, mas também provocar reacções na política externa e interna dêsse país que ocasionarão inevitàvelmente o abalo dum regimen cuja vida dificilmente se salvará de entre os escombros e ruïnas que ora vem pro-

vocando. E, pior ainda, quem sabe se êste entrechocar de paixões e interêsses não servirá os desígnios tenebrosos da Alemanha dirigida por Hitler, espreitando na sombra o momento propício para de novo sacrificar nos altares do Deus da Guerra alguns milhões de vidas, cumprindo mais uma vez os seus deveres de aliada da Morte e do Capitalismo militarista dos Basil Zaharof, Krup, Deterding, Rockefeller e tantos outros?

A situação actual é muito semelhante à de 1914, tendo talvez a agravante dos imperialismos alemão e italiano serem dirigidos por adeptos da violência, homens aos quais os horrores duma guerra não atemorizam, nem os remorsos compungem

* * *

Desde a subida de Mussolini ao poder, a política italiana tem sido orientada de forma a satisfazer as ambições imperialistas do fascismo.

Êste, julgando-se predestinado a fazer reviver para a Itália os tempos de grandeza e esplendor do já tão longínqüo Império Romano, reivindicando para si o papel de fazer ressuscitar a hegemonia italiana no Mediterrâneo, tem, desde o início da sua política de expansão, encontrado pela frente a oposição britânica.

Num esfôrço titânico e perseverante, o fascismo, submetida a Itália a um regimen de opressão, conseguiu armar-se até aos dentes e sem possibilidades económicas que tal lhe permitissem lançou-se numa política de trabalhos públicos de larga envergadura, de reconstituïções arqueológicas cuja finalidade só tem explicação na obcecada e exaltada adoração dum passado grandioso.

Esta orientação seguida por Mussolini tem ajudado, por um lado a criar uma mística fascista, satisfazendo as aspirações e o psiquismo do povo italiano, pelo outro tem ajudado a levar a Itália à beira da ruïna económica em que se encontra. A dívida pública com um acréscimo de 74 bilhões de liras desde o advento do fascismo; uma indústria insignificante e dependente em matérias primas da produção estrangeira; restrições e interdições impostas à indústria pela economia corporativa; proïbição de exportação de capitais; obrigação dos proprietários de imóveis de rendimento investirem em bilhetes de tesouro os depósitos dos seus locatários, (Maurice Lachin; "L'Ethiope et son destin", pag. 180) e muitas outras medidas que seria longo enumerar tal é a maravilha do Govêrno de Mussolini sôbre essa pobre e sacrificada Itália.

* * *

Caracterizada por Mussolini, começando pela efusão de sangue vertido sôbre o solo etiope à era das revisões territoriais, coloniais, económicas e sociais está aberta. Todos os regimens ditatoriais, filhos dilectos duma série de servilismos e baixezas, alimentados por nacionalismos exarcerbados e militarismos odiosos, tentam, na hora em que o seu ocaso se começa a desenhar, a justificação do seu poder pessoal, das suas arbitrariedades e crimes.

Assim a política de Mussolini, tendo como base ideológica o culto da violência é o figurino pelo qual se tem modelado tôda a série de ditaduras actuais. Na maioria dos seus discursos encontramos passagens em que se advoga o culto da fôrça, o assassinato, a adoração dum militarismo exclusivista, agressivo e brutal. As hossanas ao canhão, à metralhadora e ao punhal encontram-se a cada passo. Para êle só os fortes têm direito à vida. Os pequenos e fracos terão de ser suprimidos, visto que não há lugar para êles no arranjo que os imperialismos pretendem impôr ao mundo.

E' com doutrina desta natureza que o fascismo tem orientado e escravizado o povo italiano, e pretende ser o elemento civilizador da Etiópia.

Após a sua entrada na guerra de 1914 ao lado dos Aliados a Itália podia e devia esperar melhor acolhimento às suas pretensões se os seus dirigentes não tivessem tomado resolutamente uma orientação agressiva enveredando pelo caminho das exigências desmedidas, baseadas num orgulho nacionalista e numa megalomania de grandezas passadas que nada justifica na actualidade.

Desta forma tornou-se inevitável o embate do imperialismo militarista italiano com o já secular e bem apetrechado imperialismo britânico.

As pretensões italianas põem em perigo a estrada da India, pedra angular do Império.

A diplomacia e a espionagem dos dois imperialismos em luta entram em jôgo levando os ingleses o melhor partido. Nem outra coisa era de esperar duma nação que tem tão longa experiência nêsse campo de intrigas tenebrosas, apetrechada com uma rêde de espionagem a mais antiga e perfeita das nações modernas. Poucas são as vantagens conseguidas pela Itália

e essas mesmo não abalam em nada o predomínio britânico no Mediterrâneo. Mas em face de tantas esperanças e ambições desfeitas, Mussolini volta-se mais aferradamente para uma das suas ambições, encara a possibilidade da constituïção dum grande império colonial em África.

Imensos e férteis territórios despertam a cobiça fascista; vestígios de riquezas minerais, outras simplesmente adivinhadas são outros tantos incentivos a despertar a ambição sem limites do fascismo italiano. O ouro, o ferro, o cobre e petróleo por explorar na Etiopia, a cultura do trigo e do algodão nos seus planaltos cuja fertilidade é lendária; eis as causas principais da condenação lançada sôbre o infeliz e martirizado povo etíope pela prepotência arrogante dum Mussolini tão necessitado de coroar as suas derrotas, perante a concorrência inglesa, com algum feito de estrondo. A falta de razão que assiste à Itália é sobejamente conhecida e aceita por todos aquêles que não tenham deixado deslumbrar o seu espírito pelas paradas espectaculosas e rutilantes do fascismo, pelos discursos histriónicos e fanfarronadas mussolinescas e pela falta de lógica que existe entre as actuais pretensões de Mussolini e as suas medidas tendentes a provocar o aumento populacional da Itália.

Haja em vista os casamentos em série, os prémios às mãis de família que tivessem maior número de filhos, etc.

Se a pobreza do solo dum país e a sua elevada densidade de população são factores que justificam o assalto à mão armada de nações pequenas e sem meios de defesa, só resta à humanidade fechar os olhos horrorizada deixando prevalecer o Direito dos mais fortes sôbre os mais fracos e afundar uma civilização de que todos se orgulham mas que justo é dizer-se resultou na sua maior parte do esfôrço de pequenos povos. Não esqueçamos o exemplo de nossa casa. Enquanto portugueses e espanhois sulcavam os mares, desbravavam misteriosos continentes, inaugurando uma nova era na história da Civilização com o seu esfôrço, as nações que hoje colhem os frutos dêsses descobrimentos e conquistas degladiavam-se em guerras seculares numa ânsia de extermínio e ambições que sempre as caracterizou.

Pobreza do solo e excesso de população são actualmente as razões apresentadas por todos os imperialismos para justificarem as suas agressões. Mussolini não é sinceramente movido nas suas aspirações por um espírito pacífico de colonização e engrandecimento progressivo do povo que ora domina. Em primeiro lugar a Itália tem ainda ao lado de regiões excessivamente povoadas como a Campania e a Lombardia espaços quási desertos tais como a Sardenha e o litoral pantanoso da Toscana e do Lácio. Em segundo lugar ninguém de boa fé e medianamente versado em questões de Geografia e Colonização pode acreditar que o chefe do fascismo italiano pense em apoderar-se da Etiópia para transformál-a numa colónia de povoamento. As condições climáticas dessa vasta região são bem conhecidas para que possamos atribuír tal disparate aos dirigentes fascistas. A ambição dum vasto império colonial ocupando todo o ângulo nordeste do continente africano em compensação dos choques sofridos em face da oposição britânica como já dissemos; o domínio do Mar Vermelho e Golfo Pérsico ameaçando a influência inglesa nessas paragens e finalmente a exploração das riquezas minerais e da cultura do algodão tão necessárias para a criação duma grande indústria, dadas as exigências e ambições de expansão militarista do fascismo italiano, eis as miragens que devem ter seduzido Mussolini a jogar tão arriscada cartada, tentando ao mesmo tempo readquirir o seu prestígio já um pouco abalado pela política imposta durante longos anos. Assim, numa incompreensão espantosa dos problemas coloniais, guiada por uma política tecida de violências e paixões exacerbadas dum nacionalismo feroz, a Itália é lançada numa empresa na qual está condenada a fracassar lamentavelmente tanto sob o ponto de vista militar como sob o aspecto de política colonial.

E' uma verdade insofismável que tôda a potência europeia de posse de qualquer faixa do litóral africano não pode desinteressar-se das regiões interiores que constituam o hinterland dessa periferia marítima. Esta verdade é confirmada pela História da Colonização através duma evolução já secular e da qual os portugueses logo de início se aperceberam com tão nítida compreensão na sua missão civilizadora do continente africano.

O egoísmo e ambição de nações cuja voracidade não tem limites, auxiliadas na sua tarefa de absorpção pelo desleixo, apatia e subserviência criminosas de certos dirigentes políticos portugueses obstaram a que Portugal tivesse trilhado as directrizes impostas pelas já hoje tão conhecidas leis dos contactos geográficos, penetrando e ocupando pacìficamente todo o hin-

Ordenações das Armas das Colónias

Em conseqüência do projecto do Sr. Afonso de Ornelas, ao qual obedeceram as armas das Colónias que publicámos in-BOLETIM n.º 9, ter sofrido várias alterações, prometêramos no BOLETIM seguinte que voltaríamos a publicá-las quando fôssem aprovadas e adoptadas oficialmente. Ora como isso se acaba de dar, com a publicação no "Diario Oficial" da portaria que aprova as ordenações das armas das colónias que, nos têrmos da Constituïção e do Acto Colonial, formam o Império Colonial Português, aqui estamos a cumprir no presente BOLETIM a palavra empenhada junto dos nossos consócios, amigos e leitores.

Segundo esse diploma, as armas que caracterizam simbòlicamente cada uma das colónias que constituem o Império Colonial Português constam de um escudo arredondado em semi-círculo no pé e terciado em mantel, tendo no primeiro, em campo de prata, as cinco quinas de Portugal, de azul, carregadas cada uma de cinco besantes de prata em aspa; no segundo, o símbolo característico da colónia respectiva; no terceiro, a representação do mar, sendo o campo de prata carregado de cinco faixas ondadas de verde.

Estas armas assentam sôbre a esfera armilar, coïncidindo o tôpo superior do escudo com o primeiro paralelo.

A corôa mural que encima as armas e que assenta sôbre o escudo, tocando-lhe os extrêmos da parte superior, será de ouro e constituïda por cinco tôrres ligadas por quatro panos de muralha realçados de negro, as tôrres são carregadas sôbre as portas por esferas armilares de vermelho e os panos de muralha com as ameias formadas por um escudete de prata, carregado com a Cruz de Cristo vermelho.

O conjunto da esfera armilar, escudo e coroa mural deterá por debaixo um listel branco com a indicação "Colónia Portuguesa de...". A India inscreverá no listel referido a designação "Estado Português da India".

Para cada uma das colónias haverá símbolos característicos.

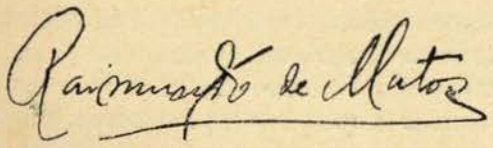
Assim, para Cabo Verde, simbolizando a acção marítima portuguesa — em campo de verde, uma caravela de negro, realçada de ouro, vestida de prata com cabos e mastreação de negro, vagando num mar ondado de prata e de verde; para a Guiné, relembrando o acto da posse dêste senhorio de Portugal com o bastão simbólico criado por D. Afonso V — em campo negro, um bastão rematado por uma cabeça de negra tudo de ouro realçado de negro; para a de S. Tomé e Príncipe, comemorando o esfôrço de expansão ultramarina realizado durante o reinado em que êste domínio entrou na posse da coroa portuguesa com a adopção do emblema pessoal que acompanhava D. Afonso V nas suas acções guerreiras — em campo vermelho, um rodízio de ouro espargindo gotas de azul realçadas de prata; para Angola, como demonstração da importante fauna do território e tendo em atenção as peças heráldicas que há muito usa — em campo de púrpura, um elefante e uma zebra de ouro realçados de negro, para Moçambique, considerando que foi na antiga vila de S. Sebastião de Moçambique que primitivamente se estabeleceu a sede do Govêrno da província — em campo de prata, sete setas de verde atadas de vermelho; para o Estado da India, por ter sido em dia de Santa Catarina que o grande Afonso de Albuquerque conquistou Goa e para que o novo brasão se não afaste das peças heráldicas há muito ali em uso — em campo de ouro, uma torre de vermelho, aberta e iluminada do mesmo esmalte; em chefe, uma roda de navalhas de negro; para Macau, em lembrança do território em que a colónia está situada — em campo azul, um dragão de ouro armado e linguada de vermelho e realçado de negro, suportando nas garras uma das quinas de Portugal; para Timor, em homenagem aos religiosos dominicanos que conseguiram estabelecer a obediência dos naturais a Portugal, é aproveitada parte das armas da mesma Ordem — em campo gironado de oito peças de prata e de negro, uma cruz florenciada, entrecambada dêstes esmaltes, tendo brocante no cruzamento uma das quinas de Portugal.

Estas armas são do exclusivo uso dos govêrnos respectivos, com marca de impressos e como sêlo privativo, podendo ser empregadas como simbolizando as colónias portuguesas a que respeitam.

As câmaras municipais, comissões municipais e juntas locais das colónias têm armas, bandeira e sêlo da aprovação do Ministério das Colónias, ouvido o govêrno da colónia; a êste serão enviados todos os elementos que sôbre o assunto possuam para auxiliar o estudo de normalização necessária em face das melhores regras heráldicas.

---

terland compreendido entre o litoral de Angola e Moçambique. A ocupação militar feita por meios violentos e bárbaros como aquêles que a Itália usa não conduzem um povo a resultados positivos na sua missão civilizadora. A penetração pacífica e metódica resultante de tratados comerciais; a assimilação dos indígenas, na medida do possível, feita com brandura e processos moderados; um tratamento e relações em que as leis e sentimentos humanos não sejam postergados e vencidos pela brutalidade, violência e interêsses materiais; eis a meu ver os únicos processos pelos quais qualquer nação civilizada deve orientar a sua acção colonizadora sem quebra daquêles sentimentos humanitários que são apanágio dos povos civilizados, dos princípios do Direito, da Justiça e da Razão, infelizmente tão calcados no actual conflito pela nação mais civilizada.

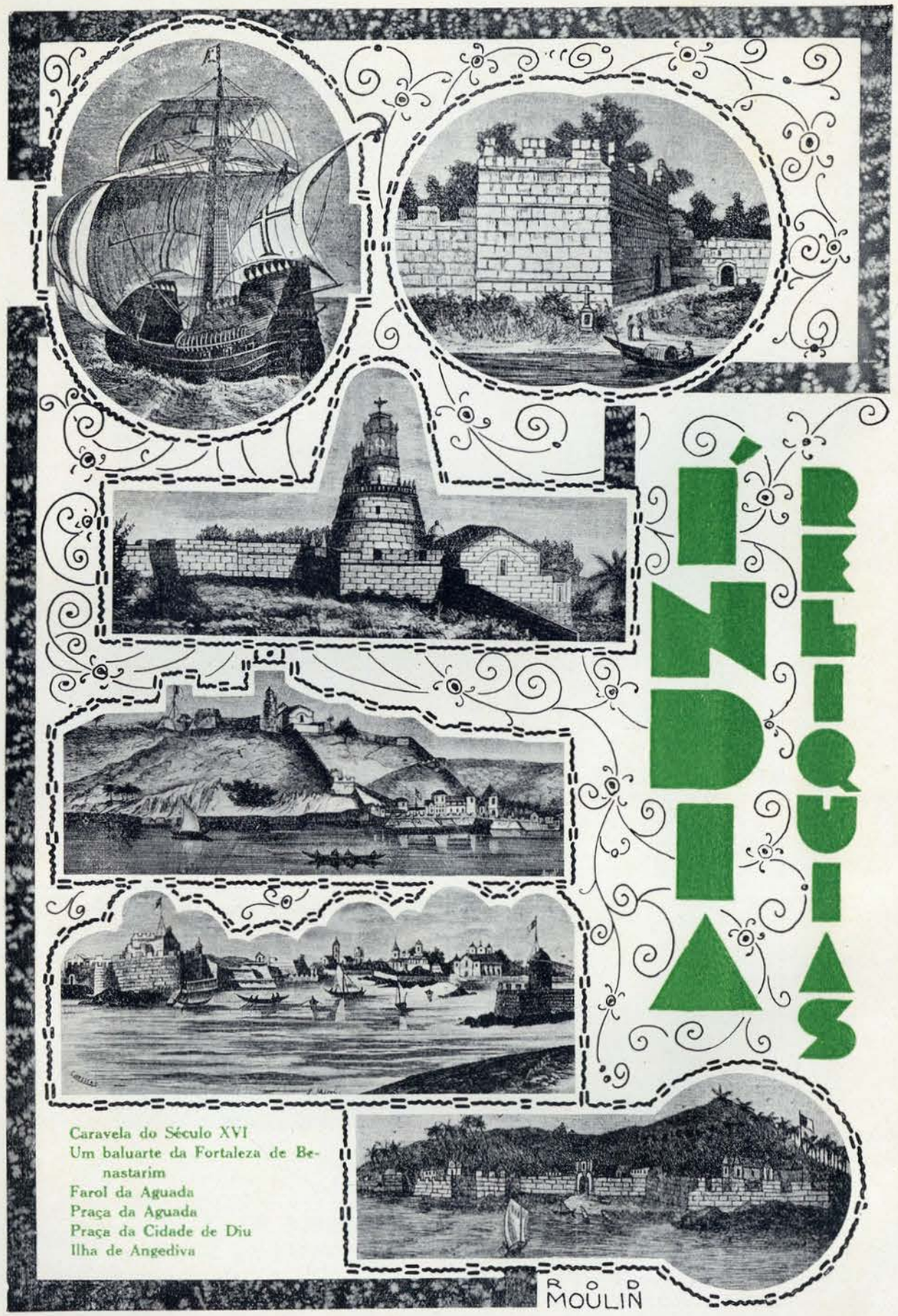




JORGE V

O grande Rei que, fiel à sua palavra e aos seus juramentos, soube sempre respeitar e acatar com dignidade e nobreza os postulados democráticos, expressos pela vontade livre e soberana do seu povo — o povo inglês.

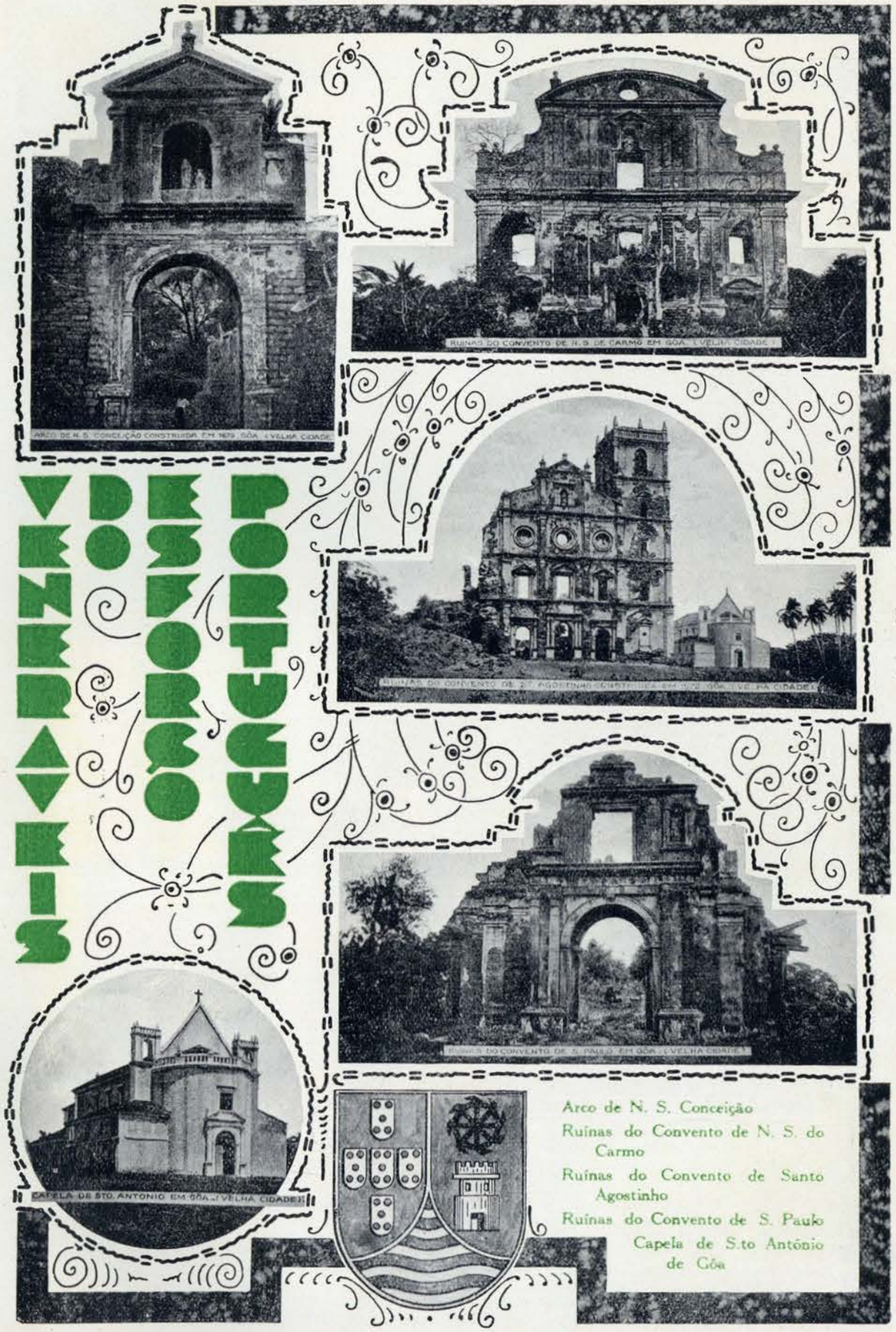
A Inglaterra perdeu um chefe exemplar, Portugal um amigo sincero e o Mundo uma figura por todos respeitada.



RELÍQUIAS INDIANAS

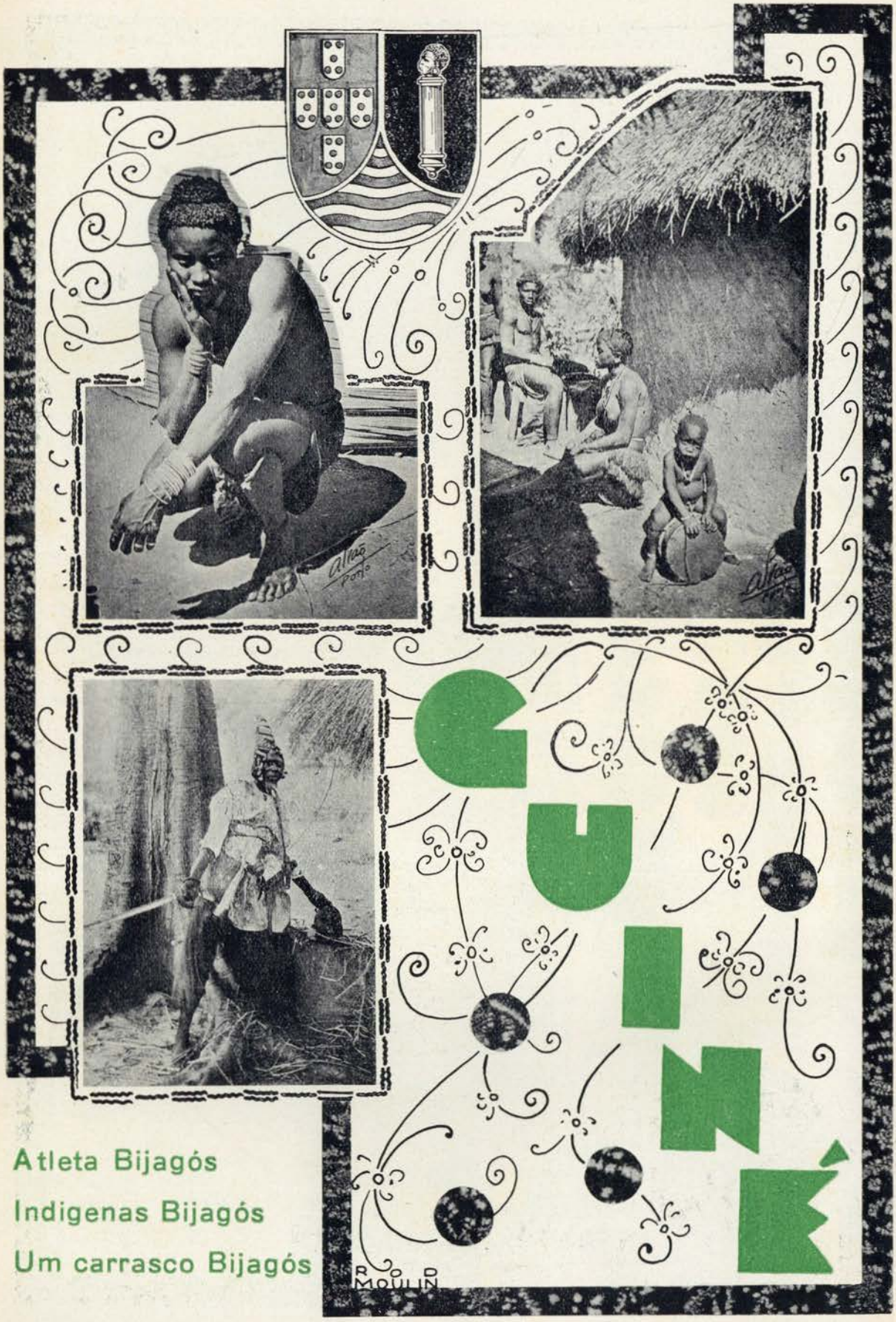
Caravela do Século XVI
Um baluarte da Fortaleza de Benastarim
Farol da Aguada
Praça da Aguada
Praça da Cidade de Diu
Ilha de Angediva

R. O. D. MOULIN



PORTUGUESES DESCOBRIDORES DO ORIENTE VENCEDORES INCANSAVEIS

Arco de N. S. Conceição
Ruínas do Convento de N. S. do Carmo
Ruínas do Convento de Santo Agostinho
Ruínas do Convento de S. Paulo
Capela de S.to Antônio de Gôa



Atleta Bijagós

Indigenas Bijagós

Um carrasco Bijagós

A CULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA

PELO DR. AMÉRICO CHAVES DE ALMEIDA
ADVOGADO — ESCRITOR E COLONIALISTA

(ESPECIAL)

O Brasil aparece sempre aos portugueses, num clima de alvoroçado carinho.

Até mesmo, quando a chalaça nacional pretendia, em tempos que já passaram e aliás com grande injustiça, ridicularizar o português que, emigrando para o Brasil, pobre, inculto e boçal, regressava rico e vistoso, ingénuo ainda na sua vaidade de pessoa que triunfára por um esfôrço duro e tenaz, até nessa feição, o Brasil, a terra da riqueza e da generosidade, aparecia àquêles que sôbre êle um pouco meditavam, como um país diferente de todos os outros e para que se olhava com amorosa ternura. Nunca com efeito os portugueses se esqueceram de que o Brasil era obra sua e tinha sido encontrado, lá longe perdido no mundo, na era longínqüa de quinhentos, por gloriosos antepassados nossos.

Mas, valha a verdade, pouco mais do que isso sabia o grosso dos portugueses sôbre as opulentas terras de Santa Cruz.

E não só os portugueses incultos e ignorantes, mas até mesmo aquêles que tinham cultura e, por conseqüência, responsabilidades intelectuais.

Se a nossa própria Angola, se Moçambique e as demais províncias que temos, espalhadas no continente negro, ainda há pouco eram apenas... *a Costa de África*!

Não sei se errarei, mas julgo que êste desleixo, de morgado minhoto estroina e despreocupado, em muito deve ter influído na orientação política, evidentemente claudicante, que, desde a independência do Brasil, se tem seguido da banda de Portugal, a propósito das relações mantidas com a sua antiga colónia.

E no entanto, o próprio interêsse espiritual e moral, além do interêsse mèramente material, aconselhava que nos preocupássemos fortemente com a parte lusitana do continente sul-americano.

Com efeito, três séculos de história brasílica são história de Portugal e história admirável.

Além disso, êsses três séculos de colonização são um largo lapso de tempo que deveria servir de lição à tarefa que nos incumbe de civilizar aquilo que é português em África.

Todos sabem que, passado o sonho e o fragor da India, as vistas de Portugal se dirigiram, no tempo de D. João 3.º — um grande Rei tão injustamente julgado por vezes — para a América do Sul e todo o nosso esfôrço colonial incidiu, quási exclusivamente, sôbre o Brasil até à independência. O resto dos domínios portugueses, durante êsse tempo, ficou, pode dizer-se em pousio, porque, para tão vastos territórios, nos escasseavam a gente e o dinheiro.

Angola e Moçambique só começaram a preocupar-nos verdadeiramente, quando o Brasil se perdeu.

Pois, seria natural que nós procurássemos estudar a colonização feita no Brasil, os métodos empregados e os resultados obtidos, para que, com mais segurança, actuássemos em África, aproveitando da experiência e dela tirássemos a lição que é sempre útil e proveitosa, mas que, em matéria de colonização, é uma mestra insubstituível e imprescindível.

A criação de novas nações é uma tarefa tão sôbre-humana que só se pode realizar, arrastadamente e dolorosamente.

A vida dá-se, no meio do sofrimento e da incerteza.

E' só à custa de paciência que a obra de arte nasce.

E que maior obra de arte do que dar a vida a uma nova nação?

O grande pensador brasileiro Alberto Torres, no seu notável estudo, intitulado *O Problema Nacional Brasileiro*, explicando com uma admirável penetração, as grandes dificuldades políticas que a Nação brasileira tem diante de si, precisamente porque colonizar não consiste apenas em transportar homens de regiões povoadas para terras desertas, põe bem a questão. O meio modifica os homens e as suas instituïções e, porque os modifica, é que o povoamento do Brasil, feito pelos nossos antepassados, deu uma nação, filha da nossa de certo, mas diversa também por muitos e variados aspectos.

Ora, parece que os colonizadores do Brasil, quando se voltaram para a África, terra de muito maiores semelhanças com o Brasil — prìncipalmente Angola — do que a Metrópole, se deveriam ter preocupado com a lição do Brasil para a aproveitar tanto quanto possível, nos domínios africanos... Mas assim não aconteceu, infelizmente.

Os inesgotáveis arquivos nacionais ficaram herméticos, sem que ninguém lhes espanejasse o pó dos séculos.

E aconteceu que, assim como improvisámos na América, fômos improvisar em África, estamos mesmo e ainda a improvisar nela, nêste momento tão angustioso e complicado que o mundo está vivendo.

Devendo ser nós, os grandes animadores dos estudos brasílicos, pelo nosso próprio interêsse moral, espiritual e material, abandonámo-los inteiramente.

Felizmente que assim não pensaram as *élites* brasileiras, as quais ansiosas por dar à sua nação aquela nobreza e *patine* que só a tradição e um longo e glorioso passado podem dar, se entregaram corajosamente e com uma bela inteligência, ao estudo dos cinco séculos da sua história.

E é, graças à cultura brasileira, que agora se começa a desvendar êsse magnífico passado, comum a Portugal e ao Brasil.

E é ainda graças ao Brasil que nós, os portugueses, podemos ler e conhecer tais estudos, visto que além de os imprimir, veio êle próprio montar em Lisboa uma livraria, onde se encontram e nós os podemos comprar.

Infelizmente, os preços dos trabalhos de verdadeiro interêsse intelectual e histórico são incomportáveis para os eruditos e curiosos portugueses, quási todos tendo uma vida restrita e precária, sobretudo nêstes calamitosos tempos que correm.

Essa é a razão porque a mim me não tem sido ainda possível obter por exemplo tôda a magnifica colecção *Brasiliana* da *Biblioteca Pedagogica Brasileira*, editada pela *Companhia Editora Nacional*, de S. Paulo.

Haveria grande vantagem para Portugal e para o Brasil, em se estudar uma fórmula de tornar acessíveis êsses trabalhos aos eruditos e aos homens públicos, sobretudo aos coloniais portugueses.

"HUMANIDADE"

Sob a direcção do Sr. Viana de Almeida, apareceu em Lisbôa mais um jornal, — "Humanidade" —, que se propõe defender e propagar o Ultramar Português.

Bastaria tal propósito para acolhermos o novo paladino com as mais efusivas saüdações. Mas acontece que se dá a circunstância especialíssima de partir essa iniciativa de um africano 100 %, o Sr. Viana de Almeida, natural de S. Tomé, e isto concorre extraordinàriamente para tornar transbordante a efusão das nossas boas-vindas, o calor do nosso abraço afectivo e cordial, tanto mais que o distinto jornalista, ao pôr a questão da defesa do nosso Ultramar pela forma que já veremos, abordou-a em têrmos que se dignificam os africanos, simultânemente honram e consagram Portugal.

In-"Humanidade", número 5, escreveu o jovem mas já conhecido africano:

"Sabem todos que em tôrno do problema colonial se agita a tempestade de cubiças desenfreadas de aquêles que pretendem destruír as bases sôbre as quais se apoiava a moral internacional. Sôbre os territórios ultramarinos, e a coberto de novas concepções jurídicas, abrem-se olhos injectados de sangue, descobrem-se dentuças de lobos esfaimados. Ao menor descuido precipitar-se-á a alcateia desenfreada.

E' necessário que, em defesa da integridade das terras portuguesas, se congreguem tôdas as fôrças espirituais e materiais. Mas reparem bem, portugueses metropolitanos, que nenhuma voz mais autorizada que a dêste jornal, pelo simples facto de ela saír ardente de peitos africanos, se poderá erguer e bradar a justiça a fazer-se à obra de colonização lusitana."

Nós lucrávamos, porque aprendiamos e aproveitavamos o trabalho já realizado e feito pelos escritores brasileiros.

E o Brasil lucrava igualmente, porque a divulgação dos estudos, feitos pelos homens de Além-Atlântico, haveria de despertar a curiosidade dos portugueses e o desejo de rebuscarem os arquivos, pondo ao léo muito documento e muito estudo que, interessando a Portugal, interessaria de certo largamente ao Brasil.

E passariam os problemas históricos sul-americanos a ser vistos e prescrutados, pelos dois países, com vantagem para ambos.

Os volumes que agora li de Alberto Torres, Oliveira Viana, Pedro Calmon, Evaristo de Morais, Almeida Prado e Nina Rodrigues, a que me hei de referir pelo miúdo oportunamente, deixaram-me maravilhado, quer como curioso que sou dos estudos históricos, quer como apaixonado dos problemas coloniais.

Por êste último aspecto e pelo auxílio que tais trabalhos prestam ao homem público português, que sente a ingente tarefa que pesa sôbre Portugal, colonizador dos territórios de África, o trabalho daquêles escritores é um auxiliar precioso e incomparável.

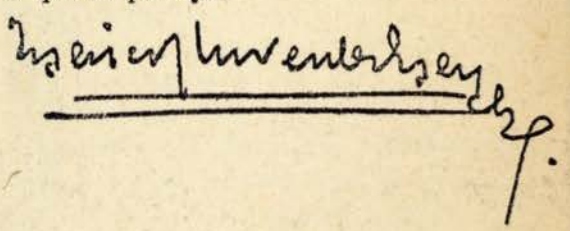
E no entanto, receio bem que poucos eruditos portugueses e sobretudo pouquíssimos homens públicos, especialmente dos que se dedicam às questões coloniais, os tenham lido e meditado.

Pena tenho que a minha prosa seja tão descolorida e insignificante o meu valimento, porque sinceramente desejava contribuír para a divulgação, em Portugal e no seu ultramar, da obra realizada pelos investigadores, historiadores e homens públicos brasileiros.

Faço porém, o que posso.

Dou o pouco que tenho.

Outros com maiores recursos, conseguirão os objectivos óptimos e os admiráveis resultados que eu prevejo.



"Necessidade e sentido de uma Universidade Colonial"

O Dr. João de Castro Osório, pensador de sól da cultura e, já hoje, dos nossos ensaístas mais claros e penetrantes, publicou em opúsculo, lançado no mercado pelas Edições "Descobrimento", a tese que, sob o tema *Necessidade e sentido de uma Universidade Colonial*, apresentou ao Congresso de Ensino Colonial, reünido na cidade do Pôrto, quando da Exposição de 1934. O trabalho do talentoso publicista foi, em razão da clareza e fôrça dos argumentos brilhantemente expostos e defendidos, aprovado por unanimidade em suas conclusões finais. E outro tanto não seria de esperar, visto que não se explica fàcilmente a ausência, em Portugal, país com uma multi-secular tradição ultramarina, de uma Universidade Colonial — "organismo de cultura que corresponda, com eficiência e grandeza, ao espírito e à acção coloniais", dentro daquela "realidade viva que é ou deve ser o espírito universitário", porque, hoje mais do que em nenhuma outra época, a vida terá de marchar ao impulso do sôpro dinâmico dêsses organismos em que a cultura se disciplina, engrandece e ganha novas energias, — e ao calor de tais regras se plasma, modela e estratifica, conseqüentemente, o *espírito universitário*, no esplendor da sua fôrça e grandeza produtivas.

A quantos se debruçam sôbre os momentosos problemas coloniais, seja por diletantismo ou por obrigação, e os procuram estudar tanto em linhas gerais como nos seus mais ínfimos pormenores, sem perderem o sentido das realidades, isto é, sem os óculos côr de rosa de Pangloss, hão-de louvar-se pelo trabalho do Sr. João de Castro Osório, através do qual não perpassa um *ridículo bovarismo colectivo*, como sentenciou salomònicamente o Sr. V. de Miranda Reis in-BOLETIM DE ARIEL, mas, pelo contrário, a afirmação segura, firme, categórica de que o nosso papel no mundo ainda não terminou e que, com a mesma fé, a mesma gana e a brava ousadia de sempre Portugal se prepara convenientemente para cumprir a sua missão civilizadora na África, amanhã como hoje, e hoje como ontem, — missão que será cumprida nas terras portuguesas do Continente Negro, porque assim o quere uma nação inteira e nunca — oh, nunca! — para se fazer pirraça ao Sr. Reis e desmentir-se a sua afirmação conselheiral e sentenciosa de que "Portugal é bananeira que já deu cacho".

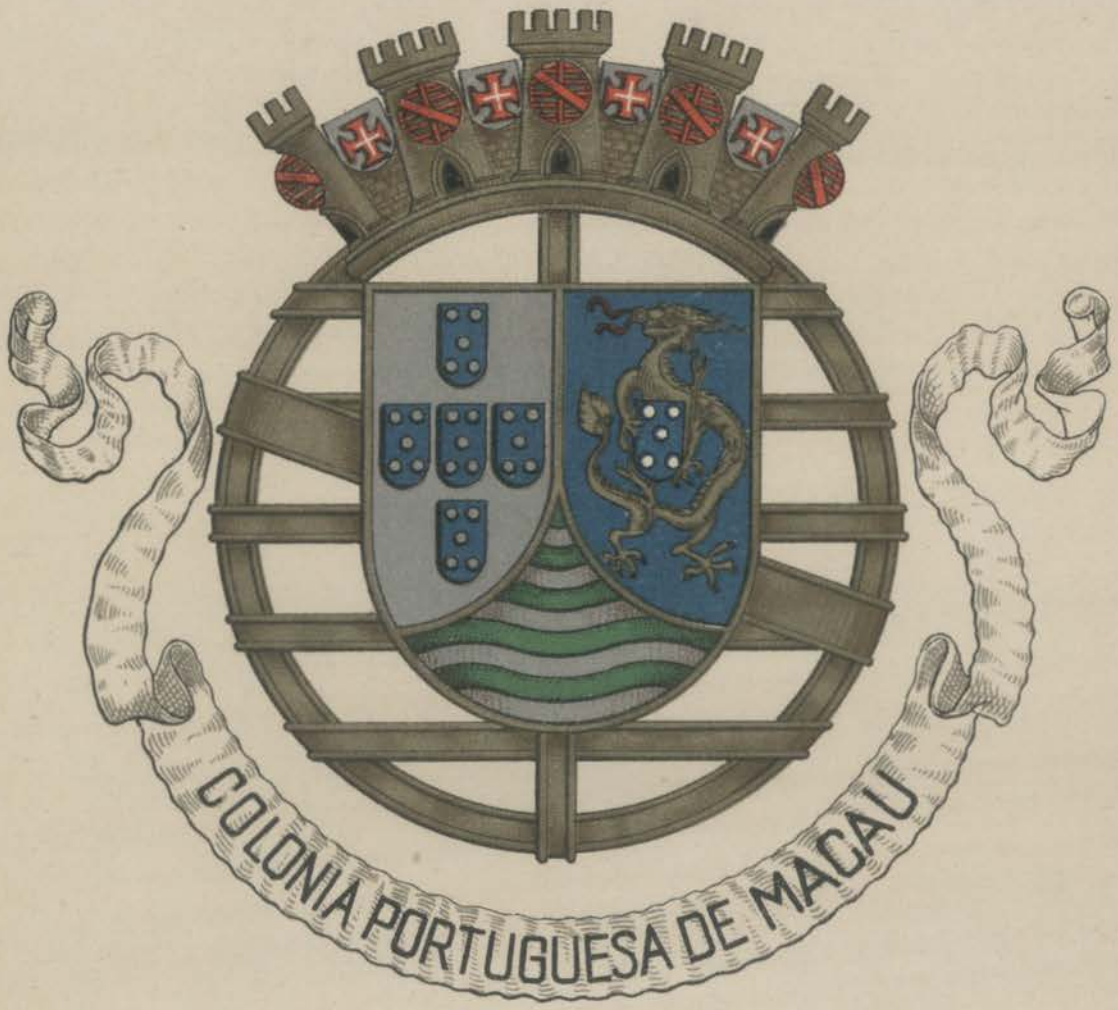
E ao Dr. João de Castro Osório, inteligência bem dêste planeta e do nosso tempo, as nossas homenagens e os nossos agradecimentos pelo opúsculo com que amàvelmente nos brindou.



EPITÁFIO DE BARTOLOMEU DIAS

Jaz aqui, na pequena praia extrêma,
O Capitão do Fim. Dobrado o Assombro,
O mar é o mesmo: já ninguém o tema!
Atlas, mostra alto o mundo no seu ombro.

FERNANDO PESSOA


COLONIA PORTUGUESA DE MACAU

Colonização

por

Soldados

e

Condenados

Europeus

Pelo Coronel Genipro da Cunha de Eça e Almeida

ANTIGO VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DO GOVÊRNO DE ANGOLA
ANTIGO ENCARREGADO DO GOVÊRNO GERAL DE ANGOLA
ANTIGO CHÊFE DO ESTADO MAIOR DE ANGOLA

(ESPECIAL)

I



Só muito recentemente chegou ao nosso conhecimento uma conferência notável em que, tratando-se do problema da colonização européa das nossas colónias em têrmos que merecem a maior consideração e o mais decidido apoio, se fazem, todavia, afirmações que, em nossa opinião, não são inteiramente exactas. Referimo-nos ao facto de nela se ter afirmado que nunca se procurou aproveitar, para a colonização por brancos de Portugal, os soldados e os condenados.

Teixeira de Sousa que foi Ministro da Marinha e Ultramar nos tempos da monarquia, não conhecia as colónias nem nunca por elas passara, o que, aliás, não bastaria para as conhecer. Mas, apesar disso, ou porque êle fôsse uma daquelas excepções que "confirmam a regra" ou porque se tivesse cercado de coloniais "de verdade" — para o caso não importa — o certo é que os diplomas que têm a sua assinatura revelam uma visão colonial que, em nossa opinião, ainda não vimos igualada por nenhum dos seus sucessores.

Ora, em um dos mais notáveis diplomas de Teixeira de Sousa — A Reorganização do Exército Colonial, de 14 de Novembro de 1901 — na qual assentou a ocupação e a pacificação de todas as nossas colónias, viu-se ou entreviu-se o problema da colonização pelo soldado. De facto, nêsse diploma estabeleceu-se que às praças que terminassem as suas comissões de serviço seriam dadas concessões de terrenos, desde que as requeressem.

Na verdade, porém, isso não passou de uma aspiração que nem teve início de realização.—Porquê?

As razões que impossibilitaram a realização daquela idéa foram várias.

Em primeiro lugar — e isso ignoram muitos dos que agora se intitulam colonialistas — Angola de então era inteiramente diferente de Angola de hoje; as deslocações não se faziam còmodamente refestelado em automóvel, mas a pé, em tipóia, e na melhor hipótese, em carro bóer, a velocidades que raro excediam *vinte quilómetros por dia*.

A vida era dura. Não havia estradas, a não ser de alguns quilómetros, ligando Benguela com o Lobito, Malange com o Quissol e alguns dos pontos principais do planalto de Benguela com povoações secundárias das pròximidades.

Assim, o pequeno colono não tinha possibilidades de transaccionar as suas colheitas. Se se estabelecesse algures, mesmo a distância relativamente curta dos centros de consumo — e a capacidade de consumo dêstes era insignificante — seria, pela fôrça das circunstâncias, obrigado a limitar a sua produção à sua própria capacidade de consumo; e, para "o pão de cada dia", não valeria a pena isolar-se do mundo, perdido no sertão, sem possibilidade de receber qualquer assistência, numa luta sem objectivo contra o clima, o gentio, a natureza hostil. Demais, a êsse tempo, a vida na Metrópole era suave, havendo para todos pão e trabalho, o doce convívio da família e, para os mais desherdados, ao menos o catre do hospital em vez da morte ao abandono, roído de febres e de nostalgia, ouvindo ulular, lá fóra, na sombra da noite, o concêrto dos carnívoros prontos a devorarem o cadáver... Assistência financeira, nenhuma havia; nem um modesto subsídio em sementes ou alfaias agrícolas, ou um mísero subsídio para alimentação enquanto não viesse, ao menos, a primeira colheita. Que poderia fazer o pobre soldado-colono com as suas economias retiradas de um pré que, salvo erro, não ia além de vinte centavos?!

Hoje a situação seria quási totalmente diferente. Parece que por obra e graça do Espírito Santo — visto que constantemente andamos a ler que nada se fez nas colónias nêstes últimos vinte ou trinta anos — tôda Angola está ocupada e pacificada; a sua rêde de magníficas estradas, medindo cêrca de trinta e cinco mil quilómetros, percorrida freqüentemente por automóveis e camionetas, suprimiu ou reduziu pràticamente as distâncias; a capacidade de consumo dos mercados internos aumentou consideràvelmente; e o comércio desenvolveu-se apesar de... tudo. Recentemente, o produtor tinha a certeza de que a sua colheita, o excedente do seu consumo e dos mercados próximos, não apodreceria no armazem. E, nestas circunstâncias, a que serviriam de adjuvante as dificuldades de vida na Metrópole, alguns atractivos haveria para a fixação do soldado europeu como colono agricultor.

Mas, presentemente, não há unidades européas na Guarnição de Angola. Falta, pois, a matéria prima para a colonização pelo soldado europeu. E, que assim não fôsse, faltaria, como dantes, a assistência financeira, porque a do Estado continua inexistente e a particular cessou pela impossibilidade de a prestarem aquêles que se debatem nas garras de uma crise tremenda, fazendo esforços sôbre-humanos para *durarem* até que cheguem melhores dias; e o Estado continua a recusar as passagens às famílias dos soldados.

O Alto Comissário Senhor Vicente Ferreira, na sua magnífica legislação sôbre colonização de Angola, não esqueceu as medidas atinentes à fixação dos militares que na Colónia tivessem servido; mas a descontinuïdade dos dirigentes — velho mal que Angola continua a sofrer — levou à demolição do que já havia feito, e alguma coisa era, e nem permitiu que se iniciassem os trabalhos de colonização por militares.

Pelo que se refere a condenados, legislação bastante antiga concedeu-lhes, de conta do Estado, o transporte das famílias, desde que assim o desejassem, e garantiu a estas a alimentação durante o tempo do cumprimento da pena imposta aos seus chefes. E' de crer, porém, que durante muitíssimos anos, poucas fôssem as famílias que se afoitassem a acompanhar os condenados para a África, para as Pedras Negras, pois que ainda na segunda década dêste século muita gente empalidecia só com a idéa de ir para a África...; e de crêr é, também, que, cumprida a pena, a maioria dos condenados optasse pela repatriação imediata. A despesa feita com essa repatriação deve ter dado lugar à intervenção do critério *fazendário*, levando a constituír um *fundo*, alimentado por descontos nos minguados salários auferidos pelos condenados, de modo a que a Fazenda ficasse desonerada dêsse encargo.

Todavia, sobretudo a partir de 1910, algumas famílias se decidiram a acompanhar os seus chefes para o degrêdo. Evidentemente, entre elas, encontravam-se algumas famílias constituídas no Limoeiro, em vésperas do embarque; e algumas não seriam muito recomendáveis, concordamos. Mas o que é certo é que raríssimas vezes essas famílias deram que fazer às autoridades; o meio era outro e nova a vida que começava...

Ao número crescente de condenados, juntaram-se, mais tarde, os vàdios; e, mais recentemente ainda, os cadastrados. Estas duas últimas categorias, constituídas por elementos bem mais *buliçosos* que os condenados, mas misturados com êles, levaram, pouco a pouco, a limitar a actividade dos primeiros e a restringir-lhes a liberdade, enclausurando-os, a quási todos, na Fortaleza de S. Miguel de Luanda.

Pelo envio, para Angola, dos vàdios e dos cadastrados, o número total de indivíduos matriculados no Depósito de Degredados foi subindo sucessivamente. Em 1928/30, último período em que estivemos em Angola, êsse número oscilou sempre em volta de 3.300; e não hesitamos em afirmar que os *condenados* estavam em minoria.

Ora a Fortaleza de S. Miguel não tinha capacidade para alojar os 3.300 inscritos nos seus

---

ÁFRICA

Com excelente colaboração e agradável aspecto gráfico, acabamos de receber o primeiro número de *África*, revista que se apresenta com as credenciais honrossíssimas de intérprete dos anseios artísticos da gente nova de Lourenço Marques, — essa formosa cidade que pela fôrça triunfante das suas realizações e do seu progresso, vai, dia a dia, perdendo aquela feição característica das terras coloniais, para, em seu lugar, surgirem as linhas de uma metrópole em plena e vitoriosa ascenção, cheia de bulício, movimento, de actividades criadoras, já no campo das conquistas materiais, já nos domínios do espírito.

Por tudo isto e pelo muito mais que nos promete — *o levantamento da África, ainda inculta, ainda por desbravar em grande parte, e erguê-la num justo sonho, de maneira a nivelá-la às mais lídimas regiões que compõem o mundo civilizado* — à novel revista desejamos, sinceramente, vida larga e próspera.

registos. Assim, necessário se tornou criar destacamentos de uma, duas e até três centenas de condenados, vàdios e cadastrados, junto das unidades militares do interior a que ficavam adidos e onde eram empregados em trabalhos agrícolas, em construção civil, na abertura de estradas ou em quaisquer outros trabalhos, conforme as possibilidades, as necessidades locais e as aptidões individuais. Em alguns dêstes destacamentos, em regiões mais salubres, tomavam parte, a seu pedido, alguns condenados com família; e estas famílias cultivavam, de sua conta, pedaços maiores ou menores de terra e criavam animais e aves de capoeira, etc, assim melhorando as condições do seu triste viver.

Por outro lado, tudo aconselhava a afastar da *capital* de Angola a massa de indivíduos sôbre quem caíra o peso da lei e que à cidade davam o aspecto deplorável de um depósito penal. Por tudo isto e quanto nos foi possível, orientámos a nossa acção no sentido de descongestionar o Depósito, onde apenas queríamos que permanecessem os que tinham prisão a cumprir no lugar do degredo, alguns operários especializados que não teriam ocupação no interior e que trabalhariam nas oficinas do mesmo Depósito, e as condenadas, vàdias e cadastradas que a moral e os bons costumes impediam de deixar à sôlta, usando e abusando da liberdade que lhes fôsse dada em prejuízo do respeito e do prestígio da raça européa.

As dificuldades de alojamento no interior forçavam a conservar em Luanda a maioria dos condenados, cujas famílias os tinham acompanhado para o degrêdo. Grande número dessas mulheres ganhavam algum dinheiro, trabalhando como lavadeiras e engomadeiras; mas, pobres delas, porque eram muitas, mal ganhavam com que pagar a renda das espeluncas em que viviam, ou, melhor, em que iam apodrecendo. O espectáculo confrangedor da presença destas mulheres de raça branca, transitando pelas ruas de Luanda, descalças e cobertas de andrajos, exigia remédio eficaz e tão pronto quanto possível, em nome da humanidade e do prestígio da raça. Assim nasceu, no nosso espírito, a idéa de criar àquêles náufragos da vida condições de uma vida nova, em proveito dêles próprios e em proveito de Angola, em proveito de Portugal, portanto.

Tínhamos de tratar de três classes de indivíduos perfeitamente distintos: os condenados, os vàdios e os cadastrados. Aos primeiros, quási todos, se aplica o velho rifão que o conferente citou e que reza que "a ocasião faz o ladrão"; e a êste rifão acrescentaremos um outro que diz que "o diabo não é tão feio como o pintam". Refiro-me, repito, aos *condenados* que não aos vàdios e cadastrados, quando, de facto, mereçam esta qüalificação, o que nem sempre sucede, diga-se em abôno da verdade. Quando, porém, vàdios e cadastrados *de verdade*, são indivíduos inadaptáveis a qualquer trabalho voluntário, livre, o que está longe de suceder com os condenados. E os condenados sentem tão bem a diferença que nunca deixam de protestar quando ouvem chamar *condenado* a qualquer indivíduo desta categoria.

Em nosso tempo, a não ser em circunstâncias extraordinárias, mas a que os condenados eram absolutamente estranhos, e, ainda assim, apenas por períodos de poucos dias, nunca o Depósito de Degredados teve guarda. Para manter lá dentro a mais perfeita ordem e subordinação, bastaram sempre amplamente os seus quatro ou cinco oficiais, os seis primeiros e doze segundos sargentos e os vinte e quatro cabos, quadro êste, de resto, quási sempre incompleto. Só por si, êste facto mostra bem que não se tratava de *féras*, embora aparecesse um ou outro mais irrequiéto, de má índole congénita, mas quási sempre vàdio ou cadastrado. De uma maneira geral, foi "a ocasião que fez o ladrão"; e, por vezes, entre a diminuta percentagem dos condenados por crimes contra as pessoas foi precisamente a dignidade, a noção da honra, talvez discutível e talvez anacrónica mas corrente, que armou o braço vingador e fez do homem o réu, que a lei, cega e implacável, condenou ao degrêdo. Arrancados do meio onde delinqüiram ou afastados do homem sôbre quem recaíu o seu ódio, quantas vezes legítimo !, são, quási todos, inofensivos e susceptíveis de boas obras. Claro que não me refiro aos de "associação de malfeitores" nem aos criminosos natos, relapsos, reincidentes, incorrigíveis por natureza. Êstes constituíam excepção dentro do Depósito; os desta espécie, mais perigosos, costumam andar à solta, porque sabem exercer os seus malefícios fóra das malhas do Código Penal e são, muitas vezes, tidos em cheiro de santidade...

Assim, ao meu espírito, o caso apresentava duas modalidades diversas: o condenado, susceptível de utilização para a colonização, porque é susceptível de trabalhar livremente, o vàdio ou cadastrado, inaproveitável como colono, mas devendo ser aproveitado, enquanto permanecesse à disposição do Govêrno, compelindo-o a um trabalho útil para a Colónia e que

A Imprensa e a Semana do Ultramar Português

Quási todos os jornais portugueses, salvo algumas excepções sem significado nem expressão, se referiram em têrmos altamente honrosos para a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, a propósito da Semana do Ultramar Português. Dois houve, porém, e dos de mais larga e profunda influência, tanto junto das *élites* como do grande público, que foram além da expectativa mais optimista, dando todo o seu influente apoio e calorosos aplausos à iniciativa desta colectividade: o *Diário de Lisbôa* e o *Diário de Notícias;* o primeiro inserindo um artigo que teve a mais ampla divulgação nas província, já que mereceu a honra de ser transcrito na maioria dos jornais regionais, e o segundo publicando a nota extrêmamente gentil que adiante reproduzimos, pois desejamos arquivá-la, não, apenas, para que dela tomem conhecimento e com ela se orgulhem os nossos associados, como também para que sirva de documento no caso de elaborarmos mais tarde o nosso livro branco.

"Largos e relevantes são os serviços prestados à Nação pela benemérita Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. A alguns dêles nos temos já referido. A todos, porém, sobreleva a publicação do seu "Boletim", numa esmeradíssima edição de milhares de exemplares, distribuídos gratuitamente no Brasil a expensas da nossa brilhantíssima colónia, e colaborado, sem distinção de opiniões e com um apurado e exemplar critério de união patriótica, pelos melhores nomes coloniais portugueses.

A "Semana do Ultramar Português" que vai realizar-se não é só notável como iniciativa de portugueses na terra brasileira, onde o nosso nome permanentemente redivive, é um exemplo de excepcional valor em propaganda da obra colonial portuguesa, que, com o devido patrocínio do Ministério das Colónias e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, deve ser consagrado e aplaudido no Brasil e adoptado nos outros países onde o interêsse nacional mais o imponha, sob o duplo ponto de vista político e económico.

A' "Semana do Ultramar Português" damos mais uma vez o nosso caloroso incitamento e patriótico apoio, e para o seu bom êxito pedimos o interêsse da opinião nacional, em todos os campos e classes, visto ser a sua efectivação uma ocasião única de, ao mesmo tempo, propulsionar além fronteiras a acção momentosíssima da defesa da civilização ultramarina de Portugal e de intensificar, em legítima irradiação espiritual e política, a comunhão da Mãe-Pátria com tôdas as colónias e núcleos dos seus filhos dispersos pelo Mundo e de congregá-los no mais sagrado de todos os empenhos que devem ter os nossos esforços colectivos."

* * *

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, rendida aos favores da Imprensa portuguesa, e notadamente a êsses dois dos seus mais prestigiosos órgãos, congratula-se pela alta e nobre compreensão que ela tem do seu programa de exortação lusíada e assegura-lhe o testemunho singelo mas sincero do seu reconhecimento imperecível.

---

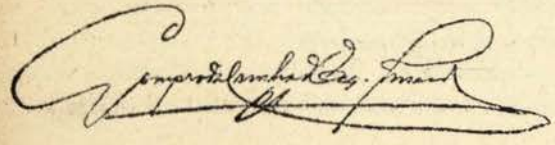
a Colónia aproveitaria o melhor que fôsse possível.

Ora, porque, em regra, foi a ocasião que fez o ladrão e porque o diabo não é tão feio como o pintam, pensamos que se a êstes homens pudessemos facultar uma vida nova, longe do meio do delito, êles se converteriam em elementos úteis a si próprios, a suas famílias, à Colónia e ao País. E como base dessa vida nova, pensamos em dar-lhes um lote de terra de vinte e cinco hectares, desbravados e em plena produção, com a respectiva casa de habitação, terminada que fôsse a pena imposta pelos tribunais.

Utopia? Fantasia que exigiria rios de dinheiro? Nada disso; tudo quanto havia de mais realizável e sem dispêndio de um centavo para o Estado. Sem dispêndio além daquêle que o Estado já tinha e se limitava à alimentação dos condenados e de suas famílias, entenda-se. Ou, por outras palavras: com o mesmo dispêndio que fazia improdutivamente.

(Continúa)

Funchal - 1936



A SOCIEDADE NACIONAL DE FÓSFOROS

FABRÍCA PARA

O

IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

AS MARCAS DE FÓSFOROS



AVIZ

ULTRAMAR

ANGOLA

MOÇAMBIQUE







A REAL COMPANHIA VINICOLA DO NORTE DE PORTUGAL

com séde em Vila Nova de Gaia,

possui algumas das marcas de maior e mais justa fama de

VINHOS DE MESA

Grandjó, Evel, Douro Clarete,
Beira Douro Cristal

VINHOS DO PORTO

Particular Medalhas, Revinor,
W Particular, Portugal Velho

VINHOS ESPUMANTES NATURAIS

Assis Brasil, Primeira Reserva, Extra Reserva

APERITIVOS

Vig e Vat

VERMOUTHS, AGUARDENTES E VINAGRES

VENDE-OS EM TODO O IMPÉRIO PORTUGUÊS

EM TODO O BRASIL E **EM TODO O MUNDO**

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos:

De LISBOA:

O Mundo Português
Portugal Colonial
Diogo Cão
Boletim da Administração Militar
Revista Portuguesa de Comunicações
Revista Portuguesa de Importação, Exportação e Turismo
Ilustração Colonial
Álbum das Colónias Portuguesas
África Médica
Revista Militar
Cadernos Coloniais
Defesa Nacional
Indústria Portuguesa
Boletim da Sociedade Broteriana
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa

De GUIMARÃES:

Revista Martins Sarmento

De LOURENÇO MARQUES:

Moçambique — (*Documentario Trimestral*)
Boletim Agrícola e Pecuário
Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique

ÁFRICA — *De Luanda*

Actividade Economica de Angola
Boletim dos Serviços de Agricultura e Comércio, Colonização e florestas
Boletim da Assoc. dos Emp. do Comércia de Luanda

De COIMBRA:

A Terra

De FRAIÃO:

Missões de Angola e Congo

Do PORTO:

Revista de Contabilidade e Comércio

Do RIO DE JANEIRO:

Sino Azul
Brasil-Polónia
Revista da Câmara Portuguesa de Comércio

De HAVANA:

Revista Cubana
Universidad de la Habana

De SÃO PAULO:

Revista da Sociedade Rural Brasileira
Inteligência

De BUENOS AYRES:

Revista Geográfica Americana

De ROSÁRIO.

Revista de Instruccion Publica

De NOVA GOA:

Boletim do Instituto Vasco da Gama
O Oriente Português

De LIMA:

Boletin Bibliográfico de la Universidad Mayor de San Marcos

De ASSUNÇÃO:

Revista de Direcho y Ciencias Sociales

LELLO UNIVERSAL

EDIÇÃO FEITA DE ACORDO COM A LIVRARIA LAROUSSE, DE PARIS

Dicionário enciclopédico Luso-Brasileiro em DOIS GROSSOS VOLUMES formato, 21×30 c/m (Pêso de cada volume encadernado 3k,800)

Publicado sob a direcção de JOÃO GRAVE. homem de letras, director da Biblioteca Pública do Pôrto e membro da Academia de Ciências de Lisboa; COELHO NETO, homem de letras, professor e membro da Academia Brasileira de Letras.

E COM A COLLABORAÇÃO DE INSIGNES MESTRES

LELLO UNIVERSAL formará o mais extraordinário dos dicionários enciclopédicos publicado em língua portuguesa tanto pela riqueza de conhecimentos que vos proporcionará, como pela abundância de gravuras.

LELLO UNIVERSAL será um dicionário perfeito da língua portuguesa; o mais rico em vocábulos brasileiros, e a mais moderna e vasta das enciclopédias em língua portuguesa.

LELLO UNIVERSAL com os seus dois grossos volumes, representará uma extraordinária biblioteca e um preciosíssimo arquivo.

Cada volume constará de 40 a 45 fascículos de 32 páginas, publicados quinzenalmente. A obra completa conterá cêrca de 130.000 artigos, 28.000 gravuras, 600 quadros enciclopédicos e mais de 300 mapas muitos dêles a côres. 600 reproduções de quadros célebres portugueses, brasileiros e estrangeiros.

MAIS DE 36 MILHÕES DE LETRAS :-: Inúmeras Estampas a côres e Mapas

LIVRARIA H. ANTUNES — representantes para todo o Brasil

Rua Buenos Aires, 133 Rio de Janeiro

CUPERTINO DE MIRANDA & CIA.

BANQUEIROS

PÔRTO (PORTUGAL)

DEPÓSITOS À ORDEM E A PRAZO
DESCONTOS E COBRANÇAS
TITULOS E CUPÕES
ADMINISTRAÇÃO DE BENS NO BRASIL
PROCURADORIA
TÔDAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

CASA ESPECIALIZADA EM NEGÓCIOS COM O BRASIL

BORGES & IRMÃO

BANQUEIROS

TELEFONES { 2880 2881 2882 2883 301 (Filial)



ENDEREÇO TELEGRÁFICO: BORGIRMÃO

(CASA FUNDADA EM 1884)

12, RUA SÁ DA BANDEIRA, 20

57, RUA DO BOMJARDIM, 65

49, RUA SAMPAIO BRUNO, 53

P Ô R T O

OPERAÇÕES BANCÁRIAS, COMPRA E VENDA DE PAPÉIS DE CRÉDITO, ACÇÕES DE BANCOS E COMPANHIAS E COUPONS DE QUALQUER ESPÉCIE AVERBAMENTO DE TITULOS, ETC. DELEGAÇÃO NO NORTE DA "CALEDONIAN INSURANCE COMPANY"

FILIAIS:

LISBOA

35, PRAÇA DO MUNICIPIO, 38

MATOZINHOS

RUA BRITO CAPELO, 379

BRAGA

LARGO BARÃO S. MARTINHO

OVAR

RUA ELIAS GARCIA

RIO DE JANEIRO

RUA DA ALFANDEGA, 25

(CAIXA N.º 1.196)

ENCARREGAM-SE NO RIO DE JANEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DE PRÉDIOS, COBRANÇA DE ALUGUEIS, DE JUROS E DIVIDENDOS, DE ACÇÕES DE BANCOS E COMPANHIAS E LIQUIDAÇÃO DE HERANÇAS.

BOLETIM

Só publicaremos colaboração inédita e solicitada

*

A crítica literaria far-se-á, ùnicamente, quando da mesma obra recebermos dois exemplares. De contrário, faremos apenas o seu registo na respectiva secção bibliográfica.

*

Fiel ao seu programa de inatacável independência, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA assegura aos ilustres colaboradores dêste BOLETIM plena liberdade de pensamento. Por tal facto, faltaria à mais elementar verdade quem lhe atribuísse o endosso daquelas doutrinas aqui expendidas que, por excepcional acaso, se não filiem de modo directo nos objectivos que presidem e orientam os seus fins — a expansão do lusitanismo em todos os seus elevados e múltiplos aspectos: económicos, políticos, culturais e sociais.

*

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA compra exemplares dos numeros I, III, IV e V do BOLETIM.

CAPAS

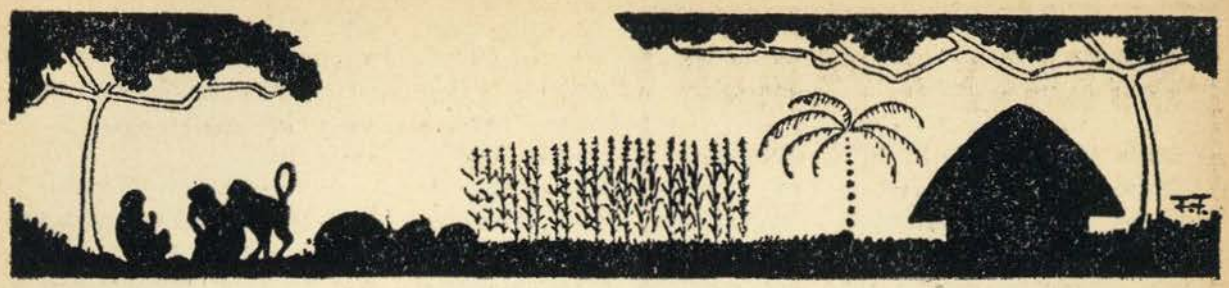
TEMOS Á VENDA CAPAS PARA A SEGUNDA E TERCEIRA SÉRIE

PREÇO 10$000

PELO CORREIO:

PARA O BRASIL..... 11$000

PARA O ESTRANGEIRO..... 12$000



Aos Portugueses de Aquém e de Além

PELO CAPITÃO **AUGUSTO CASIMIRO**
ANTIGO GOVERNADOR DO DISTRITO DO CONGO
ESCRITOR — JORNALISTA E POETA

(Palestra transmitida pela Radio Sociedade do Rio de Janeiro, por intermédio da Sociedade Luso - Africana)

Reduzindo, anulando distâncias, eu quisera que estas palavras levassem inteiro e puro o frémito de emoção com que as escrêvo, — aos meus irmãos de Portugal atentos e dispersos ao sabôr de todos os ventos do mundo!

E que ao seu coração fortalecido na luta, magoado ou enternecido pela saüdade, nos voluntários ou forçados exílios — chegasse, do meu sangue e da minha voz, de tôda a minha alma, o fervor que em mim arde, o fulgor de lágrimas e a chama de esperança que brilham nos meus olhos ao traçar estas linhas...

... Êste calafrio em que vibra uma vontade capaz de possibilitar milagres,—esta ansiedade de fundir, no mesmo grito e no mesmo gesto indomáveis, ao serviço da Pátria, — polarizando-os, tôdas as esperanças, todos os votos, todos os desejos que anseiam, lutam, sofrem, querem dizer-se, tentam realizar-se, ao serviço do Mundo e de Portugal!

Senhores: A formação da nacionalidade portuguesa, a organização da casa lusitana, o instinto e o robustecimento da nossa independência através da política expansionista dos séculos XV e XVI, — todo o nosso esfôrço em pról dos nossos interêsses e ao serviço da Civilização, — não fôram apenas a conseqüência da iniciativa de Chefes, nem êstes, (senão enquanto entenderam e obedeceram aos imperativos da gente e da terra portuguesa,) modelaram, determinaram o destino nacional. Os grandes passos da nacionalidade são antes de tudo uma forte conseqüência do condicionalismo geográfico - político e do dinamismo próprio ao agregado étnico que constitúe o núcleo basilar da nação. Antes dos combates que resgataram o território, a par dêles, já se afirmára a vontade de independência dos homens bons e do povo nas terras de Portugal. Os reis e os chefes, depois, são companheiros, intérpretes, servidores mais do que tiranos ou déspotas, — nas horas da conquista, do povoamento ou da expansão. A determinar a revolução de 1383, antes de Álvaro Pais e Nun'Alvares, se definira já a vontade da Grei alvorescendo para um novo sentido: o da Pátria, senhora do seu destino. — *"Rial, rial, por Portugal!"*

No Conselho de Torres Vedras, depois de Aljubarrota e antes de Ceuta, desde a primeira largada até aos últimos surtos de naus e de pioneiros em cujas rotas e itinerários aprisionamos o mundo revelando-o aos homens e completando a obra de Deus, — a dinâmica dos Chefes, a doutrina criadora que nos dilata através do mundo e da História, — obedece, interpreta, emprega as fôrças que geraram o clima heróico em que se multiplicou a actividade nacional, atendeu, realizou a necessidade de ampliação, de desdobramento criador, — utilitário, sim, mas apostólico também, egoísta mas generoso e liber-

tador, — nacional mas religiosamente universalista, que, alevantando e fortalecendo a estrutura moral e política da Pátria, enriqueceu o mundo e serviu a Civilização.

Modelou o nosso destino histórico, só poderá levar-nos a novos objectivos e a vitórias novas, quanto na terra e nos homens desta extrêma ponta da Europa, — se perturbou e perturba ainda de desejo inquieto, de egoísmo legítimo, de vontade tenaz, de generosidade humanitária, de tentação de Futuro, — quanto na alma portuguesa, fiel aos supremos interêsses da Civilização, — desde o princípio foi e continua sendo propósito de durar e libertar, de criar e servir.

O melhor destino dum povo, como dum homem, está no sentido da palavra: — Servir! — Ao serviço da Grei nascente batalhamos, conciliamos, organizamos, alcançamos a consciência de nação. — Servindo-nos, enriquecemos o mundo. Sensíveis ao instinto duma nova época da história, depois de terem criado um novo direito e coroado com as próprias mãos um rei pelo povo escolhido, os de Portugal, quando a burguesia nascente se aliava ou sobrepunha aos cavaleiros, somando, à prosápia da cavalaria e aos propósitos de expansão religiosa, os da sua riqueza e do seu poder que alvoresciam, — aparelhamos naus, descobrimos, conquistamos, ocupamos e colonizamos. O pensamento cristão era, naquelas horas, o equivalente do universalismo de hoje. Fizemos erguer ao lado uns dos outros, — quantas vezes integrados na mesma individualidade heróica, — e para glória da vida, o marinheiro e o soldado, o administrador e o missionário, o guerreiro e o Santo. Fomos, na hora intensa do Renascimento, o padrão exemplar da actividade humana conquistando, para o homem, o mundo! E fômo-lo em conseqüência e ao fluír de fôrças essenciais implícitas na terra e nas gentes portuguesas, reveladas e potenciadas e disciplinadas ao contacto ou na previsão de tarefas e horas que tinham de ser eternas.

Como num homem, todavia, por mais heróico e rico em possibilidades, em cada nação por mais erguido que seja o seu destino, — a trajectória da sua actividade não se mantem invariàvelmente nas mesmas alturas de excitação criadora. Há épocas, há fases de aparente inércia, transitórios crepúsculos... Mas, como sob a cinza dorme e se conserva a chama, — os valores que possibilitaram e realizaram uma vez coisas grandes, persistem, não morrem de todo nunca. Esperam. Güardam-se. Êsses valores profundamente fieis à dignidade da Vida, à riqueza e à fidalguia da Nação, é necessário mobilizá-los, despertando-os.

O seu sentido religioso e profundamente humano, quere dizer, o seu poder de solidariedade, a sua fôrça de libertação e resgate não pode sofrer limitações sectárias, dispersão de baixas crenças ou ilegítimos egoísmos, — e, se as sofre, deforma-se, anomaliza-se, mutila-se. Tem de estar acima das situações contingentes, tem de apròximar e temperar os crédos antagónicos, os arraiais superficialmente adversos, e tornar-se o regaço em que tôdas as divergências internas se harmonizem, o diapasão puro em que se concertem tôdas as dissonâncias hostís.

Não para diminuír a potência criadora e de resgate que a alma nacional em si leva. Mas para a multiplicar armando o braço dos milagres necessários.

— Portugueses de todo o mundo: procurai entender, praticar êsse puro sentido lusitano que modelou através dos séculos a face imorredoira e generosa de Portugal! Em qualquer ponto da terra, em qualquer hora da vossa vida, diante dos obstáculos que os desvios do vosso próprio patriotismo erguerem impossibilitando ou diminuíndo a eficácia do vosso amor lusíada, — acima de qualquer altar, sobranceiro a todos os devêres, na luta e na alegria, na dor como na esperança, — portugueses de todo o mundo, — recordai-vos e sêde fieis!

Que acima de tôdas as disciplinas, que mais alto que tôdas as dispersivas divergências transitórias, vos junte e fortalêça a consciência do que importa à grandeza da vida a realização do nosso Destino sôbre a terra!

Uni os valores mais puros de Nação em volta e em pró dos objectivos que tornarão a Nação e o homem, em Portugal, cada vez mais ricos, mais cultos, mais livres e melhores!

Pressenti, como outrora pressentimos novos mundos e novas alvoradas, orientando para elas as quilhas das nossas naus e a fôrça criadora das nossas gentes, — as tarefas dolorosas ou entusiásticas, através dos calvários, do tumulto ou das sombras, — para que sôbre a terra de Portugal rompam alvoradas novas e se exalte e melhore o futuro!

Realizai essas tarefas na unidade enriquecida e harmoniosa de mútua tolerância, sem diminuír nunca o que faz a di-

gnidade do indivíduo e a divindade da Vida; sem sacrificar o que há de eterno na Pátria e na vida ao desvairo transitório das seitas; sem perturbar o surto necessário à mercê dos falsos rumos blasfemos; pondo ao serviço de Portugal, no vosso coração como nos combates do vosso civismo, os sonhos, as idéas, os actos que tornem o homem mais livre, mais puro, mais forte, numa terra melhor.

Através dos mares, nas terras em que tremula a nossa flâmula, em que germina o nosso suor, o nosso amor, ou o nosso sangue, entre povos diversos ou entre raças diferentes, dai ao vosso esfôrço, sempre, um sentido fraterno de amor. Para que o coração de Portugal bata ao rítmo e ao lado do coração das outras Pátrias, em faixas fraternas e liais. Para que em cada canto do Império Português, surjam, filhas e irmãs da Metrópole materna, continuando-a no espaço e na imortalidade, novas Pátrias e novas nações. Para que a Nação se justifique e renove na continuïdade amorável das terras e das almas, dos sangues e dos destinos caldeados e modelados nessa mesma e infatigável actividade de Amor!

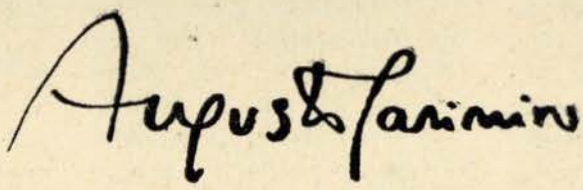
No plinto granítico do monumento que em Lisbôa celebra o esfôrço que, durante a Grande Guerra, na África e na Flandres defendeu o Ultramar Português, salvagüardando o melhor do nosso destino, — escrevi esta divisa que nos orienta os actos, e é uma prece e um programa, um canto de obediência e um grito de alvorada, ao mesmo tempo que, para os Mortos, uma consagração:

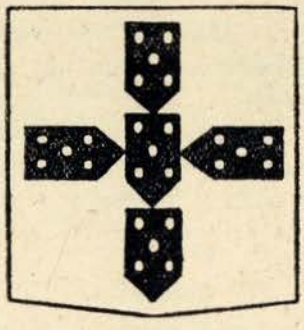
Ao Serviço da Pátria — o esfôrço da Grei!

Portugueses de todo o mundo, soldados generosos de tôdas as batalhas necessárias ao prestígio e à grandeza de Portugal! — ampliai o sentido dessas palavras, iluminai-as e vivei-as em têrmos de trazêrdes sempre, no coração e no rítmo das vossas lutas, o rítmo forte e o alor religioso desta divisa necessária e eterna:

Ao Serviço da Pátria e do Mundo — O esfôrço de Portugal!

Lisbôa — Primavera de 1935





UMA ESCULTORA

POR MARIA AMÉLIA DE MIRANDA RODRIGUES

AUTORA DO LIVRO "ADÃO E EVA"

(ESPECIAL)

APENAS nêste ano de graça de 1935 Téte sai dos limbos da época quaternária em matéria de arte indígena.

Já há muito, porém que se não veem ossos ou pedras gravadas. Os pretos obedecendo à fatalidade do ambiente em que nasceram, se criaram e vivem, são essencialmente preguiçosos e os estágios dêles representam séculos, talvez. Não conhecem o valor do tempo... Nunca sabem quantos anos têm; o que — vamos com Deus — livra as pretas das contas cabalísticas que as brancas fazem, para afirmarem que não deixaram, ainda os 20 anos...

Téte sai dos limbos da época quartenária em matéria da Arte indígena e se não fôsse a preguiça que pesa sôbre ela, como uma condenação, que linda florescência iniciaria Dona Ritinha que é o assunto destas impressões!

*

Mas Dona Ritinha, não tem discípulas. Não terá continuadoras. Com ela se extinguirá a centelha divina.

Dona Ritinha, alta como uma torre, forte, bonita, mãos finas (tem muitos criados que a servem) pés pequeninos e magros, que receamos não poderem com o peso do corpo, tornozelos enfeitados com grossas cadeias de ouro, panos de seda barata e voz mansa, é uma "dona" de eleição. Do "molungo" dêles? Do nosso Deus? Ou, simplesmente, eleita de um "mambo" segundo os outros pretos afirmam, por aï, à boca pequena?

Ignoro-o, como é de calcular...

Acreditava, muito vagamente, nas excelências das esculturas dela, quando um dia lhas mandei pedir. E tendo experimentado uma admiração real, quiz vê-la trabalhar e interrogá-la.

Mesureira, a D. Ritinha veio cumprimentar-me e dizer da sua alegria por eu ter apreciado os seus "boneco".

Combinou-se o dia em que iria vê-la modelar e desde que pus o pé no primeiro degrau da casa em que D. Ritinha vive, tive olhos de observadora. O aspecto exterior da habitação é o de qualquer capaz de ser utilizada por um europeu, o que não admira, porque D. Ritinha é "viúva" de um branco.

Mas a varanda, em cima, não tem cimento, é térrea, porque aquêle há muito se partiu e D. Ritinha na reminiscência da palhota, deixou ficar assim mesmo...

Dentro, as casas têm... ilhas de cimento e... mares... de terra e passamos a outra varanda, o "atelier" da artista...

Ela ofereceu-nos duas cadeiras onde nos sentamos confortàvelmente e fazendo mesuras e murmurando "com licenças", sentou-se na esteira, com todo o peso do corpo imenso sôbre as pernas magras e os pés minúsculos.

Tinha o barro amassado já e as suas mãos finas de ociosa, começaram a ajeitá-lo em formas humanas. Depois veio uma faca ajudar a modelar pernas e braços e dedos... a alisar o barro, a dar *pormenor anatómico*. Veio um pauzinho, semelhante a um palito, a fazer covinhas nos cotovelos, nas nádegas, a rasgar a boca e os olhos.

E das mãos privilegiadas, saíu uma mulher gorducha, preta de feições e de corpo, preta nas características étnicas, com os estígmas que a vida madrasta põe nêstes pobres animais de trabalho e de procriação que são as pretas, em geral.

Testa baixa, carapinha pintada com água de carvão. Olhos que são uma enfiada de missangas brancas e pretas a imitarem a córnea. Dentes de missanga também, que brilham entre os lábios grossos de barro crú.

E ao olhar para aquela mulherzita que até expressão tinha, eu ia pensando, nestas verdades dominadoras:

A Arte nasceu com o Homem. O prazer estético não é só de alguns, não é exclusivo das "élites" espirituais. Todos, por menos civilizados que sejam, podem gozar, êste prazer, profundamente nobre.

E enquanto assim pensava, olhei para os braços de D.

Ritinha. Vi-os cheios de "pastilhas" mais negras do que a pele dela, simètricamente dispostas. Olhei-lhe para a cara, reparando no triângulo formado por três pontos muito negros, dois dos quais sôbre as faces e um na fronte e preguntei a mim mesma, desde quando dataria aquêle costume bárbaro que representava, contudo, um anseio de beleza.

As "pastilhas" a que chamam "nembo" e os pontos a que chamam "macajo" muitas dôres custaram a D. Ritinha, segundo ela me contou:

Quando criança, cortaram-lhe os braços em golpes miudinhos, formando o desenho que eu agora via em relêvo e nos golpes assim artìsticamente... perpetrados, foi espremido um tomate verde.

Na cara, aquêles pontos negros, produzira-os o contacto de um pedacinho de acaju em combustão!

— Fazia doer, Ritinha?

Ela disse que sim, mas que tôda a gente sofre as mesmas dôres, porque é uso geral e milenário.

Preguntei-lhe por bonecos feitos e D. Ritinha pediu que entrasse para ver.

Que amálgama de civilização e primitivismo! Numa casa atravancada de cadeiras e mesas de bom aspecto, estava uma banheira de ferro esmaltado, moderna e com os prateados escondidos sob uma camada de pó.

Teias de aranha por tôda a parte. Baratas deambulando por aqui e por além, lagartixas espiando as vítimas...

Sôbre uma cómoda, uma grande multidão de mulheres, como a que eu acabara de ver surgir, por milagre, das mãos de D. Ritinha, raparigas de seios rijos e ventres lisos, crianças cheias de refêgos de gordura, homens nas mais variadas posições. Mas D. Ritinha que não sabe trabalhar roupagens, vestia os seus bonecos, muito simplesmente, com os restos dos seus panos...

E a artista mostrou-me também almofadinhas de missanga enfiada em desenhos agradáveis, frascos ornados de missangas, isto já no quarto dela em que se acotovelavam uma cama enorme, monumental, com uma panela de barro de desenhos tôscos, um güarda-vestidos sem um pé e que uns tijolos substituíam e um cesto, produto do engenho e arte indígenas, cheio de batata doce, um pobre espelho, imenso de tamanho, que vai perdendo o aço, miseràvelmente e uma esteira de caniço.

Por todos os lados, a propósito de tudo e de nada, garrafinhas de barro e vasos que evocam os etruscos.

Preguntei-lhe como se lembrara ela de fazer bonecos e D. Ritinha, com olhos de quem recorda saüdosa, lembrou a sua puerícia, quando "muzungo" a notou entre as outras filhas de Donas e o que fôra encontrar em casa dêle:

— Boneco bonito mesmo, minha Senhora! Eu sonhar no meu cabeça, sonhar muito no meu cabeça. Olhar aquêle boneco de gente branco. Eu não sabe fazer boneco como gente branco. Por isso eu ficar sem pano, assim núa no espelho e fazer boneco retrato de eu. "Mozungo" de meu, olha boneco, olhar meu corpo e dizer: — Bô feito, Ritinha, bô feito... Eu ficar contente, contente!

E teve razão para isso, D. Ritinha.

— Mas ninguém ensinou você a fazer os seus bonecos? "Mozungo" não dizia nada?

— Não minha Senhora. Ritinha sonhar sòzinha na sua cabeça. Eu sabia fazer êsses panela que está aqui, êsses garrafa, êsses panela pequenino que Senhora está olhar, depois fez retrato de Ritinha, depois fez retrato de outros rapariga e de criança e de homem.

Aquêle termo "sonhar" que ela empregava por deficiência de vocabulário, como se adaptava, contudo, ao caso dela!

Sonhar! O que fazem os Artistas? O que é, na verdade, a Inspiração? O que é uma Obra de Arte, senão um sonho materializado?

Despedi-me de Ritinha e daí a dias recebí um presente: Uma mulher sentada, com um filho nos braços e um homem sentado também.

Observei com vontade de compreender.

O homem tinha o ar de tortura concentrada de quem produz, penosamente, um trabalho intelectual e a mulher, de expressão alarve, com os seios túrgidos de leite e o filho esbracejante, no colo, olhava para não se sabe onde. — Olhar ôco, de impotência mental.

O instinto maravilhoso de D. Ritinha levara-a já à "expressão de vida interior" ou quem sabe se seria eu a favorecê-la com a minha imaginação?

Mandei preguntar o que representavam aquêles bonecos e a resposta foi esta: — E' um "chuanga" e a mulher e o filho.

Eu não fantasiara, pois! O "chuanga" é o chefe de uma povoação indígena, é a êle que estão confiados os destinos de todos os que a habitam e o homem, no exercício dessa função, passa os dias sentado, à porta da palhota, com os joelhos quási juntos ao queixo

e as mãos sobrepostas nêles, a pensar, a pensar, a resolver questões para o que tem de pensar, pensar... sem, de forma alguma, ser o Pensador de Rodin...

E, daquêle meditar, a maior parte das vezes, sai tolice, coitado!

A mulher ao lado dêle, para lhe fazer companhia, é interrogada pelo marido, de quando em vez e ela própria que reconhece a sua inferioridade mental, ri alàrvemente, com um: — Peno! — que é estribilho.

O "chuanga" não encontrando apoio nem contradição, mergulha, de novo, nos seus pensamentos intermináveis e cheios de bruma...

E a vida passa...

Ante a contemplação destas duas figuras de barro, convenci-me de que se os pretos, algum dia, tiverem uma História da Arte, D. Ritinha será nela assim uma espécie de Precursora como o criador da Niqué de Delos.

Téte, 1935

Maria Amélia Rodrigues

(1) — *Peno!* — Não sei!

"PESCARIAS E CONSERVAS DE PEIXE"

Em separata da importante revista de estudos económicos e financeiros *Industria Portuguesa*, o Sr. Dr. Nuno Simões, nosso preclaríssimo consócio, publicou um pequeno opúsculo em que reüne, comenta e expõe alguns dos elementos mais salientes e substanciais a respeito da evolução do comércio de pescarias e conservas.

Nêste pequeno tômo, o Sr. Dr. Nuno Simões, com a robusta inteligência que todos lhe reconhecem e com aquela penetrante observação de economista seguro, que de há muito o consagrou e lhe criou uma reputação de sólido prestígio entre os raros e verdadeiros estudiosos dos nossos problemas económicos, entre aquêles que têm uma alta e firme visão panorâmica da economia portuguesa, não, apenas do que ela, é mas, sobretudo do que deveria e poderia ser — por milagre do seu espírito de síntese, conseguiu condensar, sem prejuízo da clareza necessária ao bom e fácil entendimento, em menos de vinte páginas, tôda a cópia de elementos e dados estatísticos imprescindíveis à análise dos problemas que apreciou e focou com o seu reconhecido saber e o superior sentido nacional de todos os seus estudos.

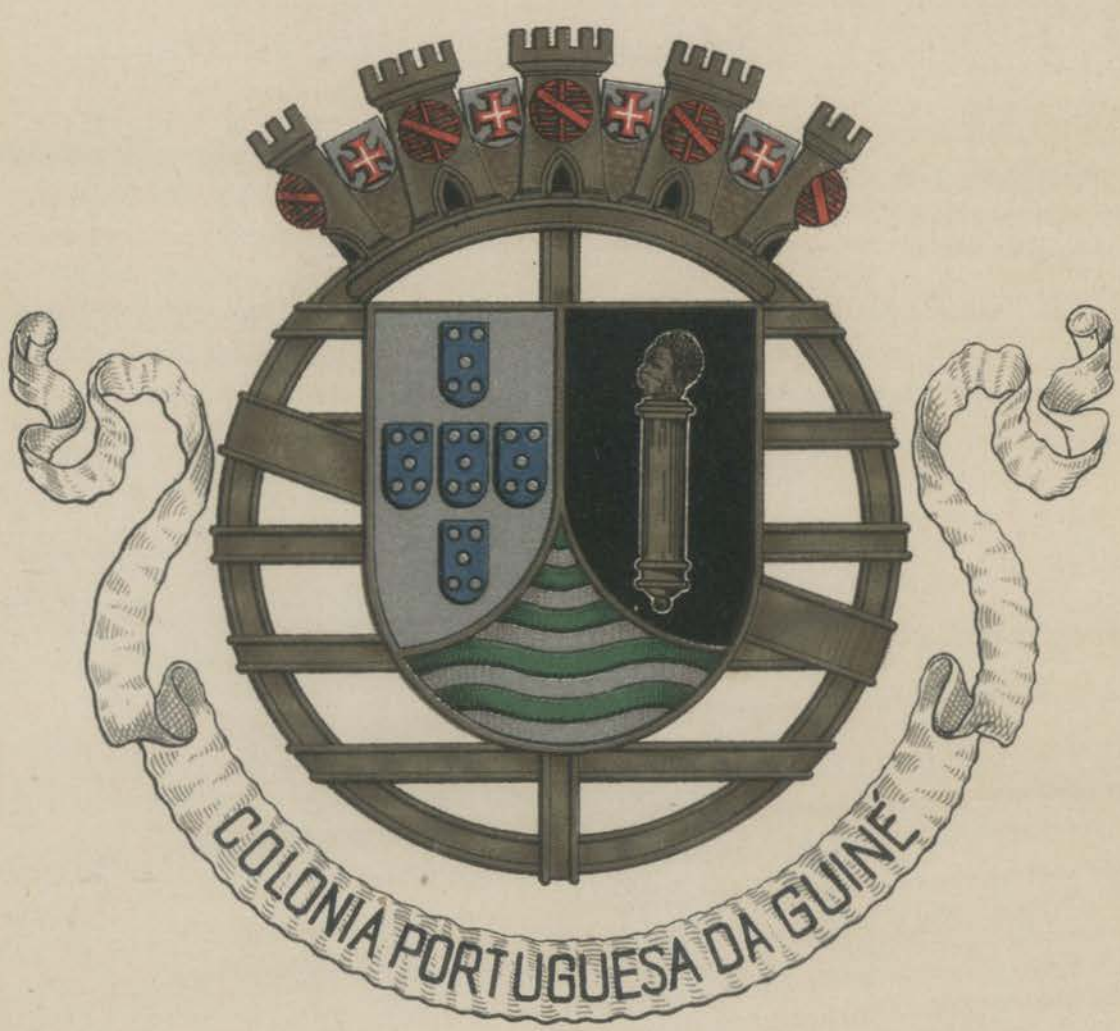
"ACTIVIDADE ECONÓMICA DE ANGOLA"

Não se pode estabelecer um paralelo nem, evidentemente, ao publicar esta revista de estudos — *Actividade Económica de Angola* — os seus organizadores tiveram a intenção de lançar uma réplica ao *Moçambique*, soberbo documentário que tantas e tão altas e honrosas simpatias conquistou já no Brasil. Mas podemos afoitamente assegurar que, dentro dos limites a que circunscreveu a sua acção de revista de estudos económicos, propaganda e informação, já pela factura gráfica, já pela categoria dos seus colaboradores, esta novel publicação, editada pelo Govêrno Geral de Angola, é qualquer coisa de importante e enfileira sem favor entre o que de melhor se conta do género na bibliografia colonial.

E' em face de trabalhos como êste que o nosso espírito se levanta e melhor compreendemos a distância que nos separa do tempo em que as publicações oficiais tinham aquêle aspecto pesado, taciturno e rançoso que espavoría e aterrorizava até os mais afoitos...

Parabens, pois, aos dirigentes desta excelente revista e todos os louvores são justos ao Govêrno que a patrocina e torna possível, especializando, porém, o Capitão Sr. A. Victor Marques, digníssimo Chefe do Gabinete do Govêrno Geral de Angola.




COLONIA PORTUGUESA DA GUINÉ

A DEMOCRACIA FRANCESA

POR AQUILINO RIBEIRO
ESCRITOR E ROMANCISTA

ESPECIAL



Um dos fenómenos mais singulares da política europeia é de-certo a bela e imperturbável estabilidade que apresentam em França as instituïções repùblicanas, quando o Diabo anda à sôlta no mundo, semeando a desordem e dementando governantes e governados. De facto, no meio dos escombros gerais, essas instituïções perduram tais quais, sem quebra, abalo de monta, capitulações com os inimigos internos, como se o seu espírito, a sua letra, a sua fôrça estivessem caldeados em bronze. Ao passo que em Alemanha, Rússia, Itália, Espanha etc. se adoptam fórmulas novas de autoridade e uma doutrina nova do poder, a democracia francesa mantem-se hirta, indeformável e segura em seus quadros, como se se não tratasse de mecanismo social, mais ou menos perfeito, mas de operação voluntária e deliberada do maior número.

Sem dúvida que dentro de fronteiras tem sofrido a acometida de fortes correntes, de natureza extremista e reaccionária. Momentos, ainda, a directiva passou às mãos de conservadores da extrêma direita, com Millerand à frente, então na presidência da Rèpública, recentemente com Laval. O bom senso do eleitorado, ontem e hoje, soube castigar êste abuso de poderes, acabando por negar ao antigo chefe de Estado a cadeira de senador, e agora votando ao ostracismo os seqüazes do homem enfeudado a Roma. De modo análogo se desquitou dos parlamentares da *Action Française*, pequena, mas aguerrida falange, que tranformára o *Palais Bourbon* num *ring* e em má hora saíu de pendões para a rua.

Hoje, dessas ameaças à democracia francesa, subsiste apenas, atenuada, mas latente a que parte do campo comunista. Essa não ficou reduzida a bando arruaceiro com ramificações de tertúlia pelos salões fechados de Saint Germain; vai engrossando dia a dia, bastando-lhe ter como premissa o factor moral, tão grato ao entendimento, da igualização humana para captar as turbas.

A hora crítica para a democracia francesa foi diferida para longe, todavia. Partindo simultâneamente de sentidos sociais opostos, neutralizaram-se os ataques dos adversários, sem que ela sofresse grave dano. Em verdade o socialismo avançado, para não dizer o comunismo, postando-se em pé de guerra para com a Rèpública burguesa, não perdeu nunca de vista que nos nacionalistas conservadores, à Millerand, e nos nacionalistas radicais, à Maurras, tinha os inimigos natos. Sem dúvida que estas pequenas e ruïdosas patuleias ajudaram a Sarraut em 1927 a quebrar a primeira ofensiva comunista. Salta, porém, à evidência que foram êsses mesmos elementos para lá da fronteira esquerda da Rèpública que fizeram, por seu turno, baquear todos aquêles que preconizavam uma ordem nova, baseada no poder pessoal e no arbítrio.

Evidentemente que não é legítimo ir buscar apenas à neutralização de fôrças contrárias a razão dêste equilíbrio admirável das instituïções repúblicanas em França. Seria supor que elas se manteem estáticas e com certeza que o regime mais realista, mais sufragado pelo povo, mais sòlidamente estabelecido que viesse a cristalizar, a deter-se *ne varietur*, ao cabo dalguns anos tinha cavado o seu precipício. Não reconhecer às instituïções políticas a ne-

cessidade de se aperfeiçoarem equivaleria a supô-las fórmulas abstratas, providenciais, alheias ao movimento e curso das coisas. O próprio carácter duma democracia está na sua maleabilidade, renovamento e ilimitada adaptação à vida objectiva.

Mas em França existe o facto democrático; existe um indefectível e extenso *lastro* democrático. A idéa democrática, em França, não corresponde apenas a um preconcebimento de ordem moral, a um "dever ser" místico, a uma revindicação de humanidade. Não; está ligada a exigências profundas da consciência, adaptada, incorporada na vida corrente.

Inegável é que para os teóricos da democracia esta é o coroamento de longa evolução histórica que vem do século XI com a emancipação das Comunas até a afirmativa repùblicana do século XIX. E seria êste um argumento incontroverso da estabilidade das instituïções democráticas se estivesse demonstrada a idéa de progresso humano sob forma contínua ou ainda a lei de evolução universal, rectilínea, à maneira spenceriana. Mas se o curso das coisas faz crer, antes, à idéa duma evolução criadora, no sentido bergsoniano, com recuos, avanços, sobressaltos e pausas, não é imediàtamente evidente que esta fixação da igualdade contra a aristocracia, do sistema constitucional contra o sistema absoluto, seja de índole inabalável e irremovível. Portando não será o regime democrático um acidente de determinismo histórico, mas antes um estado social voluntário, envolvendo o consenso da maioria e oferecendo garantias sérias de equilíbrio e duração.

De facto o regime democrático em França corresponde a um conjunto de dados fixados *à posteriori* e de leis tidas definitivamente como verdadeiras, para que seja o mais normal e em harmonia com a psicologia e tendências do povo francês. Em primeiro lugar o francês é um cidadão remediado e cómodo, incapaz de compreender e muito menos de aceitar que um sistema político se proponha uniformizar as condições humanas. Para êle quem diz sociedade diz organização; quem diz organização diz hierarquia; quem diz hierarquia diz desigualdade. Por aqui é anti-comunista.

Em segundo lugar o francês, à custa de dolorosas experiências, criou-se uma noção de liberdade, da qual não é fácil demovê-lo. O dogma de um, a tutela discricionária, a imposição repugnam ao seu temperamento. Aceita de bôa mente a autoridade que fortalece o indivíduo, mas que não o escraviza; estima a solidariedade social, sempre que representa exaltamento e não sufocação da sua pessoa; curva-se à tradição quando é luz que se projecta da rectaguarda no seu caminho, mas não como altar de adoração perpétua. Por aqui é anti-cesarista e anti-monárquico. Depois, o francês é eminentemente social e a êle assenta como a ninguém a definição que Aristóteles deu do homem: animal político. Como tal aprazlhe êste princípio basilar das democracias: o concurso activo e sistemático dos governados para com a obra governamental e o direito de dizer a última palavra nos negócios públicos. Com as modalidades que vai revestindo a vida em França, cada vez mais colectiva, com a tendência à descentralização dos organismos administrativos, com o desenvolvimento das corporações médias, espécie de vasos intermediários entre o Estado e o indivíduo, aquêle direito dia a dia se torna mais extenso e efectivo. Acrescente-se que o francês é avêsso ao estado de exaltação e à simplicidade geométrica, própria da ideologia cesarista; que é muito prudente para se lançar em aventuras temerárias; que é o mais conformista dos habitantes da terra e ter-se-á a suma de qualidades e defeitos sôbre que repousa o sólido edifício da democracia francesa.

Aquilino Ribeiro



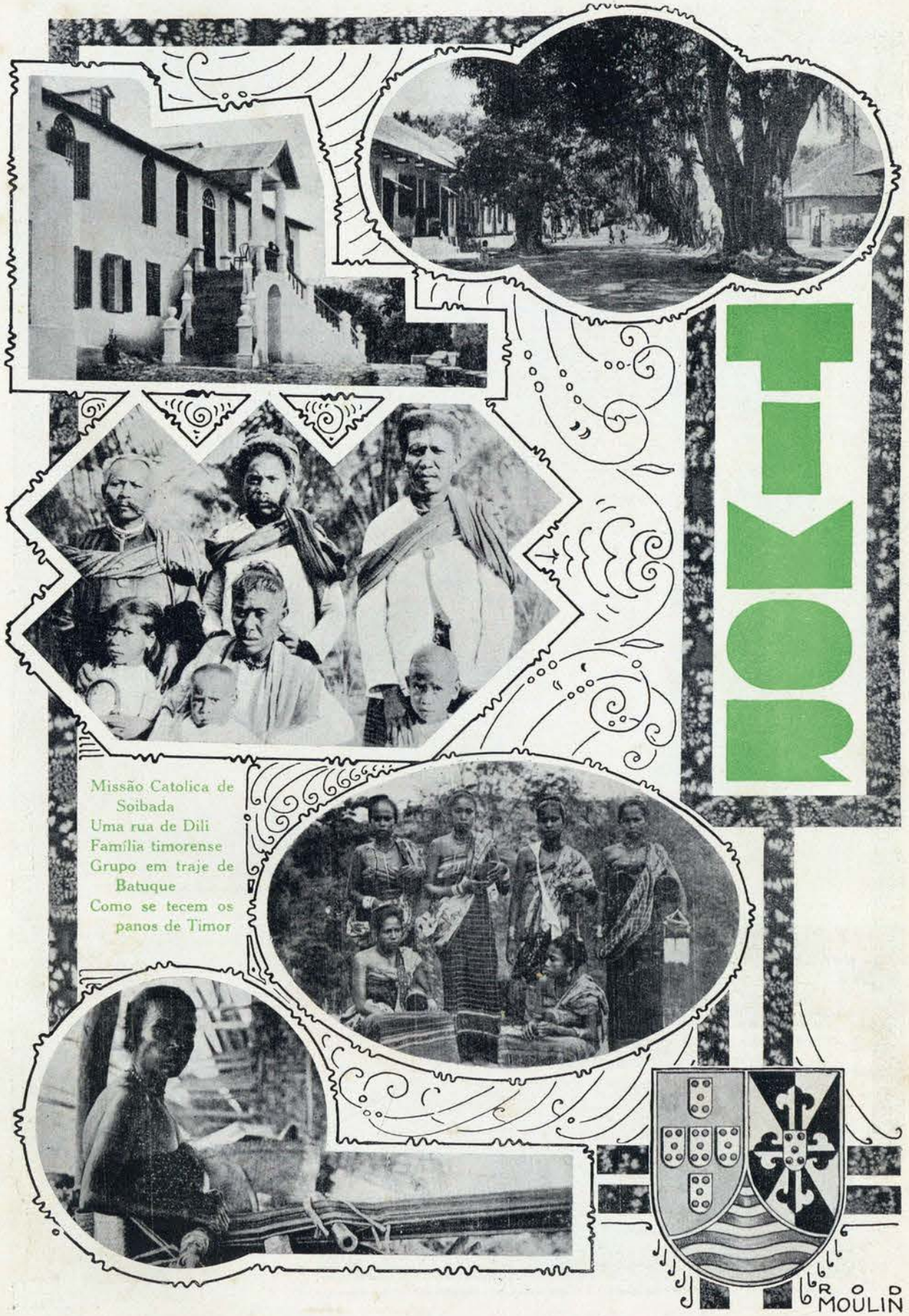


Seis anos de actividade refractária a exibições e vaidades de qualquer espécie, dispensavam-nos perfeitamente desta nota, porquanto, nunca, em tal lapso de tempo, nas páginas do BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, se ostentou a vera efígie dos seus dirigentes. Sucede, entretanto, que, agora, êsse belo artista limiano que é José Cândido, atraído à zona de influência do pan-lusitanismo, graças ao sortilégio irradiante desta colectividade, teve a gentileza de a brindar na pessoa do seu presidente, Francisco das Dôres Gonçalves, com a *charge* devéras expressiva que aqui estampamos. E fazêmo-lo com tanta maior satisfação quanto estamos convencidos de que cometeríamos feio pecado se por excesso de escrúpulo privássemos os nossos leitores e amigos de conhecerem tão sugestivo trabalho, amortalhando-o nas dobras de um esquècimento além de inexplicável injusto para o distinto e talentoso artísta que o subscreve.



Colina do Farol da Guia
Estradas na colina da Guia
Ruínas do Convento de S. Paulo
Busto de Vasco da Gama
Baía da Praia Grande

R O D
MOULIN



Missão Catolica de Soibada
Uma rua de Dili
Família timorense
Grupo em traje de Batuque
Como se tecem os panos de Timor

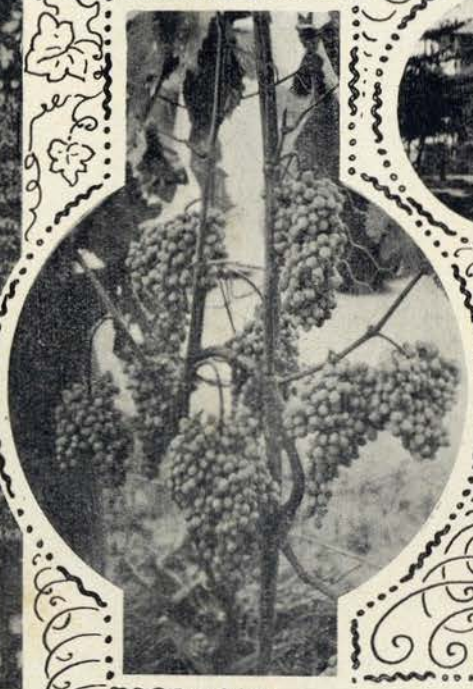
R O D
MOULIN





ANGOLA







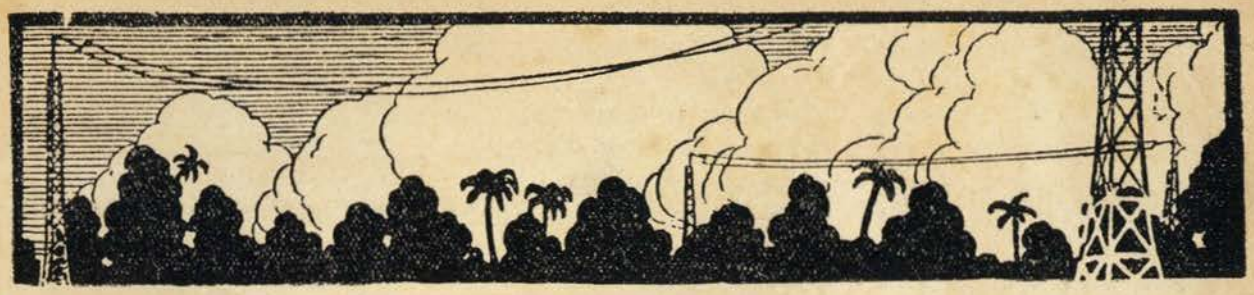


Benguela . . . — Monumento da Campanha do Dombe
Nova Lisbôa. — Uma rua
Nova Lisbôa. — Paços do Concelho
Caconda . . . — Cachos de uvas
Baixo Cunene — Atravessando os areais
Benguela . . . — Ponte cáes e Avenida da Liberdade





MOULIN



Uma Exposição da Expansão Portuguesa

Como seria possível reparar a falta cometida por esta geração no VIII.º Centenário da Fundação da Nacionalidade

POR JOÃO MIMOSO MOREIRA
ANTIGO SECRETÁRIO DA PROCURADORIA DA RÉPÚBLICA JUNTO DA RELAÇÃO DE LUANDA
EX-AGENTE DA COLÓNIA DE ANGOLA
CHEFE DA DIVISÃO DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE NA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS
JORNALISTA

(ESPECIAL



STÁ por fazer em Portugal uma grande afirmação da Expansão Portuguesa no Mundo — a parada retrospectiva e contemporânea do valor e do esfôrço do povo Lusíada. Lembrou-a o malogrado Rui Chianca e anda a recordá-la o dr. Nuno Simões, incansável animador de tantos empreendimentos nacionais. Mais duma vez temos procurado juntar o nosso humilde concurso à iniciativa, cujo significado e projecção ainda não logrou obter uns minutos de meditação aos cérebros esclarecidos da nossa terra.

A actual geração portuguesa praticou uma grande falta de indiferentismo nacional. Passou 1928 sem comemoração condigna do oitavo centenário da fundação da Nacionalidade! Portugal é dos países europeus mais antigos e também dos poucos que conservam as mesmas fronteiras, desde a primitiva organização. A sua expansão fez-se sempre dilatando-se para além dos Oceanos, em iniciativas corajosas e aventureiras, mais ou menos alicerçadas com os conhecimentos científicos e guerreiros indispensáveis para a sua execução. Se não marcou em extensão territorial na Europa ou na submissão dos povos limítrofes, como outras nações o tentaram e executaram, encheu-se todavia de prestígio na descoberta de territórios e nas conquistas, por paragens longínqüas, onde espalhou a fé e a civilização.

Isto se anda a dizer há muitos anos em discursos, livros e jornais, repetindo a história aos nossos e aos estranhos. Mais notada pois se torna a falta apontada, cometida por êste povo que tem ainda em aberto uma dívida de perpétuo reconhecimento público ao rei Afonso Henriques e ao Infante de Sagres, que aliás são freqüentemente citados.

Não foi porém para ficarmos em condenação desta falta cívica que escrevemos mais êste artigo. Como tudo tem remédio e os portugueses são sugestionáveis, sobretudo perante os exemplos dos outros povos, citado o facto, vamos lembrar como repará-lo.

*

Logo no ano seguinte ao naturalmente indicado para a comemoração referida — em 1929

— destacado em serviço público para a secção portuguesa da Exposição Ibero-Americana, vimos que a Espanha fizéra em Sevilha quanto os portugueses, semelhantemente, poderiam e deveriam ter feito em Lisbôa ou no Pôrto. Tôda a epopeia espanhola expansionista fôra hábil e pomposamente explorada e revelada! Mais duma vez o nosso sentimento peninsular vibrou com as afirmações produzidas — porque nunca na nossa mente, e na dos nossos compatriotas, ao observá-las, se olvidou a parceria portuguesa nos cometimentos revivídos e comemorados. O tratado de Tordesilhas (convencionando a divisão do Mundo em dois hemisférios, para a acção de cada povo), foi uma invocação perdida, na nossa brilhante comparticipação, que emprestaria vinculado significado nessa oportunidade e maior realce daria à nossa, aliás, bem sucedida cooperação.

Da velha Espanha passamos à nóvel Bélgica. Essa mágua de português que não vira comemorar o oitavo centenário da fundação da sua nacionalidade, foi depois, em 193), avivada com o procedimento dos valões e flamengos, unidos, vibrantes de patriotismo, festejando ruidosamente o primeiro centenário da formação do seu país. Destacados também, em serviço, para a representação portuguesa na Exposição Colonial e Marítima de Antuérpia, foi-nos permitido, como sucedera em Espanha, acompanhar as manifestações do povo belga. Os flamengos freqüentemente recordavam a sua cooperação na política expansionista dos dois povos irmãos da península ibérica...

Seria reparável não salientar que algo conseguimos com as nossas participações nas exposições de Sevilha, de Antuérpia e de Paris. Nelas fizemos úteis e oportunas demonstrações e reivindicações. Muitas vezes nos envaidecemos com actos de justiça que a Portugal foram dispensados e o caso do "planisfério dos viagens marítimas" que o sr. brigadeiro Silveira e Castro levou à Exposição internacional do Parque de Vincennes, de 1931, é sintomático. Por êle e por outros motivos se nos arreigou a convicção de que êstes processos exibicionistas são dos melhores para esclarecer e empolgar as multidões, para robustecer o civismo dos povos e conquistar a consideração geral.

Os certames nacionais promovidos em Lisbôa em 1932 (Exposição Industrial) e no Pôrto em 1934 (Exposição Colonial) provocaram certa emulação e incontestàvelmente, revelaram — aos contemporâneos — afinal, coisas que todos julgavam saber, mas que depois consideraram melhor. Por outro lado êsses certames foram uma demonstração do que é possível fazer em terra portuguesa com os recursos nacionais e de algumas manifestações de critério, organização e adaptação do que se "faz lá fora", para empregar um têrmo muito nacional.

*

A Exposição da Expansão Portuguesa no Mundo (*) é um grande programa e o mais próprio para uma comemoração nacional. Tem e deve fazer-se, mais tarde ou mais cêdo — e isso depende evidentemente, duma oportunidade. Ora essa oportunidade vai oferecer-se daqui a uns anos, com o terceiro centenário da restauração de Portugal, em 194). Faz também oito séculos que Afonso Henriques passou a usar o título de "rei", após a batalha de Arcos de Valdevez, que consolidou a constituição de Portugal, em embrião. Se 1928 passou sem comemoração, pode aproveitar-se 194), se quisérmos ser razoáveis e mais do que isso, elegantes com as nossas obrigações cívicas.

O certame pode abranger três sectores:

O PASSADO — reünindo a parte retrospectiva, monumental, invocando as descobertas, conquistas e a colonização através dos séculos;

O PRESENTE — compreendendo a política expansionista contemporânea, havendo então lugar para uma nova exposição colonial, como se deseja; um balanço do valor e grandeza das colónias portuguesas sem bandeira espalhadas pelo Mundo; e, paralèlamente, afirmações das actividades económicas do continente e das ilhas adjacentes.

O terceiro sector seria constituido por uma modalidade que está por fazer em Portugal, a do "turismo", E para êle poderiam, possìvelmente, ser convidados a colaborar os países estrangeiros amigos, não só da Europa como da América. A reünião destas representações formaria uma exposição internacional paralela à nacional, oferecendo-lhe dinâmica e despertando atenções dos outros povos para essa manifestação nacional, que assim não perdia as características duma grande festa de família, embora com alguns convidados;

tendo ainda a circunstância de condicionar as representações a um assunto que não traz confrôntos ou competições de ordem industrial ou mercantil.

Dêste simples enunciado se percebe que se pretende a execução dum empreendimento de certo fôlego, a realizar e montar por étapas, compreendendo um trabalho preparatório de alguns anos. Cabe pois recordar quanto dissémos num artigo publicado em Agôsto de 1932 no "Boletim da Agência Geral das Colónias" sôbre exposições em geral e acêrca da Exposição Colonial, que dois anos depois foi realizada no Pôrto: "As exposições portuguesas caracterizam-se por prodígios de improvização — iniciamos sempre à última hora os preparativos — não temos organismos preparados para trabalhar nêstes assuntos — os nossos Comissariados são formados episòdicamente e reünem depois, à pressa, uns tantos colaboradores, recomendados mais pela influência dos amigos do que pelos méritos próprios e técnicos". De alguma coisa serviu a argumentação produzida e por isso mesmo a repetimos e repetiremos nêste país de compadrios.

¿Porque escolhemos o brilhante BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO para tratarmos dêste assunto? Porque a sua acção é verdadeiramente expansionista e carinhosamente patriótica. Nas suas páginas ficarão portanto muito bem estas sugestões e principalmente numa ocasião em que promove uma Exposição da expansão nacional nos territórios africanos, onde passamos uma parte da nossa vida e onde vimos nascer os nossos filhos. Terras de trabalho fecundo e sofrimento perpétuo, onde a nostalgia se recalca para manter íntegro o bom nome português trazendo sempre nos lábios um sorriso de resignação e no pensamento a idéa de melhores dias. Foi sempre a fé e o patriotismo que levaram os portugueses a manter-se nos seus postos e a continuar o trabalho dos seus antepassados desenvolvendo êsses padrões de civilização que o certame ora promovido no Rio de Janeiro deseja revelar.

Lisbôa, Março 1936.

(*) — A França realizou também a "Exposição da França no Estrangeiro" sob os auspícios do Ministério da Educação Nacional.

"Notícias"

Superando em brilho e valor, de ano para ano, as suas próprias tradições, o "Notícias", o distinto jornal laurentino, sem dúvida o *leader* da imprensa de Lourenço Marques como de tôda a Província de Moçambique —, publicou por ocasião do Natal mais um número especial de cem páginas que é qualquer coisa de notável como colaboração, esfôrço e apresentação gráfica, e que representa para os seus leitores e anunciantes um régio e mimoso presente de festas.

Contemplados, como também fômos, apraz-nos felicitar o grande jornal em cuja redacção a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO conta tão espontâneas como dedicadas amizades.

"A Província de Angola"

Este belo matutino que o saüdoso Adolfo Pina fundou e elevou com o seu esfôrço admirável à categoria de grande jornal, e que, na hora actual, sob a direcção de António Correia de Freitas, uma verdadeira vocação jornalística servida por uma inteligência lúcida, maleável e porejante, publicou por ocasião das festas do Natal um número especial, com óptima colaboração e grande número de páginas, enriquecido com formosos trabalhos artísticos do talentoso desenhista e pintor angolano Roberto Silva. E desde o dia 19 de Abril que "A Província de Angola" publíca um suplemento dominical, leve e atraente ao qual auguramos os mais legítimos triunfos.

A 19 anos de distância

NEVALA

PELO **TENENTE MÁRIO COSTA**

Autor do livro sôbre a campanha contra os alemães em Moçambique — "*É o inimigo que Fala*".

(ESPECIAL)

A literatura da Grande Guerra acaba de ser enriquecida com um novo trabalho. "Nevala" é seu título e é seu autor o coronel de infantaria com o curso de Estado Maior, Eduardo Augusto de Azambuja Martins, antigo chefe do Estado Maior da Expedição a Moçambique contra os alemães, em 1916 — onde teve lugar o episódio de Nevala, que deu o título ao livro — e oficial de ligação no quartel general britânico.

E' o autor, portanto, alguém com autoridade que baste para descrever os factos da campanha e chancela as suas afirmações o honroso atestado de uma cruz de guerra de 1.ª classe que ostenta na sua farda de militar brioso. Trata-se, pois, de uma obra escrita por quem *viu, viveu e sentiu* a guerra e que póde — e soube fazê-lo — relatar os acontecimentos com a verdade histórica e verdadeiro sentido militar.

*

A literatura da Grande Guerra em África é bastante limitada, ao contrário do que acontece com a da parte activa das tropas portuguesas em França ao lado dos beligerantes contra a Alemanha.

São por dezenas, àcêrca desta última, os livros publicados, enquanto que com referência à África, apenas uns *5* ou *6* trabalhos têm aparecido nas montras das livrarias.

Raros, porém, quer tratem da campanha nas duas Áfricas portuguesas, ocidental e oriental, quer da nossa acção em França, falam a *verdade histórica* e, sobretudo, nenhum contém os ensinamentos militares que constam do livro "Nevala".

Todos, ou quási todos, foram escritos mais com os nervos do que com o sentido frio da verdade. E nenhum tem a característica militar, forte alicerce de ensinamentos de defesa nacional, que a todos interessam.

Por isso o trabalho do Sr. Coronel Azambuja Martins é valioso.

Descreve e tem finalidade.

*

De tôda esta campanha na África Oriental (1914-1918) o episódio mais emocionante é o de Nevala, em 1916, como vinca com realidade o autor do livro.

Serve à maravilha para título e até o som próprio da palavra (Ne-va-la!) é como um timbre de clarim tocando a reünir, e de que se ouve claramente o eco nos dias de hoje.

Assim o sintetiza o autor a páginas *11* como segue:

"Foram os grandes choques — *referência a Naulila (em Angola), 9 de Abril (em França) e Nevala (em Moçambique* — com um terrível adversário, e nêles se observaram as dificiências das nossas fôrças, que é urgente remediar para se obter uma melhor preparação militar, na previsão de novas conflagrações, nas quais será provável participarmos, em conseqüência do vasto património ultramarino avultar o nosso valor internacional."

O livro "Nevala" mostrando os erros de um passado que é apenas de 19 anos, tem de ser meditado principalmente pelas esferas superiores militares e, enfim, por aquêles que se interessam pelos problemas a todos comuns — civis e militares — da defesa nacional.

Ficou tudo dito sôbre a guerra de África, agora. Já ninguém, *de cabeça*, pode ter dúvidas de que o exército português, que se tem batido em tôdas as Áfricas como nenhum outro, deve estar *sempre* à altura da sua missão para poder contar consigo e a Nação poder contar com êle.

E' esta a finalidade das *306* páginas do precioso trabalho do Sr. Coronel Azambuja Martins.

Chamar-lhe-ão defectista, desanimante...

Honrosa tarefa a sua — tão honrosa que, quem tiver responsabilidades de mando só poderá dizer: "Êste homem falou a verdade!"

Pôrto, 9 de Outubro de 1935.

Mário Costa.


COLONIA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE



Nótula sôbre o adiantamento dos estudos da Arqueologia na África do Sul

PELO GENERAL JOSÉ JUSTINO TEIXEIRA BOTELHO

DA ACADEMIA DAS CIENCIAS DE LISBÔA

ESCRITOR

(Lida na sessão da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisbôa)

FORAM os cronistas portugueses do século de quinhentos os primeiros que deram notícias da existência na África do Sul, de ruïnas de edifícios construídos por um povo desaparecido. João de Barros, na sua Década I, descreve com certa precisão as principais delas, mercê de informações, conforme se depreende das suas palavras, dadas por mouros que as tinham visto, a alguns portugueses que estiveram em Sofala. Descreve-as Damião de Gois e por ventura outros, e no século seguinte Fr. João dos Santos, na sua conhecida obra *Etiópia Oriental*, faz-lhes igüalmente referência, também por informações, mas menos precisa que a de João de Barros. Depois, as diligências para chegar às minas de ouro, as tentativas de penetração ao longo do Zambeze, as expedições militares e outros acontecimentos da África Oriental fizeram esquecer essas ruïnas, pois não se lhes encontra qualquer referência durante muitos anos, até que em 1721 a Academia Rial de História, que então se fundara com o fim de fazer o estudo da história pátria, por proposta do erudito académico António Rodrigues da Costa pediu ao vice-rei da India que mandasse examinar, nos Rios de Sofala, uns letreiros que constava estarem em uma tôrre antiga, de cantaria, no zimbané do monomotapa, donde poderia acaso inferir-se o ter sido naquelas vizinhanças a Ofir de Salomão.

Tratava-se muito provàvelmente duma reminiscência, desfigurada, das informações de João de Barros.

Respondeu à pregunta o prelado de Moçambique Fr. Manuel de Santo Tomás. Disse êle que não constava ali a existência de qualquer edifício daquela natureza, mas, que havia a tradição de terem existido em várias rochas desenhos de cachorros, camelos e outros animais bem como alguns letreiros que se atribuíam aos abexins e aos companheiros duma raïnha que ali aportara e cuja comitiva, deixando as naus na foz do rio de Sábia, subira o rio em lanchas, à procura de ouro.

A isto se resume, creio eu, a contribuïção portuguesa para o estudo da arqueologia da África do Sul. Por ela soube a Europa, no princípio do século XVI, da passagem duma raça

desconhecida pela África do Sul antes dos portugueses e dos muçulmanos; por ela sabemos que a pintura campestre teve representação algures em Moçambique e tem-na talvez ainda hoje.

A contribuïção estrangeira veio mais tarde, mas ostenta uma continuïdade e um carácter científico que falta à nossa, até há pouco lastimosamente parada desde o primeiro quartel do século XVIII.

Foi o alemão Mauch quem, nos nossos dias, primeiro estudou as rüinas da África do Sul. O livro que sôbre elas publicou em 1871 deve com justiça considerar-se o ponto de partida dos estudos modernos, embora a preparação científica do seu autor, que era principalmente um intrépido e aventuroso viajante, fôsse diminuta.

Seguiram-se-lhe outros que fizeram trabalho apreciável, até que o arqueólogo inglês Teodoro Bent no ano de 1891 fez uma admirável viagem de reconhecimento e de estudo na região hoje denominada Machona, de Shoshong ao Punguê, passando por forte Vitória, Malari, Matandela, forte Salisbury, M'tolto, Makoni, Mutassa, Macequece, Chimoio, Sarmento, Maponde e Beira.

Foi verdadeiramente notável para os estudos arqueológicos da África do Sul essa viagem de um ano, minuciosamente descrita num livro — *The ruined cities of Mashonaland*, — que é ainda hoje a obra clássica em tal matéria.

As ruïnas estudadas e visitadas por Bent acham-se dispersas entre os paralelos 20°20' e 19°20' de latitude sul e os meridianos 31° e 32° a leste de Greenwich. Trata-se, pois, duma região onde, aqui e ali, se encontram edificações desmoronadas, dando a impressão, como diz o ilustre arqueólogo, de que uma grande população estacionou ali como guarnição em país hostil.

O principal aglomerado dessas ruïnas, que Bent denominou "zimbané grande" e que estudou mais minuciosamente, compreende três partes distintas, a saber, uma obra elíptica, de grandes dimensões, que êle supôs ter sido templo, no alto duma colina suave; uma massa compacta de ruïnas no vale por baixo e finalmente outra grande obra, provàvelmente fortaleza, levantada sôbre um monte granítico, que domína, pela sua altura, as circunvizinhanças.

Êstes edifícios, entre os quais aliás se notam diferenças arquitectónicas, são, formados por pequenas pedras graníticas de fórma rectangular, dispostas em parede com notável arte e sobrepostas sem cimento, o que levou Bent a ver que êles foram feitos por um povo habituado a trabalhar com tijolo.

O suposto templo, cuja maior dimensão é de 14 metros, atingindo a muralha, no ponto mais alto, 12 metros, com a espessura máxima, na base, de 5 metros, é realmente uma obra à qual, tendo em atenção o meio em que se encontra e a sua antiguidade, se pode chamar gigantesca. Três aberturas, a maior das quais tem só um metro de largura, dão entrada para êste recinto.

A fortaleza, também de granito, aproveita as condições naturais do terreno, já de si bastante fortes, do sítio onde se ergue. Há nela um recinto, manifestamente consagrado ao culto religioso, decorado em roda com pilares, sôbre cada um dos quais assenta um pássaro — corvo ou abutre. Sôbre tôda esta complexa e labiríntica estrutura paira um ar de mistério.

Misteriosas são na verdade estas ruïnas, erguidas nas solidões da África do Sul, sem vestígio aparente da passagem dos homens que ali foram pacientemente, tão longe do mundo civilizado, pôr aquelas pedras umas sôbre as outras, afrontando os rigôres dum clima inóspito e os perigos das selvas virgens.

O estudo arqueológico dessas desmoronadas edificações e dos objectos achados em demoradas escavações dentro delas e nas suas vizinhanças permitiram a Teodoro Bent e a Wilmot, — outro notável arqueólogo, que depois daquêle percorreu a Machona, — assentar o parecer de que os obreiros do formidavel zimbané tinham sido os fenícios ou algum povo intimamente relacionado com êles e que partilhasse as suas crenças religiosas, os seus usos e os seus costumes. Quanto ao móvel da sua ida ali não podia êle ter sido senão a extracção do ouro, que praticaram por processos mais aperfeiçoados do que aquêles que os portugueses lá encontraram.

Depreende-se naturalmente do que fica dito que êsse antigo zimbané deve ter sido construído cêrca de dez séculos antes de Cristo. E assim se remonta lògicamente ao tempo em que Salomão construíu o seu grande templo de Jerusalém, maravilha da antiguidade, e assim toma vulto a lenda de Ofir na costa oriental da África do Sul, de que se fizeram eco os nossos cronistas dos séculos XVI e XVII.

A presença dos fenícios na África Austral é, até certo ponto, confirmada por estudos feitos em Madagáscar, dos quais se infere a presença

dêsses activos e industriosos navegadores da antiguidade oriental, em remotos tempos, não só naquela ilha, senão também nas pequenas Comoras que a ligam ao continente. A sua influência é manifesta nas tradições e costumes das populações malgaxes.

Vem a propósito a citação de um facto de alto valor científico (Trasactions of R. S. of S. A. vol. XXII, part.I) que, se não se pode apontar como testemunho da passagem dos fenícios pela África do Sul, mostra todavia que o continente africano, na sua parte austral, era conhecido dos povos da antiguidade desde remotos tempos. Trata-se da descoberta recente, pelo snr. Raimundo Dart, professor de anatomia na universidade de Witwatersrand, Johannesburgo, e notável arqueólogo, de uma mina de manganés, outrora explorada, em Chowa, na Rodésia do Norte, a 13 quilómetros de Broken Hill, ou 240 quilómetros a N. E. de Mumboa, próximo do local onde no ano de 1931 fizéra estudos arqueológicos com êxito uma missão científica italiana dirigida pelo professor Nino del Grande.

A exploração desta mina, segundo o professor Dart, remonta à idade da pedra, possívelmente a 4000 anos antes de Cristo. E' óbvio o valor científico de tal descoberta, porque o manganés era muito usado no Egipto antigo e na Mesomopotâmia no fabrico de tintas para loiça e em certos processos metalúrgicos, ao passo que é desconhecido dos naturais da África dos nossos dias.

Por conseqüência a exploração prehistórica da mina de manganés de Chowa implica a presença, na Rodésia do Norte, num remoto período da idade da pedra, de um inteligente povo de mineiros, estrangeiro, familiarizado com os empregos do manganés. Que povo teria sido êsse, diz o ilustre arqueólogo, não é fácil de precisar.

O que temos dito a respeito das ruïnas da Machona e a propósito delas, refere-se ao seu núcleo principal, o zimbané grande, porque muitas das restantes, segundo Bent, são de outras épocas.

(Continua)

General Teixeira Botelho.

Falar ao povo já não é um dever político, uma fórmula educativa, uma prova de deferência e respeito aos símbolos da ordem social. O homem de govêrno que não fala ao povo, é como o viajante noturno da estrada, que não acende os faróes. Isola-se num meio temeroso. Rodeia-se de imagens de sombra. Ora precipita-se numa ilusão aventurosa, ora emperra no pavor de suposições infundadas.

Governar, meus senhores, é usar atentamente, numa infatigável vigilância, os cinco sentidos da política: ver, ouvir, gostar, sentir e tocar! Quem governa, sente-se um mandatário vigiado, solicitado a todos os momentos. Governar é principalmente servir. Mas, servir orgulhosamente, no mais alto e mais nobre sentido, servir à Pátria e servir igualmente à própria consciência. Quem governa nêsse teor, não se serve a si próprio, não serve a ninguém: — serve a todos, serve à Nação. E a primeira exigência da fecundidade de um govêrno que serve ao povo, é falar-lhe intimamente, orientál-o nos seus pensamentos, esclarecel-o nos seus intuitos.

Dr. J. E. Macedo Soares

Ministro das Relações Exteriores da Rèpública dos Estados Unidos do Brasil

Tenho, por várias vezes, insistido, na imprensa, na necessidade de conseguirmos um quadro diplomático e consular cujos funcionários considerem os seus lugares como postos de elevado, isento e abnegado civismo, em que os interêsses do Estado e da Nação e os das pessoas e coisas portuguesas que os integram — quer vivam em Portugal quer fóra do seu território — se sobreponham aos próprios interêsses e ambições, por mais legítimos, de quem os representa e tem de servir, permanente e infantigàvelmente. Não se compreende já o diplomata e o agente consular vivendo para os prazeres e para o brilho de uma carreira que se resume em viajar muito à custa do Estado e em brilhar pessoalmente alguma coisa, lá por fóra, à custa do prestígio oficial de que se é portador.

Abolidas as castas, assente que nem só de literatura vive o homem e que só a boa literatura de fim amplamente social merece e justifica o apoio do Estado e o apreço da Nação, o tipo do diplomata e consul, exclusivamente literato, bom conversador e homem de sociedade, é uma má sobrevivência que nem as rèpúblicas da América Central já hoje aceitam e consentem. Na organização do Estado moderno e na estrutura actual das Nações o diplomata e o consul têm de exercer uma função política por excelência.

Dr. Nuno Simões

As causas das navegações

POR CARLOS COÍMBRA
PUBLICISTA

(ESPECIAL)

O Sr. Joaquim Bensaüde, na sua conferência escrita para ser lida na "Semana Portuguesa" da Exposição Ibero-Americana de Sevilha, apresentando como causa única dos descobrimentos o factor religioso, erra, talvez, por ver o problema uniteralmente.

Os homens e as multidões—como os povos—não fazem isto ou aquilo, não reagem desta ou daquela maneira por uma razão clara, pura — pura no sentido de única.

Os povos têm sempre um sub-consciente que nunca actúa, pelo menos com certa persistência no esfôrço, por esta ou aquela razão *só*. Êsse sub-consciente é qualquer cousa de mais complexo.

É possível que um povo possa agir num determinado momento por razões religiosas, por razões económicas ou por quaisquer outras; mas por um momento. E o esfôrço dos descobrimentos começa em 1415 com a tomada de Ceuta e termina em meados do século XVI com a chegada ao Japão. É demasiado longo para interêsse de momento e especialmente o económico ou outro transitório.

Os actos dos homens são sempre resultantes de um complexo de sentimentos e interêsses que é sempre muito difícil, senão impossível determinar.

E mesmo que se chegasse ao extrêmo de se saber quais eram êsses sentimentos e êsses interêsses, ainda se tornava conhecer em que percentagem tinha entrado cada um dêles na gestação do fenómeno.

Seria necessário ter-se vivido na época, sentir-se o *momento*, conhecer-se a época sob todos os aspectos e sobretudo sob o psicológico para nos podermos, com segurança, aproximar da verdade.

Tudo se consegue fixar pela literatura; os fenómenos e as suas causas objectivas. Mas o ambiente moral como fixá-lo?

No entanto é êle certamente o elemento principal.

Eu creio que o sentido religioso influiu poderosamente embora não fôsse, como afirma o Sr. Joaquim Bensaüde, factor único; creio também que influiu o elemento económico, embora não fôsse a *causa*, como pensa o Sr. Deprez; mas nem um nem outro contou com um terceiro factor que não é para desprezar: a necessidade sub-consciente de expansão nacional.

A necessidade económica nunca pode ser *causa* de um movimento de tal grandeza; as necessidades económicas preparam o ambiente para que o movimento possa eclodir mas nunca o provocam.

Havia por cima dêsse sentimento — a religião — e dêsse interêsse — a economia nacional — outro elemento que as uniu e impulsionou a nacionalidade para o mar: a necessidade de expansão rácica.

Portugal tinha dilatado os seus limites dentro da península tanto quanto lhe tinha sido possível à custa do infiel. A dilatação de limites para além das fronteiras dos outros estados cristãos era perigosa e até pouco simpática, tanto dentro do país como fóra. Daqui se iniciou a marcha para a costa de África e depois para todo o mundo.

Tudo o que representava ataque aos serracenos era um passo para o salvamento da civilização ocidental de uma segunda invasão de bárbaros e era necessário haver qualquer coisa de superior, de espiritual, que unisse os esforços, que movesse o país como um só homem para obviar aos inconvenientes dos interêsses económicos dispersivos por excelência.

E as conseqüências não foram, também, só económicas. Relatar o que foi o esfôrço dos missionários de todo o Portugal, levantando o nível moral dos povos que íamos encontrando no caminho que seguiamos no descobrimento não é para as nossas modestas possibilidades.

No entanto têm um valor que não é justo desprezar.

Para se desfazer tais atoardas não é preciso fazer mais do que dizer ao mundo o que foi a nossa obra colonizadora, em que consistiu a nossa acção numa faixa de terra que se estendia desde o Brasil ao Japão.



GRÉMIO DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO DE FRUTAS

Organização oficial de todos os exportadores de frutas, produtos hortícolas e conservas de azeitonas

RUA EUGENIO DOS SANTOS, 89

LISBOA – PORTUGAL

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: "COMERFRUTA"

PORTUGAL PRODUZ E EXPORTA:

Frutas: Ameixas, ananazes, castanhas, cerejas, figos, laranjas, limões, maçãs, marmelos, melões, pêcegos, peras, romãs, tangerinas, uvas, amêndoas, avelãs, nozes, etc.

Produtos hortícolas: Alcachofras, alhos, batatas, cebolas, feijão, massa de tomate, tomates, etc.

Conservas de azeitonas, e outras.

Tôdas as embalagens e acondicionamento das frutas portuguesas são garantidas pelo Govêrno, isto é, as frutas e embalagens são inspeccionadas, tanto sob o ponto de vista comercial como sanitário.

Todos os esclarecimentos sôbre frutas, produtos hortícolas e conservas de azeitonas poderão ser obtidos por intermédio do

GRÉMIO DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO DE FRUTAS

COMAM FRUTAS PORTUGUESAS



TOMA-SE UMA VEZ
E REPETE-SE TODA A VIDA

FAÇAM OS SEUS SEGUROS
Contra os riscos de incendio e transportes
NA ANTIGA E SOLIDA
COMPANHIA
"GUANABARA"
FUNDADA EM 1903
MAIS DE
9.000:000$000 DE INDEMNISAÇÕES
Nem uma só pendencia judicial
Directores: Manoel Lopes Fortuna Jor. e Arlindo Barroso
R. BUENOS AIRES, 61-1.º C. P 1324—TELS.: 23-3111 / 23-3112
END. TELEG. DALLAS RIO DE JANEIRO AGENCIAS NOS ESTADOS

CARTONAGENS FINAS
PARA
QUALQUER INDUSTRIA
SÓ
Alves Freixo & Cia.
Rua do Lavradio, 101
Telefone: 22-0893
RIO DE JANEIRO

GRÁFICA
RIO ARTE
LIMITADA
RUA DO LAVRADIO N.º 74
TIPOGRAFIA
PAPELARIA
LITOGRAFIA
ALTO RELEVO
ENCADERNAÇÃO
PAUTAÇÃO
TELEFONE NUMERO 22-5218

Gravador Pastor
R. PEDRO 1º 47
TELEF. 2-7095
RIO DE JANEIRO
CLICHÉS EM ZINCO E CORRE
TRICHROMIAS
DOUBLES
GRAVURAS E ZINCO
GRAFIAS E T.C.

AS SARDINHAS PORTUGUESAS EM CONSERVAS

SÃO FABRICADAS EXCLUSIVAMENTE
COM O MELHOR PEIXE DE VERÃO

A SUA QUALIDADE É CUIDADOSAMENTE
VERIFICADA NO ACTO DE EMBARQUE PELO

CONSÓRCIO PORTUGUÊS
DE CONSERVAS DE PEIXE

ORGANISMO CRIADO
P E L O
ESTADO PORTUGUÊS

TÔDAS AS LATAS DE
SARDINHAS PORTUGUESAS
LEVAM A INDICAÇÃO

"IMPORTE DE PORTUGAL"
OU
"PACKED IN PORTUGAL"

Examine V. Exa. antes de Comprar

CARTONAGEM

LUSO-AMERICANA L.DA

CAIXAS E CARTUCHOS DE PAPELÃO

FABRICA DE VENTAROLAS

LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA

ENVELOPES EM GERAL

RUA DOS INVÁLIDOS, 137 – TEL. 22-3815

RIO DE JANEIRO

PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM

Foram confeccionados no

ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43 — Fone 22-6894

RIO DE JANEIRO

UM LIVRO NOTÁVEL
QUE HONRA O NOME DE PORTUGAL

PELO DOUTOR RICARDO PATTEE
UNIVERSIDADE DE PÔRTO RICO — RIO PIEDRAS — ANTILHAS

(ESPECIAL)

Li um grande livro, notável não só como contribuïção erudita à historiografia, mas eminente como exposição brilhante e imparcial da epopéa lusitana além dos mares. O livro chama-se *The Portuguese Pioneers* e é da pena de quem não precisa de apresentação a nenhum estudioso das coisas portuguesas, o Dr. Edgar Prestage, lente de língua e literatura portuguesas na Cadeira de Camões da Universidade de Londres. O Dr. Prestage contribúe assim para uma obra sólida, ponderada e documentada, sôbre a obra de Portugal na conquista e penetração da África e do Extrêmo Oriente, o que muita e grande falta faz em língua inglesa. Não existe em inglês um estudo global a respeito. Não há dessarte o meio para o conhecimento exacto das notáveis façanhas que distinguem o nome de Portugal durante os séculos que se estendem da expedição de Ceuta até à realização perfeita do destino lusitano. Os pioneiros portugueses do Dr. Prestage são, prìncipalmente, os precursores ou os iniciadores do movimento ultramarino da metrópole. Os pioneiros são todos aquêles navegantes, que, sob o influxo do Infante D. Henrique, começaram a paciente obra exploradora que finalizou com o descobrimento do Brasil, a navegação pelo Cabo da Boa Esperança até à India, e a metodização adeqüada e científica da arte náutica.

O Dr. Prestage destaca os incidentes e os acontecimentos de maior significação para a compreensão precisa desta obra. Os começos do prestígio náutico de Portugal parecem perder-se nas trevas do passado, muito antes do Infante D. Henrique fundar formalmente um observatório para dar rumo fixo e científico às actividades relacionadas com a navegação. A importância do pôrto de Lisbôa, as vantagens inegáveis de Portugal no desenvolvimento do comércio e tráfego continental — todos são factores dignos de menção no estudo dos começos da expansão geográfica portuguesa. O Dr. Prestage indica que não existem documentos para mostrar a realização de viagens durante a segunda metade do século XIV, mas êste silêncio dos cronistas não exclúe de todo a possibilidade da sua existência. Era uma época em que as crónicas guerreiras ocupavam lugar proeminente, e as actividades marítimas, ainda não perfeitamente organizadas, não chamavam a atenção.



DR. RICARDO PATTEE

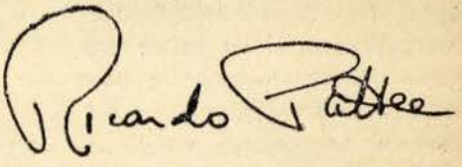
Temos afirmado que o grande público de fala inglesa ignora geralmente êste aspecto da história. E' uma ignorância deplorável, vista a repercussão que tem a contribuïção lusitana na determinação histórica de quási tôdas as nações ocidentais européas. Livros como êste que comentamos, escritos com paixão, com profundo conhecimento, por um erudito em coisas portuguesas, permite uma apreciação infinitamente mais justa sôbre Portugal. E é preciso dizê-lo — que todos os historiadores de língua portuguesa não escreveríam o suficiente para penetrar a obscuridade desta ignorância, pois, o indispensável, é, que penas estrangeiras, e talentosas, façam esta obra. O público da Gran Bretanha e dos Estados Unidos têm nêste livro do Dr. Prestage uma breve, mas fecunda exposição da obra imensa, imponente e admirável dos portugueses nos séculos que precederam e coïncidiram com o

"NÚCLEO DE ARTE DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE"

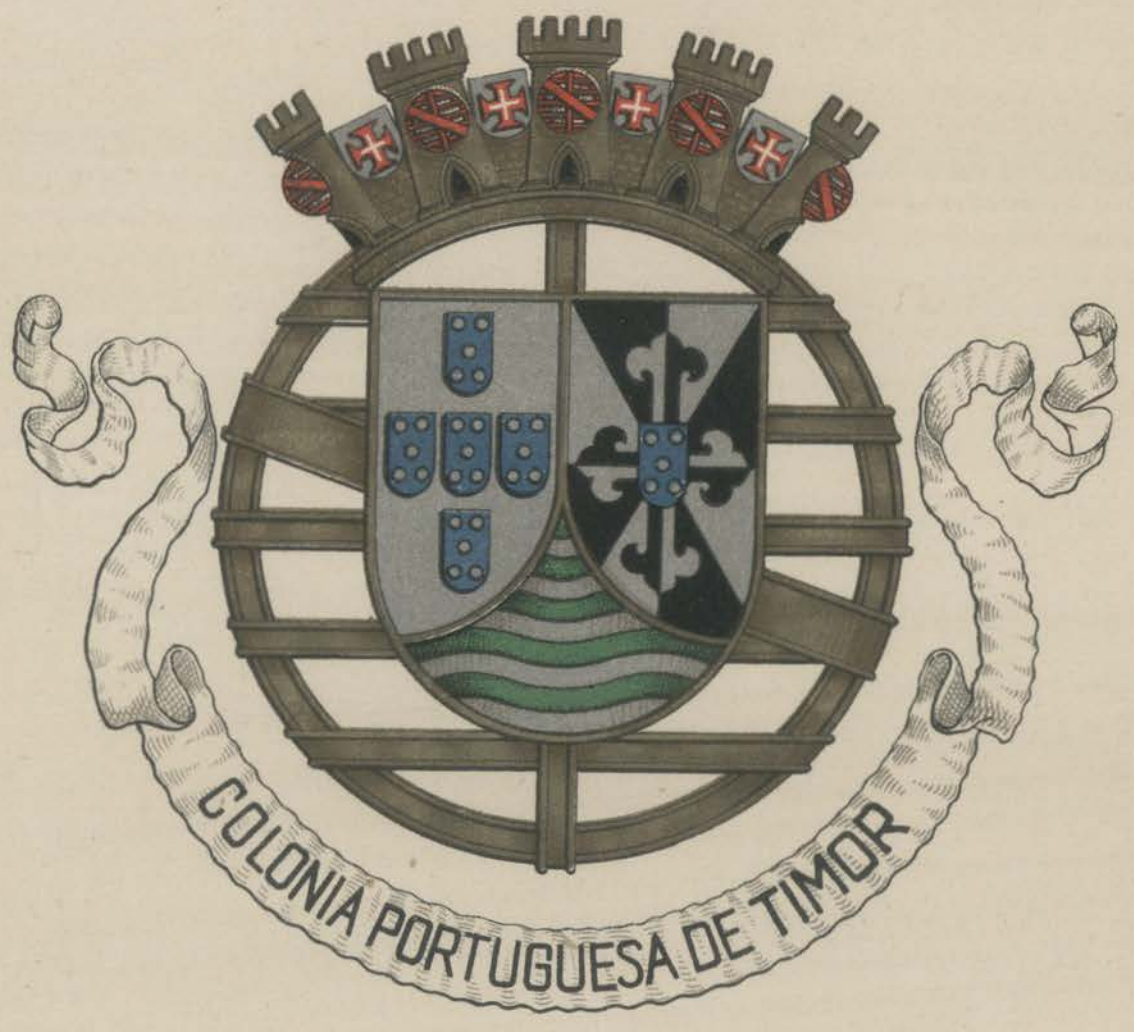
Em arte é impossível parar: quem não avança já está, naturalmente, retrogradando, — disse Agripino Grieco. Assim em relação à cultura. E por isso mesmo é que, em Moçambique, colónia que já se póde orgulhar de uma excelente *équipe* de intelectuais, compreendendo essa verdade, um grupo de escritores, jornalistas e outras pessoas categorizadas fundou recentemente o "Núcleo de Arte da Colónia de Moçambique", cujo objectivo principal, acima de todos os louvores e aplausos, é difundir a educação estética, coordenar e promover na Colónia de Moçambique o progresso da Arte, tendo por sequência realizar exposições de arte; manter na sua sede os subsídios, cursos de ensino artístico; prestar auxílio moral e material aos artistas, independente de nacionalidades ou escolas; auxiliar as instâncias oficiais e as particulares ou prestar-lhes conselho em assuntos de estética, conservação do património artístico, ou nos que, por qualquer modo, interessem ao desenvolvimento de Arte na Colónia; promover a vinda de artistas de Portugal para realizarem trabalhos na Colónia, de assuntos locais; organizar em Portugal exposições de Arte de assuntos moçambicanos e concorrer por tôdas as formas para o intercâmbio artístico entre Moçambique e a Metrópole; criar uma bibliotéca, dotando-a com obras que se ocupem de Arte; criar um Museu de Arte, reservando-se nêle uma secção para arte indígena, e divulgar e documentar, por meio de publicações, a Arte em geral.

descobrimento do hemisfério ocidental.

Nós, que temos interêsse vivo nestas coisas, esperamos ver publicadas em inglês, obras adicionais que dêm a conhecer o que Portugal realizou na India, no Japão, na evangelização do mundo pagão e na civilização da metade do continente sul americano. Os propagandistas são poucos, mas já muito se aclarou. Merece o Dr. Prestage os aplausos e a gratidão de todos quantos estimam como nós estimamos e admiramos a raça lusitana.






COLONIA PORTUGUESA DE TIMOR

OS BÓERS DO SELES

PELO DR. ANTÓNIO FIGUEIREDO GOMES E SOUSA

(ESPECIAL ENGENHEIRO-AGRÓNOMO E PUBLICISTA

ENTRE as mais formosas regiões do planalto angolano conta-se sem dúvida a dos Seles, no distrito do Cuanza-Sul. E' alta: vai de oitocentos a mil e seiscentos metros, sem falar nos píncaros muitas vezes inacessíveis das suas montanhas, alguns dos quais sobem a dois mil. Na quadra das chuvas o clima é temperado e amêno; vem a quadra sêca e torna-se ventoso e frio, sobretudo de noite.

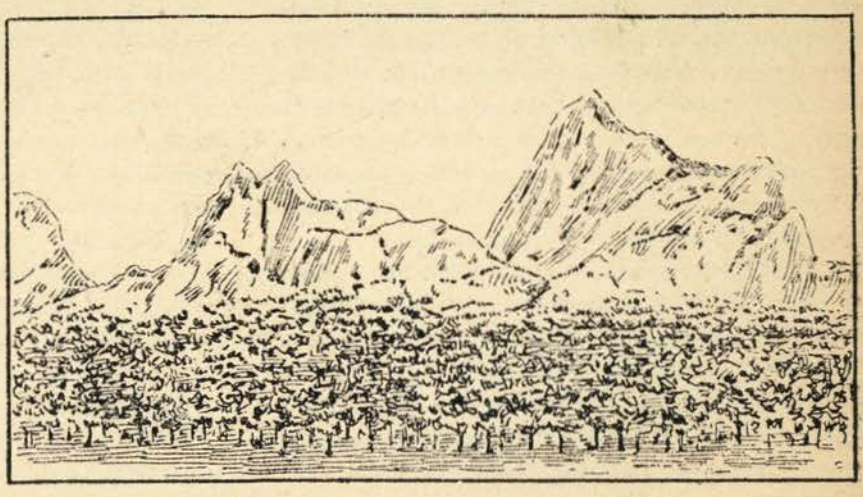
Na sua maior parte as montanhas dos Seles não são mais do que gigantescas massas graníticas postas a descoberto, que liquenes e hervas mirradas revestem aqui e ali; outras apresentam-se povoadas de arvoredo até ao cimo; outras ainda parecem montões de penedos por cujas reïntrâncias vegetam árvores e arbustos.

Ao rompêr de alva e ao caír da tarde, quando o céu é límpido, mostram-se mais expressivas, e a côr das rochas passa por mil tons antes de entrar na luminosidade do dia ou nas sombras da noite. Observadas de longe, das proximidades do Uco (que se chama hoje Vila Nova dos Seles), as rochas graníticas, no seu conjunto, semelham uma imensa ossatura de monstruoso animal pre-histórico ou as ruïnas esparsas de desmantelado castelo.

Depois da montanha o elemento mais característico da sua païsagem é a mata de panda. Desde os contrafortes do planalto até aos confins do leste de Angola estende-se uma floresta não muito alta, pouco densa e uniforme. Uma das espécies que a compõem tem entre os indígenas o nome de *n'panda;* e sua abundância é tal que a floresta passou a ser conhecida por êsse nome.

A mata de panda cobre todo o solo desde a planície até à crista das mais altas montanhas, sempre que encontra uma nesga de terra por onde possa trepar. Sòmente não existe nos espaços em que o homem a derrubou ou nos sítios húmidos, pelos quais não sente simpatia.

Não há viajante sertanejo de entre Cuanza e Cunene, ou de além Cuanza, que não conheça a mata de panda e que a não tenha achado monótona e interminável. Nenhum deixou ainda de gozar a sombra tamisada da sua folhagem miúda, de ouvir o canto forte das cigarras em dias de calôr e o zumbido constante das abelhas na época da floração, de admirar as côres verde, amarela, alaranjada e violeta, em tôda a sua gama, das folhas novas e de aspirar o aroma suavíssimo das suas flôres. É um tipo de arvo-



redo de tal modo vivo e alegre que não mais esquece a quem uma vez o percorreu.

Da aliança da montanha com a mata de panda nascem païsagens a um tempo semelhantes, diferentes, vivas, monótonas, tristes e belas.

Acompanhando os refolhos das montanhas ou serpenteando pelas planícies vêm-se linhas de arvoredo mais verde, mais denso e mais alto do que a mata de panda: são os "muxitos", as galerias florestais que guarnecem as margens dos rios e ladeiam os pântanos.

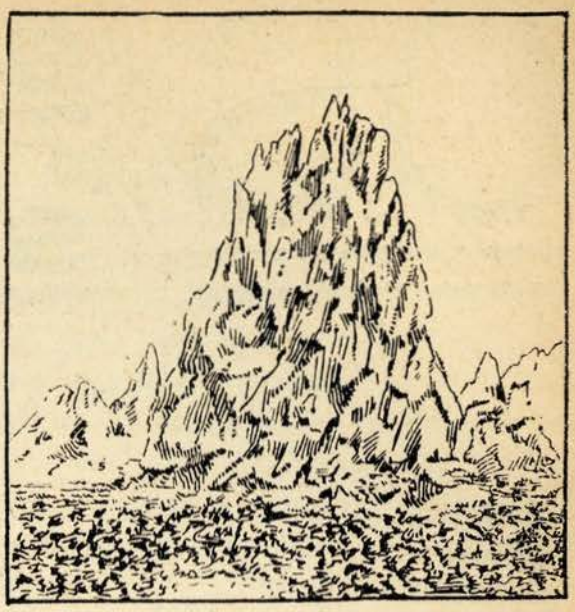
Era em Maio de 1923. Chegara eu ao Uco ao cabo de fatigante viagem, desde Novo Redondo, pelos córregos das apertadas gargantas do Dinguir. Uco, edificada junto de uns morros escalvados, era nêsse tempo uma insignificante povoação.

Dias depois, por uma frêsca madrugada em que o cacimbo ainda se não dissipara de todo, parti caminho de Cassongue com o fim de visitar a colónia bóer de Namba e Mombôlo, ali estabelecida havia dois lustros. E lá ia, ao canto dolente dos carregadores, ora de tipóia ora a pé, umas vezes pela estrada, outras vezes por atalhos trabalhosos.

Por tôda a parte a mata de panda e a montanha. Ao sol pleno do meio dia apertava o calôr, tornando a marcha mais difícil. As chuvas tinham acabado um mês antes e os ribeiros iam já menos volumosos. Tôdas as vezes que os encontrava detinha-me para beber uns goles de água fresca e límpida, purificada pelas areias.

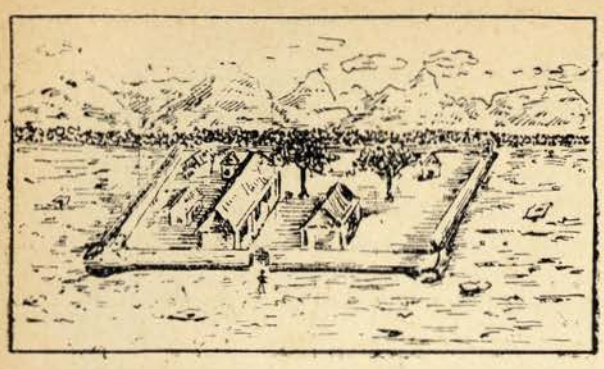
A cêrca de cinqüenta quilómetros do Uco havia o pôsto de Amboíva, antigo fortim do tempo da ocupação militar, com baluartes e fôsso à volta. Chefiava-o um sargento. Penhascos escuros dispersos pelas cercanias davam à região certo aspecto de dureza e aridez que só a mata de panda, um pouco mais afastada, conseguia atenuar. Dentro do recinto do fortim umas casas cobertas a cômo serviam de residência e armazens. De noite, à porta, junto da ponte, dormiam dois cipais achegados a uma fogueira porque o frio era intenso, enquanto do cimo dos baluartes dois outros, de sentinela, gritavam o "álerta" a cada momento.

O leão visitava com freqüência aquêles sítios e não raro fazia vítimas entre os indígenas. Por sua vez, os indígenas — os seles e seus vizinhos mucubais — não inspiravam confiança às autoridades e aos comerciantes. Estava ainda viva a recordação da trágica revolta dos Seles e Amboím, ocorrida seis anos antes...



A região dos Seles fôra noutros tempos atacada pelos bailundos, tríbu valente e fronteiriça, os quais, além de outras tropelias, escravizavam os habitantes e pilhavam suas colheitas e haveres. Os seles refugiavam-se nas montanhas e ali construiam suas palhotas. Dissimuladas por entre os penedos das montanhas existiam povoações que só uma vista habituada conseguia lobrigar, ao passo que outras se avistavam bem no cimo dos grandes monólitos, a muitas dezenas de metros de altura, em lugares sòmente acessíveis a quem não sofresse de vertígens. Recordo-me de uma dessas povoações — Djumbi — situada entre Amboíva e Mombôlo, próximo da estrada, que fui vêr. Era verdadeiramente inexpugnável. Um monte de fórma um tanto cónica ou, antes, uma aglomeração de enormes rochedos, circundado de outros montes talvez mais altos e, cèrtamente, também habitados. As palhotas ocupavam os reduzidos espaços livres deixando apenas entrevêr algumas coberturas acima dos rochedos. A presença do homem naquêle sítio era denunciada apenas pelo cantar dos galos. Não havia caminhos: de umas palhotas para as outras só era possível ir andando de gatas sôbre as pedras em ascensões por vezes arriscadas!

A estrada seguia de Amboíva para Cassongue. Afim de evitar as montanhas e os vales profundos fazia largas e numerosas curvas. Então tomávamos por atalhos difíceis, quási sempre pedregosos e de rápido declive. A altitude elevava-se pouco a pouco; aqui e acolá, a mata de panda desaparecia de repente para dar lugar



a extensas savanas — as "anharas" verdadeiros mares de capim, por vezes tão alto que nos cobria totalmente. Apenas um "jungue" ou uma "lussamba", pequenas árvores que sobem às maiores altitudes, se encontravam a largos espaços.

Da orla dos planaltos, alcançando umas dezenas de quilómetros em volta, a paisagem era vasta e imponente: a mata de panda, tôda verde, cerrada, ondulante, manchada de escuro pelas sombras das nuvens parecia um mar coalhado de ilhas — as montanhas —, cada vez mais apagadas até desaparecerem na grande massa da vegetação!

Próximo dos montes de Namba, em Mombôlo, era a residência dos irmãos Meyer, Alfred e Ernst. Depois de descansar uma noite em Lambula segui para a colónia bóer, onde os irmãos Meyer me receberam com a maior amabilidade. Os primeiros dias foram passados em casa de Alfred.

A colónia era formada de 40 famílias, vivendo relativamente perto umas das outras, quatro ou cinco quilómetros, em média. Suas casas semelhavam muito as das nossas aldeias, caiadas, cobertas a côlmo, quási tôdas com janelas envidraçadas. A' frente um pequeno jardim, onde vicejavam roseiras, craveiros, violetas, zinias e outras plantas. Em todos havia pelargónios, trazidos talvez da África do Sul, sua pátria, pelos primeiros bóers. Nos seus jardins tinham os irmãos Meyer a "silvertree", gracioso arbusto de fôlhas prateadas que habita as montanhas do Cabo.

Nos sítios húmidos faziam suas hortas, nas terras altas cultivavam trigo e árvores de fruto e mais longe lançavam seus gados a pastar.

Alfred e Ernest Meyer, homens educados e cultos, viviam com mais confôrto do que os bóers. Suas granjas — ou "farms", como diziam à maneira inglesa — eram mais perfeitas e de mais variada cultura. Cultivavam ali macieiras, pecegueiros, ameixieiras, figueiras e outras árvores de fruto, trigo, milho e um pouco de tabaco. De origem suíssa, tinham casado com Laura e Kate, filhas de William Chapman, velho colono de Angola, que morava a uns quilómetros de ali.

Os irmãos Meyer chefiavam, por assim dizer, aquela tríbu. A êles se devia a introdução da cultura do café e de várias árvores de fruto e o aperfeiçoamento do fabríco da manteiga, pois até ali os bóers apenas cultivavam um pouco de trigo ou de milho e viviam especialmente dos gados e da caça. Fôram êles ainda que intruduziram algumas práticas de higiene que êsse povo nómada desconhecia.

Os bóers nunca foram estimados pelos portugueses e, menos ainda, pelos indígenas. Sua vida decorria áparte; proliferavam com extraordinária abundância e não se cruzavam fóra da sua raça. Os irmãos Meyer, para não fugirem à regra também possuíam numerosa prole. Todos falavam os dialectos locais tão bem como os indígenas, mas tinham por estes um desprêzo invencível. Por isso, raros eram os indígenas que viviam próximo dêles ou que com êles queriam trabalhar. Alguns bóers de outras regiões, como os de Chicuma, em terras de Caconda, por exemplo, viviam num estado de civilização muito mais atrasado.

As terras do Mombôlo são frias e ventosas. De noite, ouvía o vento sibilar através do côlmo da casa de Alfred Meyer; de manhã, a água estava frigidíssima, e as plantas completamente molhadas pelo orvalho.

As casas dos irmãos Meyer, feitas de taipa, eram simples, com certo cunho artístico e confortáveis. Nas paredes, certos vãos, alguns com portas envidraçadas serviam de armários de louça, livros e outros objectos. Não faltavam também as cabeças de antílopes e búfalos, assentes em placas de madeira, troféos de caça que nenhum habitante sertanejo dispensa na ornamentação da sua sala. Suspensas das paredes, diversas gravuras representavam paisagens da Suíssa — lagos poeticos e montanhas nevadas — e paisagens do Transvaal e do Cabo, dessa outra Suíssa que é a África do Sul.

Cansado pelas digressões feitas durante o dia, apreciava à noite o sossêgo nas residências dos irmãos Meyer. Alfred e Ernst contavam recordações da sua mocidade, da sua vida sul-africana, dos seus primeiros tempos de An-

gola. Ernst descrevia a guerra anglo-transvaaliana, na qual fôra combatente e feito prisioneiro pelos ingleses. Havia jornais e revistas inglesas e afrikanders. Laura Meyer cantava, ao som do harmonium, canções bóers, umas tristes outras alegres, porém tôdas de pouca variada melodia.

Certa manhã saí com Alfred Meyer a percorrer a colónia, êle de bicicleta, eu de tipóia.

Por tôda a parte a mesma paisagem das regiões altas: a "anhara" a perder de vista, algumas lussambas e jungues, restos talvez de antigos arvoredos, aqui e acolá uma colina pedregosa, ao longe grandes montanhas. Poucas povoações indígenas se encontravam, e essas mesmo afastadas das casas dos bóers.

Entrámos em casa de duas famílias, pobres, com numerosos filhos. Casas modestas, de pavimento térreo, como as das nossas aldeias. Passados os primeiros cumprimentos, trouxeram-nos grandes tigelas de café com leite sem açucar, uso de tôda a casa bóer para bem receber o visitante. Dormimos numa dessas casas.

No dia seguinte fômos visitar Johannus Potgíeter. Sítio pitoresco, na base de uma grande montanha. A casa de Potgíeter era edificada no cimo de uma pequena colina. Sua granja compreendia um extenso pomar de laranjeiras, macieiras, cafeeiros e largos tratos de terra de semeadura, onde cultivava trigo e milho. Junto da casa havia uma grande eira de terra batida.

Subimos à residência. Potgíeter, de grandes barbas pretas, sua mulher e seus filhos que, desde o alentado mocetão até à minúscula criança formavam extensa escala, eram verdadeiros tipos bóers com os traços fisionómicos do povo holandês. Em sua casa, specimen das nossas habitações rústicas, viam-se muitos cachos de cebôlas suspensas do madeiramento do tecto. Uma das dependências era destinadas ao fabríco da manteiga.

Alfred Meyer, amável intérprete, explicava a Potgíeter o fim da minha visita e transmitia-me uma longa série de pretensões que êle desejava vêr satisfeitas pelo nosso govêrno.

Emília, sua filha, garota de doze anos, extremamente meiga, sentada nos meus joelhos falava-me em afrikander e pedia explicações a Meyer a meu respeito — quem era, para onde ia, que relações tinha com seu pai, que viera fazer a sua casa...

Numa carroça puxada por dois bois fômos visitar outra propriedade bóer, a de Marta Belune, que residia próximo — eu, Meyer e o filho mais velho dos Potgíeteres. Chegámos a um rio com bastante água, que só no fim da estação sêca dava váu. Para o atravessar Potgíeter filho amarrou uns barrís vasios às rodas fazendo assim flutuar o carro. Os bois — Docterr e Outline — lançaram-se decididamente à água e em poucos momentos transpusemos o rio.

Nunca viajei de carro bóer, puxado por uma espana de numerosos bois, carro coberto que outrora servia de habitação aos bóers na sua vida nómada. Ainda vi um ou outro pelo interior de Benguela, percorrendo os antigos "caminhos de carro bóer". Êsses carros prestaram grandes serviços nos tempos em que Angola não dispunha da larga rêde de estradas que hoje possue, e que em 1923 já se podia dizer excelente.

Potgíeter dispensou-me grande amabilidade. Doze anos decorreram, e ainda conservo nítida a recordação agradável daquela visita.

Seguimos nossa viagem. Curta demora em casa do pastor protestante, que estava ausente. Recebeu-nos a esposa, mãe de muitos filhos, entre os quais havia uma rapariguíta de catorze anos, um tanto formosa, caso raro entre os bóers. Veio a inevitável tigela de café com leite; conversámos um pouco e em seguida fômos visitar outras famílias bóers que ficavam em caminho.

Horas depois entrávamos em casa de Luís Botha, sobrinho do general Botha, que se distinguiu na guerra anglo-transvaaliana. Era um velho simpático, de barbas brancas, risonho. Estava a cavar na horta quando chegámos. Luís Botha, além de expôr as pretensões que, como os outros bóers, desejava obter do nosso govêrno, referiu-nos também factos da vida de seu tio, da sua vida de rapaz no Transvaal e dos seus primeiros tempos de Angola.

O bóer mais velho da tríbu e um dos mais antigos de Angola era Estephanus Krobler. Alto, de longas barbas brancas, cara engelhada, meditava constantemente a sua Bíblia. A mulher, já muito velha também, de touca holandesa, andava ocupada no fabríco da manteiga.

No quintal tinha várias macieiras carregadas de excelentes frutos e viçosos pés de café, os melhores que por ali encontrei. Êsses exemplares mostravam bem quanto a região era apropriada a tais culturas.

Demorámo-nos algumas horas em casa de Krobler. O velho bóer nascera no Transvaal e viera para Angola com os primeiros bóers. Através de Meyer contou-me a odisseia da viagem, com carros e gados, desde o rio Orange, em cujas margens fôra criado, até ao território de Angola, na qual levaram seis anos — 1874 a 1880. A maior parte de êsse longo período foi gasto a percorrer o imenso deserto do Kalahari. As lutas que tiveram de sustentar contra os Hottentotes e outras tríbus selvagens e aguerridas, a fome, a sêde, a marcha sôbre areias ardentes em distâncias enormes, a abertura do caminho através de densos matagais espinhosos em que era preciso empregar o machado — quantos obstáculos nessa marcha heróica e trágica em demanda de Angola, nova Terra da Promissão!

Muitos ficaram no deserto, mortos de fadiga, de doença, de necessidades e dos ataques dos indígenas. Por fim atingiram o planalto de Mossâmedes, onde o governador Nunes da Mata lhes deu terreno para se fixarem.

Passados mais de quarenta anos, Krobler descrevia ainda aquela viagem com profunda comoção.

Em 1914 vieram para os Seles, atraídos pela bôa fama da região para a cultura do trigo e pela abundância das pastagens.

Krobler tinha larga descendência: vários filhos, netos, e bisnetos, todos nascidos em Angola.

Próximo da colónia bóer, mas já em terras de Luimbale vivia William Chapman na sua propriedade "Monte Verdun". Passámos o caudaloso rio Cuchem numa ponte gentílica do mais rudimentar modêlo. Uma casa de grandes dimensões, em tijolo à vista, coberta a cômo, com larga varanda à volta, edificada numa colina pedregosa donde se gozava bela paisagem — tal era a habitação de Chapman.

William Chapman possuia muitas laranjeiras e outras árvores de fruto, campos de trigo e gados.

Excelente conversador, contava — entre dois whiskys — a sua vida de colono na Huíla, cênas da vida transvaaliana e as viagens de seu pai, que fôra explorador africano. Ainda hoje se menciona entre as mais célebres viagens transafricanas a que êle fizera, com Thomas Baines, desde Walfish Bay ao Zambeze Superior passando pelo lago Ngami, viagem dificílima e cheia de inclemências.

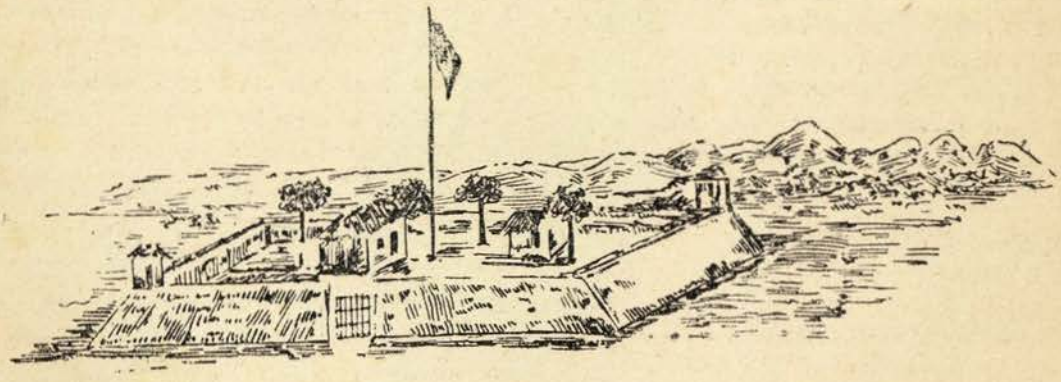
Homem culto e representante de uma geração de intrépidos colonos dos quais sòmente existem relíquias, Chapman inspirava profundo respeito e admiração. Deixei-os-a êle, à esposa e à filha, a simpática Betty — com saüdade.

De casa de Chapman seguimos para a de Paulo Coster, alemão, seu genro. Era também um dos mentores da tríbu bóer. Da mesma forma que os irmãos Meyer cultivava o trigo e algumas árvores de frutos, mas dedicava-se sobretudo ao comércio.

Com o meu regresso a casa de Alfred Meyer estava concluída a minha viagem. Eu meditava sôbre o que havia visto. Era um país em embrião — pensava — que dentro de curtos anos daria séria preocupação ao nosso govêrno. Os bóers fixavam-se à terra, multiplicavam-se de uma forma verdadeiramente alarmante, eram excelentes atiradores, e não conviviam com os portugueses...

Por outro caminho regressei ao pôsto de Amboiva, fazendo o percurso num só dia. Atravessei de novo extensas anharas e extensas matas de panda. Quando anoiteceu ainda estava longe do fortim.

Noite de luar, fria e serena. Silêncio profundo, interrompido de longe em longe pelo latido do chacal. Em certo ponto da montanha,



"Homenagem aos Professores Azevedo Gomes, Hernani Cidade e Joaquim de Carvalho"

Com uma noção perfeita dos mais nobres deveres cívicos, os alunos da Universidade de Coímbra, da Faculdade de Letras de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia entenderam que não deveriam consentir que os vèxames a que se viram expostos os Professores Azevedo Gomes, Hernani Cidade e Joaquim de Carvalho entrassem impunemente no rol dos factos consumados. A bem da cultura nacional ofendida, impunha-se uma reacção contra os desmandos e a insolência dos profissionais da calúnia, contra a miserável camorra que tantos males e agravos tem causado à Nação, com as suas nefandas e sistemâticas campanhas contra a própria honra e a dignidade de muitos dos seus filhos mais ilustre notáveis. Era mister, indispensável que alguém surgisse a levantar a luva e a enfrentar a *maffia* tenebrosa, a *vendeta* peitada, gritando-lhes a plenos pulmões, resolutamente: Para trás, basta de vilanias!

E foi isto que sucedeu, sem demora. A mocidade académica, sem posições a garantir nem lugares a conquistar, sempre generosa e sonhadora, rompendo com as transigências que degradam, investindo com o acomodatismo a banho-maria que é o clima ideal das almas tíbias, dos anémicos morais e dos caractéres esterilizados, constituiu-se, não em defensora — bem entendido — de quem de defesa não carecia, mas em procuradora da sociedade portuguesa, agravada no que ela tem de mais alto e universal, a sua cultura — essa cultura superior e activa de que os eminentes professores, pela riqueza dos seus conhecimentos, pela altura da sua inteligência, pela mocidade dos seus gestos, pela nobreza dos seus intentos, pela consciência da sua missão e pelo vigor do seu patriotismo, são, na vida universitária, a incarnação viva e fulgurante.

E o desagravo, assim como foi rápido foi eloqüente, nêle depondo e cooperando, — a despeito da posição ideológica e da atitude política que de há muito êsses Mestres insígnes honrada e nobremente definiram — pessoas das ideologias e orientações mais diversas e distantes, embora tôdas essas pessoas sejam, sem excepção, figuras de primeiro plano pelo saber, honorabilidade e distinção, tais como os Professores Rodrigues Lapa, Vitorino Nemésio, João da Silva Correia, Vieira de Almeida, Luís Cardim, Mendes Correia, Lima Bastos, Ruy Mayer, o General Ferreira Martins e os Drs. Flausino Torres e José Régio.

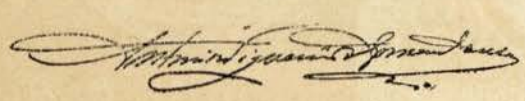
---

marchava sobre terreno pedregoso, ôco, debaixo do qual se ouvia o despenhar de um ribeiro em sonorosas quedas invizíveis.

Por fim, alcancei a estrada e cêrca da meia noite chegava a Amboiva. Os cipais que dormiam à entrada do pôsto acordaram e vieram reconhecer-me, enquanto do alto dos baluartes as duas sentinelas bradavam constantemente o "alerta"...

Passados quatro anos a colónia bóer dos Seles, bem como também as outras de Angola, acudiam ao apêlo da União Sul Africana para deixarem o território português e seguirem para determinada região do sudoeste africano. Partiram, talvez para sempre. Não terão saüdades das ricas e formosas terras de Namba e Mombôlo, da hospitaleira Angola onde viveram perto de meio século?

Inhambane, Setembro de 1935.







MOÇAMBIQUE

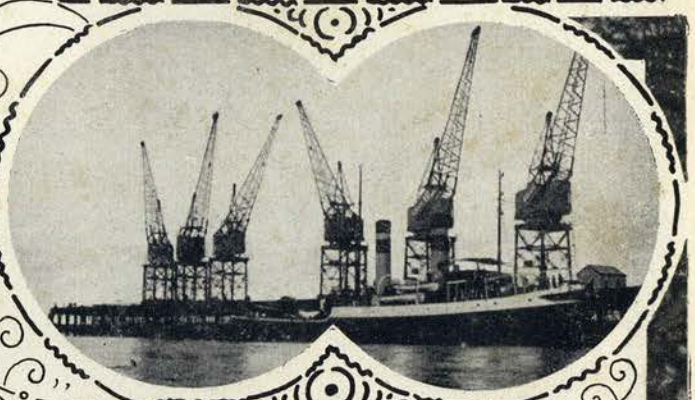
Residência do Administrador do Chibuto

Carlton Hotel

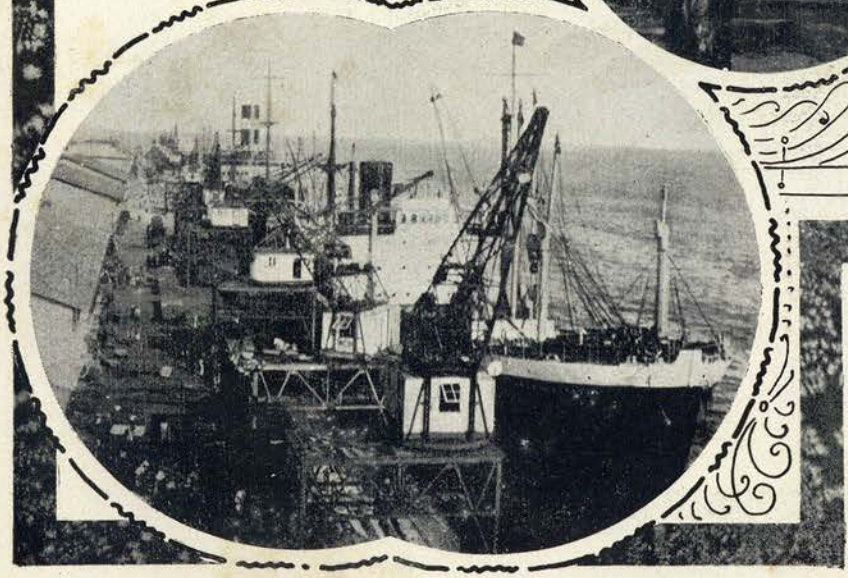
Pôrto da Beira

Câmara Municipal de Quelimane

Pôrto de Lourenço Marques

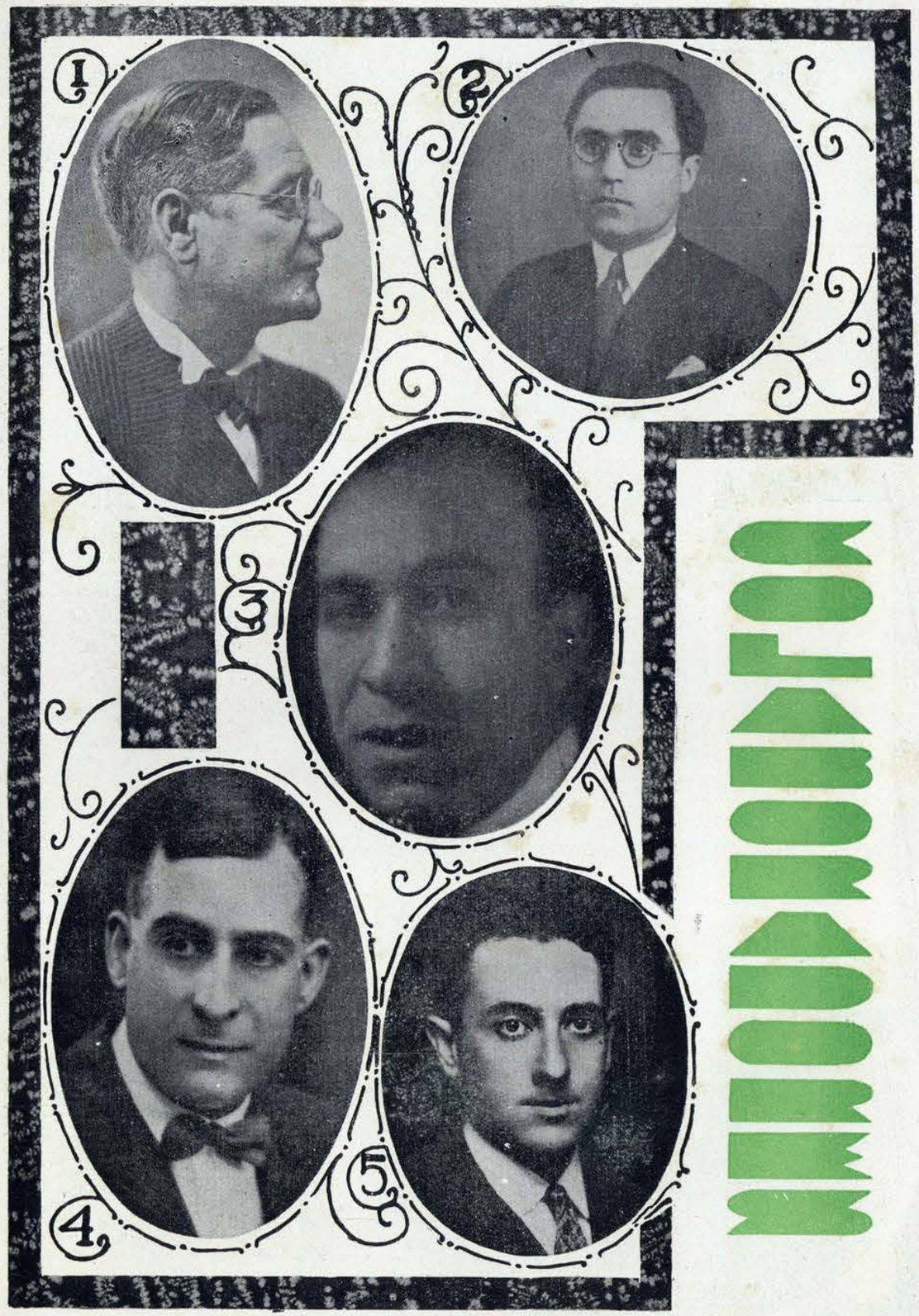








R. O. D. MOULIN



VULTOS DA NOSSA TERRA



1—João Mimoso Moreira

2—Dr. Raimundo de Matos

3—Escultor Diogo de Macêdo

4—Dr. António de Figueiredo Gomes e Sousa

5—Dr. Mário Beirão

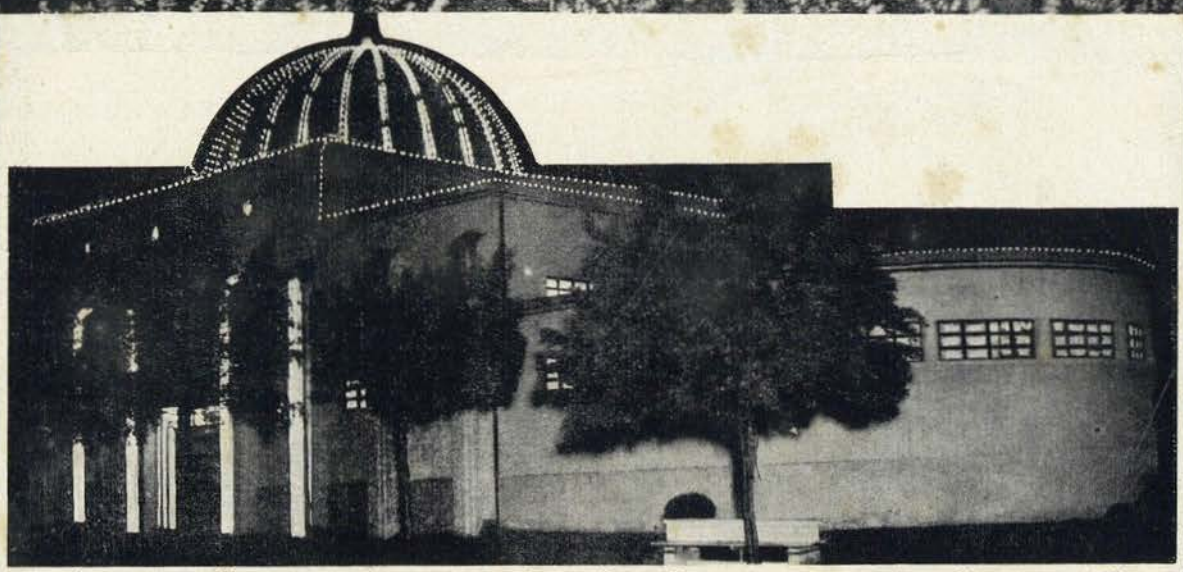
6—Dr. Arnaldo Cândido Veiga Pires

7—D.ra Branca Possolo de Faria

8—Tenente Mário Costa

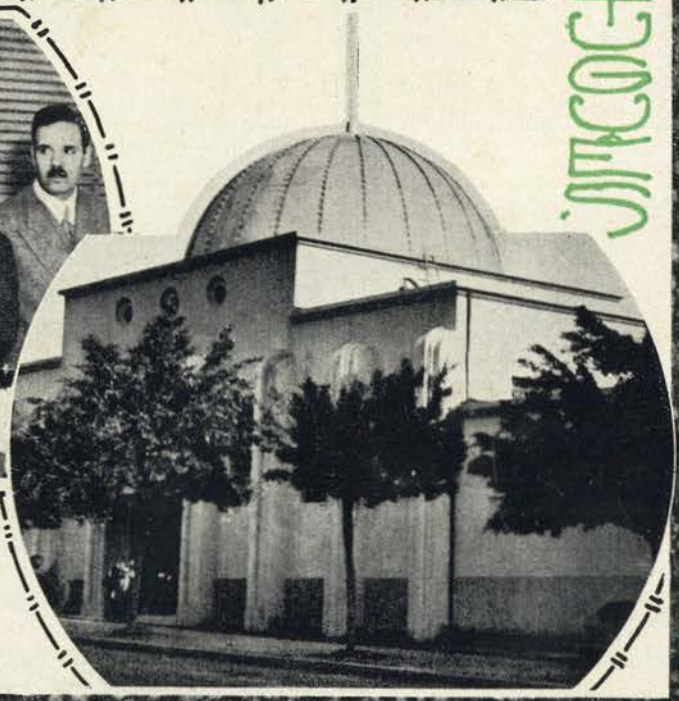
9—Padre António Brásio

10—D. Mária Amélia Miranda Rodrigues









Aspecto noturno do Pavilhão

Jornalistas e convidados presentes ao "Pôrto de Honra" á Inprensa.

O Sr. Nobrega da Cunha ao pronunciar o seu discurso.

Aspecto do Pavilhão.

A PROVÍNCIA DE TIMOR



(SEGUINDO UM RELATÓRIO DE GOVÊRNO)

PELO **CORONEL DE ARTILHARIA RAIMUNDO MEIRA**
ANTIGO GOVERNADOR DE TIMOR

(ESPECIAL)

A nossa província de Timor, a mais afastada da Metrópole, é também, e talvez por isso mesmo, a mais desconhecida dos portugueses. Fazia, e faz-se ainda, entre a maioria da população da Metrópole, um juízo, tão mau como falso, acêrca das suas condições de salubridade, do seu clima, da vida que aí se poderá levar e dos perigos a que constantemente se estava sujeito. Enfim, era só terra própria para degredados...

Nada mais erróneo!

E' possível que em tempos remotos alguma verdade houvesse naquêle juízo mas, hoje, tudo está mudado.

Hoje, Timor, a terra portuguesa de Timor, note-se, é uma das mais belas, das mais saüdáveis e das mais ricas e férteis províncias do nosso império colonial.

O Ilustre Prelado D. José da Costa Nunes, actual bispo de Macau e Timor, escrevendo desta Província a um amigo que tinha em Lisbôa, dizia: — "*Escrevo-lhe do Paraíso*".

Funcionário que em Timor tenha passado alguns anos e regressa à Metrópole, ou a outra colónia, jamais se vê livre das saüdades daquela terra e do desejo de ali voltar.

Como se conseguiu isto? Como sempre se conseguem estas coisas: — com o trabalho de muitos anos, trabalho constante, patriótico, ignorado quási sempre e, até, algumas vezes, ingratamente recompensado.

Só quem tenha percorrido o interior daquela província, é que póde fazer idéa segura do esfôrço dispendido, da energia gasta, em serviço da Pátria, pelos administradores de circunscrição, pelos comandantes militares e chefes de postos, construíndo edifícios, abrindo estradas, saneando as povoações, chamando os indígenas ao nosso convívio, civilizando-os, instruíndo-os, guiando-os na cultura das suas terras e fazendo-os perder a natural desconfiança e receio, que era uma das características do povo timorense. Muito deve a Pátria e a província a êstes prestimosos e infatigáveis servidores, verdadeiros propagandistas do bom nome de Portugal colonizador.

Era raro aparecer entre êles um *madraço*, pelo menos no tempo do meu govêrno, e, se algum aparecia, a sua negligência era fartamente compensada pelo esfôrço e trabalho ingente de outros, verdadeiros fanáticos pelos progressos da Colónia. E'-me sumamente grato

registar aqui esta homenagem a tão patrióticos servidores do Estado Português em terras do Ultramar, especialmente àquêles que foram tão meus dedicados colaboradores.

Desde 1912 que é absoluta a tranqüilidade daquela nossa Província, não se notando a menor agitação nos povos das suas diversas regiões — agitação essa que sempre foi prenúncio de qualquer revolta.

Pelo interior vivem isolados, nos pontos mais afastados dos centros populacionais, chefes de posto, cabos ou sargentos, sem a protecção de qualquer fôrça armada ou policial para os defender.

E, mais, a confiança sobe a tal ponto que as próprias senhoras européas, esposas de oficiais e sargentos, como dos funcionários civís, passam muitos dias sózinhas, durante a ausência de seus maridos, sem qualquer motivo de receio.

.....

Deixei Timor em meados de 1926, mas creio que em nada se terá modificado a atitude do povo timorense, devendo ser, porventura, mais cordiais e francas ainda as relações entre indígenas e europeus, devido aos contactos constantes e já longos que o aumento progressivo da viação automóvel veio provocar e facilitar.

Da mesma forma, com semelhantes fundamentos, as guerras em Timor devem ter terminado. A última deve ter sido aquela que o governador Filomeno da Camara terminou por uma forma generosa e humana, bem de harmonia com os melhores interêsses da colónia.

Hoje, mesmo que a índole e os sentimentos da população indígena não estivessem, como estão, completamente modificados, não seria fácil sustentar qualquer revolta — dada a já larga rêde de estradas que permitiria, com a viação automóvel, abafar ràpidamente qualquer tentativa de revolta.

Estou seguro de que nenhum régulo ou chefe pensa em tal, não pelo receio da repressão, mas pelas relações de respeito e amizade com as autoridades portuguesas.

São portugueses da Província de Timor. E' isto que é preciso e é fácil fazer-lhes compreender e incutir no espírito, como aliás já acontece com a maioria dos régulos e chefes e com todos os timores educados.

Essa certeza de tranqüilidade concorre para o bem estar da população européa e indígena, favorece o desenvolvimento das culturas, fixando os indígenas nas suas terras fertilíssimas.

A indolência natural dos indígenas e a falta de mercados para os produtos, motiva o pouco ou nenhum aumento de produção, acontecendo mesmo, por vezes, não ser suficiente quando sucede qualquer acidente inesperado, como falta de chuvas, aparecimento da praga dos ratos, que inutiliza as várzeas de arroz e milho.

Em 1925, apareceu na circunscrição de Baucau e no comando militar de Viqueque a referida praga, tendo nêste último, e numa só noite, inutilizado por completo uma várzea de arroz de alguns quilómetros de extensão. E' fantástico o poder destruídor desta praga!

Podia, para se evitar as consequências dêstes contratempos, aconselhar e levar os indígenas a aumentar as suas culturas mas, então, corre-se o risco de não encontrar colocação para os produtos, se os acidentes referidos se não produzissem, o que, da mesma forma, levaria o desalento aos indígenas, não sendo remunerado o seu trabalho com a venda dos produtos colhidos.

Portanto é necessário proceder prudentemente, aumentando as culturas, mas atendendo sempre à possibilidade da colocação das respectivas colheitas.

Timor, além dos produtos ricos que actualmente colhe, café de primeira qualidade, em regular quantidade, cacau cuja produção estava aumentando quando deixei a colónia, e copra, pode produzir mais algodão, borracha, tabaco, trigo, arroz, milho, batata, etc., culturas essas que já estavam tomando um desenvolvimento animador.

Desde que haja mercados para êstes artigos, a sua producção é susceptível de grande aumento, bastando para isso animar os indígenas, garantindo-lhes a sua vida.

Há um mercado onde é natural encontrarem-se as maiores facilidades para a colocação dos nossos produtos de Timor. E' o de Macau.

De estranhar é que estando estas colónias, tão afastadas da Metrópole, relativamente perto uma da outra, não se tenha estabelecido entre elas um entendimento comercial e uma ligação mais ou menos directa. Macau não produz nada, Timor produz ou pode pro-

duzir tudo de que Macau carece para o seu consumo.

Macau importou, em 1924, o seguinte: Tabaco, 1.245.000 quilos; madeira, 8.375.850 quilos; feijão, 2.034.000 quilos. Além disto, mais importou, grande quantidade de porcos, aves, côcos, gado caprino, farinha de trigo, batatas, etc.

Ora tudo isto podia ser fornecido por Timor, em melhores condições de preço e em óptima qualidade.

Tem ainda Timor e em quantidade, para abastecer Macau, magníficas tangerinas, laranjas, limões, ananases e muitas outras frutas.

Se um entendimento se estabelecesse, lucrava Timor, podendo desenvolver francamente as suas culturas, e lucrava Macau adquirindo esses géneros por preços mais baixos do que actualmente. Mas para que êste entendimento pudesse resultar de efeitos completos, será necessário uma ligação directa entre os portos de Dily e Macau.

. . . . . .

Quando da minha passagem por Java, tive em Batávia várias conferências com a Companhia de Navegação Holandeza (K P M) sôbre a possibilidade de ligação de Timor com Lisbôa e de Timor com Macau. A primeira, que esteve prestes a realizar-se, chegando a tocar em Lisbôa um dos vapores que fazem carreira mensal para a Holanda, em virtude dessas negociações, malogrou-se em conseqüência dos embaraços e exigências encontradas no pôrto de Lisbôa, onde a *papelosa* e formalidades eram tais que não se tornava possível arrumar isso nas poucas horas que àquêles paquetes é permitido demorarem-se em qualquer dos portos onde tocam.

Esta ligação era importantíssima pela economia de subsídios aos funcionários nos portos estrangeiros, pela rapidez e comodidade da viagem, e, sobretudo, vantajosíssima para o comércio da Metrópole e da colónia. Creio que actualmente já existe um contrato a êste propósito, desconhecendo, porém, os seus têrmos.

Pelo que respeita a Macau, ficou combinada e prometida essa ligação logo que o pôrto daquela cidade pudesse receber navios da tonelagem da K. P. M. o que então não acontecia.

Quando deixei a Província estavam entaboladas negociações entre os govêrnos de Macau, onde estava o tenente-coronel Maia de Magalhães, e o de Timor, para se estabelecer um entendimento comercial e uma ligação marítima entre as duas províncias.

Li há tempos na imprensa de Lisbôa que o actual governador de Timor procura estabelecer essa ligação. Se o conseguir presta Sua Excelência um bom e relevante serviço às prometedoras terras que governa, compensadoras por certo de quanta energia bem orientada se lhes dispense.

Há em Timor muito por onde possa fomentar-se uma vida próspera de comércio, até com a sua riqueza florestal, dotada das mais ricas madeiras, algumas de alto valor, como o pau rosa, a cânfora e o sândalo. Esta última duplamente notável, pela sua qualidade e pelo seu arôma, que chegou a dar origem à chamada *"ilha cheirosa"*, por, mesmo em pleno mar, a distância, já se sentir o agradável perfume do sândalo. A falta de método e de legislação repressiva nos cortes desta madeira, deu lugar à sua considerável destruïção, o que obrigou, desde 28 de Março de 1925, à proïbição do respectivo corte, medida não só útil mas indispensável para se obter o repovoamento dessa riquíssima essência da terra timorense, que, mesmo assim, só após algumas dezenas de anos, mantida aquela tão urgente como necessária disposição, conseguirá rehaver êsse valioso produto da sua excelente variedade florestal.

E o petróleo? E' falado, também, de longa data, como um dos factores da fortuna de Timor... Existirá realmente em mais aquela nossa terra, em condições possíveis de exploração, o precioso combustível que pode valer como uma mina de ouro!?

Será o *"Fogo de Timor"*, referido por Camões, quando nos diz *"que também flamas trémulas vapora"* — essas emanações que tantas vezes têm anunciado e marcado êsses grandes tesouros das entranhas da terra!?

Quem sabe... Mas, se assim fôr, como vai multiplicar-se a já quantiosa preciosidade da nossa distanciada província, para a qual não faltarão soluções de prosperidade e desenvolvimento dentro dos recursos da política de administração colonial dos portugueses...

. . . . . .

Afife, Maio de 1936



"O BRASIL E A RAÇA"

PELO **DR. BAPTISTA PEREIRA**
DIRECTOR DA "REVISTA BRASILEIRA"



mbalde os arautos do nordismo têm decretado a decadência latina. A cada uma das suas afirmações corresponde sempre um desmentido. A América do Sul não tem que se envergonhar da sua tradição romana. Os que mais pensam fugir-lhe, mais lhe pertencem. O seu esfôrço para se lhe eximir é ingénuo e vão. Se o peso dissesse à lei da gravidade:—*Não me submeto ao teu império*—faria o mesmo que êsses pretensos evadidos da cultura latina. Que língua falam êles? De que sintaxe dispõem? Que idéas, que princípios, que leis de relação, que preconceitos os dominam?

As sociedades modernas repousam sôbre o Direito Romano. Foi êle quem humanizou a vida de relação. Infiltrado em tôdas as outras codificações a tôdas domina, como a Eternidade ao Tempo. Foi êle o criador do mundo contemporâneo.

Como, pois, póde haver quem se gabe, hoje, de não sofrer a influência latina?

Bem sei que se há-de entender de modo restricto essa latinofobia.

Mas à independência autóctone ou cabocla, que a condena, eu lhe pregunto em que país esquartelou seus brasões de legitimidade, e com que resultados. No Paraguay de Francia? Mas para quê? Para odiar os vizinhos? Para perseguir os naturais e mantê-los em escravidão?

Não nos iludimos. Êsse americanismo, êsse bugrismo, êsse indianismo que por aí campeia, num exclusivismo cego, não tem verdade, não tem critério, não tem observação, quando repudia a origem latina. Roma sobe, desce, declina e ascende, transforma-se e transfigura-se, ora no eclipse, ora no fastígio. O seu fenómeno político e social está sujeito às vicissitudes dos tempos e dos homens. Mas a fórmula romana, a fórmula latina, feita do direito que plasmou a civilização moderna, sujeita embora a transformações e modificações como tudo que é humano, inda não apareceu astrónomo que lhe medisse a parábola de desaparecimento.

Temos, pois, que, colonizados por Portugal, não há que renegarmos a nossa ascendência. Desnaturado é o filho que renega o pai que decaíu e empobreceu. Concedamos que a moral entre os povos não seja a mesma que entre os indivíduos. Mas, mesmo afastada essa consideração e estudada a nossa origem sob o ponto de vista racial, só temos que nos orgulhar.

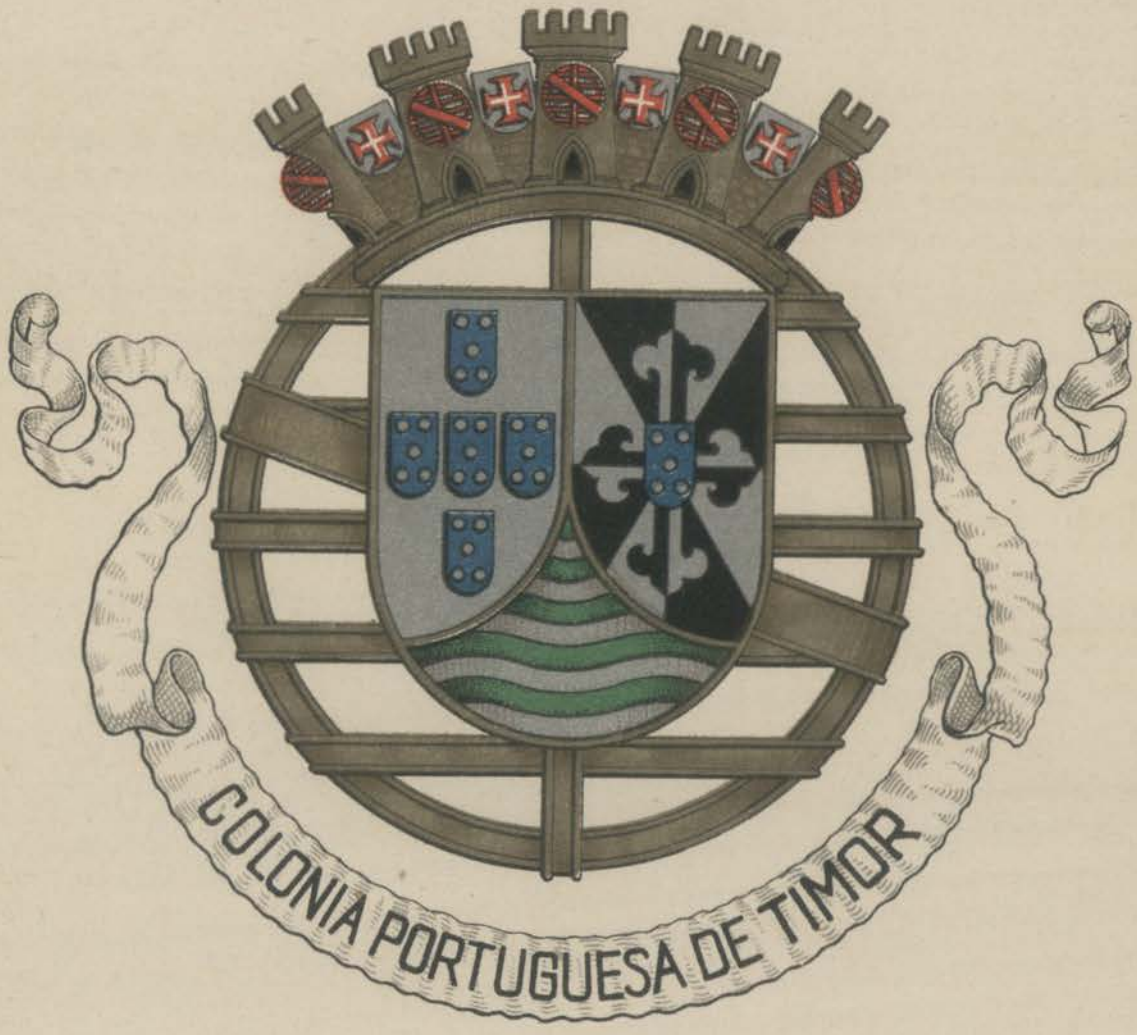
Das nações colonizadoras da Europa, nenhuma criou uma nação tão grande, tão homogénea e tão culta como Portugal. O senhorio espanhol, na América, fragmentou-se em grande número de países, é verdade. Mas com um contingente mínimo de sangue castelhano, na maior parte absorvido e dominado pelo elemento indígena. No Brasil deu-se o contrário. O elemento português predominou, absorvendo as outras raças. Daí a nossa unidade étnica, que pequenas variantes não conseguem descaracterizar.

A Inglaterra criou os Estados Unidos. Doou-lhes a língua e religião. Mas os Estados Unidos de hoje são um vasto mosaico etnológico, onde o sangue inglês puro faz os maiores esforços para não se deixar absorver. As colónias alemã e judia, americanizadas, mal se deixaram assimilar. O perigo da invasão immigratória é ali tão grande que o govêrno tomou medidas contra ela. Um enorme contingente negro, que orça por quinze milhões, inassimilado, hostilizado, odiado, mostra a falta de qüalidades assimiladoras do inglês.

O português tem qüalidades eugénicas de primeira ordem. Nos cruzamentos com outras raças, a constante é a da sua predominância. Na mestiçagem com o negro, êle domina sempre. No caldeamento afro-lusitano, a sua influência opera como a do sangue de boi na refinação do açucar preto: é o agente catalítico da brancura. Êle e o italiano são os dois povos, colonizadores por excelência.

Em resumo, a raça de que o Brasil descende, nada inferior a nenhuma das outras, cujo fastígio momentâneo nos deslumbra, foi a que consolidou, no mundo moderno, o predomínio branco. Nenhum prestou serviços tão assinalados à actual civilização. Antropològicamente é ela uma raça superior: nem há nenhuma mais nobre.

In — "O Brasil e a Raça" — por Baptista Pereira.


COLONIA PORTUGUESA DE TIMOR

D. JOÃO II

E A CIÊNCIA DOS DESCOBRIMENTOS

POR ROCHA MARTINS
DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBÔA
ANTIGO DEPUTADO DA NAÇÃO
ESCRITOR E JORNALISTA

(ESPECIAL)

Torquemada, após a expulsão dos mouros de Castela, exigira a dos judeus. Alguns eram opulentíssimos e todos trabalhadores, mas a Inquisição desejava vê-los afastados; e quando êles ofereceram aos soberanos católicos uma grande quantia, o inquisidor, entrando na sala régia disse-lhes: "Judas vendeu Cristo por trinta dinheiros; vossas altezas vão vendê-lo por muito mais. Aí o têm". Pousara um crucifixo sôbre a mesa. Os judeus, espoliados e expulsos, embarcaram tumultuàriamente, empobrecidos, vendo as filhas entregues à brutalidade dos cristãos, e pediram abrigo ao rei de Portugal, que lho deu, por seis meses, consentindo, todavia, na estada e fixação dos que fossem artífices. Aplicá-los-ia no fabríco das náus da India, que tanto o preocupavam. Entre os escorraçados vinha um sábio, Abraham Ben Samuel Zacuto, lente da Universidade de Salamanca, sua pátria, e astrónomo célebre. O monarca acolheu-o e aproveitou-lhe as luzes, sempre para o mesmo fim do caminho do Oriente.

A princesa D. Izabel era a maior propulsora da luta contra os israelitas, dizendo que o seu esposo morrera em vista do soberano acolher e bem tratar os hebreus, aos quais acusava de feiticeiros.

O melhor presente que os reis católicos podiam ter feito a D. João II era o da passagem do sábio Zacuto para o seu reino.

O autor do "Almanak Perpétuo" era uma celebridade. Devia-se-lhe muito. A sua obra, que se imprimiu em Leiria, tornava-se utilíssima aos navegadores.

Sofria muito o altivo e bravo soberano. A morte do herdeiro deixara-o combalido durante uns tempos, mas encontrou na própria dôr um estímulo para mais se dar ao trabalho e foi-se matando na labuta. Queria esquecer lutando.

Confiava-se à Junta dos Matemáticos, na qual colocava o notável israelita com o cargo de astrónomo rial. Escondia de quási tôda a gente o que realizava e abrandava nas vinganças contra os seus inimigos de além-fronteiras.

Construia navios, autênticos barcos para a luta com os mares que Bartolomeu Dias lhe dissera serem impetuosos sob os ventos terríveis; desbastava as lendas dos gigantes recordando as mentiras àcêrca do Bojador, tão vencido como o Tormentoso, o seu Cabo da Boa Esperança, e ia lançando as vistas sôbre os capitães que deviam comandar a sua grande expedição às terras maravilhosas.

Já não tinha dúvidas àcêrca do êxito. Diziam-lho astrónomos, mareantes, cosmógrafos. O caminho era pelo Oriente.

O grande sábio Zacuto, que deixara a Universidade de Salamanca, para não abandonar os preconceitos da sua raça, ilustrava-lhe o reinado e fazia-o pinguemente. As tábuas dos regulamentos náuticos fundamentar-se-iam sôbre as do "Almanak Perpétuo", obra do insígne hebreu. Devia trabalhar com mais cuidado e boa vontade, porque a Espanha, disputando o caminho dos mares e sendo inimiga da sua grei, mais lhe mereceria os ódios e o combate, no qual empregaria as armas do seu invulgaríssimo talento, tão acalentado por êsse amigo dos sábios que era D. João II.

Ligaria os trabalhos executados. Ouvira sua opinião sôbre a India e, sem lhe aproveitar as idéas de astrologia, em que quási todos os matemáticos envolviam sua ciência verdadeira, escutava-lhe o discretar àcêrca das épocas em que se deviam fazer as travessias,

a medição do tempo e o resto que aproveitava ao seu sonho.

Estava em 1492. Dera-lhe Deus vida que requeria a sua rota. E mandava desenvolver os arsenais para construír navios apropriados. Não se parara na faina das tentativas de descoberta das ilhas que enchiam os mapas recentes. Êle concedia-as a Fernão de Ulmo e a João Afonso do Estreito, que diziam ter descoberto a das Sete Cidades; a êste último doava a metade das terras que encontrasse ao fim de quarenta dias de viagem. Outros apareciam com intuitos idênticos.

Os colaboradores científicos do monarca davam-lhe preciosíssimo auxílio, e na Espanha tudo se movia para, feita a paz após a conquista de Granada, se disputassem os mares aos ousados portugueses.

Mas receavam o rei de Portugal, a quem Izabel a Católica chamava "O Homem" e que fôra um herói em África e em Toro.

Era na época em que Cristóvão Colombo arranjara maneira de aparelhar a sua esquadra, a qual ia partir para a descoberta do que êle julgava a India, Cathay, Cipango (3 de Agôsto de 1492).

Embarcara na caravela que se chamou "Santa Maria", Martim Alonso Pinzon na "Pinta" e seu irmão Francisco na "Niña". Lá foram na rota para o Oriente. O rei de Portugal procurava conseguir o seu fim da descoberta pelo Oriente. Navegava já num mar de certezas, pois àcêrca dos lados ocidentais, más notícias lhe davam: terrenos quási deshabitados e sem oiro nem prata, mercâncias ou pedras raras. Guardavam bem os seus segredos, e a tal respeito devia escrever-se:

"O excessivo cuidado com que D. João II recatava dos estrangeiros a notícia das nossas derrotas e métodos de navegar e com que procurava dificultar-lhes o conhecimento dos países descobertos pelos nossos navegadores o determinou a proceder sobretudo no que dizia respeito aos mesmos descobrimentos com tão misterioso segredo que não será fácil, já agora, achar meios de elucidar completamente êste importante artigo da nossa história literária".

E era assim. Terras descobertas que não apresentassem maravilhas, ocultava suas rotas, mas desprezava-as. O sonho era o Prestes João das Indias. Para êle julgava Colombo encaminhar-se.

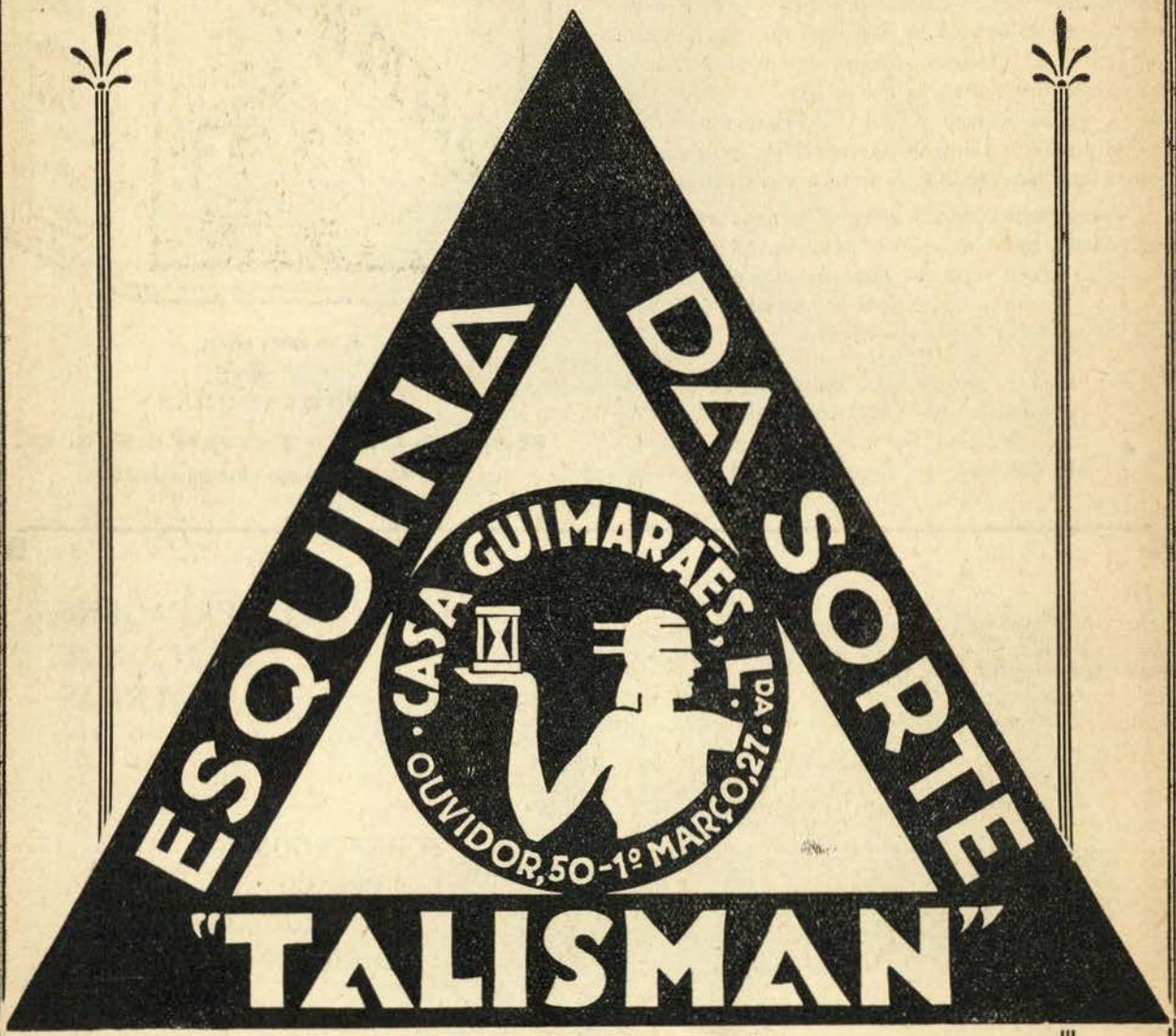
Já por aquêles continentes do mundo novo — o qual não era o país das magnificências — tinham andado portugueses, como se comprovou ante o próprio navegador ao serviço da Espanha, quando os índios da Espaniola lhe disseram "que pocos anos antes que llegaren habian aportado alli otros hombres blancos y barbados como ellos".

Na região, a que se intitularia Brasil, também já antes de dois anos da viagem de Colombo aos lados ocidentais (1490) se tinham fixado, embora forçadamente, vassalos do rei de Portugal. Isto consta dum documento assinado por D. Frei Gaspar da Madre de Deus, no qual fala do piloto Afonso Sanches e das suas confidências "in-extremis" ao genro de Bartolomeu Perestrelo, na Madeira, narrando depois que João Ramalho "um português natural de Broncela, na província da Beira, ali residia em boa amizade com os índios e tendo-se matrimoniado com a filha de um dos chefes". Acrescenta ainda: "Consta que com João Ramalho veiu António Rodrigues, o qual, diz o autor, casara com uma filha de Piquirobi, cacique da aldeia de Humray. Além de que é necessário que antes de Martim Afonso chegar ao Brasil, tivessem arribado portugueses à capitania de S. Vicente, para ser verdadeiro o facto de onde a História Argentina, manuscrita em castelhano, e o francês jesuíta Francisco Xavier de Carlevais deduzem a denominação de Rio da Prata. O dito João Ramalho e seus companheiros só podiam vir em alguma embarcação que fizesse viagem para a Ásia ou Etiópia e desse à costa na praia de Santos, entrando no número de várias que desapareceram sem nunca mais se saber no reino que fim levarão".

A crónica, guardaria, com o rei, o segredo desta expedição, entre as dezenas das que se faziam para o descobrimento das numerosas ilhas de que estavam pejadas as cartas desde a de Toscanelli.

Rocha Martins

CASA GUIMARÃES LTDA.



A maior e mais antiga agencia de loterias da Capital Federal

A mulher e a colonização

A mulher portuguesa foi sempre a companheira dedicada e afectuosissima dos que nas colónias, talharam um Portugal maior.

E' preciso ter estada em Africa para poder avaliar em sua justeza a influência da mulher no sertão — rasto de luz a batizar almas em flor.

A mulher que acompanha o marido, ajudando-o na sua árdua tarefa, com desvêlo de mãe, suavizando-lhe, com o seu amor, constante, as saudades da terra natal, incutindo-lhe, com a simples presença, coragem e esperança, nos momentos de desanimo que não poupam por vezes os mais fortes e tenazes — e ninguém como os portugueses têm mostrado que o são — a sua mulher que é a mulher portuguesa, deve a nossa escola de colonização a nota de simpatia e ternura pelo indigena que é outra sua característica distinta e individualizadora.

A obra ingente, ainda longe de terminar, que Portugal iniciou junto da mulher indigena, há-de ser por nós levada a cabo antes, de qualquer outro país colonial, graças aos tesouros inexauriveis de carinho e de bondade das mulheres dos nossos colonos.

N. da R. — Excerto do brilhante discurso de inauguração das Conferencias de Alta Cultura, proferido por sua ex.ª o sr. Ministro das Colónias, dr. Francisco Vieira Machado.

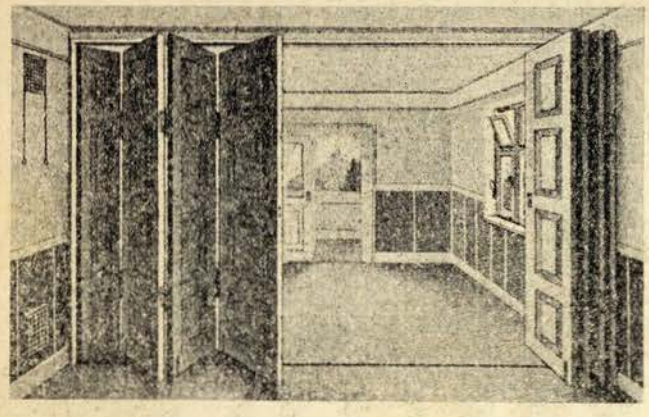


É O MELHOR

IMPORTADORES

RAMALHO TORRES & C.

RUA DO OUVIDOR 28 — RIO DE JANEIRO



FERRAGENS
FINAS E
MODERNAS

FORNECEDORES
DOS PRINCIPAES
CONSTRUCTORES
DO RIO

ALFREDO LIMA & CIA.

RUA S. PEDRO, 152

TELEFONES
23-6088 e 23-6094

CALÇADO FOX

O MELHOR DO MUNDO

Para sua garantia
exija na sola,
estampado a fogo,
êste carimbo



TINTAS, OLEOS, VERNIZES, ESMALTES E TODOS OS ARTIGOS PARA PINTURA
ABEL DE BARROS & COMP.
Distribuidores das afamadas tintas em tubos "AGUIA"
233, RUA BUENOS AIRES, 233 — TEL. 24-1831 — END. TELEG. "ABELBARROS" — RIO DE JANEIRO

Os administradores de circunscrição e os chefes dos postos, são os grandes obreiros do Imperio. Sôbre os seus ombros recaem tarefas numerosissimas, de tanta variedade como responsabilidade. Tendo que delinear e executar o orçamento da circunscrição, são tambem exactores fiscais, cabe-lhes o recenseamento dos indigenas e a cobrança do imposto. Coudutores de obras públicas, não poucas vezes são forçados a fazer de engenheiros. Propulsores do fomento, da sua iniciativa depende a riqueza presente e futura da região. O indigena vê nêles os seus dirigentes e protectores, — visiveis e próximos representantes da soberania portuguesa. O branco por sua vez, neles encontra auxilio e apoio para as suas necessidades e para o seu trabalho.

Deficientemente pagos, (sobretudo comparando-os com os funcionários de igual categoria das colónias visinhas), é frequente viverem isolados, sobretudo os chefes de pôsto, privados, por isso, do conforto da sociabilidade e de todas as vantagens da civilização. Todavia foi suprimido, por necessidades prementes de economia, o subsídio de isolamento. Obrigados para exercerem as suas espinhosas funções a percorrer áreas tão grandes como os distritos da Metropóle, raramente dispõem de meio próprio de transporte e não recebem subsidio de marcha ou de deslocação!

Soldados pacificos da ocupação civil, estes pioneiros da civilização portuguesa não merecem menos que os soldados da ocupação a nossa gratidão e o nosso aplauso. Entre eles se encontram autenticos herois, cujos feitos não rutilam ao sol das batalhas mas decorrem na obscuridade do sacrificio de todas as horas.

(Dr. Marcelo Caetano—Perspectivas da politica, da economia e da vida colonial — *Lisboa, 1936*).

MOVEIS

COMPLETO SORTIMENTO DE MOVEIS PARA ESCRITÓRIO

GRANDE VARIEDADE EM DORMITÓRIOS, SALAS DE JANTAR E SALAS DE VISITAS

A. F. COSTA

27 — RUA DOS ANDRADAS — 27

TELEF. 22-7895 — RIO DE JANEIRO

OS MELHORES VINHOS PORTUGUEZES

VINHO VERDE



VINHO MADURO

Lavradio

Estoril

BRANCO E TINTO

BRANCO E TINTO

Em Garrafões de 5 Litros Garrafas e meias garrafas

DISTRIBUIDORES: TEIXEIRA BARBOSA & C.IA L.DA

RUA DO LAVRADIO, 155 FONES 2-0801 2-0543

VIDROS ESPELHOS METAES MOLDURAS

IMPORTADORES

Carvalho Gonçalves & C.ia

EXPORTADORES

RUA DA CONSTITUIÇÃO, 13 e 15 TELEFONE 22-5592

MISSÕES FRANCISCANAS

DE MOÇAMBIQUE E DA GUINÉ

PELO PADRE **MANUEL ALVES CORREIA**
MISSIONÁRIO DO ESPÍRITO SANTO

(ESPECIAL)

O estabelecimento das missões franciscanas portuguesas na época moderna, data de 1898.

A Missão da Beira é a mais antiga: fundada nêsse ano, tem mantido a sua actividade sem interrupção. E' actualmente o melhor estabelecimento missionário de tôda a África oriental portuguesa e não portuguesa — e um dos melhores de todo o *negro continente*. — Há poucos dias, em conferência ou palestra na Escola Superior Colonial e, em repetição, dias depois, na Sociedade de Geografia, alguém censurou a orientação dos trabalhos desta Missão que em sua Escola de Artes e Ofícios prepara ferreiros, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, sapateiros, tipógrafos, encadernadores, etc., em vez de afeiçoar o indígena ao amanho da terra, ensinando a agricultura... Uma coisa não exclui a outra. Ou há de o preto amanhar a terra só com as unhas? Até para semear o milho a espêto é preciso a *arte ferraria* para a aguçar. A Escola de Artes e Ofícios da Missão da Beira foi por algum tempo a única digna dêste nome em tôda a Colónia. Outra houve na cidade de Moçambique dirigida pelos Salesianos italianos. Êstes desertaram, sem que ninguém a isso os obrigasse, com pretexto da proclamação da Rèpública Portuguesa. Últimamente o Govêrno da Colónia restabeleceu-a por iniciativa oficial: o que prova que na Colónia de Moçambique a utilidade das escolas de artes e ofícios é oficialmente reconhecida.

A instrução agrícola é ministrada, prìncipalmente nas missões de Homoíne (a segunda das missões franciscanas em importância) e em Amatongas.

Há presentemente 36 franciscanos em Moçambique; exercem a sua actividade nas missões da Beira, Amatongas, Vila Pery, Macequece, Chupanga, Inharrime, Homoíne, Mônguè, Inhambane, Munhuana (Lourenço Marques), e Muchopes.

Todo o pessoal auxiliar feminino das missões portuguesas da colónia pertence às congregações franciscanas: Franciscanas Missionárias de Maria e Franciscanas Hospitaleiras.

Em 1932 começaram os franciscanos a missionar na Colónia da Guiné.

Esta iniciativa efectuou-se à custa das missões franciscanas de Moçambique, donde veio o chefe da expedição, o Rev. Pedro de Araujo, e para onde devia seguir um novo grupo que por esta causa tomou outro rumo.

Ao tempo havia na Guiné apenas um missionário, e êste cansado pelo excesso de trabalho e longa diuturnidade na Colónia. A necessidade era extrêma. Assim o reconheceram os últimos governadores da Guiné, e mais vivamente o Snr. Leite de Magalhãis que por todos os correios reclamava missionários ao Ministério das Colónias. O Ministério interveio e por fim a Santa Sé. Tinha-se recorrido a outros grupos missionários, indicados de preferência, por trabalharem na África Ocidental, mais vizinhos portanto e em condições de ouvirem melhor o apêlo angustioso. Por fim, dos três grupos missionários então existentes, Padres Seculares, do Espírito Santo, Franciscanos, foram os últimos considerados em melhores condições de acudir às necessidades religiosas da Guiné, ou por terem mais adiantada a sua organização ou por dispôrem de pessoal exclusivamente p o r t u g u ê s. Com êstes se insistiu e reínsistiu: para lá seguiram, os primeiros em 1932; segunda leva em 1934; mais um refôrço em 1935.

O pessoal das missões franciscanas da Guiné é constituído por 5 sacerdotes, 4 auxiliares e 8 irmãs (das Franciscanas Hospitaleiras).

Êste pessoal vai-se desdobrando numa actividade intensíssima nas seguintes instituïções:

1.° Missão Central de Bula, com um internato de rapazes, distinado prìncipalmente à formação de professores in-

VIZINHANÇA CARTAGINESA

PELO DR. AUSTREGESILO DE ATHAYDE
DIRECTOR DO "DIÁRIO DA NOITE" — RIO DE JANEIRO

O perigo das guerras reside na urgente expansão de alguns povos europeus. Pois evitemos os conflitos armados, atribuíndo à Alemanha e à Itália, em benefício da tranqüilidade geral, as partes da África que pertencem a povos impotentes para defendê-las.

Com êsse raciocínio primário e essa presunção gratuíta o mundo estaria salvo de novas catástrofes.

*
* *

Se quisermos lançar os olhos sôbre os horizontes do futuro brasileiro, veremos quanto importa para o Brasil que as colónias da costa ocidental do continente africano continuem sob o pavilhão dos conquistadores portugueses.

Temos interêsse solidário na preservação do império colonial lusitano, através de que se fará um dia a expansão do nosso país, pela identidade das origens étnicas e da língua, mantendo-se as duas margens atlânticas nas mãos de povos integrados pelas mesmas aspirações e ideais.

*
* *

Se as possessões lusas da banda de lá do oceano caíssem sob o poder de outras gentes, ficaríamos talvez com uma vizinhança cartaginesa.

Uma base naval fronteira ao Brasil, numa éra em que os aviões saltam de uma para a outra margem do Atlântico entre o sol pôsto e a aurora, comprometeria a nossa natural influência nêste hemisfério, obrigando-nos a um esfôrço defensivo incompatível com a nossa economia incipiente.

A hipótese de semelhante investida predatória contra o império lusitano na África deve encontrar da nossa parte uma resistência estrêma, pois que ligado ao destino daquelas ribas do continente negro, mais do que poderiam imaginar os espíritos descuidosos, está a projecção futura do Brasil como potência mundial.

As colónias portuguesas na África estão sendo objecto da cobiça de alguns países europeus, que vêem naquelas imensas possessões, conquistadas pela valentia dos soldados lusitanos, uma presa fácil para saciar-lhes a fome de terra.

Sem mais aquela, reünir-se-iam as nações poderosas, afim de decidir a portas fechadas sôbre uma nova distribüição das *matérias primas*, fórmula capciosa que disfarça simplesmente o imperialismo das potências que não se conformam com a perda dos antigos domínios e querem rehavê-los numa barganha internacional.

Lloyd George desenvolve em Westminster a tese que dá aparências de legitimidade a essa moderna espécie de rapinagem.

---

dígenas para as escolas sucursais: um internato de raparigas, dirigido pelas Irmãs com a finalidade de prover de professoras as escolas femininas; escola externa masculina, freqüentada por 110 alunos; escola externa feminina, com 80 alunas; escola sucursal, em Có, a 12 quilómetros, com 180 alunos.

2.º Missão Sucursal de Cacheu: além do serviço da paróquia, em que diàriamente se faz a catequese, mantém uma escola diurna para crianças e noturna para adultos; e a 20 quilómetros de distância, no Xuro, uma outra escola, com 180 alunos.

3.º Missão Sucursal de Bolama, incumbida do serviço paroquial da cidade, catequese e escola em preparação.

5.º Reformatório de Bóri, a sete quilómetros de Binau. Havia aqui uma "Quinta Agrícola" que foi cedida às missões para se erigir o "Reformatório da Infância Desvalida". E' dirigido pelas Irmãs Franciscanas, que tomaram conta desta obra em Dezembro de 1935.

P. Manuel Alves Correia


As Marcas do
MOINHO FLUMINENSE
FARINHA NACIONAL
MARCA
ESPECIAL
MOINHO FLUMINENSE S.A.
FARINHAS DE TRIGO
MARCA REGISTADA
R. SACCADURA CABRAL 290
RIO DE JANEIRO
FARINHA NACIONAL
BÔA SORTE
FARINHAS DE TRIGO
MOINHO FLUMINENSE
RIO DE JANEIRO
FARINHA NACIONAL
MARCA
S. LEOPOLDO
MOINHO FLUMINENSE S.A.
FARINHAS DE TRIGO.
MARCA REGISTADA
R. SACCADURA CABRAL 290
RIO DE JANEIRO

OBRAS SOBRE A AFRICA PORTUGUESA

"Tropas Negras"—Major Aragão	8$000
"África Portentosa"—G. Souza Dias	8$000
"Nova Largada"—Augusto Casimiro	8$000
"A Derrocada do Império Vatua"—Julião Quininha	8$000
"Cartas de Angola"—G. Souza Dias	8$000
"História de Angola"	8$000
"Ouro Africano"—Julião Quininha	8$000
"Naulila"—Augusto Casimiro	5$000
"Rapsodia Negra"—Hugo Rocha	7$000
"José do Telhado em África"—Eduardo Noronha	8$000
"Auá"—Fausto Duarte	7$000
"Negro sem alma"	9$000

NA **LIVRARIA H. ANTUNES**

RUA BUENOS AIRES, 133 — RIO

(IMPORTAÇÃO DE TODAS AS EDIÇÕES PORTUGUESAS)

ENVIAMOS CATALOGOS

COMPANHIA DE SEGUROS

SAGRES

SEGUROS MARITIMOS—TERRESTRES E TRANSPORTES

IMCORP. P. P. SOTTO MAIOR & C.

Capital : Rs. 2.000:000$000 Realizado

RUA DO ROSARIO, 116-(Edificio proprio)

RIO DE JANEIRO

FONES: DIRECTORIA: 23-5713—EXPEDIENTE: 23-5712

DIRECTORIA :

OLINTO BERNARDI, NILO GOULART E A. M. VALENTE

FABRICA DE BEBIDAS

Premiada nas Exposições Nacionais, de Londres e Filadelfia

Ferreira Braga & Cia.

ESPECIALISTAS EM ALCOOL PURO
PARA PERFUMARIAS, PHARMACIAS,
LABORATORIOS E HOSPITAES
AGUARDENTE E BEBIDAS

109, RUA S. PEDRO, 111

Deposito: TRAVESSA D. FELICIDADE, 40
End. Telegr. ZITHO—Telef. 24-0426 e 24-2959

RIO DE JANEIRO

"Sá da Bandeira, a capital da Huíla, é uma cidade encantadora, alindada, requintadamente alindada, com jardins, pergolas e lagos onde a água tem tons deliciosamente esmeraldinos. Numa das encostas sobranceiras ao planalto destaca-se a capelinha branca da Senhora do Monte com seu alpêndre e adro, a abençoar a povoação. E' o Portugal das romarias,que alí nos surge, a perto de dois mil metros de altitude, em plena África.

E se a terra é portuguesa, que direi da gente! O patriotismo do colono é um sentimento purificado e acrisolado pela saudade, pelo sofrimento e pela distância. Ouviu-se em tempos falar na Metrópole não sei em que idéas separatistas dos colonos de Angola: se as houve ou não, ignoro, mas posso afirmar positivamente que hoje as não há. Por tôda a parte encontrámos a maior dedicação, o maior apêgo a Portugal, e só se ouviram protestos de eterna fidelidade. De muitos colonos escutei a afirmação de que Angola se manteria portuguesa contra tudo e contra todos. Só pediam, como Albuquerque, verdade e espadas largas. Os portugueses de oiro estão lá: são os portugueses de Angola."

(Dr. Marcelo Caetano — Perspectivas da política, da economia e da vida colonial — Lisbôa, 1936.

VINHOS PORTUGUESES

VERDE RAMADA

ALVARELHÃO FERREIRA

RIO DÃO TINTO E BRANCO

DEPOSITARIOS DE AGUAS MINERAIS

Duarte, Ferreira & C.

REPUBLICA DO PERU', 14

(EX-ASSEMBLÉA)

UNICOS DISTRIBUIDORES DO AZEITE PORTUGUÊS SAUDOSO

CONSERVAS NACIONAIS E EXTRANGEIRAS, E CEREAIS

VINHOS NACIONAIS

SAUDOSO BRANCO E TINTO

SAUDOSO BARBERA

SAUDOSO CLARETE

SAUDOSO MOSCATEL

TELS.: 42-1104 — 42-2270

CASA SALDANHA

64, RUA BUENOS AIRES, 66 — RIO DE JANEIRO

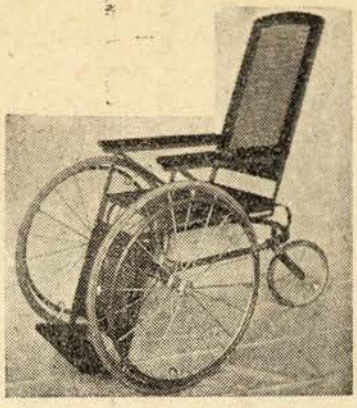
INSTRUMENTOS

E APPARELHOS

PARA CIRURGIA,

LABORATORIOS

E HOSPITAES



CADEIRAS PARA INVALIDOS; SUAVES E COM RODAS DE BORRACHA

CINTAS, MEIAS E

FUNDAS ELASTICAS.

SERINGAS, SOROS

E VACCINAS

MEDICAMENTOS

D R O G A S

M. VENTURA & C.

TELEPHONES: 23-4725 e 22-2442 —:— CAIXA POSTAL 965

END. TEL. MALMO — RIO

HIME & CIA.

52, RUA THEOPHILO OTTONI, 52

(ESQUINA DA RUA DA QUITANDA)

Caixa Postal 593 — Endereço Telegraphico: FERRO — Telephone: 23-1741 — RIO DE JANEIRO

DEPOSITO DE FERRO E AÇO — RUA SACCADURA CABRAL, 108 A 112 — TELEPS. 24-6282 E 24-0396

FABRICANTES — IMPORTADORES — EXPORTADORES

Grande deposito de ferro em barras, vergalhões para cimento armado, chapas de ferro — pretas e galvanisadas, vigas de aço, cobre, latão, zinco, chumbo, cimento, telhas galvanisadas, tubos de ferro galvanisado, tubos para caldeira e para vapor, alvaiade, oleos e tintas, arame farpado, enxadas, bombas, arados, sóda caustica, louça sanitaria, ferragens, em geral para construcção, uso domestico, etc

Depositarios da COMPANHIA BRASILEIRA DE USINAS METALLURGICAS com altos fornos para producção de ferro guza, grande laminação de ferro e aço em barras, vergalhões e cantoneiras, fundição de ferro e bronze, fabricação de parafusos, rebites, pregos para trilhos, ferros de engommar, balanças, louças de ferro fundido estanhado e de ferro batido estanhado, de canos de chumbo, etc., etc.

FABRICAS:

NOVA INDUSTRIA — (Rua Figueira de Mello) — Telephone 28-2787 — Pontas de Paris, tachas para sapateiro, em ferro e latão; louça de ferro batido, esmaltado, etc.

EMPREZA PROGRESSO — (Rua Figueira de Mello) — Telephone 28-2795 — Fogões, caixas d'agua, ferraduras, portas de aço, gradis, etc.

TODOS OS PRODUCTOS LEVAM ESTA MARCA REGISTRADA

MARCA REGISTRADA

Depositarios da COMPANHIA BRASILEIRA DE PHOSPHOROS

Metal DEPLOYE' — Coalho JACARE' — Oleo de linhaça crú e fervido marca TIGRE — Enxadas MINERVA e GOLFINHO — Cimento Inglez WHITE BROTHERS — Cimento NACIONAL — Dynamite & Gelignite da Nobel's Explosives Company Ltda. — Ferro Guza da Usina Morro Grande.

Representante em S. Paulo: HEITOR G. DA ROCHA AZEVEDO

R. LIBERO BADARÓ, 23-8.º AND.

Caixa Postal 618

"Parece-nos às vezes que quinhentos mil contos gastos em Angola em 1921 deveriam tê-la deixado coberta de benefícios, transformada num jardim: esquecemos que pouco estava feito, era recentíssima a ocupação definitiva de vastos territórios, e tiveram de se fazer então, e por junto, as despesas que em contabilidade industrial se chamam de "primeiro estabelecimento".

"O dinheiro que lá tinham deixado as expedições militares anteriores, mal chegou para a expansão inicial da colonização que ainda no princípio do século corrente não ia muito àlém da estreita faixa junto ao litoral. A obra de 1921 vê-se em Angola: e se não se procedeu então com os cuidados que hoje desejariamos no estudo das obras e na contabilização das despesas, é que já se ia fazendo tarde para tornar realmente nosso o que só no papel parecia sê-lo".

"Em 1921 a desordem financeira em Portugal atingia o seu auge: havia três anos que se não aprovavam orçamentos. Como estranhar que em Angola a contabilidade fôsse má? Do cáos financeiro português ficaram apenas ruínas de toda a ordem. Em Angola, é inegável ter-se então desencadeado uma energia dinamizadora que ainda paira no ar como se fôra o espírito errante de uma obra morta".

Dr. Marcelo Caetano — Perspectivas da política, da economia e da vida colonial — Lisbôa, 1936.

CASA GARIBALDI de J. P. dos Santos & Comp.

Secção de papelaria e livraria, artigos para escritório, coligiais, desenho e pinturas

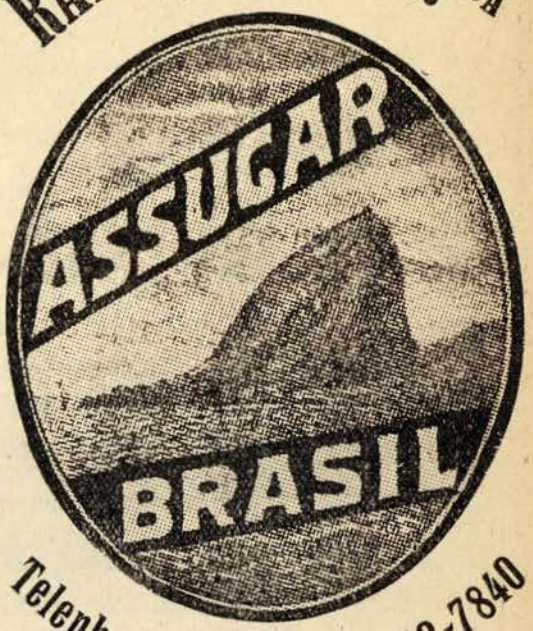
Fabrica de biseautar, espelhar e musselinar Grande sortimento de cristais para vitrinas e espelhos "biseautés" de tôdas as dimensões e feitios. Metais para Vitrinas, Vidros para vidraças. Molduras para Quadros e artigos de fantasia

Importação e Exportação — End. Teleg. "GARIBALDI"

Rua de S. Pedro, 217/221 Telf. 24-0741 a 24-2837
Fabrica: R. V.de da Gavea, 60/68 Telef. 24-0740

DAR PREFERENCIA AOS
Vinhos de VALENTE COSTA & C.
DE VILLA NOVA DE GAIA
PORTO — PORTUGAL
E AS CONSERVAS DE
LOPES COELHO DIAS & C.
MATOSINHOS
É PATENTEAR O BOM GOSTO E DEFENDER A SAÚDE

RAMIRO & C.IA L.TDA



Telephones 22-7839 — 22-7840

O renovador dos assucares especiais!...

E', sem contestação, o melhor — O LEGITIMO

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

ANGOLA

POR RODRIGO DE ABREU
ANTIGO DEPUTADO DA NAÇÃO
DO INSTITUTO HISTÓRICO DO MINHO
ESCRIPTOR E JORNALISTA

(ESPECIAL)



As ligeiras considerações a que nos propomos vão ser traçadas no minuto ansioso que o mundo está vivendo nêste Abril pouco risonho de 1936 — quando de vários quadrantes sopram vendavais de mau prenúncio... Esta circunstância — embora se não vá tratar aqui, pròpriamente, da política da paz ou da guerra — não póde deixar de exercer certa influência na orientação dum artigo onde haja de ser tomado como têma dominante alguma coisa, mais ou menos, ligada com a administração de territórios de Além-mar, êsses territórios que nem todos souberam conquistar ou manter, e muito menos dominar civilizando, mas que quási todos ambicionam possuír sob pretextos discordantes duma sã moral jurídica e social.

Os *juízes* a quem, de preferência, e *direito* da fôrça confia o sagrado pleito, dominam-se facciosamente da causa própria, e curam da alheia com venalidade tão flagrante como implacável!

E... quando, assim, os ares se turvam pelo meio das contendas diplomáticas que precedem os *cataclismos*, de longa data, é costume ouvir-se vozear os nomes de Portugal e das suas colónias, seguidos da *frase feita*, embora inconsistente, da *falta de capacidade colonizadora* para tão vastos como ricos domínios — *com manifesta quebra, dizem, da solução de certa crise oriunda de fictícios excessos populacionais.* Os piores cegos, de todos os tempos, foram sempre aquêles que não querem ver mas, até, do sector donde era de esperar que o nosso consagrado direito se destacasse por um clarão de luz resplandecente, se fez ouvir a mesma *nota* impertinente e dissonante que, de mar em mar, de quebrada em quebrada, aguda como um punhal traiçoeiro e frio como o próprio gêlo do norte por onde se filtrou, cá veio sacudir-nos no nosso modesto *cantinho*, tão modesto e tão fiel que ainda conseguiu sufocar um grito, tão espontâneo como vibrante, de legítimo protesto — um rebate de consciência ofendida, à altura da crítica com que havíamos sido vaiados!

Mas, cremos, não é com critérios unilaterais que se podem criar pontos de vista concretos a propósito da maior ou menor capacidade colonizadora dos povos, porque êsses critérios têm de considerar não só aspectos especiais e particulares, mas genéricos, não apenas em referência a uma parcela ou parcelas de território, mas ao território inteiro, não só em relação a um resultado final obtido, mas também quanto ao método e aos meios de obter êsse resultado...

Há mais de 450 anos dominam os portugueses 1.259.252 quilómetros quadrados da África Ocidental, o território vasto da sua província de Angola, a maior do seu rico e secular domínio ultramarino, que se expande numa costa marítima de 1.625 quilómetros e se alonga, em forma rectangular, desta para o interior, a mais de mil quilómetros, vencendo e dominando tanto as regiões inóspitas e insalubres como as populações nativas e bárbaras, aguerridas e rebeldes a quaisquer contactos de civilização. Êsse esfôrço, caro em vidas e dinheiro, ainda, há menos de meio século, nos não dispensava de constantes motivos de intervenção armada, como o atestam os incidentes do Bié, do Bailundo, dos Dembos, do Ambriz, do Seles, da Lunda, etc., mas sôbre êles se ergue a eficiência duma política de ocupação administrativa inteligente e captadora que sufoca os ímpetos selvagens, criando núcleos populacionais predispostos para uma civilização maior, rasgando estradas que ascendem a 34.434 quilómetros (1933), traçando viasférreas que já somam 2.318 quilómetros (1933).

E, se não erguemos as grandes cidades, se não projectamos e construímos uma arquitectura empolgante nos respectivos edifícios, semeamos, sistemàticamente, num sentido perfeito de ocupação plena, a extensa *gleba* selvagem de tantas pequenas povoações, um

pouco à nossa moda metropolitana, que elas bem se podem considerar como uma garantia inconfundível dum triunfo seguro de colonização, no qual as populações indígenas, sem relutância, sem sacrifícios nem violências escusadas, podem encontrar caminho aberto para dias de emancipação e resgate...

A confirmar a justeza dêste raciocínio, a excelência dos nossos métodos, acóde-nos certa medida do *período áureo* da administração angolana — no primeiro Alto-Comissariado da Rèpública — que, a despeito de alguns, mais timoratos, lhe terem pôsto a marca de audaciosa, merece bem o conceito de admiração e respeito que se vota a um diploma de elevada transcendência política, guiado por um forte sentido de previsão em que o poder e a garra do estadista se afirmam por uma forma incontroversa!

Queremos aludir àquêle célebre decreto de 14 de Dezembro de 1921, com o número 80, que, em abôno da nossa *tese*, vem admiràvelmente significar o mérito da colonização portuguesa. No preâmbulo da famosa disposição — porventura ditada dentro dum duplo intuito político, que ultrapassava as próprias aspirações locais — explicava-se que "*sendo certo que a alta, patriótica e nunca de mais encarecida missão levada a efeito pelos organismos militares e donde resultou a ocupação e pacificação de todo o território da Província, tem de ceder o passo, desbravado que foi o caminho, com os maiores sacrifícios, sofrimentos e abnegação aos organismos administrativos*". E, pròpriamente no texto do Decreto, art. 1.º, mais se diz: — "*São transformadas em circunscrições civis tôdas as capitanias-mores e em postos civis os actuais postos militares da província. § único. Esta transformação deve estar completamente realizada em 31 de Dezembro de 1932*".

Êste decreto, bem compreendido, quer dizer que essa zona extensa de 1.259.252 quilómetros quadrados, que os portugueses conquistaram, fomentam e civilizam, está tão conformada com o nosso domínio que se pode entregar aos cuidados pacíficos de uma administração civil — cuja eficiência prática, quinze anos volvidos, ainda se não desmentiu. ¿ Poderão todos os outros que se julgam detentores de mais valiosos pergaminhos, em áreas igualmente extensas, decretar da mesma forma? Como Joseph Blach, quando salientou a difusão da língua portuguesa por tôdas as partes do mundo, a propósito da conciliação das populações indígenas com a soberania portuguesa, poderia também exclamar-se: "Mais, quel autre peuple se peut enorgueillir d'un fait semblable?"

Essa verdade alguns estranhos a têm reconhecido e exteriorizado, não sendo de mais repetir aquela impressão de J. Weulersse quando visitou Angola vindo de colónias doutros países, e que escreveu que "se sentia a ocupação real, definitiva, do país, pelos emigrados brancos. Não a colonização por dinheiro mas a colonização pelo trabalho"... *evocando a seus olhos a sua primeira recordação da colonização latina*... Entraria bem aqui a transcrição do que escreveram consagrados médicos colonialistas depois de visitarem algumas das nossas províncias da África Ocidental por ocasião do Primeiro Congresso de Medicina Tropical, em Luanda, e se não alongasse em demasia êste ligeiro artigo.

Nenhuma outra demonstração teria mais poder probatório se a primeira *lei do mundo* não fôsse ainda a *lei da fôrça* em desabôno das mais respeitáveis razões de Direito.

E..., saliente-se, a intangibilidade do que aí fica não quer dizer que tenhamos atingido a *meta* das nossas aspirações — que nos encontremos plenamente orgulhosos do próprio esfôrço desenvolvido — porque entendemos, desejamos e devemos ir muito mais longe, de harmonia com as condições que possuímos...

Temos em equação um importante *problema*, sem dúvida, mas a sua solução não póde estar muito longe dum bom entendimento de organização entre o nosso Ultramar e a Metrópole, dum propósito firme de dar realidade a um progrâma político que cabe perfeitamente dentro das nossas possibilidades, se soubermos provocar um mútuo apoio e colaboração entre os recursos das províncias continentais e ultramarinas, estudando os aspectos de valorização económica que, de parte a parte, podem completar-se, conjugando as respectivas condições de sacrifício, aptidões e trabalho, que os colonos de Angola, por exemplo, têm pôsto à vista, num grau elevadíssimo, suportando a *crise* violenta dos últimos tempos.

Êsses colonos, conforme o demonstra um mapa que aqui temos presente, tem conseguido saldos positivos na *balança comercial* da Província, não se deixando vencer nem pelas *pragas*, nem pelas complicações de financiamento, nem pela própria derrocada das cotações, aumentando progressivamente o coefi-

ciente da sua tonelagem de exportação, diminuíndo no possível os encargos de importação, suprindo a vinda de certos artigos pela produção dos mesmos dentro da própria colónia.

E a par desta luta de equilíbrio, a que a inclemência dos tempos presentes obriga, a vida local não estaciona e, em muita parte, acusa nítidas manifestações de progresso, com a característica muito significativa duma grande colaboração da iniciativa particular, em maior abôno da capacidade da própria raça.

Com a criação dos *fundos de colonização*, abonados não só pelo Estado mas também pela *administração local*, deve crescer a *cifra* da nossa população branca no Ultramar, já porque possuímos as zonas preferidas para aclimatação da raça branca, já pela tendência migratória das nossas populações metropolitanas, que mais se provam no seguinte quadro de confrônto de várias potências coloniais em relação às respectivas áreas ocupadas em Africa:

	Superfície	População geral	População branca
Inglaterra....	6.090.146	43.032.894	143.479
França.....	8.153.844	24.705.878	62.524
Bélgica.....	2.438.320	12.887.804	19.582
Itália.....	2.258.809	2.317.778	54.972
Portugal.....	2.075.953	7.701.569	84.435

Vê-se que a população branca de Portugal nos seus domínios de África é a mais densa, por unidade quilométrica, quási dupla da Inglaterra, quási seis vezes superior à da França, quási cinco vezes maior do que a da Bélgica e quási duas vezes excedendo a da Itália.

A eloqüência dêstes algarismos, porém já revelados pela imprensa diária de Portugal, não logra convencer certas gentes de que, fóra dos bens alheios, lhes abunda a terra onde possam pôr à prova todo o seu reclamado *génio colonizador*...

.....

Mas..., agora reparamos — perdido o melhor sentido do tempo e das proporções, divagando por assuntos acidentais — vai, fóra do próprio pensamento com que o iniciámos, em demasia extenso, o texto dêste artigo. Para terminar, sem descrer nunca das possibilidades colonizadoras dos portugueses, aqui deixamos consignada a nossa repetida aspiração de que se tome em boa conta a nova *orgânica* do mundo, caminhando num crescimento acelerado de populações, de necessidades, de exigências de capacidade profissional, de competência, enfim, de molde a fazer ruír os alicerces de muitas, aparentemente sólidas, posições de outrora...

Na luta de interêsses, cada vez maior, perante o império das próprias necessidades, é urgente caminhar com certa agilidade e, para tanto, indispensável se torna que não faleçam os indispensáveis meios.

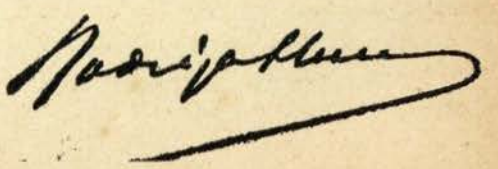
A par duma liberdade de trabalho que só em regimem de administração de relativa autonomia se faculta, é indispensável colocar uma política, de protecção e povoamento, capaz de abrir mais francamente as portas dos domínios aos nacionais, aos portugueses, em condições de poderem concorrer com estranhos em situação, pelo menos, de igualdade, se não de preferência.

A política de povoamento, em que não temos sido inferiores, como o quadro anterior comprova, deve merecer um cuidado especial, não só pelas necessidades dos territórios a fomentar, mas, também, considerando aspectos novos da orientação de outros países que põem estudada e nova maneira de acomodação nos seus excessos populacionais.

E', por exemplo, o caso a seguir transcrito, do *Correio da Noite*, do Rio de Janeiro, de 31 de Março, do corrente ano:

"*O Rio de Janeiro Marú* largará à noite conduzindo para o pôrto de Santos 388 immigrantes, que se destinam a várias fazendas do Estado de São Paulo. São todos de aspecto sàdio e moço, dando-nos a impressão de que os encarregados dêsse serviço, no Japão, são conhecedores de quais os tipos necessários para tais empreendimentos. De entre êles, encontram-se diversos alunos de agricultura, os quais, após completarem seus cursos, serão aproveitados para servirem nos campos, quando aparecem semelhantes oportunidades no estrangeiro. Muito dêles já se expressam em nosso idioma, facilidade essa proporcionada pelo próprio govêrno nipónico, para que os seus súbditos não encontrem dificuldades no convívio com a gente com que irão manter relações".

O "problema de protecção populacional, tanto na agricultura, no comércio, na indústria, como no próprio funcionalismo, é e será sempre como o dizia Lyautey, *um problema grande e fundamental*, da política colonial".



GUERRA COLÓNIAS E COLONIZAÇÃO

PELO DR. ARNALDO CANDIDO VEIGA PIRES
MÉDICO E PUBLICISTA

(ESPECIAL)



Prevêr é resolver.

Há fenómenos, que excedem tôda a previsão humana, e outros para os quais podemos achar as eqüações exactas.

E' imprevizível uma nova erupção catastrófica do Vesúvio, mas calcula-se com lisonjeira certeza a data do reaparecimento do cometa de Halley.

Ninguém determina a trajectória moral daquêle simpático moço, que eu de resto desconheço, e quási diàriamente vejo entrar para o escritório em frente da minha casa de trabalho.

Mas cometeria erro insignificante afirmando, que em face das chuvas torrenciais caídas nêste inverno, alguns géneros alimentares sofrerão agravamento de preço, porque sempre se verificou certa correlação entre os fenómenos meteorológicos e o custo dos produtos agrícolas.

Donde se conclui, que as leis sociais são, como as físicas, leis estatísticas.

Um acontecimento *aparentemente* isolado — não existem acontecimentos isolados — está fóra de tôdas as relações, que tente estabelecer; uma sucessão, ou freqüência, de factos entram já no domínio, onde é legítimo formular leis.

Nenhum homem avalia com justeza, como terminará a guerra Italo-Abissínica; sabemos, porém, que a criminalidade varia estreitamente com a cultura, a mortalidade infantil é maior nos filhos ilegítimos, etc.

Portanto, a repetição dum fenómeno permite-me fixar numa lei, quer dizer — prevêr.

Eis a razão, porque a experiência dos velhos é preciosa na conduta dos novos, embora seja bèlamente actual o grito: — Lugar aos novos!

Erro terrível!

Isso significa traduzido em vulgar bom-senso: — Lugar à irreflexão, às fôrças cegas, ao improvisado.

E' verdade, que também não sou gerontócrata; mas não devo esquecer os velhos insígnes desde Licurgo, o reformador de Sparta, até Clemenceau, o salvador da França.

Mas deixemos isto... e concluamos: — Quando determinados fenómenos se comportam n vezes de certa maneira, é lícito deduzir, que êles surgirão, idênticamente, $n+1$ vezes.

Tal é a premissa básica destas notas.

* * *

E' de observação elementar, que as armas servem para ferir. Ainda não se inventaram armas para afagar.

Anda a humanidade empenhada em transformar o mundo num espantoso arsenal. Os cultivadores de paradoxos irão até convencer-nos, que o fabríco de material de guerra é acto do mais requintado altruísmo, porque boa parte dos povos vive nêste momento da construção de tanks, cruzadores, espingardas.

Estão os continentes a abarrotar de metralha e metralhadoras. Ora o único emprêgo dêsses objectos, verificado até hoje, é o de matar.

E milénios de experiência tormentosa ensinam-nos, que os Estados poderosamente armados acabam sempre por fazer a guerra. E' uma das raras leis históricas, onde falham os desmentidos.

Podemos prevêr, portanto, com infinitas probabilidades de acertar, que uma nova e formidável guerra européa estalará.

Quando? Êsse é o elemento variável.

Será agora, mais tarde? Ninguém sabe, nem talvez os próprios empreiteiros da guerra.

Também a História de todos os tempos, modernos, ou antigos, nos ensina, que as Colónias jogam um papel fundamental nos litígios internacionais. Uns perdem-nas, outros ganham-nas.

E as nações que as conservam, ficam sentindo melhor o papel decisivo das colónias nos pleitos guerreiros, como pontos do apoio, como reservatórios de carne para canhão, de matérias primas, etc. Porisso lhes devem carinho, solicitude inalterável por gratidão merecida; mas

devem-lhe ainda atenção constante no sentido de as valorizar e proteger.

Valorizar e proteger — Tal é a dupla função, que primàriamente incumbe às nações, como Portugal, junto dos seus domínios ultramarinos.

Valorizar, porque é êsse um encargo inalienável da missão civilizadora, que países como Portugal, Bélgica, Holanda, se impuseram e nenhum pensa em o declinar, ou delegar.

Proteger, porque se está criando na Europa um ambiente pútrido e as aves de presa pairam no alto inquiétas.

Há povos que sempre manifestaram absoluta incapacidade colonizadora, e nunca através do seu curso multi-secular realizaram outra coisa, que não fossem testilhas de vizinhos, mais ou menos pérfidos.

A Alemanha, a Itália gastaram-se durante mil anos em querelas internas. Sòmente no fim do século XIX acordaram mostrando desde logo óptimas maxilas para formidáveis realizações.

Nessa altura já existiam o Brasil, os Estados-Unidos, as magníficas rèpúblicas espanholas das Américas, enfim um mundo de possibilidades construtivas.

Não é exagêro dizer que Portugal, a Inglaterra, a Espanha, a França, a Holanda, não só descobriram o mundo, mas êles, exclusivamente êles, alargaram o âmbito da civilização européa e das raças brancas criando-lhes o domínio incontestado no globo, sem precisarem de esperar pelas lições do racismo desvairado e falso.

Nem os fascistas do Mediterrâneo, nem os nazistas germânicos existiam e já o planeta, no que êle tinha de ocupável, sentia a influência do branco-europeu. Demasiado conhecemos, que fascistas e nazistas acobertam sob o aspecto de necessidades económicas a ânsia de expansão política.

* * *

Há diversos processos de valorização e protecção dos territórios de Além-mar.

Certamente.

Mas dois sobrelevam, em meu parecer, todos os outros pela sua eficácia: — *A assistência médica ao indígena*, e *a fixação de colonos metropolitanos* nas regiões exploráveis pelo branco.

Os indígenas têm sido dizimados pelas endemias tropicais. Angola, por exemplo, possuirá hoje escassos 4 milhões; reduzida população, onde mal poderemos recrutar um exército auxiliar eficiente, e a massa de trabalhadores indispensável ao desenvolvimento acelerado, que cedo, ou tarde, é necessário imprimir a essa Província.

Só um conjunto de medidas de Medicina Social, uma cobertura sanitária perfeita, e a assistência intensiva ao indígena conseguirão travar a morbilidade ainda alta.

Tem-se realizado muito, eu sei.

Pioneiros heróicos como Gomes da Costa, Armando Fontaínhas, Carlos de Almeida, Francisco Simões Amaral, Aurélio Fernandes e tantos outros, sustentaram e mantêm uma campanha contra a doença do sôno, que é o assombro de quantos a conhecem intimamente e a sua glória imarcescível.

Vi de perto êsse esfôrço sobre-humano, e em dia breve falarei com vagar dêsses homens de bronze, que, silenciosamente, sem prémios Nobel, sem condecorações, sem aplausos, ignorados, executaram lá baixo, em permanente risco de vida, a mais estupenda obra de paz, de abnegação, de beleza imorredoira, de bondade humana, ao serviço da Assistência Médica ao Indígena.

Muito lonje foi já êsse punhado de médicos ilustres; mais é preciso fazer ainda através daquela superfície enorme.

A Colonização reputo-a, como à Assistência ao indígena, um dos pilares de protecção e defesa das Províncias Ultramarinas.

Os 35.000 (?) brancos portugueses espalhados por Angola serão amanhã apoio suficiente dos nossos direitos seculares? Interrogação perturbante para mim, pobre mortal, tão pouco conhecedor dos problemas internacionais e militares.

Se multiplicarmos êsse número em alguns anos, isso representaria, decerto, inapreciável refôrço às garantias do Direito e da Justiça.

Prevêr é resolver. E resolver, não é prevenir?

Perdôem-me os leitores entretê-los com banalidades, mas com elas se constroi quási inteiramente a vida. Eis porque os espíritos superiores as esquecem tantas vezes.

Pôrto, Março de 1936.

Arnaldo Caldeira Veiga Pires

O CULTO DOS INDÍGENAS NO SUL DE ANGOLA

PELO TENENTE-CORONEL SALUSTIANO CORREIA
PUBLICISTA

(ESPECIAL)



Alguns usos e costumes que ha 30 anos, as minhas horas de ócio permitiram observar, ignoro hoje se os mesmos se mantêm, ou se o negro terá já revelado um estado social mais adiantado, mercê da indispensável acção do nosso missionário e também dos exemplos do agente da administração que junto dêle por virtude, resida, que é, quando compenetrado dos seus deveres cívicos, também um importante factor, para a obra da civilização e nacionalização do negro.

Como por aí estivemos em comissões de serviço, relato hoje, o que então pude colher de mais curioso: e alguém que por lá tenha a mesma curiosidade poderá, confrontando o passado com o presente, se de facto, o negro progrediu durante êste espaço de tempo, podendo então nós verificar o resultado do esfôrço dispendido pelos nossos agentes de civilização.

Note-se que por agentes, eu compreendo o missionário e o representante da autoridade, embora a sua missão seja diferente, mas que para a obra de nacionalização e de civilização do negro, a acção inerente a cada um está ligada àquêle fim.

Claro está que a descrição do que então observei, não póde ser totalmente relatado aqui, que seria tomar o espaço, sem dúvida, reservado a outros assuntos de maior importância, e de melhor oportunidade.

Vejamos entre tanta cousa, uma cerimónia que usam os povos Ba-Nhaneca, e que se não é pròpriamente um culto, para êle se encaminha.

Esta cerimónia tendo por fim celebrar o estado de paz e de abundância da terra, tem por símbolo ou objecto aparente, um boi a que dão o nome de *Geroa*. O boi Geroa deve ser branco e preto e acha-se entregue à guarda dum dos mais considerados senhores da terra, que tem o título de *Mueno-Hambo*, querendo dizer "o maior pastor", e aí acompanhado por outro boi, tendo o nome de *Xicaca* e por uma vitela com o nome de *Tembo-onjúo*, como "dona da casa".

No tempo ou no fim das colheitas, de Julho a Agôsto, que é quando para êles termina o ano, e com o aparecimento da manova, é conduzido procissionalmente o boi Geroa e seus companheiros, Xicaca e Tembo-onjúo, desde a residência do Mueno-Hambo até à do Hamba, distância que em Gambos é dumas sete léguas, servindo-lhe de cortejo um numeroso acompanhamento de donzelas enfeitadas na cabeça com grandes enfiadas de bagos de várias sementes, e de homens com as caras pintadas dum barro branco a que dão o nome de *peio*, e que significa felicidade. Na residência do Hamba, primeiro o Muene-Hambo, depois aquêle, chegam à boca do boi Geroa o pó duma casca de árvore bastante amargo e a que dão porisso, o nome de *bungurulo;* se o boi lambe aquele pó, é um bom agouro, e o Muene-Hambo recebe logo tôda a sorte de felicitações e obséquios de tôda a gente; se o não lambe é um mau preságio, e nêsse caso o Muene-Hambo deve pagar com a vida aquela predição funesta. Escusado será dizer que o boi lambe sempre o pó, ao que fàcilmente tem sido acostumado ! E chamem-lhes pretos !

Imediatamente a êste acto, o Hamba toma a palavra e profere um discurso em que relata o estado das suas relações com os povos vizinhos, e diz o que pretende fazer no novo ano. Nêstes discursos dão por vezes provas duma grande sagacidade.

Depois do discurso segue-se uma dança em honra duma das mulheres do Hamba, tendo

COMPANHIA

D E

MOÇAMBIQUE

Há mais de quarenta anos que uma parte da nossa colónia de Moçambique está sob a administração da Companhia de Moçambique, fundada em 1888 com o objectivo de fazer a exploração mineira dos territórios de Manica e Sofala, e logo no ano seguinte, ampliada na sua organização e fins, transformada em Companhia majestática, a convite do govêrno português. Este teve em vista contrapôr a acção da Companhia de Moçambique à da *"British South Africa Company"*.

Por isso, a Companhia de Moçambique que iniciara a sua acção com um capital de 40.000 £, elevou êste ao quantitativo de um milhão de £ e, ressalvadas as funções de soberania, no campo político, judiciário e militar, passou a administrar e a explorar o território de Manica e Sofála, com plena liberdade de actuação.

Desde então a Companhia de Moçambique tem procurado realizar os fins para que foi criada.

O seu Território, sob o ponto de vista administrativo, divide-se em 14 circunscrições, com a capital na cidade da Beira. Nêle superintende o Governador do Território nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia com a sanção do Govêrno e funcionam os seguintes serviços: Repartição do Gabinete, Repartição Militar, Secretaria Geral, Negócios Indígenas, Estatística, Propaganda, Saúde, Capitania dos Portos, Finanças, Contabilidade, Alfândegas, Obras Públicas, Correios e Telégrafos, Agrimensura, Ràdio-telegrafia, Agricul-

por título o nome Xiui, e outra em nome da Tembo; e assim termina a festa.

Desde que começa a festa do boi Geroa, só se canta a canção especial que o acompanha na procissão, e só é lícito tocar certos instrumentos, mas de uso antigo a que chamam *Mangongue*, sendo excluído o tambor *goma* seu instrumento favorito.

Tal é a festa da Geroa.

Não parece haver em tudo isto uma reminiscência do culto do boi *Apis*, também branco e preto, também presagiando o futuro e acompanhado por uma vaca?

E aquêle discurso do Hamba, não terá semelhança com os proferidos pelos chefes de Estado dos povos, que blasonam de mais civilizados?

Cada Ma-Nhaneca chefe de família, tem um boi da sua particular afeição em cuja pele é envolvido quando morre; mas não se pense que o cadáver é metido dentro da pele tal qual como a morte colheu. O corpo depois de mutilados os membros inferiores, é dobrado de fórma que os pés se ajustem à cabeça sendo então envolvido na pele que é depois cosida com fibras de couro tomando de tal sorte a aparência duma bola com a circunferência de cêrca de metro e meio, dependendo contudo do maior ou menor volume do corpo do defunto.

Por êstes factos se vê que, se o boi não é ainda adorado, está muito próximo de o ser; se é que a influência dos nossos agentes de civilização não a contrariaram já. De resto, parece que por aqui não viria mal algum ao mundo, porque nesta velha e mesquinha Europa se observam ainda hoje, certos costumes que revelam bem o atraso em que se encontram muitos povos da aldeia e até da cidade que à falta de guias competentes se regulam pela cartilha de S. Cipriano, que, se por um lado os livra de sezões depois de mortos, oferece-nos por outro, resultados tão surpreendentes que fariam estremecer até os canibais da mais remota antiguidade.

Faustiano Ferreira
Ernesto Carneiro

tura e Minas, Direcção do Contencioso e Inspecção de Finanças e Exploração.

Para bem se aquilatar da actividade da Companhia de Moçambique, apresentamos a seguir algumas notas:

Superfície e população: — O Território administrado pela Companhia de Moçambique ocupa uma superfície de 134.822 quilómetros quadrados, com cerca de quatrocentos quilómetros de costa marítima, entre os paralelos 16°36' e 22°50'. Na região das montanhas, cortadas por vales arborizados e por numerosas correntes de água, desenvolve-se a sua exploração agrícola em maior escala. A sua maior riqueza, porém, encontra-se na exploração mineira.

A sua população indígena, segundo o recenseamento de 1933, é de 344.091 indivíduos, em relação a 104.914 do primeiro recenseamento do Território, feito em 1900, o que nos demonstra o desenvolvimento por ela tomado sob a administração da Companhia. Deve-se êste facto, em grande parte, à obra de assistência e educação realizada.

A Companhia de Moçambique, também, atribui êste aumento da população à sua legislação reguladora dos direitos e deveres dos indígenas e à assistência e protecção que lhes concede.

Colonização e agricultura: — As estatísticas seguintes demonstram o desenvolvimento das actividades produtoras do Território:

	Sup. cultivada (*hectares*)	Herdades
1931	50.838	270
1932	50.657	238
1933	52.818	273

Principais culturas: açucar, milho, algodão, amendoim, feijão, citráceas, bananas, café, arroz, mapua, tabaco, copra, gergelim e sisal.

Pecuária: — A população pecuária do Território segundo o recenseamento de 1933, é de 100.561 animais, sendo 35.452 da espécie bovina, 8.033 ovinos, 39.133 caprinos, 17.333 suínos, etc.

Comércio: — O comércio do Território tem a sua manifestação culminante no movimento comercial do pôrto da Beira, que os números seguintes definem:

ANOS	ESC. OURO
1893	615.646$00
1900	11.160.375$00
1910	14.994.681$00
1920	48.963.390$00
1930	82.302.696$00

Em 1934 a exportação do território foi de 1.257.849$ Esc.-ouro. Os principais produtos exportados foram:

	ESC.-OURO
Açucar	688.658$00
Algodão	44.766$00
Frutas	43.816$00
Ouro	212.963$00
Milho	37.279$00

A importação para consumo somou em 1934, Esc.-ouro 1.736.468$00.

Industria: — As industrias do território, tôdas em pleno desenvolvimento, são: do açucar, com a produção de 33.352.259 kqs. em 1933; do alcool, cuja produção, no mesmo ano, foi de 445.421 litros; do algodão, equivalente a 720.797 kqs.; do tabaco com 25.070 kqs. (números referentes a 1933).

Produção mineira: — De 1922 a 1931, a média anual da produção de ouro no Território, foi de 6.933 onças no valor de 30.415 Libras Em 1932 atingiu 2.664,75 onças, no valor de 11.388,51 £.

Muito haveria ainda a dizer para descrever a obra da Companhia de Moçambique. Em matéria de comunicações e transportes, de educação, de instrução e de assistência, essa obra merece um estudo mais desenvolvido que não podemos fazer, agora, no curto espaço de que dispomos. Os factos que acima expomos, porém, são bastantes eloqüentes para que uma idéa se faça sôbre a actual situação do Território de Manica e Sofala.

"O DIABO"

GRANDE SEMANÁRIO DE LITERATURA E CRÍTICA

DIRECTOR RODRIGUES LAPA

Rua de S. Pedro de Alcântara, 45 — Lisbôa

DELEGAÇÃO NO BRASIL:

Praça Tiradentes n.º 60 - 2.º andar

RIO DE JANEIRO









EM CIMA: Dois aspectos da assistência.

EM BAIXO: Os corpos corais dos Orfeões Português e Portugal que tanto brilho deram à "Semana do Ultramar" com o seu valioso Concurso artístico.

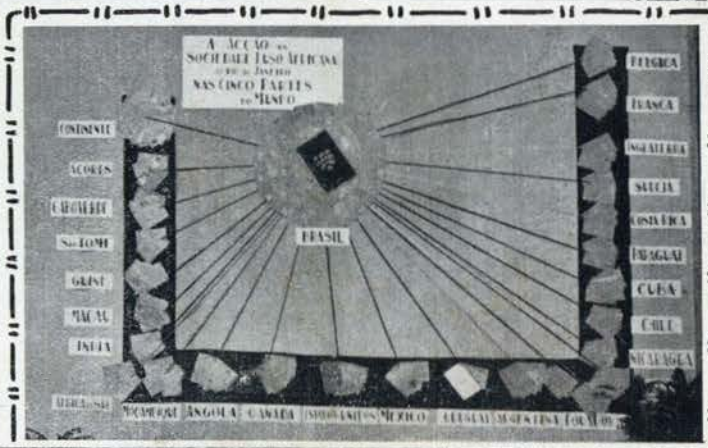
SEMANA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS








COMPANHIA DE MOCAMBIQUE
QUARENTA E DOIS ANOS DE ADMINISTRAÇÃO
TERRITORIO DE MANICA E SOFALA
CAPITAL
BEIRA
ESTRADAS
OCEANO INDICO


BRASIL
FRANÇA
INGLATERRA
SUECIA
AUSTRIA
URUGUAI
CUBA
CHILE
NICARAGUA
ANGOLA
CANADA
MEXICO

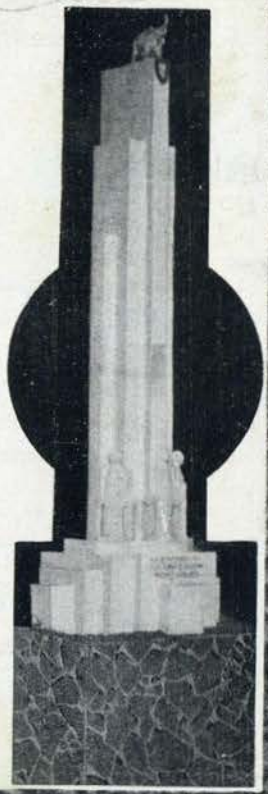
SEMANA DO PORTUGUÊS ULTRAMAR











Vários aspectos da Exposição.

Maquettes do Farol da Guia, de Macau, e do monumento "Ao Esfôrço Colonizador Português".

SEMANA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS







A Ex.ma Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casimiro e os Ex.mos Senhores Dr. Evaristo de Morais, General J. M. Moreira Guimarães e o Prof. Artur Ramos quando proferiam as suas notáveis conferências no decorrer da "Semana do Ultramar Português".





SEMANA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS



ESTAMOS a viver, sem sombra de dúvida, o ciclo do negro, e conseqüentemente sob o império da sedução aliciante da África. E isto não acontece apenas naquêles países em que por motivos de ordem mesológica, de factores étnicos e muitas outras razões o *melting-pot* e a assimilação se acharam surpreendentemente facilitados, se deram e consumaram instintivamente, com a maior naturalidade dêste mundo — humanamente, talvez disséssemos melhor. Não é sòmente em tais países que êsse movimento de simpatia, de curiosidade e de interêsse, — que pela sua extensão se pode considerar como um verdadeiro movimento pan-negro ou pan-africano — se está a fazer sentir cada vez mais palpável e consistente, tomando o seu corpo de dia para dia maiores proporções; mas até naquelas nações em que, ao impulso de falsos preconceitos, de superioridades muito discutíveis, de teorias racistas, das místicas arianas, — *pan-germanismo*, *nordecismo* e *anglo-saxonismo* — se levantaram barreiras que são grossas muralhas, linhas divisórias agressivas, a apartar, a distinguir e a separar irreconciliàvelmente, em verdadeiros compartimentos estanques, os elementos humanos de que se compõem, nós assistimos hoje ao esperançoso dealbar de uma outra mentalidade, mais humana e menos pragmática e preconceituosa, que é o auspicioso prenúncio de uma nova era de simpatia e compreensão pelo concurso dos homens de côr no progresso e bem-estar do mundo. E não se veja êsse concurso circunscrito, apenas, aos limites da influência material ou económica, com as grandes explorações agrícolas do açucar, do algodão, do cacau e do café, impossíveis de realizar nas zonas tropicais sem o poder dos braços negros, naquêles tempos em que os maquinismos actuais eram sonho quimérico, fantasias distantes. Somos também forçados a reconhecer que, em plano superior, nos domínios do espiritual, os seus misticismos, as suas crenças, as suas artes tão próximas da terra, tão embebidas num halo de primitivismo gostoso, as suas músicas, cheias de rumores e assombrações, de urros selváticos, de gritos lascivos, de sensualismo ardente, de instintos bravios que uma plangência martirizada, um fluído longínqüo de sofrimento atenuam e adoçam, — dessas músicas que triunfaram em tôda a linha no mundo inteiro e que tiveram como primitivo horizonte, de onde se ergueram num protesto retumbante, as margens do Mississipi, com os seus *plantations*, *labor* e *revival songs*, as tristes canções que afloravam das profundas do cativeiro negro e que tanto deveriam ter feito meditar ao bondoso e simples *Dad Lincoln*... — tiveram uma influência prepoderante e saliente, impossivel de ocultar. Senão, leia-se o que diz o psicanalista suísso Jung, citado pelo Professor Artur Ramos em seu livro "O Negro Brasileiro:" "O que logo me feriu a atenção foi a grande influência dos negros, influência psicológica sem mistura de sangue, naturalmente. E' nos suplemento cósmicos das fôlhas americanas, que se pode estudar melhor a exteriorização emocional do Americano, em primeiro lugar seu sorriso; encontra-se a forma primitiva do riso inimitável de Roosevelt no negro de América. Este andar particular, de articulações relativamente frouxas, quadris ondulantes, que se observa frequentemente nas Americanas, vem dos negros. "E mais adiante acrescenta: " O temperamento em geral muito vivo que se manifesta não sòmente no jogo da bola, mas sobretudo no prazer extraordinário que se toma à expressão verbal e cujo exemplo mais frisante é a onda de incessante palavrório dos jornais americanos, pode dificilmente provir dos antepassados germânicos e assemelha-se antes ao *bavardage* da aldeia negra. A falta quási absoluta de intimidade, a enorme sociabilidade que absorve tudo, lembram a vida primitiva em suas choças abertas, na identidade completa de todos os companheiros do clan."

E porque é nos Estados Unidos, que a despeito de tão vivas influências, a hostilidade entre brancos e pretos ainda tem muito de trágico e de odioso, porque é lá que a *color line* se faz sentir de modo violento e cruel, com os *lynchings*, os *Jim Crow Cars*, os bairros negros de Harlem, Hill District, South e tantos outros, é dêsse país, precisamente e por um fenómeno natural e fácil, que partiu o grito agudo pela dignificação dos homens de cor. Acham-se empenhados nessa cruzada escritores e poetas negros, professores e universitários muitos dêles, mas foi a Langston Hughes, aquêle que inspiradamente cantou,

Let America be the dream the dreamers dreamed
Let it be that great strong land of love
Where never Kings connive nor tyrants scheme
That any man be crushed by one above

(*America never was America to me*),

que coube a glória de interpretar, com o poder profético e divinatório dos poetas, essa reacção, com a já hoje célebre poesia *I, too, sing America*, pela seguinte

forma vertida para o vernáculo por Guilherme de Almeida, o mimoso lírico brasileiro:

"Eu também canto a América.
Eu sou o mais moreno dos irmãos.
Êles mandam-me comer na cozinha
Quando chegam visitas.

Mas eu rio,
Cômo bem
E fico forte...

Amanhã
Eu me sentarei à mesa
Quando vierem visitas
E ninguém ousará
Dizer-me,
Então:
Vai comer na cozinha!

Ao contrário: êles verão como estou bonito.
E ficarão envergonhados.

Eu também canto a América!

No Brasil, felizmente para bem de todos, não existem semelhantes preconceitos, e isto se deve, na opinião de Gilberto Freyre, aquela "miscegenação que largamente se praticou aqui e com a qual se corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa grande e a mata tropical, entre a casa-grande e a senzala" ."O que a monocultura latifundária e escravocrata realizou no sentido de aristrocratização, — é, ainda, o ilustre autor de *"Casa Grande e Senzala"*, quem escreve —, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambugem de gente livre sandwichada entre os extrêmos antagónicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscegenação. A índia e a negra mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido da democratização social do Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a fôrça das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos."

Ora todos êstes factores reunidos, que são a resultante feliz de abençoada ausência de preconceitos raciais, só poderiam conduzir, como de facto conduziram, a inteligência brasileira a devotar-se ao estudo dos problemas do negro no Brasil, a observar sem espírito preconcebido, com lialdade e abertamente, as suas influências e os seus efeitos, na formação desta pátria maravilhosa. E como em tal formação o elemento de cor ocupa um lugar saliente, aquêles que se debruçam sôbre tais questões são levados irresistivelmente a voltar os olhos e o coração agradecidos para a Africa, ainda dolorida das sangrias que sofreu, das energias que lhe arrancaram, das feridas que fizeram em seu corpo e do sangue vivo e quente que de suas veias extraíram para dar ânimo, fôrça e felicidade a outras terras. E' num clima dêstes, de tão radiosas simpatias, de admiração e estimas fraternais que a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro tem tido a grande ventura de desenvolver a sua acção e de realizar a sua obra — e foi por conseguinte em tão propício ambiente, da mais espontânea cordialidade, que se efectuou e foi levada a bom têrmo, cercada de louvores, superando em tudo as melhores previsões, a "Semana do Ultramar Português", durante a qual, de dia como de noite, inumeros visitantes de tôdas as classes sociais puderam admirar e formar uma idéa segura, através de livros, fotografias, mapas, gráficos, jornais, revistas, maquettes, quadros, aguarelas, desenhos, documentários e muitos outros elementos expostos, do florescente progresso das colónias portuguesas. E tudo isto independentemente das conferências e das palestras, pronunciadas umas e lidas outras, sempre perante fartos auditórios, o que constitui a demonstração inequívoca do acêrto e da oportunidade com que a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro houve por bem festejar, com galas invulgares, o sexto aniversário da sua fundação.

* *
*

A "Semana do Ultramar Português", que se realizou num dos principais pavilhões instalados no recinto das Feiras Internacionais de Amostras do Rio de Janeiro, graciosamente cedido pelo Departamento de Turismo da Prefeitura do Distrito Federal, foi inaugurada no dia 20 de Junho, com um "Pôrto de Honra" à Imprensa. Fez a oferta o nosso ilustre consócio e antigo jornalista, actual Inspector Geral do Ensino Secundário do Brasil, Sr. Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, o qual salientou brilhantemente o que tem sido o trabalho da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, o que as colónias portuguesas podem significar para o Brasil, o vasto campo que elas lhe oferecem. Louvou a irradiação dêste *Boletim* e demonstrou as vantagens do contacto permanente em que o Brasil está com todos os domínios ultramarinos de Portugal, graças aos correspondentes, sócios e delegados que esta colectividade tem, em todos êles.

BRASIL STORE
ALVES & COMP.ª
REGISTRADO

FRUTAS, CONSERVAS E MOLHADOS FINOS

Especialidade em frigoríficos da Holanda, Nova Zelandia, Londres, Lisboa e Rio da Prata

TELEFONE 23 - 5204 — TELEGRAMAS: ALVESTORE

ALVES & COMPANHIA

RUA 1.º DE MARÇO, 23 :—: RIO DE JANEIRO

NAS TOSSE E NA GRIPPE
PULMONAL
É FANTÁSTICO

DISTRIBUIDOR
DROGARIA SUL-AMERICANA
LARGO DE S. FRANCISCO, 42

Em nome da "Casa do Minho" falou o seu presidente, Sr. Manuel Azevedo Falcão e pelo « Portugal Republicano » o seu director, Sr. Eugénio Martins. Por fim usou da palavra o presidente da "Luso-Africana", Sr. Francisco das Dores Gonçalves, para agradecer e se congratular com a presença de tão distintos convivas, prevalecendo-se do ensejo para salientar o concurso que, ao certame a cuja inauguração se procedia naquêle instante, dera devotadamente um grande português que é ao mesmo tempo um dos maiores e mais sinceros amigos do Brasil, o Sr. Nuno Simões. E com essa homenagem ao Dr. Nuno Simões e ao português insigne que é também o Sr. General Nórton de Matos, êle saudava em particular a "Casa do Minho", da qual os dois êméritos minhotos são os indiscutidos patronos.

A noite, pelas vinte e uma horas, a Exma. Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casemiro realizou a sua interessante conferência e foram lidas por Francisco das Dores Gonçalves e António Amorim as palestras que para êsse fim escreveram, acêrca de Timor e Cabo Verde, respectivamente, os Srs. Paulo Braga e Osório de Oliveira.

A mesa que presidiu a esta sessão estava assim constituída: Conselheiro Camelo Lampreia, Drs. José Cortez, Carlos Costa e C. César Santos; Francisco das Dores Gonçalves, Alamiro de Andrade, António de Sousa Amorim e Afonso Lopes de Oliveira. Durante os intervalos fez-se ouvir a excelente banda do "Corpo dos Bombeiros", com vários trechos musicais de seu selecto repertório.

No dis 22, pelas mesmas horas, realizou o Sr. Porfessor Artur Ramos a conferência constante do progrâma. A assistência era das mais numerosas e o ilustre autor de "O Negro Brasileiro" dissertou de modo brilhantíssimo sôbre o tema escolhido, arrancando, a miúde, fartos e quentes aplausos. Antes da conferência foram lidas as palestras *A Guiné Portuguesa*, da autoria do Cónego António Mirande de Magalhães, e *A Terra do Socopé e do Ossobó*, escrita pelo Dr. Américo Chaves de Almeida. A primeira foi lida por António Amorim e a segunda pela Exma. Senhora Dra. Fernanda de Bastos Casimiro, que presidiu à sessão e teve por companhia na mesa a Professora Senhorita Amélia Pereira, encarregada dos serviços do intercâmbio escolar da Escola Estados Unidos, o Sr. António de Oliveira Brito, presidente do "Orfeão Português" e os Srs. Francisco das Dores Gonçalves, Alamiro de Andrade, Mário Santos, Leandro Lopes de Oliveira, António de Andrade Sequeira e Domingos José Veloso.

Deveria têr presidido a esta conferência o Sr. Professor Evaristo de Morais, mas não lhe foi possível pelos motivos expostos na seguinte carta:

Snr. Francisco das Dores Gonçalves
M. D. Presidente da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro.

Saudações. E' com grande e sincera mágua que me vejo na situação de faltar, hoje, ao cumprimento do meu dever, não comparecendo à reunião para a qual fui convidado e na qual devia exercer a honrosa função que me foi designada.

Eis o motivo: como é notório, fui um dos três elaboradores do projecto de Código Criminal, ora submetido ao exame da Conferência Brasileira de Criminologia, reunida no Instituto dos Advogados.

Tenho a obrigação indeclinável de responder aos críticos do mesmo projecto e de mim não depende a organização dos trabalhos da Conferência. Ora, na sessão de sábado, foram apresentadas sérias objecções àquêle trabalho da sub-comissão legislativa, de que fui parte, marcando-se o dia de hoje para a resposta, visto como a Conferência não deve ir além do dia último dêste mês. O meu companheiro na sub-commisão, Dr. Bulhões Pedreira, não se pôde incumbir de tôda a tarefa, que é árdua, maximé para ser executada tão às pressas.

Não tenho, bem percebeis, meio nenhum de me furtar ao debate.

Daí a minha falta para convôsco.

Crêde que isto me acabrunha, porque nunca senti tanto a necessidade de vos mostrar a admiração pela obra em que vos empenhais, como nêste momento, quando, de novo, corvejam, em tôrno das colónias portuguêsas, ambições e apetites.

Quiséra estar aí para vos dizer, em nome dos meus patrícios, vossos irmãos pelo sangue, pela língua, pelos ideais, como o Brasil se preocupa com Portugal, com as suas glórias, com a mantença da sua integridade, produto de enormes sacrifícios e de heroísmos sem conta. Quiséra, mais uma vez, associar-me convôsco na afirmação da grandeza do que a vossa pátria tem realizado por tôda parte a que ela conduz o seu espírito de civilização e de paz.

Expliquei-vos porque não posso realizar o meu desejo. Peço-vos transmitais à assembléa esta minha comunicação, e espero, noutro momento, poder cumprir o dever, a que hoje falto involuntàriamente.

Rio, 22 de Junho de 1936.

Evaristo de Moraes

PROVEM e julguem
O CAFÉ CAPITAL
O melhor entre os melhores.
a venda na,
PRAÇA TIRADENTES, 32
PRAÇA 15 NOVEMBRO 32-38 e 42

Ao começar, nos intervalos e final o corpo coral do "Orfeão Português" deliciou a assitência com vários números de música.

*
* *

No dia 24, também à noite, e sob a presidência do Sr. Almirante Américo Brasil Silvado, falou o Sr. General José Maria Moreira Guimarães, que pronunciou uma notável conferência sôbre o "Grande século decisivo na formação do Brasil".Trabalho substanciosíssimo, vôo a grande altura êsse do ilustre presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que a assembléa aplaudiu com ardor depois de o ter ouvido com verdadeiro enlêvo.

O Sr. Almirante Américo Silvado, ao abrir a sessão a que presidiu, leu o seguinte discurso, que também foi coroado dos mais fartos aplausos.

Minhas Senhoras! Meus Senhores!

Começo agradecendo muito penhorado a distinção de que fui alvo, ao ser escolhido para presidir à sessão de hoje, na qual vai ser o orador o meu distinto companheiro e amigo General Moreira Guimarães. E mais desvanecido fiquei com semelhante gentileza, muito acima de meus possíveis méritos pessoais, porque precisamente nêste momento histórico em que esta bela exposição se está realizando no Rio de Janeiro, que já foi a Capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pouco depois de D. João VI haver aportado às plagas brasileiras, a segurança colectiva está profundamente ameaçada. Com efeito, não há muitos dias que uma nação européa latina, membro da Sociedade das Nações, criada pelo sentimentalismo do Presidente Wilson, em seguida à Grande Guerra, acabou de conquistar uma Pátria africana, a Abissínia, membro também daquela Sociedade, com o apoio decisivo daquela nação, que veio a se tornar a sua conquistadora. Agindo assim, a nação agressora infringiu conscientemente os pactos da Liga das Nações e de Saavedra Lamas, além de tratados em pleno vigor, por ela assinados em primeiro lugar, todos procurando impedir as guerras de conquista no estágio avançado já atingido pela civilização humana.

Mas não é tudo. Uma outra nação européa, esta germânica, acabou de romper o tratado de desmilitarização da Renânia, ocupando esta, atentado que pôs em risco iminente a segurança colectiva, com a ameaça consecutiva de uma guerra mundial catastrófica. Dessa mêsma nação partiu uma insinuação para a conquista das colónias portuguêsas e dos próprios territórios baldios da América do Sul, apesar daquelas serem o restante das agressões que foram instigadas pela cobiça ocidental às suas co-irmãs em tempos idos, as conquistando. Os invasores de então revelaram com tal violência o esquecimento histórico imperdoável de que as colónias portuguesas correspondiam às pegadas gloriosas da Humanidade na marcha heróica que foi fazendo para ter o conhecimento completo do Planêta. E' sabidissimo que a referida marcha foi realizada por intermédio do arrojo audaz e da tenacidade do valoroso Portugal, herdeiro digno das tradições heróicas da Lusitânia dos Romanos.

Pois bem, esta exposição, que está pondo à mostra concretamente, ao alcânce de todos os ricos de coração, as provas do esfôrço português em ir civilizando e desenvolvendo as suas colónias restantes, se me afigura uma resposta cavalheiresca às ameaças mais ou menos encobertas, já que a retrogradação conquistadora, que estamos contristados testemunhando, as pôs pùblicamente em perigo. Sentindo-me orgulhoso da minha ascendência ibérica, portuguesa e espanhola, as duas raças que mais se distinguiram no descobrimento de terras novas e de caminhos marítimos, no fim do século XV, aproveito o ensejo felicíssimo para me congratular intimamente com os cidadãos portugueses, membros da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, promotores desta exposição oportunissima, porque com semelhante realização revelaram-se dignos sucessores dos seus antepassados, que por mares nunca dantes navegados passaram inda além da Taprobana. Que o evoluir incessante do pensamento humano só concorra para o enaltecimento dos serviços memoráveis, prestados por Portugal nas cinco partes do mundo, apesar de duas delas não constarem da Bíblia, omissão que constituiu o mais forte argumento dos padres de então contra a existência de novas terras para oéste da Europa, como a audácia incontida de Colombo pressentia que pudessem existir, são os votos ardentes que faço ao terminar."

A seguir o Sr. Francisco das Dores Gonçalves leu a exortação que para esta solenidade o Sr. General J. R. Nórton de Matos, nosso ilustre sócio honorário, se dignou escrever. Eis as palavras do egrégio português, que não se lêem sem um frémito de ardôr, sem um estremecimento do que de mais nobre existe na alma de um lusíada.

Vai a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, realizar uma Semana do Ultramar Português.

Quero, do meu canto de Algés, dizer a êsse grupo de portugueses quanto admiro a sua obra e o que ela significa para mim, no momento presente.

R. REBECCHI & C.IA

SOCIEDADE EM COMANDITA POR ACÇÕES—ENGENHARIA, ARQUITECTURA E CONSTRUÇÕES

CONSTRUTORES DO NOVO EDIFÍCIO DO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

ESCRITÓRIO:
RUA DA ALFANDEGA, 92 - SOB
Fones 23-5439 e 23-5479
End. Tel. REBECCHI

OFICINAS e DEPÓSITO:
RUA AFONSO CAVALCANTI, 13
Fone 22-7584

RIO DE JANEIRO

Tenho observado e experimentado que tudo o que toca no modo de ser, na essência da nossa Pátria, se sente mais profundamente quando dela estamos separados. Creio até que os grandes perigos que a ameaçam, se adivinham nêsses meios distantes, resultando dêsse facto os avisos que nos chegam e que muitas vezes tomam a forma e as proporções de verdadeiras profecias.

Pouco depois das primeiras horas das nossas grandes realizações no Ultramar, chegavam-nos das terras distantes que ocupavamos, palavras onde se descortinava o que nos aconteceu ao findar do século dezasseis e onde se clamava o remédio necessário para firmar domínios, para evitar perdas de territórios e de influências políticas e económicas e para afastar decadências.

E nos anos que precederam o acto de Berlim, foram portugueses que viviam no estrangeiro ou em colónias distantes, que deram os primeiros sinais de alarme.

Na capital do Brasil, nêsse grande e admirável centro de actividade e de vitalidade brasileira, onde os nomes das actuais colónias portuguesas quási eram desconhecidos pela grande massa dos seus habitantes, e onde muito poucos compreendiam que elas constituem no mundo de agora a razão de ser única da nossa nacionalidade, ou podiam medir a influência do seu crescimento presente e da sua indubitável grandeza futura na vida da humanidade, um grupo de portugueses toma a resolução de dizer aos brasileiros e aos estrangeiros que vivem no Brasil, o que essas colónias são e representam para nós e para a civilização dos homens.

E tem-no feito com tal intensidade e perseverança, com tanta dignidade e grandeza e com tanto patriotismo, que é nosso dever apontá-lo como exemplo aos portugueses que vivem nestas terras europeias de Portugal.

A Semana do Ultramar Português que a Sociedade Luso-Africana vai realizar, é mais uma manifestação das qualidades que acabo de apontar.

A hora presente exige que todos os esforços portugueses se congreguem, que não se disperse nenhum dêles. Que patriòticamente se aproveitem todos êles. E' indispensável que todos os corações portugueses se ergam ao mesmo alto nível de ânimo e de energia para se vencerem os grandes perigos que nos ameaçam.

Ninguém pode duvidar que isto é assim.

E' indispensável que a Nação inteira entre no combate que tem de se travar.

O caminho a seguir é o que nos estão indicando os nossos compatriotas que residem no Brasil, e que no momento de perigo que estamos correndo, tudo põem de lado para serem só portugueses.

Apelo para todos os que falam a nossa língua, para todos os que, tendo connósco afinidades de raça, nos podem compreender e ajudar: levar pela nossa voz e conseguir levar pela voz dos nossos irmãos brasileiros, ao mundo inteiro a consciência dos nossos direitos e do nosso formidável protesto: — é êste o exemplo a seguir.

Os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos pela Nação inteira a que respeitam. Nos quadros históricos que após o estudo de épocas de grandeza, de salvação ou de transformação dos povos, se desenham na nossa imaginação, quási não damos pelos chefes, pelos heróis e pelos reformadores, tão perdidos eles se encontram no meio da multidão triunfante.

A mesa que presidiu a notável conferência do Sr. General Moreira Guimarães foi constituida pelos Srs. Almirante Américo Brasil Silvado, Senador Genaro Pinheiro, Deputado Francisco Gonçalves, Dr. Esposel Coutinho, Vereador Tito Lívio, Dr.ª Fernanda de Bastos Casimiro, Professora Sta. Amélia Pereira, Francisco das Dores Gonçalves e António de Sousa Amorim.

No dia 27 realizou-se, por fim, a solenidade do encerramento da semana do Ultramar Português. Ocupou a tribuna nessa noite o Sr. Dr. Evaristo de Morais, cujos dotes oratórios o consagraram de há muito como uma das vozes mais eloquentes, como um dos verbos mais ricos do Brasil. E se dissermos que o laureado tribuno, a despeito do seu estado de saúde, pronunciou nessa noite uma das suas orações mais formosas e arrebatadoras, por certo que não exageramos.

Durante uma hora, tôda a assistência, empolgada pelo calor do seu verbo, opulento e colorido, sublinhou, de momento a momento, com estrepitosos aplausos.

O corpo coral do "Orfeão Portugal", quer no começo da solenidade quer no final proporcionou à assembléa alguns minutos de verdadeiro encanto com a execução de alguns excelentes números de música.

* * *

Enfim, longe de favores que se não recebem sem que se abdique daquilo que os indivíduos como as colectividades têm de mais caro — a independência —; apenas com os elementos recrutados em seus quadros e os recursos próprios de que dispõe, com a prata da casa, que por não ter *contraste* não possúe, quem sabe? a categoria de baixela, mas que é limpa e foi ganha honradamente e com dignidade, — e todos sabem como isto é importante e tem valor num mundo que se está transformando numa assembléa geral de covardia —, a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, indiferente a excomunhões pedantescas, realizou e levou a têrmo com a felicidade, o êxito e o brilhantismo pùblicamente reconhecidos, a "Semana do Ultramar Português". O importante era isto, porque o resto é uma questão sem importância, de que a história não tomará conhecimento...

CONFIANÇA

Companhia de Seguros Terrestres e Maritimos
fundada em 1872

RUA DA ALFANDEGA N.º 49

Rio de Janeiro

Telefones: Expediente 23-3965 — Directoria 23-3565

End. telegr.: "Segurança"

Capital Integralizado	1.000:000$000
Deposito no Tesouro Nacional	200:000$000
Apolices da Divida Publica Federal	1.700:000$000
Reservas em 31 de Dezem. de 1935	820:891$700
Sinistros pagos até 31 de Dezem. de 1935	15.409:720$843
Dividendos distribuidos até o 124.º	4.218:000$000

Opéra em seguros sôbre riscos Terrestres, Marítimos e de Estrada de Ferro.

DIRECTORIA { *Cel. Carlos Leite Ribeiro*
Raymundo Salgado Guimarães.
Eng.º José Pedreira do Coutto Ferraz.

NOTICIARIO

Corpos Directivos

Em obediência ao que determinam os Estatutos, realizou-se no dia 10 de Janeiro do corrente ano, sob a presidência da Exma. Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casimiro, a Assembleia Geral para tomar conhecimento do relatório da Directoria cujo mandato expirára em 31 de Dezembro e eleger em seguida os membros dos corpos directivos para o biénio imediato, de 1936/37.

Após a aprovação do relatório e do competente parecer do Conselho Fiscal, procedeu-se à eleição, que deu o seguinte resultado:

DIRECTORIA

Presidente..... — Francisco das Dôres Gonçalves
Vice-Presidente. — Luís Brás da Silva
1.º Secretário.. — António de Sousa Amorim
2.º Secretário.. — Alamiro Andrade
1.º Bibliotecário — Mario Santos
2.º Bibliotecario — Leandro Lopes d'Oliveira
Tesoureiro..... — Domingos José Veloso
Suplentes..... Luís Carlos Reis; Abel Moreira Neves; Adelino Lopes Macieira; António Augusto Pires; António Ferreira Tavares

COMISSÃO FISCAL

Antero de Faria — Relator
Dr. Virgílio Coelho Duarte
Dr. Sabino Teodoro da Silva Junior
Bernardino Casimiro
Anibal Teixeira

MESA DA ASSEMBLÉA GERAL

Presidente... — Dra. Fernanda de Bastos Casimiro
1.º Secretário — Dr. Augusto de Sousa Baptista
2.º Secretário — António Coelho Andrade Sequeira

Terminados os trabalhos que constavam da ordem do dia, o presidente reeleito, agradeceu a confiança que assim lhe era assegurada pelos seus consócios, — confiança que êle tomava como a ratificação expressa da sua orientação à frente dos destinos da colectividade — e propôs que a Assembleia conferisse o título de sócios beneméritos a Alamiro de Andrade e António de Sousa Amorim, seus companheiros de direcção e de redacção do *Boletim*. Esta proposta foi aprovada por aclamação.

Sócios Cooperadores

A Directoria da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, desejando testemunhar aos artistas fotógrafos patrícios Srs. Francisco Alvão e Manuel San-Payo a admiração em que tem os seus méritos e o reconhecimento mais sincero pelo concurso dadivoso e patriótico que tão desinteressada como espontaneamente prestaram à "Semana do Ultramar Português", deliberou conceder-lhes, por consenso unânime de seus membros, o titulo de sócios cooperadores.

Aos novos consócios os nossos sinceros cumprimentos a par dos mais ardentes votos de uma efectiva cooperação em prol dos ideais pan-lusitanos.

Sócios Benfeitores

Em atenção à lial, sincera e valiosa cooperaçã° dada à Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro' em prol dos ideais pan-lusitanos e dos sentimentos de fraternidade que hoje mais do que nunca devem aproximar e prender todos os portugueses, pela "União Portuguesa de Santos" e pelo "Centro Transmontano", foram estas duas florescentes instituições, por proposta do Sr. Francisco das Dores Gonçalves, presidente da Directoria desta colectividade, aclamadas sócias-benfeitoras, em assembleia geral ordinária realizada em 10 de Janeiro de 1936.

José Pereira de Sabrosa

Faleceu no Quela (Angola), o Sr. José Pereira de Sabrosa, que foi nosso colaborador e desempenhava actualmente as funções de Administrador da Circunscrição Civil do Bondo e Bangala.

O extinto, pelas suas faculdades de trabalho, iniciativa e inteligência, era alguém no funcionalismo, bastando citar como exemplo de tino administrativo e de amor por Angola, o êxito do seu govêrno em Mossamedes.

Grémio Rèpublicano Português

O veterano Grémio Republicano Português não se limitou a associar-se às demonstrações de solidariedade que a nossa instituïção recebeu por motivo da *Semana do Ultramar Português*, realizada nesta capital, de 20 a 27 de Junho corrente.

A histórica instituïção liberal cuja fé de ofício em pról das prerogativas democráticas é das mais honrosas e galhardars, levou mais longe a sua solidariedade e os seus aplausos, a ponto de inscrever, como testemunho de alto apreço, o nome da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro no seu "Quadro de Honra", dando-nos ciência de tal resolução nos têrmos constantes do seguinte ofício:

Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1936

Srs.

A' dignidade com que a Assembleia Geral do Grémio votou, por unanimidade, o prestigioso nome da agre-

miação que tão devotadamente dirigis, inscrevendo-a no seu Quadro de Honra, junta-se o prazer do Directório, que neste momento Vos entrega o respectivo Título, certo de que o recebereis com agrado, tanto mais que a Assembleia Geral tal honra concedeu conscienciosamente, pois nesta CASA avalia-se o Vosso esfôrço e a Vossa dedicação patriótica, mantendo com elegância e com ardor cívico modelar, uma colectividade orgulho de todos os portugueses que se honram do seu património histórico colonial.

Recebei, pois, os respeitos do Directório com os votos de felicidade pessoal para cada um de VÓS e os desejos duma sempre crescente prosperidade.

Snrs. Directores
da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro.
Praça Tiradentes, 60-2.º
Rio de Janeiro

Saude e Fraternidade
(a) José de Castro Reis
1.º Secretário

Casa do Minho

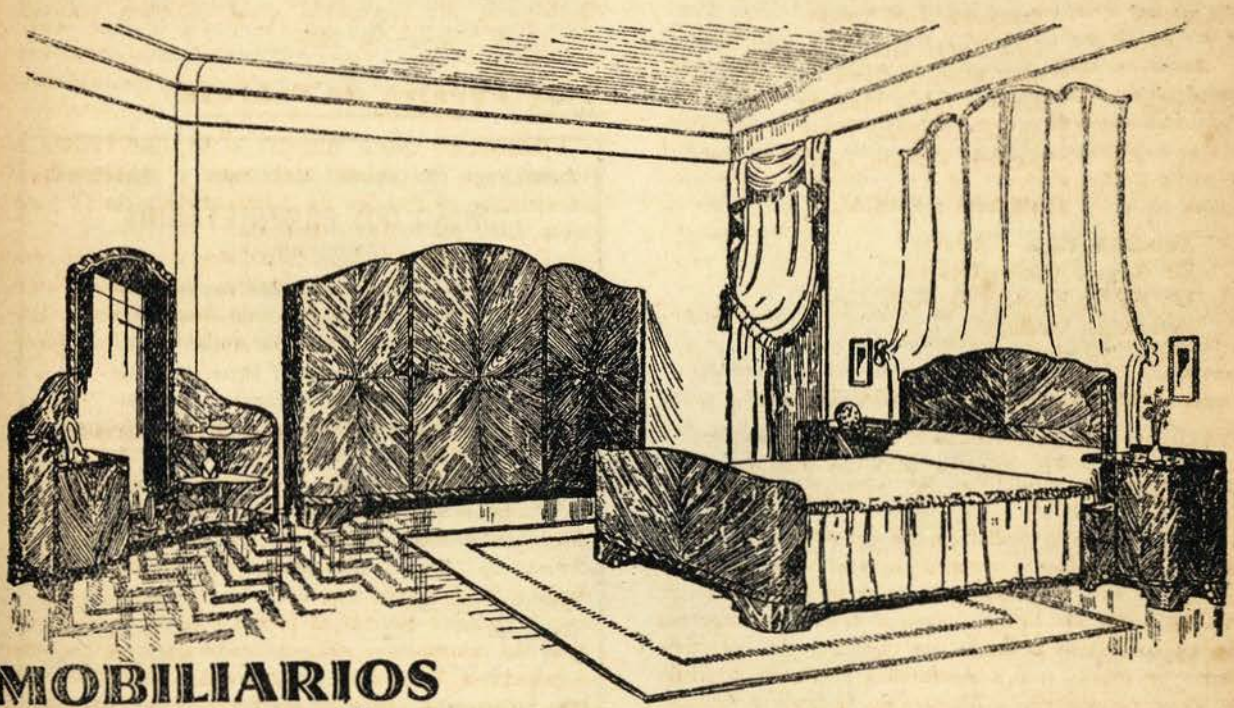
Desta tão operosa e conhecida colectividade regionalista, recebemos o seguinte ofício, que transcrevemos, não pelo muito que as suas palavras nos desvanecem, mas para que delas tenham conhecimento os nossos devotados consócios e se consolem de que se há quem não compreenda a missão da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, uns porque não estão à altura de a perceber, outros porque são casmurros — e com gente dessa espécie nem para o céu! —, também há, e em número muito elevado e cada vez maior, quem a interpréte em tôda a sua grandeza e pujança, quem a aplauda sem reservas e lhe dê as mais inequívocas demonstrações de simpatia e de estímulo. E' desta ordem o honroso ofício da "Casa do Minho", que vamos transcrever:

Secretaria, Rio de Janeiro, 27 de Maio de 1936
Senhor Presidente da Directoria da
Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro
Praça Tiradentes, 60 - 2.º

RIO DE JANEIRO

Tenho o prazer de, em nome da Direcção da Casa do Minho, me dirigir a V., para lhe comunicar que tendo sido esta Instituição beneficiada com um donativo de cerca de 25.000$00 escudos para a instituição de prémios anuais a alunos das escolas portuguesas desta cidade, foi deliberado que a um dêsses prémios se dê o nome da Colectividade que V. muito dignamente preside, como testemunho da alta consideração e incondicional aprêço pela obra de inteligente patriotismo que abenegadamente vem realizando nos seus seis anos de existência.

Como imprescindível complemento desta comunicação, cumpre-me ainda informar que procede aquêle importante e generoso donativo de uma contribuição de amigos e ad-


MOBILIARIOS
DECORAÇÕES
Agora, POR PREÇOS NUNCA VISTOS
ASA MARCA
UNES REGISTRADA
65-RUA DA CARIOCA-67 • RIO DE JANEIRO



Pintor Martinho da Fonseca

Gostosamente deixamos aqui expresso o testemunho da nossa gratidão ao ilustre pintor patrício, Sr. Martinho da Fonseca, pela formosa capa que se dignou desenhar para a "Cartilha Colonial", da autoria do Sr. Capitão Augusto Casimiro.

miradores do nosso eminente Presidente Honorário Snr. Dr. Nuno Simões, destinada a um banquete de despedida, quando de sua vinda ao Rio de Janeiro a convite da Casa do Minho. Recusada essa homenagem e solicitados pelo homenageado os seus promotores a convertê-la em um prémio escolar, foi êsse pedido prontamente aceito e a êsse prémio se deliberou dar o nome de Nuno Simões. Não foi, porém, possível, até hoje efectivar êsse generoso e altruístico desejo, só porque o ilustre homem público português não está integrado no regimen vigente em Portugal.

Resolveu, então, a Comissão respectiva, pôr a importância angariada à disposição do nosso querido Presidente para lhe dar o destino que melhor entendesse, e Sua Eza. lhe deu aquêle que no presente ofício a V. informamos.

Assim, a nossa justíssima homenagem à Sociedade Luso-Africana traduzindo, com verdadeira sinceridade, os nossos melhores sentimentos de simpatia e de admiração por essa nobilíssima Instituição representa ao mesmo tempo um preito a uma obra que de Nuno Simões tem merecido a mais valiosa e prestigiante cooperação, o que bastaria a consagrá-la definitivamente como obra que bem merece de Portugal e dos bons portugueses. Prestigiando, com esta homenagem, a Sociedade da presidência de V. podemos assegurar-lhe que não só satisfazemos os ditames da nossa consciência, os imperativos da nossa razão e do nosso senso de justiça, mas ainda afagaremos o carinho e a vigilante e extremada dedicação de Nuno Simões pela vossa obra de patriotismo.

Peço a V. seja, perante a Directoria a que dignamente preside, o intérprete dos nossos sentimentos de admiração, de simpatia e da solidariedade pan-lusitana.

Saudações Fraternais — (a) *Ilídio Nunes*, Vice-Presidente em exercício

Alvitre

A propósito do artigo que, sob esta epígrafe, publicamos no nosso número anterior, e no qual o presidente da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro defendia e expunha a idéa, de claro sentido pan-lusitano, de que os nossos governadores ultramarinos, antes de assumirem os seus postos, deveriam estagiar alguns meses no Brasil, temos recebido, não só de Portugal como das Colónias, e de compatriotas altamente qualificados, palavras de louvor que deveras nos penhoram.

Paulo Braga

Cumprimos o agradável dever de significar ao nosso distinto colaborador e delegado em Lisbôa, Sr. Paulo Braga, os agradecimentos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro pelo concurso que o mesmo lhe prestou para a realização da "Semana do Ultramar Português".

Também não podemos esquecer a sua nobre atitude, desagravando esta instituição de ataques e insinuações injustas, mas que andam ligadas à sorte de todos aquêles que procuram servir uma causa desinteressadamente. E como a causa da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro é a mais santa das causas, porque é a causa de Portugal, *antes de mal com os homens por amor da Pátria do que de mal com a Pátria por amor dos homens...*

COMPANHIA DE SEGUROS MARITIMOS E TERRESTRES

"UNIÃO DOS PROPRIETÁRIOS"

(FUNDADA EM 1894)

Seguros Marítimos sôbre vapores, navios à vela e outras embarcações e mercadorias embarcadas. Aceita procuração para administrar bens de qualquer natureza, recebimentos de alugueis de prédios, juros de apólices e outros títulos de rendas, mediante módica comissão. Seguros Terrestres sôbre prédios, estabelecimentos comerciais, móveis, mercadorias em trânsito e outros riscos.

Capital realizado	1.500:000$000
Reservas	1.708:223$584
Réis	3.208:223$584
Depósito no Tesouro Nacional	200:000$000
Empréstimos sôbre hipotécas	1.554:000$000

PAGA TODOS OS SINISTROS A DINHEIRO Á VISTA

Edifício próprio — Telefone 23-3113

Directores: José Alberto de Bittencourt Amarante — Anibal Teixeira — Jaime Jorge Gaio

87, RUA DA QUITANDA, 87 —:— RIO

INFORMAÇÕES

COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

A publicidade exerce também na civilização contemporânea, em que a Economia é o seu principal pilar, uma função de cultura, — e tem, como afirma Gaballi, um valor educativo de ampla influência social.

A criação desta página, embora não tenha pretensões tão elevadas, obedece acima de tudo ao propósito de oferecermos aos nossos leitores um indicador de estabelecimentos escolhidos e de confiança, onde, com certeza, sempre encontrarão alguma coisa que lhes interesse e das que se necessitam dia a dia.

Livreiros Editores — SARAIVA & CIA.
Livraria Académica
Largo do Ouvidor, 15 - Caixa Postal, 2362 - Fone, 2-1296 - SÃO PAULO

J. Gonçalves CAIXAS DE PAPELÃO E ARTES GRÁFICAS
TRABALHOS EM ALTO RELEVO, TRICOMIAS
FOLHINHAS, VENTAROLAS, ETC.
R. MAL. DEODORO, 155 — TEL. 3335 — NITEROI

Madeiras —JOSÉ J. PASTURA—
GRANDE DEPOSITO DE PINHO DO PARANÁ
SERRADO E APARELHADO — STOCK PERMANENTE
Rua Alpha, 112 — Telef. 24-1275 — Rio de Janeiro

Papeis — NACIONAIS E EXTRANGEIROS
OBJECTOS PARA ESCRITÓRIO
ANTHERO PEREIRA & COMP.
Rua da Alfandega, 190 — Telef. 24-6306 — RIO

Alfaiataria — A CIDADE DO RIO
Importação direta de casimiras
Presteza e seriedade — J. S. MARQUES
RUA QUINTINO BOCAIUVA, 30—TELEF. 2-5749—CX. 1518—S. PAULO

Restaurante — SANTO ANTONIO
NOME REGISTADO
O mais económico. Abundancia, perfeição e asseio.
Experimente e verá. — SEBASTIÃO MARTINS
RUA DA CONSTITUIÇÃO, 48 — TELEF. 22-4720 — RIO

Lavandaria Parisiense PARIS MODELO
PREÇOS ESPECIAIS PARA HOTEIS, PENSÕES E RESTAURANTES
Chamados fones: 26-0570 e 26-2484
CALVÃO REIS & COMP. — Av. Pasteur, 310 — Rio

Madeiras e Materiais CAL, CIMENTO, TELHAS, MANILHAS TACOS, FRIZOS, ETC.
IRMÃOS AMARAL NOGUEIRA
Riachuelo, 201 — Telef. 22-4728 — Rio

Advogado A. CHAVES DE ALMEIDA
PROCURADORIA CIVIL E FISCAL
Praça D. João Camara, 11 - 2.º — LISBOA

Tintas ATLAS E VELOX
DOIS AFAMADOS PRODUTOS DA
USINA NACIONAL DE INDUSTRIAS CHIMICAS
Rua Barão de Itaipú, 66 — Telef. 28-0947 — RIO

Alfaiate — A. L. OLIVEIRA —
RUA RAMALHO ORTIGÃO, 38-3.º andar
SALAS 31 E 33 — EDIFICIO DA LUVARIA GOMES
Telefone 22-6247 — Rio de Janeiro

Alfaiate QUERE VESTIR COM ELEGANCIA PROCURE
ALFAIATARIA CAMPOS
Rosário, 105 - 1.º andar — Telefone 23-6380 — RIO

Colaboração para os próximos números:

O ESPÍRITO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA, pelo Cap.ão Gastão Sousa Dias
OS GRANDES DA PÁTRIA, por Ernesto Correia de Matos
CONGRESSO MILITAR COLONIAL, pelo C.el H. Pires Monteiro
DIU E OS SEUS MEMORÁVEIS CÊRCOS, pelo T.te Manuel António Ferreira
O RAJAH DOS CABELOS DE OIRO, pelo T.te Manuel António Ferreira
AUDÁCIA PORTUGUESA pelo T.te Manuel António Ferreira
METAIS, pelo Capitão Jaime Rebelo Espanha
A REFORMA DA HISTÓRIA PÁTRIA, pelo Dr. Mario Gonçalves Viana
O UCHI, por António Gomes Veiga
O PROBLEMA SOCIAL DAS COLÓNIAS RESOLVIDO NO ESTADO ORGÂNICO, por Pinto de Magalhães
A CRISE DE TIMOR pelo C.el Dias Antunes
BANTÚ por Luís Figueira
ORANGO por Landerset Simões
LEIS DE CIVILISAÇÃO INDÍGENA, por J. Teles Monteiro
COMO TEMOS POVOADO ANGOLA, por A. Fonseca Santos
A PECUÁRIA DE MOÇAMBIQUE, pelo Dr. Jacinto Pereira Martinho
TETE E O SEU DISTRITO, pelo Dr. Marcial Pimentel Ermitão
TIMOR pelo T.te Teófilo Duarte
O PROBLEMA DA IMIGRAÇÃO DE TIMOR, por Paulo Braga
MODOS PARA ACTIVAR O DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO INDÍGENA E SUA FIXAÇÃO, pelo Dr. José de Oliveira Ferreira Diniz.
O CONSUMO DOS CARBURANTES NAS COLÓNIAS, por Adriano do Paço
A COLÓNIA PORTUGUESA DE SHANGHAI, pelo Dr. Carlos Jacinto Machado
O SONHO DO INFANTE D. HENRIQUE, por Alvaro de Castelões
POUCO A POUCO, pelo Dr. Manuel Péres
A TERRA DO SOCOPÉ E DO OSSOBÓ, pelo Dr. A. Chaves de Almeida
COMÉRCIO EXTERNO DE ANGOLA, por Manuel Nunes Farinha
DA VIDA, USOS E COSTUMES INDÍGENAS, por J. Teles Monteiro
VOCAÇÃO MISSIONÁRIA DE PORTUGAL, pelo P.e António Ribeiro
A GUINÉ PORTUGUESA, pelo Cónego António Miranda Magalhães
AS COLÓNIAS DE PORTUGAL, pelo 1.º T.te Domingos da Cruz
PALAVRAS SÔBRE CABO VERDE, por Osório de Oliveira
TIMOR, por Paulo Braga
SOCIEDADE PAN-LUSITANA, pelo Professor António Maria Guerreiro

OS VINHOS DO PÔRTO

RAMOS PINTO

VÃO A TODOS OS PONTOS DO MUNDO

GRAVADOR — PASTOR

Clichés em zinco, cobre, trichromias, doublés, gravuras e zincografias.

RUA PEDRO 1.º, 47 — TELEFONE 22-7095
RIO DE JANEIRO

GONÇALVES FONSECA & C.

Oleos, graxas, goma arábica, cola, carbonato de magnésia, agua raz, ole de linhaça, geso, etc. — —

Telefones: 22-1695 e 22-2765
AV. ALMIRANTE BARROSO, 12 — RIO

CARTONAGEM — LUSO-AMERICANA LDA.

CAIXAS E CARTUCHOS DE PAPELÃO
FÁBRICA DE VENTAROLAS

LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA — — ENVELOPES EM GERAL

RUA DOS INVALIDOS, 137
TELEFONE 22-3815 — — RIO DE JANEIRO

CAIXAS — ALVES FREIXO & COMP.

CARTONAGENS FINAS PARA QUALQUER INDUSTRIA

RUA DO LAVRADIO, 101 — Telefone 22-0893
RIO DE JANEIRO

TINTAS — PARA IMPRESSÃO, VERNIZES

GEBR. HARTMANN HALLE/AMMENDORF

Fabricantes das afamadas Tintas: "Concentra" para typo, litho e Offset, "Bathychrom" para rotogravura, etc.

RIO DE JANEIRO: Caixa Postal 2141 — F. BRATTSTROEM — Rua General Camara, 127
SÃO PAULO: CARLOS J. GOTTMANN & CIA. — Rua João Adolpho, 2-A

CLICHÉS — SILVA & BARRETO

GRANDE ATELIER DE GRAVURAS
TRABALHO PERFEITO
PREÇOS MODICOS

AVENIDA GOMES FREIRE, 43 — Telefone 22-6894
RIO DE JANEIRO

NOVOS SÓCIOS

Durante os mezes de Janeiro a Junho foram admittidos os seguintes socios:

PROTECTORES:

José Rebelo,
António Romeiro Junior e
Armando Duarte Cruz, de Cachoeira de Itapemirim, propostos por António José Fernandes Junior.

Adriano de Sousa, de Cachoeira de Itapemirim, proposto por António Romeiro Junior.

Dr. José Cortez, Rio, proposto por António Coelho de Andrade Sequeira.

José Pinheiro Monteiro e
Eduardo José Alves Dias, de Angola, propostos por José L. da Silva Novo.

Jorge Vera-Cruz Barbosa, de Cabo Verde, proposto por A. de S. Amorim.

Carlos Pimenta, de Ponta Grossa,
Benjamim de Andrade, da Baía e
João Cardoso Pinto de Rezende, de S. Paulo, propostos por Alamiro Andrade.

Luís Antonio da Silva, do Lobito-Angola, proposto por A. T. R. de Faria.

Joaquim Augusto de Medeiros, de Recife,
Adriano Luís Ferreira, de Recife, e
Oscar Radler de Aquino, desta capital, propostos por Leandro Lopes de Oliveira.

ACTIVOS:

António Pinto Valente e
Manuel de Almeida e Sousa, propostos por Antero de Faria.

António Pinto d'Almeida e Melo, proposto por Dr. Sabino Teodoro.

Lino de Aguiar Junior, proposto por J. L. Casimiro.

Humberto da Cruz Veloso,
Julio de Almeida Afonso e
Carlos Pinto Loja, propostos por Domingos José Veloso.

Eduardo Cardoso de Albuquerque,
José Caldeira Rojão,
Fernando Melo,
José dos Santos,
Manuel Joaquim Gonçalves,
Domingos Valentim dos Santos,
Manuel de Almeida Costa,
António Nunes das Neves,
António Ferreira Pinto,
Joaquim Paes de Abreu e
Casimiro de Queiroz, propostos por António Milha.

Alberto Fontes Tavares, proposto por Eduardo Cardoso de Albuquerque.

Carlos Alberto Nobrega da Cunha, proposto por A. de Sousa Amorim.

Manuel Ferreira da Costa, proposto por Manuel dos Santos.

Conselheiro Camelo Lampreia, proposto por Francisco das Dôres Gonçalves.

Amandio Vieira e
Ricardo Ferreira Alves, propostos por António Ferreira Tavares.

Armindo da Silva Areal,
Jaime Fernandes Costa,
Jaime Silva e
João Faustino Garcia, propostos por Alamiro Andrade.

Lucílio Sampaio, proposto por António Coelho Andrade Sequeira.

Joaquim Martins da Costa, proposto por José Martins Ribeiro.

AS ESTÂNCIAS TERMAIS DE

VIDAGO, MELGAÇO E PEDRAS SALGADAS

SÃO, COMO AS SUAS ÁGUAS, AS ÚNICAS NO SEU GÉNERO EM PORTUGAL

OS PORTUGUESES QUE LABUTAM NO BRASIL E NO ULTRAMAR E OS BRASILEIROS PREFEREM-NAS A QUAISQUER OUTRAS. — — —

Joaquim Matias Junior, proposto por Joaquim Rodrigues Pereira.

Manuel de Pinho e

Luís Pereira Martins, propostos por Leandro Lopes de Oliveira.

Adelino Martins, proposto por Mário dos Santos.

José Viana Leiras e

Germano Neves, propostos por C. Cesar Santos.

Angelo de Sousa, proposto por Humberto da Cruz Veloso.

Arlindo Almeida Mendes, proposto por Manuel Martins Cunha.

Augusto Rodrigues, proposto por D. Maria das Dôres Chaves.

Erik Nordskog, proposto por Carlos Alberto Nobrega da Cunha.

Quadro demonstrativo do movimento de sócios durante os mêses de Janeiro a Junho

CATEGORIAS	Exist. em 31-22-35	Admitidos	Eliminados	Demitidos	Exist. em 30-6-35
Activos.....	376	40	10	9	397
Auxiliares.....	4	0	0	1	3
Bemfeitores.....	0	2	0	0	2
Beneméritos.....	0	2	0	0	2
Delegados.....	3	1	0	0	4
Cooperadores.....	14	2	0	0	16
Correspondentes...	41	0	0	0	41
Honorários.....	6	0	0	0	6
Protectores.....	112	15	2	0	125
Vitalícios.....	3	2	0	0	5
Total em 31-12-935.	559	Total em 30-6-936			601

CAFÉS

«Erferreira»

LOTES ESPECIAIS, CUIDADOSA E CRITERIOSAMENTE PREPARADOS COM OS MELHORES CAFÉS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS : SÃO TOMÉ — TIMÔR — CABO VERDE E ANGOLA E DOS MAIS REPUTADOS DO BRASIL

TORREFAÇÃO E MOAGEM DIÁRIAS

ERNESTO FERREIRA, L.DA

RUA DA MADALENA, 42 — LISBOA

A

FÁBRICA DA AREOSA

NO

PÔRTO

PRODUZ TECIDOS ESPECIALIZADOS PARA TODO O

IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

MAIS DE 16 DE MILHÕES DE PORTUGUESES, EM QUATRO CONTINENTES, RECONHECENDO A SUA BOA QUALIDADE E FIRMEZA DE CÔR, PRETENDEM VESTIR OS TECIDOS PRODUZIDOS

NA

FÁBRICA DA AREOSA

DE

AZEVEDO SOARES & COMP. LTDA.

RUA DA AREOSA

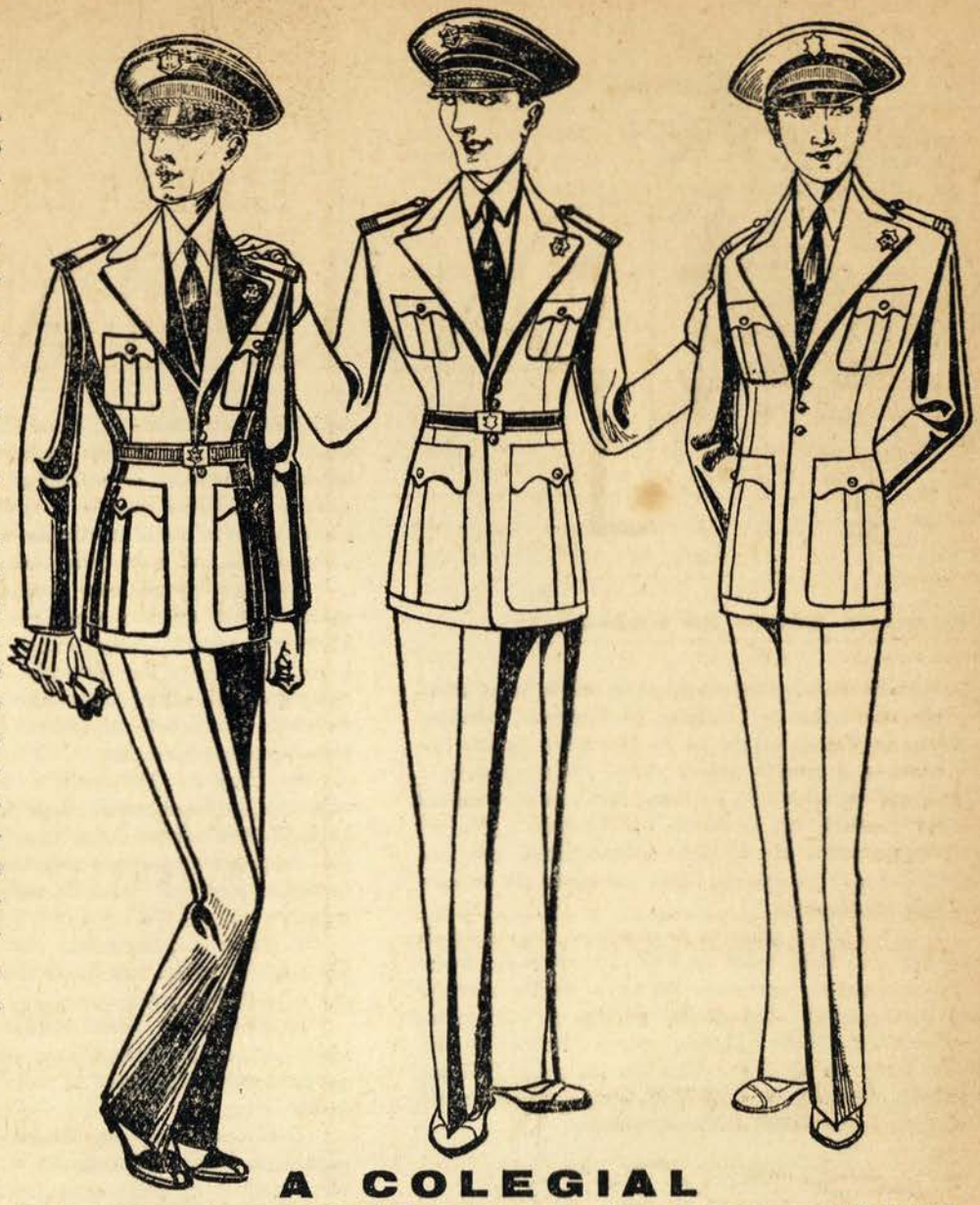
PÔRTO

PORTUGAL

Dentro de um século a África pesará no mundo como pesa hoje a América. Produzirá êsse aumento de peso, transformações de vulto na organização social da humanidade, pois que, de facto, os desvios do centro de gravidade alteram sempre a economia dos sistemas em que se dão.

Que uma grande transformação se iniciou no continente africano, no último quartel do seculo desanove, ninguém o póde pôr em dúvida, e que as cousas de África estão a exercer influência cada vez maior na política das diversas metrópoles que souberam apropriar-se de territórios africanos e noutras nações também, mete-se pelos olhos a dentro.

Nórton de Matos



A COLEGIAL

UNIFORMES E ENXOVAIS PARA TODOS OS COLÉGIOS

LARGO DE S. FRANCISCO, 38/40



VIDROS, ESPELHOS
E CRISTAES PARA
INSTALAÇÕES E
CONSTRUÇÕES
LADRILHOS E TELHAS DE VIDRO

RUAS
URUGUAIANA, Nº 210
TEOFILO OTONI, Nº 147

END. TEL "BAIROS"
TELEFONE 4-2101
RIO DE JANEIRO

J. ARAUJO & CIA.

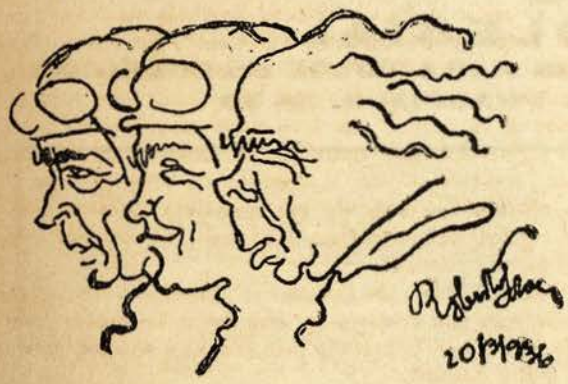


PANORAMA

Cruzeiro Aéreo às Colónias

QUANDO os nove aviões conponentes da esquadra aérea que ia tentar o Cruzeiro às Colónias, levantaram vôo em Lisbôa no dia 14 de Dezembro do ano findo, tivemos o grande prazer cívico de manifestar a alegria que transbordava do nosso peito de portugueses por ser possível, em momento oportuníssimo pela relevante gravidade da situação internacional, um empreendimento à altura da nossa categoria de terceira potência ultramarina.

E agora que a empresa já terminou, depois de alcançados com êxito todos os seus objectivos de ordem moral e material, apraz-nos de novo saüdar quantos nela participaram, destacando, porém, os tripulantes do *Peneireiro*, *Falcão e Aguia*, respectivamente os Srs. Major Pinto da Cunha e Capitães Joaquim Baltazar e Moreira Cardoso, pela felicidade com que executaram a viagem, tanto de ida como de volta.



Casas da Metrópole

CRIANDO as Casas da Metrópole em Luanda e Lourenço Marques e a Casa do Ultramar em Lisbôa com uma delegação na cidade do Pôrto, por fôrça do decreto n.º 23.445, de 5 de Janeiro de 1934, o Govêrno da Rèpública deu um passo afoito e que poderá ser de incalculável alcânce para a nacionalização do comércio e da indústria coloniais, se, como é de crer, os organismos agora instalados estiverem à altura das funções de que foram incumbidos, se souberem tornar-se em agentes activos e esclarecedores, se tiverem as reservas de energia necessárias para resistir ao comodismo burocrático, à sonolência, ao deixa-para-amanhã...

Estamos plenamente persuadidos que sucederá assim, isto é, temos a convicção de que as Casas da Metrópole saberão desempenhar do modo mais cabal a sua tarefa, não lhes faltando, bem ao pé da porta, repartições oficiais cujos métodos de trabalho, empenho de servir e acrisolado dinamismo podem e merecem ser tomados como exemplo.

As Casa da Metrópole e a Casa do Ultramar, cuja criação corresponde, além do mais, aos anseios e às aspirações tantas vezes manifestadas nêsse sentido pela indústria e comércio nacionais, compete o seguinte, precìpuamente, na forma do artigo 5.º do aludido decreto:

a) Fazer a propaganda dos produtos portugueses nas colónias ou na metrópole com o objectivo de alargar e melhorar o seu mercado;

b) Estudar as características especiais dos mercados colonial e metropolitano para melhor adaptação da produção portuguesa às suas exigências e necessidades;

c) Informar os organismos interessados (comerciantes, industriais, associações e corporações) e os govêrnos sôbre a acção que forem desenvolvendo, as características dos mercados e as possiblidades da colocação de produtos em cada momento;

d) Prestar procuradoria e agência comerciais aos organismos colectivos que as solicitarem, aos comerciantes e industriais portugueses ou estabelecidos em Portugal e ao Estado;

e) Organizar pequenas exposições de produtos nacionais nas localidades e ocasiões em que convenha fazê-lo ou concorrer às que outros organizem; organizar feiras nas colónias para a venda de géneros portugueses a indígenas;

f) Facilitar por tôdas as formas a colocação dos produtos da agricultura e da indústria nacionais nos mercados, intervindo junto dos organismos oficiais para que tôdas as possíveis facilidades sejam dadas à expansão do comêrcio português;

g) Organizar missões comerciais de estudo e propaganda dentro da própria colónia ou às colónias mais próximas;

h) Estudar as condições dos mercados nas colónias estrangeiras vizinhas, procurando fazer nelas a propa-

F. JORGE DE OLIVEIRA & C. L.TDA

CASA FUNDADA EM 1899

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EM GRANDE ESCALA
DE COUROS E ARTIGOS PARA CALÇADOS

TELEF. 43-1604 — CAIXA POSTAL 1366
END. TELEGR. TRONCAL

RUA DOS ANDRADAS, 93/95
RIO DE JANEIRO

ganda dos produtos portugueses, de acôrdo com os cônsules respectivos;

i) Fazer nos jornais locais e por meio de folhetos, cartazes, conferências ou outros meios a propaganda do ressurgimento nacional, procurando alargar o interêsse pelo movimento intelectual metropolitano feito com sentido nacionalista e pelo livro e pelo jornal portugueses;

j) Actuar junto da mocidade escolar para lhe fazer conhecer e amar Portugal nas suas belezas, na sua história, nos seus valores morais e intelectuais.

São directores das Casas da Metrópole em Luanda e Lourenço Marques, respectivamente, os senhores oficiais Heitor Gualberto de Morais Correia e José António Guerreiro Rebeca Junior, a quem temos a honra de agradecer a gentileza com que se dignaram comunicar à SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO a instalação dos organismos que dirigem.

Maria Archer

MARIA Archer não foi apenas a luminosa revelação literária de 1935, como acentuou o brilhante vespertino *Diário de Lisbôa*. Ela encheu e iluminou todos os inquiétos 365 dias dêsse ano que se foi sob o peso de tantos preságios, com o sorriso triunfal das suas crónicas e dos seus artigos, porejantes, cheios de vida e de uma agilidade desportiva — coisa bem rara nas letras de um povo que só agora recomeça a fazer ginástica e cujos intelectuais segredados em seus nichos, porque nem torres eram, e muito menos de marfim, ainda espreitam o sol, de longe, como se fôra um demónio de cabeleira fulva e mal deitam o nariz de fóra com receio das correntes de ar...

A África, que a havia absorvido, restituiu-a mais rica de sensibilidade, senhora de recursos que não se desenvolveriam senão naquêle ambiente de terras largas, dona, notadamente, de grande e valioso cabedal de conhecimentos acêrca de gentes várias, e desconhecidas ainda hoje quási inteiramente, — dessas gentes que se movimentam em cenários os mais distintos, ora a selva impenetrável, ora as anharas desérticas, ora as planícies de verdes luxuriantes, e cuja existência constitue material admirável de estudo para a verdadeira interpretação e compreensão de culturas e estágios de civilização que se pulverizam dia a dia, documentos humanos de monta que, mercê do império, da fascinação irresistível do inèditismo e do maravilhoso, atraíram e dominaram a sensibilidade tão opulenta e colorida da brilhante escritora que mais uma vez honra com a sua magnífica colaboração as páginas do BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

Pan

PAN — síntese de tôdas as idéas mundiais —, é uma excelente revista argentina, que se publíca semanalmente em Buenos Aires. Revista de cultura popular, o que não exclue primores gráficos que a recomendam, "Pan" conquistou, logo após a sua aparição, um amplo lugar ao sol, não apenas nos meios platinos, fulco de onde irradia, mas também e com igual e crescente simpatia em todos os países da América do Sul, cujos leitores, de semana para semana cada vez em maior número, aguardam a sua chegada com verdadeiro alvoroço.

Saüdando a brilhante revista, que nos tem dado a honra de transcrever do "Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro" alguns artigos, apetecemos-lhe cordialmente as maiores prosperidades.

Mutualismo e Fraternidade Humana

por SEVERINO COSTA

O autor desta conferência proferida na "Associação Fraternal dos Artistas Vianenses" durante a "Semana do Mutualismo", foi dos raros rapazes da sua geração que não se deixaram sugestionar pelo *fogo de vistas* do futurismo, que teve como arautos em Portugal alguns dos mais conspícuos reaccionários da actualidade. Severino Costa, a despeito da impertinência e da rebeldia faíscante do seu monóculo, conservou-se, ou melhor, sempre se manifestou-se fiel aos cultores das formas clássicas.

Fácil, pois, de calcular o interêsse com que lemos esta sua conferência, sem favor brilhante, quer pelo estilo, quer sobretudo pelo grande e alto sentimento que a inspirou.

CASA SUCENA

TODOS OS ARTIGOS PARA SENHORAS, HOMENS E CRIANÇAS
ESPECIALISTA EM BANDEIRAS DO ROTARY E DE TODAS AS NAÇÕES
FARDAS PARA JOCKEY

AV. RIO BRANCO 76 a 86 RIO DE JANEIRO

Quere-nos parecer, todavia, que a guerra monstruosa de 1914 não representou um triunfo da Liberdade. O que essa guerra — que custou milhões de vidas em proveito exclusivo dos magnatas armamentistas — deixou atrás de si foi uma tremenda herança de medo e ansiedade, pois tôdas as nações se capacitaram de que uma nova conflagração não será um simples duelo de exércitos profissionais, mas uma luta feroz e de morte entre os povos, ameaçados de extermíniao em caso de derrota. É o terror alucinante à vista de tão macabro panorama que tem impedido um novo choque e arrastado as massas para o caminho da violência e da ditadura, entregando-as, inconscientes, nas mãos de uma nova *élite* — *élite* de fanáticos ou de hipócritas, de oportunistas ou de pedantes —, que se chega a dominar por completo, não só estrangulará por muito tempo a Liberdade como mudará radicalmente a face da Europa, desfigurando-a a ponto de ser irreconhecível como a legítima representante da civilização do Ocidente, pelo menos assim o observou com excepcional agudeza o Prof. R. B. Mowat, da Universidade de Bristol, in—*L'Esprit International*.

Mas, semelhante divergência, não diminui a simpatia e o interêsse com que lemos e guardarmos esta nova manifestação do talento de Severino Costa.

Descripção da Costa-de-Guiné

(Desde o Cabo-Verde até à Serra Leoa)

por FRANCISCO DE AZEVEDO COELHO

E

História das Guerras Angolanas

por ANTONIO DE OLIVEIRA CARDONEGA

A Empresa da revista "Diogo Cão", de que é Director o missionário reformado, Padre Manuel Ruela Pomba, editando em fascículos e por preços acessíveis, estas duas obras, presta à divulgação da cultura colonial um serviço devéras inestimável que mui sinceramente nos apraz registar nestas colunas.

Boletim de Propaganda e Informação da Casa da Metrópole em Luanda

EDITADO com bastante cuidado gráfico pela "Casa da Metrópole" em Luanda, que se fundou ao abrigo do decreto n.º 23.445, de 5 de Janeiro de 1934, tivemos o prazer de receber a visita do primeiro número do seu "Boletim de Propaganda e Informação", que merece leitura atenta, notadamente o artigo *Ao Serviço do Império*, da autoria do seu director, Sr. Heitor de Morais Correia.

Arquivos de Angola

COM louvável regularidade, o Conselho Superior de Estatística e o Corpo Docente do Liceu Central de Salvador Correia prosseguem na publicação dos "Arquivos de Angola", criados ao abrigo da Portaria n.º 1.289, para "salvar urgentemente de completa ruína muitos e importantes documentos de apreciável valor histórico que se encontram nos arquivos dos Serviços Públicos de Angola".

Já se acham publicados seis tômos, correspondendo os dois últimos ao mês de Março do corrente ano.

Moçambique

O documentário trimestral "Moçambique" — a óptima publicação editada pelo Govêrno Geral da África Oriental Portuguesa, que tantas simpatias já conquistou nos círculos culturais do Brasil — insere, habitualmente, magníficos desenhos. São êles de tal ordem que não resistimos à tentação de reproduzir alguns para ilustrar êste número especial do BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, dada a impossibilidade de os reproduzirmos todos, como era do nosso agrado.

Roupas RENNER

TRAJES E TERNOS

CAPAS E SOBRETUDOS

COBERTORES E PIJAMAS DE PURA LÃ

Vendas a CRÉDITO

Casa JOSÉ SILVA

R. OURIVES, 3

Tel. 22-9702

CAMISAS,

CUECAS e

PYJAMAS

VEJAM OS PREÇOS DA VENDA ESPECIAL

DA

CAMISARIA PROGRESSO

TODOS OS ARTIGOS REMARCADOS

PRAÇA TIRADENTES, 2 e 4



E' uma delicia!



As pessoas de paladar
preferem o saboroso

BRAHMA
Chopp

em garrafas e em barris

JOAQUIM DA SILVA CARDOSO & C.ia L.da

ARQUITECTOS CONSTRUTORES

CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES DE PREDIOS

ESCRITÓRIO E OFICINA:

R. DO CATETE, 248

Telef. 25-0605 RIO DE JANEIRO

Boletim da Associação Beneficente dos Empregados no Comércio de Luanda

RECEBEMOS com tôda a regularidade êste interessante e útil Boletim, onde colaboram nomes como o Dr. Cruz Malpique, Ladislau Batalha e outros de igual envergadura mental.

A sua feição gráfica, embora modesta, não deixa de ser cuidada. Ora tudo isto concorre para que na biblioteca da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO reservemos à publicação em apreço o lugar merecido.

Revista Portuguesa de Comunicações

COM apurado bom gôsto e óptimo recheio, continuamos a receber periòdicamente a agradável visita da "Revista Portuguesa de Comunicações", a excelente publicação que o seu director, Sr. Raul Esteves dos Santos, com admirável tino administrativo e seguro critério na escolha dos seus colaboradores, tem mantido e elevado dignamente durante oito longos anos.

Nas três mil páginas desta revista, que constituem sem favor uma pequena biblioteca, encontram todos aquêles que se interessam por estudos e trabalhos sôbre caminhos de ferro, camionagem, marinha mercante, aviação, telefonia, electricidade, minas, portos, estradas, turismo, cultura, colónias, economia e finanças, muito que ler, aprender e meditar, já que, em sua quási totalidade, tais estudos e trabalhos têm a subscrevê-los nomes que se firmaram pela sua indiscutível competência.

A "Revista Portuguesa de Comunicações" pode orgulhar-se pelo eclectismo do seu quadro de colaboradores.

Industria Portuguesa

O número relativo ao mês de Maio pretérito, desta revista, órgão acreditado da Associação Industrial Portuguesa, dedica o melhor do seu recheio ao estudo e discussão de alguns dos problemas que mais de perto interessam à economia ultramarina e às preocupações do comércio e da industria da metrópole.

Abrindo, assim, as suas páginas à discussão dêsses momentosos estudos, a importante revista deu uma prova clara do quanto a preocupam os interesses nacionais, do mesmo passo que se associou às solenidades da "Semana das Colónias", realizadas anualmente em tôdo o país, por iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisbôa.

Revista Portuguesa de Importação, Exportação e Turismo

O número vinte, relativo a Abril, da "Revista Portuguesa de Importação, Exportação e Turismo", que temos presente e que se publíca em Lisbôa sob a direcção do Sr. Alberto Gomes, veio confirmar a grata opinião que a seu respeito já havíamos formulado: de que se trata de um órgão excelente, não só pela cópia de informes que interessam ao turismo e pelos estudos de carácter económico que encerra, como também pela apresentação gráfica, que é muito cuidada, nada deixando a desejar, de modo que o Sr. Alberto Gomes se revela um *tailleur* consumado na arte bem difícil de apresentar a sua útil e triunfante revista com a elegância e o bom gôsto capazes de rivalizar com as suas congéneres mais cotadas, quer nacionais, quer estrangeiras.

COMPANHIA DE SEGUROS MARITIMOS E TERRESTRES

INTEGRIDADE

(FUNDADA EM 1872)

Capital e reservas..... 1.520:000$000

Depósito no Tesouro..... 200:000$000

RUA DO ROSÁRIO, 100 - SOBRADO

RIO DE JANEIRO

TELEFONES

DIRECTORIA 23-3914

EXPEDIENTE 23-3613

Sociedade de Estudos de Angola

Esta novel instituição, que pelos elementos que a intégram pode realizar uma obra devéras interessante e de luminosa significação espiritual, conferiu recentemente o título de sócio correspondente ao Sr. Dr. Nuno Simões, o infatigável e devotado animador de tôdas as iniciativas que visem a servir por qualquer modo ou forma o engrandecimento nacional e a expansão e o culto da Lusitanidade.

Saüdando o notável homem público e brilhante economista — que temos a felicidade de contar entre os mais ilustres e dedicados dos nossos consócios — pela honrosa e significativa homenagem que aos seus múltiplos talentos, à sua fé lusíada e ao seu amor a Portugal a Sociedade de Estudos de Angola acaba de prestar, não podemos deixar de felicitar essa pleiade de portugueses de escol, pelo saber e pelo patriotismo, — a que preside a figura austera e excelsa, veneranda e venerada do insígne missionário Dr. Manuel Alves da Cunha —, menos pelo seu acto de evidente justiça, do que pelo elemento de extraordinário valor moral e mental que soube encorporar ao seu património, visto que, na vida portuguesa actual, o Dr. Nuno Simões, pelo fulgor da sua inteligência, pela irradiação dos seus artigos e dos seus ensaios, pela cultura e pelos predicados de trabalho que o distinguem é, sem favor, uma das figuras nacionais de maior envergadura e relêvo.

Universidad

Acabamos de receber o terceiro número desta revista mensal de cultura popular, editada pelo Departamento de Acção Social da Universidade Nacional do México, sob a direcção do Dr. Miguel N. Lira.

Bastaria a sua excelente apresentação gráfica para nos atraír desde logo. Mas, apesar do esmêro material com que se apresenta, foi a magnificência dos seus originais o que verdadeiramente nos impressionou, levando-nos a considerar quanto se podem considerar felizes os países que contribuem para o enriquecimento da cultura popular com publicações dêste nivel e como são dignas de lástima aquelas nações cujos altos institutos cada vez mais se afastam da vida, para se encerrarem num academismo bisantino, talvez brilhante e decorativo, mas de todo inútil.

"Toda vida humana, individual o colectiva — escreve o Dr. Juan José Bremer — implica siempre una correlacion constante entre el vivente y el ambiente; cuando esta correlación se rompe, sobreviene la muerte. La Universidad no puede substraerse a esta ley de toda vida."

Universidad insere, além de magnífico texto, duas "marinhas" e duas "paísagens" de Claussell e quatro impressionantes litografias de Orozco, dois dos mais célebres artistas da moderna e triunfante pintura mexicana capitaniada por Diego Rivera.

Cadernos Coloniais

Ora aqui está mais uma publicação que, sem contar com outros favores que não sejam os escudos daquêles que a assinam ou compram avulsamente, segue com afoiteza o seu caminho, cumprindo hoje o que prometeu ontem e preparando-se para cumprir amanhã o que nos promete hoje, ao entrar na terceira série dos "Cadernos Coloniais" e depois de ter lançado no mercado nada menos de vinte e cinco brochuras, de cêrca de cinquenta paginas, todas com elegante apresentação e versando cada uma delas sôbre figuras, feitos, campanhas, usos e costumes das gentes do Ultramar português.

Estes opúsculos, já pelo seu preço muito acessível, já pela linguagem simples em que são vasados, devem atraír grande número de leitores; hão-de forçosamente agradar ao grande público, e por conseguinte é altamente meritória a obra de cultura colonial popular que a "Editorial Cosmos" está a realizar, com a publicação dos seus "Cadernos Coloniais" subscritos por uma pleiade brilhante de escritores.

SALÂO RIO
EDIFICIO RIO HOTEL
RUA SILVA JARDIM, 3

BARBEARIA E PERFUMARIA
CALISTA E MANICURE
CABELEIREIRO PARA SENHORAS
ABERTO AOS DOMINGOS E FERIADOS
ATÉ AS 9 HORAS DA NOITE

GABRIEL LEMOS GONÇALVES

Diogo Cão

Prossegue em sua marcha metódica a publicação desta interessante revista ilustrada de assuntos históricos angolanos, criteriosamente dirigida pelo reverendo Padre Manuel Ruela Pombo, e à qual, ainda não há muito, o Sr. General Nórton de Matos, em artigo editorial inserto no jornal "O Primeiro de Janeiro", dedicou palavras de subido louvor. E' um prémio justo e do mais alto valor, porque louvores dêsse quilate valem por uma consagração insofismável.

O sexto fascículo da III Série, que temos presente, vem repleto de valiosa colaboração,

Conferencias

Era nosso propósito inserir no presente volume as conferências que, durante a "Semana do Ultramar Português", nas noites de 20, 22, 24 e 27 de Junho, realizaram, respectivamente, a Exm.ª Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casimiro e os Exms. Senhores Professor Doutor Artur Ramos, General José Maria Moreira Guimarães e o Professor Doutor Evaristo de Morais. Isso, entretanto, nos obrigaria a retardar excessivamente a aparição dêste número, a ponto, até, de alguns artigos incorrerem no risco de perder a oportunidade. E assim, entendemos que seria preferivel, já que se trata de assuntos sempre actuais pela sua relevância e ensinamentos, deixá-las para publicar no tômo seguinte, ou seja no décimo oitavo número do "Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro".

A FEIRA DE TECIDOS

♥ ♥

♥ —É A DETENTORA DAS NOVIDADES EM SEDAS E TECIDOS FINOS.

♥ —É A TRIUMPHANTE EM PREÇOS BARATISSIMOS.

♥ —É A PREDILECTA DAS ELEGANTES.

—É NA R. RAMALHO ORTIGÃO, 20
(ANTIGA TRAVESSA S. FRANCISCO)

PEÇAM

Licôres, Xaropes, Cervejas, Vinagres, Alcool e Aguardente

DA

S. A. Fabrica Cardoso de Gouveia

R. DO SENADO, 230

TELEF. 22-0035

(Caixa do Correio, 732 — End. Teleg. "Distilação")

RIO DE JANEIRO

"Trouxe-vos, sem dar por isso, para diante do Atlantico Sul — do nosso mar, do mar luso-brasileiro que há-de tornar-se o Mediterrâneo da nova civilização no ciclo do Brasil, que começa. Nêle se cruzam já as realizações do super-mecanismo americano com as correntes potenciais da Africa virgem. A plasma da espiritualidade peninsular com elas fundirá a grande civilização que há-de expandir-se nas duas margens. De um lado, o Brasil crescendo sempre até o inverosimil da grandeza material que uma alma cristã, pacífica e latina anime, sustente e defenda da soberba belicosa e agressiva e do separatismo desagregador. Do outro, Portugal lançando os alicerces de uma nova grande nação de índole, língua e cultura portuguesas:—Angola.

Depois de haver contribuído sacrificadamente durante séculos, para a grandeza do Brazil, tem ela o direito a que se faça o seu próprio e completo aproveitamento e sôbre o seu progresso espiritual e material se erga uma nova grande edificação social porque se reafirme e retome o nosso destino histórico. E êsse esteve, está e estará além do mar. Dizem-nos os "Lusíadas". Provam-nos os séculos de formação do Brasil. Confirma-o o esfôrço constante pelo seu progresso dos portugueses que lá trabalham e para os quais vão, nesta hora de vibração cívica, os votos do nosso patriotismo, as saudações do nosso reconhecimento e as lembranças da nossa saudade.

Será demais que os acompanhem também as homenagens da nossa admiração agradecida pelo Brasil? Eu creio que nada lhes será mais grato a êles que repartem igualmente pelas duas Pátrias o seu coração e os seus anseios".

Dr. Nuno Simões

A própria Vida traz consigo a chave dos problemas que nos propõe. Haja saúde e vontade de trabalhar, que o resto virá por contrapêso. Um belo ou feio dia está a gente velho, olha para trás — e fica espantado: parece-lhe que foi outro, muito diferente, quási desconhecido, o que venceu tantas lutas, e passou tão maus bocados, e criou tantos filhos, e acabou bem ou mal tantos trabalhos — e agora já pouco mais tens que fazer neste mundo, senão dizer-lhes:

Passem por cá muito bem !...

E hão-de passar, se Deus quiser, e Deus há-de querer. Nem serve para nada desgraçar-se a gente adiantado, com 99 por cento de desgraças que não virão talvez nunca. Temos de reservar coração para o que tôda e qualquer vida traz de efectivo — e de mortal.

Cremos que, mais ou menos assim, devem os velhos falar aos moços, nesta hora em que se respira certa atmosfera pesada de aflição ou desânimo, porque uma crise económica teimosa nos persegue há anos e nela se enxerta momentâneamente uma crise política europeia ou mundial. De hora em hora Deus melhora.

Digamos à mocidade que o futuro é hoje o que foi sempre para quem se está fazendo homem: sério decerto, e não por fôrça trágico. Já a sábia natureza deu aos jovens aquele instinto defensivo, feito de alegria e descuidança. Mau pecado será estragar-lhes, com as nossas lamúrias e visões apocalípticas, êsse presente divino.

Certamente: a Vida não é festa, nem brinquedo. Mas há contra ela um antídoto que é a fôrça de caracter, que só verdadeiramente se reconhece e prova em contacto com a vida.

Veneno e contra-veneno dentro da mesma taça. Aqui erguemos a nossa, já quasi vasia, á saúde dos que vão entrar no mundo. Se o encontrarem mau, dessa mesma maldade hão-de tirar desejo, aptidão e esfôrço para o tornarem melhor.

Agostinho de Campos

"SÚMULA"

A REVISTA DOS INTELECTUAIS

Director AMADOR CISNEIROS

Rua Boa Vista, 31 - 7.º andar - Sala 7

SÃO PAULO — BRASIL

Companhia Inglesa de Seguros

"PEARL"

Fogo -- Acidentes de Automoveis

Reservas £ 90,000,000

AGENTES GERAIS: FRISBEE & FREIRE L.TD

Rua Theófilo Otoni, 34

RIO DE JANEIRO

PRUDENTIAL

A MAIOR COMPANHIA INGLESA DE SEGUROS

FUNDADA EM 1848

Capital e reservas em todos os ramos

£ 302.000.000

SEGUROS CONTRA FOGO

AGENTES GERAIS NO BRASIL:

FRISBEE & FREIRE LTD.

34, Rua Teófilo Otoni, 34

Telefônio 23-2513 —:— Teleg. PRUDASCO

RIO DE JANEIRO

Falei do *Ultimatum*. Disse que foi a única vez que a Inglaterra procedeu comnôsco com manifesta brutalidade. Como atenuante, acrescentei que foi a imprevidência dos estadistas portugueses que a provocou. De facto, já em 1887 Salisbury havia protestado contra os tratados concluidos entre Portugal e a Alemanha e entre Portugal e a França declarando não reconhecer o direito de jurisdicção que nos reconheciam aquelas nações sobre certos territorios.

Em 1888, por intermédio do ministro britânico em Lisboa, fez avisar o govêrno português de que o estado de relações entre os dois países, no que tocava a questões africanas, *estava longe de ser satisfatório e que a continuação dêsse estado de coisas podia conduzir a uma séria quebra de amizade entre os dois países.* Em Janeiro de 1889 tornou a avisar o ministro português em Londres, a propósito da partida de uma expedição portuguesa para a África e que êle supunha destinada a ocupar os territórios em litígio, *que as boas relações dos dois países não podiam resistir por muito tempo ao perigo a que estavam sendo expostos.*

Que fizeram os homens que em Portugal estavam no poder para aparar o golpe, *que era inevitavel?* Procuraram substituir a aliança com a Inglaterra pela aliança com a Alemanha.

O trovão estoirou logo, e nós encontrámos na Alemanha o apoio que encontrou... o Transwaal ! !

A agitação em Portugal foi tremenda. Posso falar com autoridade sôbre o assunto porque fui apontado, *oficialmente*, como um *dos maiores e mais perigosos agitadores.* Os jornais disseram cousas *incriveis* contra a Inglaterra. Os inglêses chegaram a ser desfeiteados nas ruas de Lisboa. A Inglaterra não exigiu nenhum castigo, nenhuma represália ! Antes empregou todos os esforços no sentido de acalmar a opinião pública portuguesa e de estabelecer as antigas relações de amizade com Portugal. Levou anos nessas tentativas até que o conseguiu, vindo a Lisboa uma grande esquadra para consagrar a reconciliação.

Homem Cristo

"ACTIVIDADE ECONÓMICA DE ANGOLA"

Revista de Estudos Económicos, Propaganda e Informação

LUANDA — ANGOLA

ÁFRICA OCIDENTAL PORTUGUESA

"MOÇAMBIQUE"

DOCUMENTÁRIO TRIMESTRAL

Caixa Postal 493 —:— Lourenço Marques

ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

PASSAGENS — DOCUMENTOS

CARTAS DE CHAMADA

PREÇOS SEM CONCURRENCIA

PASSAGENS DESDE 450$000

Cartas de chamada aprontamos em oito dias

CONSULTEM SEMPRE A

CASA ALLIANÇA

AV. RIO BRANCO, 27 — TEL. 23-2215

CANETA CARIOCA

Não passe indifferente pela **"A CANETA CARIOCA".** Faça-lhe uma visita. Advirá daí sua economia pelos razoaveis preços que V. Excia. encontrará em todos os artigos, que se recomendam pela sua fina qualidade.

Variado stock de Canetas-tinteiro das mais conceituadas marcas, objectos para escritório, artigos escolares, papel para cartas, baralhos e todos os apetrechos para jogos, além de um completo sortimento de artigos para presentes e turismo.

"A Caneta Carioca" é sinónimo de **ECONOMIA.**

AVENIDA RIO BRANCO, 111

Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

SÉDE: PRAÇA TIRADENTES, 60 - 2.º — TELEF. 22 - 9498

ABERTA DIARIAMENTE, DAS 16 ÁS 18 E DAS 20 ÁS 22 HORAS

Revistas metropolitanas e coloniais

Jornais de Portugal e Brasil

Literatura Colonial

Jornais Coloniais

Fotografias

Estatisticas

Mapas

VISITAI A SUA SÉDE

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

Território de Manica e Sofala
África Oriental Portuguesa
Capital — Beira

Esta região, com a superfície de 134.000 quilómetros quadrados, é considerada uma das mais férteis do continente africano, destacando-se na sua produção agrícola o milho, o açucar e o — — — — — — algodão. — — — — — —

O pôrto da Beira, dotado de cais acostável e magnìficamente apetrechado, é servido por duas linhas férreas que ligam o Território às regiões limítrofes de oéste e do norte. A construção da ponte sôbre o Zambeze aumentou a zona de influência económica do pôrto, facili- — tando as suas comunicações com a Niassalândia. —

PARA INFORMAÇÕES

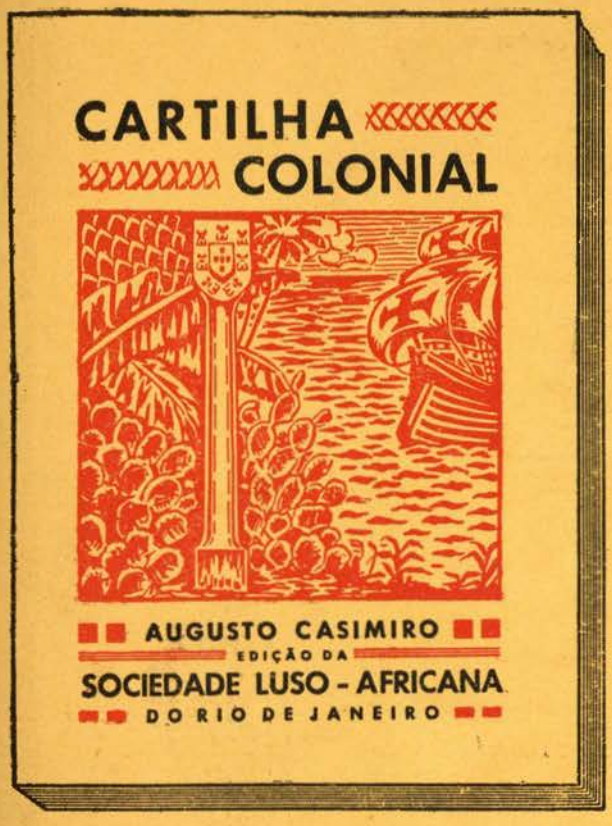
EM LISBOA:

Largo da Biblioteca Pública, 10
(Séde da Companhia)

NA BEIRA:

Secretaria Geral do Govêrno do Território

ADQUIRA êstes dois magníficos e excelentes livros, orgulho da nossa literatura colonial, e terá enriquecido sobremodo a sua biblioteca e os seus conhecimentos a respeito do Império Português



CARTILHA COLONIAL
por AUGUSTO CASIMIRO

Nêste livro — roteiro de uma viagem maravilhosa que vai das margens do Tejo às terras verde e vermelho de Timor — Augusto Casimiro pôs ao serviço do seu patriotismo todo o fogo de sua alma de poeta e de soldado — do poeta de inspiração elevada e do soldado que por amor de Portugal combateu e sofreu nos calvários da Flandres.

O FUNDADOR DO IMPÉRIO LUSO NO ORIENTE
por MANUEL ANTÓNIO FERREIRA

Tudo é grande nesta excelente biografia de Afonso de Albuquerque, traçada com tamanho rigor pelo Sr. Tenente Manuel António Ferreira: desde a grandeza dos feitos assombrosos do grande Capitão até às misérias dos *fumos da India* . . .

PREÇO Rs. 7$000



À venda em tôdas as bôas livrarias do Brasil
ou na
Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro
PRAÇA TIRADENTES, 60-2.°
Rio de Janeiro

